Marcelo Ridenti
Daniel Aarão Reis Filho
(orgs.)

HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL

Volume V

Partidos e organizações dos anos 20 aos 60



EDITORA DA UNICAMP





Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho
(orgs.)

HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL

VOLUME V

PARTIDOS E ORGANIZAÇÕES DOS ANOS 20 AOS 60

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Unicamp

H629 História do marxismo no Brasil/organizadores: Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho. -- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

Conteúdo: v. 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60.

1. Partidos políticos – Brasil. 2. Brasil – Política e governo 1922-1970. I. Ridenti, Marcelo. II. Reis Filho, Daniel Aarão. III. Título.

ISBN: 85-268-0558-4

Índices para catálogo sistemático:

1. Partidos políticos – Brasil	329.981
2. Brasil – Política e governo 1922-1970	320.981

2002
Editora da Unicamp
Caixa Postal 6074
Cidade Universitária – Barão Geraldo
CEP 13083-970 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3788-7728/7783/7786
vendas@editora.unicamp.br
www.editora.unicamp.br





Sumário

Apresentação

Depois de abordar, nos quatro volumes anteriores,

1) *o impacto das revoluções*;
2) *os influxos teóricos*;
3) *teorias, interpretações*; e
4) *visões do Brasil*,

nossa *História do marxismo no Brasil* tratará, neste volume e no próximo, de partidos e organizações inspirados pelo marxismo. Já haviam sido cumpridos dois dos três eixos temáticos planejados coletivamente, em 1988, para o conjunto da obra: o impacto, no Brasil, das revoluções socialistas do século XX, bem como do pensamento de Marx, Engels e outros teóricos marxistas, e a interpretação marxista da sociedade brasileira. Iniciamos agora o terceiro eixo: as organizações políticas dos marxistas no Brasil.

Como ainda não se escreveu uma história de nossas esquerdas — nem sequer do Partido Comunista, sua expressão mais destacada na maior parte do século XX —, este não deixa de ser um esforço pioneiro no sentido de mobilizar esforços coletivos para esboçar uma narrativa concisa e sistematizada dessa história. Neste volume, serão tratadas as esquerdas marxistas dos anos 20 aos 60.

Os dois capítulos iniciais analisam a história do Partido Comunista (PCB), denominado Partido Comunista do Brasil em 1922, depois Partido Comunista Brasileiro, a partir de 1961. O primeiro capítulo, intitulado "Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940)", de autoria de Marcos Del Roio, aborda a origem, a consolidação e, finalmente, a quase destruição do partido durante o Estado Novo, em meio ao processo da chamada *revolução burguesa* no Brasil.

O segundo capítulo, "Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964", de Daniel Aarão Reis Filho, retoma a história do PCB, de seu renascimento das cinzas no início dos anos 40, passando pela popularidade e legalidade momentâneas no pós-Segunda Guerra; os anos sombrios de clandestinidade no auge da Guerra Fria; o florescimento de uma nova política a partir de 1958, que daria ao partido uma influência ímpar na sociedade brasileira até o golpe de 1964, que impôs aos comunistas uma derrota de que jamais viriam a recuperar-se.

Dainis Karepovs e José Castilho Marques Neto escreveram o terceiro capítulo, dedicado à história dos principais críticos de *esquerda* do PCB até os anos 60: "Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966)". Eles mostram como os trotskistas, além de ser contraponto político ao PCB, contribuíram com interpretações inovadoras e fecundas sobre a luta de classes.

No quarto capítulo, "O Partido Socialista Brasileiro e o marxismo (1947-1965)", Margarida Vieira trata da alternativa de esquerda democrática ao PCB. Era um partido legal, que não se declarava explicitamente marxista, embora tivesse claras influências do pensamento de Marx e contasse com setores que se consideravam marxistas. Era crítico tanto do capitalismo como do socialismo soviético, insistindo no lema "socialismo e liberdade". As reflexões apresentadas nesse capítulo revelam o caráter historicamente semeador de alternativas socialistas e democráticas do PSB, que seriam retomadas por outros partidos e movimentos de esquerda no futuro.

"Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)" é o título do quinto capítulo, de Marcelo Badaró Mattos. Ele

demonstra que, embora a POLOP tivesse sido um grupo pequeno e de curta vida nos anos 60, suas idéias sobre o caráter da sociedade e da revolução no Brasil alcançariam expressivo impacto político na história de organizações de esquerda posteriores, bem como no pensamento marxista brasileiro e latino-americano.

Finalmente, fecha o volume o capítulo sobre a "Ação Popular: cristianismo e marxismo", de Marcelo Ridenti. A trajetória da AP — típica do romantismo revolucionário do período, segundo o autor — foi retomada desde suas raízes no cristianismo, no final dos anos 50 e início dos 60, passando pela influência da Revolução Cubana, até a adesão ao marxismo-leninismo em 1968, a integração da maioria da organização ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1973, e a dissolução do que restara da AP no início da década de 1980. Como se vê, esse capítulo já adentra pelos anos 70 e 80, período que será objeto específico do próximo volume desta *História do marxismo no Brasil*.

O leitor observará certas diferenças metodológicas e de abordagem em cada um dos capítulos; afinal, eles foram escritos por autores diferentes, com formação acadêmica e política também diferenciada. Mas eles são todos pesquisadores reconhecidos dos temas abordados, de modo que se pode encontrar nestas páginas um quadro sintético, significativo — e polêmico — da história das esquerdas marxistas brasileiras no período. Evidentemente, não se pretende estabelecer aqui uma suposta *verdade científica* indiscutível sobre os partidos e organizações estudados. Há outras possibilidades de se contar essa história, que pode ser vista de diversos ângulos, sob variados pontos de vista, o que deve incentivar outros pesquisadores a retomá-la e aprofundá-la.

Ademais, reiteramos que os membros da Comissão Editorial — Ângelo José da Silva (UFPR), João Quartim de Morais (UNICAMP) e Marcos Del Roio (UNESP), além dos organizadores deste volume — estão cientes das lacunas temáticas e da insuficiente sistematização da obra, cujos objetivos centrais, entretanto, têm sido atingidos; no caso deste volume, a proposta de uma história concisa das esquerdas marxistas brasileiras até os anos 60. Esta década

será retomada no próximo volume, que abordará: o PCB, do golpe de 1964 até seu desaparecimento; a (re)organização do Partido Comunista do Brasil (PC do B), de 1962 a nossos dias; as esquerdas armadas nos anos 60-70; os trotskistas a partir de 1966; os marxistas no Partido dos Trabalhadores, entre outros temas. É o nosso próximo compromisso.

Marcelo Ridenti e *Daniel Aarão Reis Filho*
Janeiro de 2002

Capítulo 1
Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940)

*Marcos Del Roio**

1. *Antecedentes*

Os anos 20 demarcam a emergência da questão da revolução burguesa e da modernidade capitalista no Brasil. Os limites incontornáveis da acumulação do capital mercantil (capital originário), em meio ao aparecimento do mundo urbano fabril, indicavam o passo para a acumulação do capital fundada na produção industrial. O resultado foi a crise da dominação da oligarquia agrária e do Estado liberal que lhe servia de invólucro. Nesta circunstância, diante do agravamento das contradições sociais e da pressão das classes subalternas, setores oligárquicos deixaram de coonestar o ideário liberal clássico, que garantira a acumulação do capital na formação social brasileira, e passaram a aceitar a regulamentação, ainda que muito limitada, do mercado da força de trabalho urbana, por meio da promulgação de legislação específica.

Contudo, não é possível referir-se a uma hegemonia liberal-oligárquica no Brasil, tendo em vista que esta categoria, segundo a

* Professor de ciência política da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Diretor do Instituto Astrojildo Pereira.

formulação de Gramsci, pressupõe a existência em processo de uma sociedade civil, ou seja, um conjunto articulado de aparelhos privados de produção cultural e ideológica que são sua fonte e expressão e cujo fundamento se encontra no processo de produção da vida material, consubstanciando um bloco histórico.[1] O liberalismo, no Brasil, constituía-se fundamentalmente no invólucro institucional da dominação oligárquica sobre massas agrárias em condições servis e estágio pré-político, tendo um impacto periférico na vida social urbana não diretamente relacionada ao ordenamento estatal. Assim, somente se pode referir aos temas da hegemonia e da gestação de um bloco histórico no Brasil a partir dos anos 20, quando da emergência do mundo urbano fabril, pois que só então se pode supor um grau de acumulação de capital que viabilize um processo produtivo articulado à esfera estatal e mediado por uma vida civil e cultural, que gire em torno de agrupamentos sociais e visões de mundo diferenciadas e contrapostas.

Mas a burguesia industrial, que se vinha diferenciando de sua matriz social — a oligarquia do complexo cafeeiro —, organizava, a partir do confronto social inerente ao mundo fabril, um projeto hegemônico que misturava elementos do velho liberalismo manchesteriano, impulsor da revolução industrial inglesa, com o americanismo fordista, que atualizava aquela visão num quadro de ampliação do controle da força de trabalho segundo os ditames do capital. Em pouco tempo, como elemento complementar constitutivo do fordismo, aqui, como alhures, optou-se pela organização taylorizada do processo produtivo, a ponta da modernidade naquele então.[2]

Como se sabe, a questão da democracia só passou a fazer parte do universo liberal ao deparar a ação do capital e a institucionalidade que preservava a normatividade do indivíduo mercantil com a atividade antagônica do mundo do trabalho fabril, o *outro* necessário da modernidade capitalista. A crise da dominação oligárquica no Brasil foi ensejada também pelo crescimento e diversificação das camadas médias urbanas, que reivindicaram sua inserção na ordem liberal por meio de algumas reformas institucionais. Almejou-se, por algum tempo, sempre no decorrer dos anos 20, a ampliação do estatuto da cidadania na esfera da ordem liberal vigente, mas a bur-

guesia, permanecendo infensa ao tema da democracia, ao mesmo tempo em que insistia no industrialismo e na defesa da ordem liberal, segundo a versão mais conservadora do positivismo, não conseguiu angariar para seu projeto as camadas médias urbanas ou as massas agrárias.

De todo modo, a oposição cultural ao predomínio do liberalismo clássico da oligarquia no Brasil, desde o último quartel do século XIX, configurou-se em torno do positivismo. No núcleo original do Ocidente e da modernidade capitalista, o positivismo (no sentido lato) surgiu como elemento estabilizador da ordem sociocultural do capital, ao mesmo tempo em que vislumbrava a progressão da dinâmica social, em direção a patamares mais elevados de domínio da natureza, sob a forma de acumulação do capital. A concentração de força hegemônica da alta cultura burguesa, da qual o positivismo (e também o neokantismo) é expressão, introjetou-se na cultura do movimento operário socialista de inspiração marxiana, reduzindo-o, assim, à subalternidade, dando vida ao reformismo social-democrata. Esta operação foi possível por meio do eclipse da dialética histórico-crítica que informava a reflexão de Marx.[3]

No caso brasileiro, a oposição ao liberalismo oligárquico por parte de emergentes camadas sociais urbanas (ligadas ou não à instituição militar) fez uso do positivismo como arma de luta contra a dominação oligárquica e formas de acumulação pré-capitalista, em nome da construção de uma nova ordem social que projetasse a modernidade. De uma certa forma, o papel desempenhado pelo liberalismo contra o absolutismo monárquico na Europa foi representado, no Brasil, pelo positivismo contra o liberalismo da oligarquia: tal foi o caso da participação no movimento republicano.

Com a reordenação da dominação oligárquica, em torno do poder econômico do complexo cafeeiro e da forma estatal liberal-republicana, o positivismo cindiu-se entre uma opção marcadamente conservadora, defendendo o progresso na ordem liberal, e uma outra, que continuava questionando a dominação da oligarquia agrária, apregoando o progresso para uma nova ordem.[4] O liberalismo abriu-se apenas esporadicamente para as classes subalternas, em momentos de fraturas no bloco de poder e, mesmo assim, até

a recomposição seguinte, como foi o caso exemplar da reflexão de Joaquim Nabuco.[5]

As sementes do movimento operário foram plantadas no mesmo processo de crise e reordenação da dominação oligárquica representado no movimento republicano e que deu margem à intervenção, na vida política, das camadas médias urbanas e de intelectuais afeitos ao positivismo. As primeiras tentativas de organização operária, além do positivismo já presente na cultura política de oposição ao regime liberal-monárquico, sofreram o influxo do movimento socialista europeu e americano, em fase de grande expansão desde a década de 1880. A II Internacional (assim como a projetada República Positivista Brasileira) fora fundada em 1889 e logo se tornaria oficialmente "marxista", após a exclusão dos anarquistas, em 1896.

Este fato, subseqüente ao mais decisivo evento, o da morte de Engels, facilitou a incidência do neokantismo e do positivismo no movimento socialista, que iria redundar no reformismo. Foi precisamente essa a leitura de Marx que, por meio de muitos filtros culturais, viria a transportar-se para o Brasil e, aqui, somar-se ao já existente caudal do positivismo. De tal modo, o ideário socialista no Brasil se compôs, desde as origens, de acordo com uma orientação reformista e, portanto, subalterna, derivado da visão evolucionista do positivismo, numa forma social na qual a modernidade capitalista e a classe operária industrial eram apenas um vislumbre.

O nome e a obra de Karl Marx eram, no Brasil e na América meridional em geral, comprovando o desconhecimento vigente, justapostos aos de Comte, Spencer, Haeckel e Darwin, quanto ao método científico, e de Lassalle, Ferri, Turati, Malon, em relação ao ideário socialista. Com este substrato cultural, o movimento socialista brasileiro não poderia ter significado mais que um desdobramento à esquerda do republicanismo positivista. Nas condições concretas da forma social brasileira daquele momento, por socialismo entendia-se a conquista de condições civis essenciais para o mundo do trabalho urbano, que apenas começava a se conformar.

Assim, o pequeno e disperso grupo de militantes socialistas (entre os quais vale destacar Silvério Fontes, Luiz de França e Silva, Gustavo de Lacerda e Antonio Piccarollo) viu-se limitado à difusão

das toscas idéias socialistas, conectadas a um positivismo de esquerda. O sempre almejado partido operário socialista nunca passou de uma miragem, que sempre se desvanecia a cada tentativa de organização.[6] A verdade é que, nas condições de acumulação originária do capital então vigentes, não era possível articular senão um esboço de sociedade civil, condição outra, além da existência concreta de uma massa razoável de trabalhadores subsumidos no movimento do capital, para que se formassem um partido operário e um projeto de hegemonia. O socialismo brasileiro viu-se então limitado pelas condições objetivas tanto quanto pelo seu referencial cultural, mas não deixou de ser coetâneo ao reformismo vigente na II Internacional.[7]

Nas condições de incipiência do movimento operário no Brasil, de agregação mutualista e de resistência e em sindicatos de corporação profissional, movidos por princípios éticos da valorização do trabalho livre e propensos a surtos de revolta orientados pelo voluntarismo, os esforços dos anarquistas tinham melhores chances de êxito no angariamento de trabalhadores para a luta social. Dedicados à agitação e à propaganda, contabilizaram algum resultado em 1906-1907, quando a força de contratação do movimento operário viu-se acrescida pela crise cíclica do capital mercantil que, para evitar a desvalorização, investiu em outros setores produtivos (indústria, construção civil e transportes). A fundação da Confederação Operária Brasileira (COB), em 20 de abril de 1906, ocorreu em meio a uma conjuntura de ascensão do movimento grevista, em São Paulo e no Rio de Janeiro, que se espalhou por diversas categorias e obteve alguns ganhos (pelo menos no que tange às pequenas empresas). Quando da realização do II Congresso da COB, em 1913, num outro momento de relativa ascensão, o predomínio do anarquismo no movimento operário estava consolidado.

O ápice da luta operária, sob orientação anarcossindicalista, contra o Estado liberal, ocorreu numa grande ofensiva entre março de 1917 e março de 1920. O movimento por melhores salários, iniciado na zona leste de São Paulo, entre operários têxteis, obteve imediato apoio dos comerciários, assim como de outras categorias (metalúrgicos, pintores, gráficos, construção civil, alimentos, sapateiros, transportes...) e em outras cidades (Sorocaba, Piracicaba,

Campinas, Rio Claro, Jundiaí), tendo-se constituído um Comitê de Defesa Proletária para coordenar as atividades do movimento.

A solidariedade disseminou-se inicialmente no Rio de Janeiro, por convocação da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), e depois em Minas Gerais, Paraná, Pará e Pernambuco, chegando a envolver cerca de 75 mil trabalhadores, ou quase 30% da força de trabalho ocupada em manufaturas e oficinas. Com casos de soldados que se recusavam a reprimir os operários, o Estado e a burguesia sentiram-se obrigados a fazer concessões que, em última instância, implicariam a intervenção no mercado de trabalho e a promulgação de leis sociais, como a lei sobre trabalho de mulheres e menores, aprovada no Congresso Nacional ainda em dezembro de 1917.

O ingresso *pro forma* do Brasil na guerra, em nome da "defesa da Pátria", ensejou uma grande onda repressiva contra o movimento operário. No entanto, no segundo semestre de 1918, desta feita no Rio, o movimento retomou fôlego e estimulou um grupo de anarquistas, entusiasmados com os acontecimentos revolucionários na Europa, a preparar, para novembro, uma insurreição, abortada pela polícia. Em 1919, o movimento obteve uma difusão geográfica maior, espalhando-se por diversos estados, tendo por base a reivindicação de fazer cumprir a lei de dezembro de 1917. Ao mesmo tempo em que se promove a deportação sistemática de líderes anarquistas de nacionalidade não brasileira, na Câmara dos Deputados organiza-se uma comissão de estudos sobre a legislação social, acusando já a pressão da Organização Internacional do Trabalho, em fase de constituição.

A derrota de nova greve dos têxteis de São Paulo e dos ferroviários da Leopoldina, no Rio, deflagradas em março de 1920, demarca o início de prolongado declínio da luta social centrada na classe operária, assim como de uma crise ideológica de grandes proporções, cujas raízes se encontram no apogeu do movimento. Na verdade, a classe operária viu-se chamada a enfrentar as novas questões colocadas pela nascente modernidade capitalista, para as quais a cultura anarquista, enredada em suas contradições, não encontrava respostas.

De certa forma, por seu exacerbado individualismo e pela recusa da política, o anarquismo representa o liberalismo dos não-pro-

prietários, o reverso da medalha. Ademais, a ingênua visão de "natureza humana" dos anarquistas supunha que, uma vez abolidos o Estado (governo dos proprietários, exército, polícia, juízes etc.) e a Igreja e, por conseguinte, a ética egoística da burguesia, todos os frutos do conhecimento e da alta cultura estariam à disposição da humanidade, redimida numa mítica ordem social natural. A identificação com a Ciência, o Progresso e a Civilização, ou seja, com a perspectiva histórica da alta cultura burguesa, denuncia a proximidade dos anarquistas com o positivismo dos socialistas como pano de fundo cultural.[8]

Se, por um lado, os social-reformistas se rendiam ao movimento objetivo da história, os anarquistas exacerbavam a vontade e a questão social em detrimento do movimento contraditório do real. Na prática, tanto uma como outra tendência não podiam mais que mirar alguns ganhos dentro da ordem liberal, sob forma de leis de regulamentação da exploração da força de trabalho, sem que a situação de subalternidade do movimento operário pudesse ser contestada. O ímpeto da luta operária, conduzida pela liderança anarquista, ao conseguir a discussão e a promulgação das primeiras leis sociais, paradoxalmente, criou as condições para o fortalecimento da perspectiva reformista à sombra do Estado liberal no limite de suas forças.

Enquanto reprimia as tendências anarquistas e comunistas (lutando para diferenciar-se uma da outra), o Estado liberal em crise estimulava os reformistas, a fim de ampliar sua corroída base de sustentação social e enfrentar a contestação da juventude militar. Necessariamente, uma nova fase deveria ter início para o movimento operário, diante das condições da nascente modernidade capitalista. E esta também possibilitaria uma nova e real oportunidade para que o marxismo surgisse no Brasil, acoplado à luta social.

2. *Fundação do PCB*

O impacto universal da revolução popular socialista desencadeada no Oriente russo, sem nenhuma dúvida, potencializou a movimentação operária também no Brasil, assim como deu um novo impulso para a difusão planetária de um marxismo profunda-

mente renovado. A revolução revelou novas formas de poder operário-popular, tendo o *soviet* como fundamento da democracia socialista. O mais importante, no entanto, é que proporcionou a *cisão* teórico-prática entre o marxismo em processo de refundação (perceptível na obra principalmente de Lênin e Rosa Luxemburgo) e o reformismo social-democrata de cunho positivista e/ou neokantista.

A refundação do marxismo implicava o resgate da dialética e da práxis socialista, que, em outros termos, significou uma retomada da autonomia político-cultural do movimento operário e do antagonismo social à ordem do capital. Foi, assim, recolocada na agenda a questão da revolução e da hegemonia, possível devido ao ressurgimento de uma intelectualidade revolucionária, particularmente em algumas áreas de choque entre o capital financeiro imperialista e formas sociais pré-capitalistas em desagregação. A materialização da refundação da crítica socialista marxista da ordem do capital culminou na organização da Internacional Comunista (IC), fundada em março de 1919.[9]

A chamada questão russa teve, no Brasil e em outros lugares, o condão de, pelo seu exemplo, ampliar a combatividade do movimento operário em luta contra o Estado liberal-oligárquico, permitindo que a liderança anarcossindicalista extraísse o máximo da vontade subjetiva de luta que as condições permitiam. Mas foi também essa mesma questão russa que serviu de fio condutor do processo de crise e cisão político-cultural instalado na cultura operária desde 1919 e que iria cristalizar-se somente após os inconcludentes resultados do III Congresso da COB, de abril de 1920, o qual chegou a aprovar moção de saudação à IC, vista a impossibilidade de pedir a desejada filiação. De qualquer maneira, percebia-se já o influxo, através das confusas notícias sobre a revolução, do marxismo de versão leniniana sobre as mais destacadas lideranças do movimento operário brasileiro, ainda que, de concreto, pouco se soubesse.

O mais decisivo elemento, no entanto, sem o qual não se podem explicar as origens do marxismo no Brasil e o pensamento crítico continuaria sem substrato material, é a emergência da modernidade capitalista em decorrência da crise da acumulação do capital mercantil. A partir de então, colocava-se a questão da revolução burguesa na formação social brasileira, implicando o desenvolvimento das forças produtivas do capital, por meio da generalização do sistema fabril. No interior deste processo, às forças sociais em conflito apresenta-se a questão da hegemonia, ou seja, de qual força social terá condições de constituir um arco de alianças capaz de dar origem a um bloco histórico consubstanciador da modernidade.

Neste quadro, sob o influxo da revolução socialista e da IC, o marxismo surge como força cultural ideal capaz de possibilitar a autonomia da classe operária no processo de desagregação da dominação oligárquica, perscrutando sua própria visão da revolução. Para que isso se tornasse movimento real, ao influxo teórico era necessário que se seguissem a assimilação da teoria às condições concretas e, em seguida, a autonomização cultural do marxismo, sem o que não seria possível a inserção nacional popular de um partido de massas capaz de propor uma particular passagem à modernidade.

Os ecos do marxismo refundado, porém, chegaram ao Brasil bastante enfraquecidos e encontrando um ambiente sociocultural pouco fértil. O resgate da dialética, essência da refundação do marxismo, não conseguiu muito sucesso, mesmo no núcleo moderno do Ocidente (Inglaterra, EUA e França), tendo encontrado sérias dificuldades de se sobrepor à cultura política predominante no movimento operário destes países. Era, então, precisamente a França a servir de filtro cultural para tudo que significasse o novo para o Brasil, além, é certo, das traduções e da imprensa operária de Itália, Espanha e Portugal, de expressão periférica.

Além do mais, desde março de 1921, a revolução socialista viu-se, enfim, derrotada na Europa e isolada nas terras do antigo império czarista, exigindo uma complexa mudança na orientação da luta, que, transpondo a questão da cisão, propugnasse uma frente única para deter o contra-ataque do capital e reorganizasse as forças para um novo avanço que, necessariamente, far-se-ia em condições diversas daquelas de 1917, conforme análise do III Congresso da IC. A fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) ocorreu precisamente nesse momento de refluxo do movimento operário orientado pelo marxismo refundado e, também, de sério revés da luta operária de inspiração anarquista no Brasil, com a sobreposição de

crise ideológica, coerção estatal e crise de acumulação na indústria, rebaixando o preço da força de trabalho.

O impacto da revolução na Rússia e Europa Centro-Oriental, em meio à desinformação reinante e ao ecletismo teórico, ofereceu um novo fôlego até mesmo à vertente reformista no Brasil. Entre 1917 e 1922, houve novas tentativas de formação de um partido popular, todas resultando em nada. Um caso inédito é a fundação do Grupo Comunista Zumbi, ocorrida em São Paulo, em 1919, por iniciativa de Afonso Schmidt, que, em seguida, convergiu para o movimento intelectual Clartè e, ainda, para uma tentativa frustrada de fundação de um partido socialista, em 1922. Ainda em 1919, no Rio de Janeiro articulou-se, por iniciativa de Edgar Leuenroth e Astrojildo Pereira, um efêmero partido comunista, de clara inspiração anarquista.

A afirmação, tantas vezes feita, o marxismo comunista brasileiro tem sua origem na cisão da liderança anarcossindicalista precisa ser pelo menos matizada, já que o PCB é produto da convergência de esforços de três pólos, unificados pela conjuntura de crise da dominação oligárquica. O movimento operário no Rio Grande do Sul, mesmo contando com significativo peso do anarcossindicalismo, sofreu influência do socialismo reformista de Uruguai e Argentina e também da forte tradição positivista de setores médio-agrários e oligárquicos gaúchos. É desse caldo de cultura, em meio à luta social e ao impacto da revolução socialista, que surge, em novembro de 1918, a União Maximalista, fundada pelo barbeiro de origem libanesa Abílio de Nequete, a qual, em fins de 1921, passou a chamar-se Grupo Comunista de Porto Alegre.[10] Pequenos grupos de simpatizantes da revolução dos sovietes surgiram também em Livramento, fundado por Santos Soares, e Passo Fundo.

Apesar da proximidade do movimento operário do Cone Sul — onde o socialismo reformista estava já presente sob a forma estável de partido e surgiram desde logo partidos comunistas, estimulando o estabelecimento do Secretariado Sul-Americano da IC (SSA–IC) em Buenos Aires —, o PCB permaneceu sempre muito débil. Sintoma dessa fraqueza e do viés positivista aberto ao ecletismo dos primeiros comunistas gaúchos está nos escritos do mesmo

Abílio de Nequete, que, após afastar-se do PCB, escreveu textos louvando a ciência e a técnica, cujos doutores deveriam conduzir a vida social, tudo sob um invólucro parakardecista. Com um rótulo e valor ambíguo, o PCB do Rio Grande do Sul ficou conhecido como "os doze apóstolos", o que pode sugerir a proximidade com o apostolado positivista e o comportamento de seita.[11]

Em Pernambuco, desde 1910, a incipiente e socialmente pouco diferenciada classe operária esteve envolvida na luta antioligárquica, atuando em aliança com as camadas médias, dotadas de uma tradição jacobina, que vinha desde o início do século XIX e ganhou nova força com o positivismo do movimento republicano. Assim, mesmo o anarcossindicalismo esteve culturalmente subsumido no positivismo e nas formas organizativas herdadas das lutas sociais do século precedente, muito especialmente a maçonaria. A greve de 1919 assistiu a uma aliança entre os componentes do difuso movimento popular, empolgada pela liderança reformista de Joaquim Pimenta, que, de certa forma, iria se prolongar pela década seguinte.

Mas também em Pernambuco o influxo da revolução socialista possibilitou uma diferenciação no interior deste quadro sociocultural, já a partir de 1919, quando de uma viagem à Europa de Antônio Canellas, redator de *A Tribuna do Povo*, porta-voz do movimento grevista daquele ano, a fim de participar de um congresso da Internacional Sindical (reformista) de Amsterdã, ao qual não chegou a tempo. Percebera desde logo a questão da necessidade da cisão teórico-prática com o reformismo, perpetrada na Europa pelos comunistas, mas não tinha claras as diferenças entre marxismo e sindicalismo revolucionário, embora aceitasse o princípio da ditadura proletária. Num significativo passo rumo à incorporação do marxismo, notava ser este um instrumento adaptável às condições concretas.[12]

Foi, no entanto, com a existência do jornal *Hora Social*, novo porta-voz da Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras, sucedâneo da *Tribuna do Povo*, e ainda mais com o Círculo de Estudos Sociais, ambos dirigidos pelo contabilista maçom Cristiano Cordeiro, auxiliado por Rodolfo Coutinho, que o debate sobre a questão russa e sobre um autônomo partido operário pôde ser travado. O Grupo Comunista de Pernambuco foi formalizado em 1º de janeiro

de 1922, numa reunião que contou com cerca de três dezenas de pessoas, das quais nem todas se tornaram militantes do partido que estava para ser fundado. De todo modo, esse foi o maior dos grupos fundadores do PCB.

No Rio de Janeiro e no Sudeste em geral, o movimento operário era mais combativo e forte, sendo sua liderança de oposição ao capital orientada pelo anarcossindicalismo. Desde 1919, porém, a crise ideológica se instalou, expressa na fórmula do "anarcocomunismo", primeiro do jornal *Spartacus* (a inspiração na Liga alemã deste nome é evidente) e, depois, na *Voz do Povo*, que o sucedeu. Astrojildo Pereira, que esteve envolvido no cerne de todos estes acontecimentos, percebendo a inconsistência desta equação, procurou ainda inspirar-se na organização sindical americana International Workers of the World (IWW) como via de saída para o impasse ideológico, antes de encaminhar-se decididamente para o marxismo de viés leniniano e para a cisão com o anarquismo.

A partir dos primeiros meses de 1921, Astrojildo Pereira definiu-se pelo marxismo como via de superação da crise em que o movimento operário estava imerso. Teve início então um processo de discussão, certamente não muito aprofundado, sobre a questão russa, a qual incidia diretamente sobre a necessidade de o movimento operário encontrar novas formas de organização para fazer frente à ofensiva do capital e superar o impasse ideológico. Utilizou-se o movimento de solidariedade aos flagelados da Rússia (desde setembro coordenado por Astrojildo Pereira), para aglutinar o pequeno grupo de neófitos do comunismo.

Muito possivelmente em contato com os comunistas argentinos, Astrojildo Pereira teve notícia dos resultados do III Congresso Mundial da IC e sentiu-se estimulado a formalizar, em 7 de novembro de 1921 (quinto aniversário da insurreição bolchevique), o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, inicialmente composto por 12 pessoas, que se tornou o pólo aglutinador e propulsor dos diversos grupos comunistas que se estavam formando. A partir de janeiro seguinte, teve início a publicação do periódico *Movimento Comunista*, o primeiro a definir-se como marxista no Brasil, que, após transformar-se em órgão teórico político do PCB, durou até junho de 1923, publicando textos produzidos pela IC e artigos de análise e debate sobre temas sindicais e nacionais.

Este núcleo aglutinador irradiou-se pela região Sudeste do país, estimulando a formação de outros grupos comunistas nos meses seguintes — em Niterói, capital do estado do Rio de Janeiro; Juiz de Fora, em Minas Gerais, centro industrial têxtil de importância; Cruzeiro, cidade paulista, entroncamento da ferrovia Sul-Mineira, onde havia desde 1917 uma liga operária fundada por Hermogêneo Silva; Santos, o porto exportador do complexo cafeeiro; e São Paulo, centro industrial destinado a ser o maior do país. Em outras cidades dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, havia elementos que não conseguiram se organizar no tempo devido. Todos esses grupos, a fim de se constituírem e poderem ser considerados comunistas, tinham que acatar as 21 condições definidas pelo II Congresso da IC (1920), que definiam questões de princípio e programáticas.

Este processo de constituição de grupos comunistas, que deveria culminar na fundação nacional do Partido Comunista por volta do final de 1922, foi apressado pela necessidade que se sentiu de reconhecer a nova organização, já no IV Congresso da IC, marcado para realizar-se em julho daquele mesmo ano, mas postergado para novembro. A sugestão de antecipar o congresso de fundação do PCB, dando aos marxistas brasileiros uma organização que centralizasse suas ações na luta social, partiu de Abílio de Nequete (possivelmente seguindo sugestão do Partido Comunista da Argentina — PCA) e foi plenamente acatada por Astrojildo Pereira.

Este tinha uma visão mais clara da necessidade de inserir o novo partido, cuja fundação teria um significado muito maior que suas parcas forças, num movimento de vanguarda política e cultural de caráter universal, tal como a IC, projetado instrumento da revolução socialista. Somente assim o PCB conseguiria legitimidade diante do movimento operário brasileiro, às voltas com uma séria crise e sem perspectivas de construção de uma nova autonomia de classe, visto que o anarquismo havia demonstrado seus limites na luta social. Deste modo, o PCB aparece como elemento constitutivo fundamental da modernidade emergente no Brasil, ao prover a luta social de um novo instrumental político e cultural, referido ao mar-

xismo refundado na práxis estatuída pela revolução popular socialista no Oriente russo e na Europa Centro-Oriental.

Assim, em 25 de março de 1922, na cidade de Niterói, foi formalmente fundado o PCB, reunindo nove delegados, que representavam 73 associados, dispersos por esses três pólos originais. Não por acaso, os estatutos do partido foram adaptados daquele do PCA, o primeiro a formar-se no continente, tendo os bolcheviques como referência. A saudação à fundação do partido, em nome da IC, foi feita por Rodolfo Ghioldi. Ao final dos trabalhos, foi escolhida uma Comissão Central Executiva (CCE) de cinco membros, com mais cinco suplentes. Eram eles Abílio de Nequete, Astrojildo Pereira, Antônio Canellas, Luiz Peres e Antônio Cruz Jr., com os suplentes Cristiano Cordeiro, Rodolfo Coutinho, Joaquim Barbosa, Antônio de Carvalho e Manuel Cendon.

Os percalços, que apenas demonstravam as dificuldades na incorporação dos fundamentos do marxismo, fizeram com que, em menos de um ano, três dos membros da CCE, por diferentes razões, se afastassem do partido. Abílio de Nequete teve dificuldades para se adaptar à situação de repressão permanente exercida sobre o movimento operário no Rio de Janeiro e ao convívio com companheiros que, obviamente, persistiam em grande medida no universo cultural do anarquismo, optando pelo abandono do cargo de secretário-geral e pelo retorno a Porto Alegre.

Outro nome importante que deixou o partido foi Antônio Bernardo Canellas, escolhido como responsável pelas relações exteriores do partido e que se encontrava mais uma vez na Europa quando da fundação do PCB. Foi enviado a Moscou para cumprir a importantíssima missão de representar o neonato partido no IV Congresso da IC, inicialmente marcado para julho, mas inaugurado apenas em 5 de novembro de 1922, e garantir sua inclusão como seção brasileira. Sua defesa da participação dos maçons (como Cristiano Cordeiro e Everardo Dias) na vida partidária e sua interpretação de ter havido uma intrusão anarquista no bolchevismo impediram a imediata admissão do PCB no seio da IC, sendo recebido apenas como simpatizante, com o argumento do peso da origem anarquista, numa concordância com a posição de Abílio de Nequete.

A firmeza de Antônio Canellas na defesa de suas posições e a recusa em reconhecer suas responsabilidades provocaram sua expulsão em dezembro de 1923. O PCB refutou as críticas da IC, mas foi a intervenção de Rodolfo Ghioldi, em janeiro de 1924, que contornou a situação e abriu caminho para a aceitação definitiva do PCB no V Congresso da IC, ainda naquele ano, quando foi representado por Rodolfo Coutinho. Astrojildo Pereira, então o secretário-geral do partido, retornou antes ao Brasil, em função do adiamento do congresso devido à morte de Lênin. Cruz Jr. afastou-se do partido por não conseguir se adaptar à nova disciplina exigida. Uma relativa compensação foi oferecida por meio da adesão de Octávio Brandão, que ingressou no PCB em 7 de novembro de 1922, por ocasião da manifestação comemorativa do quinto ano da Revolução Russa.

A origem dos partidos comunistas demarca uma cisão teórico-prática com o reformismo social-democrata (e sua inspiração positivista), num momento da crise revolucionária desencadeada no Oriente russo que se espraiou para a Europa Centro-Oriental e para a Ásia. O tema da cisão predominou enquanto a ofensiva revolucionária manteve algum fôlego. Quando, em 1921, ficou configurado o isolamento da Rússia, obrigada a organizar-se como Estado, implantando a chamada Nova Política Econômica (NEP, na consagrada sigla em inglês), e teve início o contra-ataque do capital, a questão da cisão do movimento operário socialista foi sobrepujada pela necessidade da frente única operária.

No Brasil, o marxismo e o Partido Comunista, para poder tomar forma, tiveram que enfrentar sincronicamente todas essas questões. O PCB nasceu para prover o movimento operário de um novo instrumento que fizesse frente à ofensiva do capital e do Estado liberal em crise. Para poder nascer, era preciso demarcar sua especificidade político-cultural, cindindo o movimento; para poder mostrar sua eficácia, era preciso construir a frente única proletária; e, para obter credibilidade e ganhar legitimidade nesta complexa empreitada, era preciso estar acoplado a um movimento de caráter universalizante, tal qual o representado pela Revolução Russa e pela IC.

Entre 1921 e 1925, os comunistas brasileiros travaram intensa polêmica com os anarquistas, procurando delinear uma nova cultura,

fundada no marxismo e inserida no movimento operário. Os temas centrais prosseguiram sendo a natureza da Revolução Russa e as condições e formas de organizar a luta operária no Brasil. Os comunistas defendiam o caráter universal e de movimento emancipador da revolução e da ditadura proletária instaurada na Rússia. Sob o influxo da obra teórica e histórica dos bolcheviques, argumentavam a necessidade de organizar as forças do trabalho em sindicatos, unificados em torno de reivindicações de caráter econômico.

Uma direção política centralizada, selando a existência de um partido operário, era condição preliminar para que o movimento operário pudesse confrontar a ação do capital e do Estado liberal e, a partir dessa luta, acumular forças e amadurecer um projeto histórico autocentrado. Aos anarquistas era imputada a postura de aliados objetivos da contra-revolução. Antônio Canellas, Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, além de ter artigos traduzidos, eram os principais argüidores por parte dos comunistas. Com o *Movimento Comunista*, que resistiu até junho de 1923, os principais porta-vozes desta posição foram *A Voz Cosmopolita* (do Rio de Janeiro), *O Internacional* (de São Paulo) e *O Solidário* (de Santos).

Os anarquistas refutavam as críticas, preservando a fidelidade a seus princípios fundamentais de oposição a qualquer autoridade, Estado ou representação política, persistindo na negação da idéia de um partido operário. Denunciavam o caráter repressivo que a Revolução Russa havia adquirido, negando assim seu caráter emancipador. Além disso, acusavam os marxistas de estarem dividindo o movimento e, até mesmo, de traição. Suas posições eram veiculadas principalmente por *A Plebe*, com textos de Edgar Leuenroth, Fábio Luz e José Oiticica. O perfil do mundo do trabalho, disperso por pequenas oficinas ou empreitadas, contribuiu para que a influência anarcossindicalista persistisse até meados dos anos 30.

Ao mesmo tempo em que procurava demarcar sua originalidade, diferenciando-se dos anarcossindicalistas, o PCB insistia na necessidade de constituir uma frente única proletária, cuja instância institucional fundamental dever-se-ia encontrar no sindicato. Daí o ingente esforço dos comunistas na reconstrução do movimento sindical. A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ), por

exemplo, ainda que bastante débil, era vista como um ponto de partida possível, mas a perspectiva dos anarquistas que pensavam ampliar a base territorial deste organismo, tendo por base sua grande influência nos operários da construção civil e sapateiros, acabou provocando a divisão, da qual se originou a anarquista Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ).

Nesta situação de crescente tensão entre comunistas e anarquistas, àqueles, a fim de fazer jus a sua proposta de frente única, não restava senão aproximar-se dos reformistas. Foi assim, então, que o PCB selou uma aliança com a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB), a qual tinha raízes no Ministério da Agricultura (então responsável pelas questões trabalhistas) e contava com um espaço no jornal *O Paiz*. Essa aliança, que contava com sérias restrições entre os comunistas, mas que permitiu a difusão de vários textos produzidos pela IC, assim como das posições em defesa da frente única, durou até que as divergências decorrentes dos acontecimentos de julho de 1924, em São Paulo, selassem a ruptura.

O instrumental teórico dos marxistas brasileiros, que alimentava a polêmica na liderança operária, continuava sendo aquele transmitido pela orientação política da IC, em língua castelhana ou francesa. Somente em 1923, por iniciativa de Octávio Brandão, foi traduzido para o português o *Manifesto comunista* de Marx e Engels. Também escreveu, um pouco antes, demarcando sua ruptura com o anarquismo e a adesão ao marxismo, o livro *Rússia proletária*, tendo-se dedicado ainda a escrever folhetos de educação política. Poucos foram os intelectuais a aderir ao PCB nestes primeiros anos, o que reforça o caráter de partido emerso do mundo do trabalho urbano, de modo que a elaboração teórico-política ficou quase que integralmente a cargo de Octávio Brandão e Astrojildo Pereira. Indício também das dificuldades de assimilação do marxismo à realidade brasileira e da relutância da intelectualidade — firmemente ancorada à perspectiva da desigualdade étnica e social — em reconhecer a possível autonomia das massas na construção do devir histórico.

Fundado num momento de refluxo, o PCB foi aos poucos percebendo que a reconstrução do movimento operário estaria as-

sociada à movimentação social urbana, respaldando a insurgência da juventude militar — um aspecto decisivo da crise da dominação oligárquica e do Estado liberal. Por outro lado, a política de cooptação de setores operários, através da promulgação de algumas leis sociais, desencadeada pelo Estado liberal em crise, visando recompor sua base de sustentação social, promoveu um fortalecimento relativo da tendência reformista, com a qual o PCB vinha se aliando. O processo político do movimento operário brasileiro, em suas relações com outras camadas sociais e com o Estado, somado a uma alteração da linha política da IC — definida no V Congresso Mundial, estabelecendo senões na aliança com os movimentos reformistas e dando uma nova ênfase na aliança operário-camponesa (numa "orientalização" da linha política) — balizaram as tentativas de análise da realidade brasileira na metade da década de 1920.

3. *Formação e colapso do grupo dirigente original do PCB*

Um grupo dirigente revolucionário se forma na medida em que se apropria de um cabedal teórico, que se acopla a um movimento de conformação do proletariado em classe social e partido político. Esse cabedal teórico é essencial para que se proceda à leitura crítica da realidade que se quer transformar, a qual, no entanto, delineia-se somente em meio à luta sociocultural, estabelecendo relações de aliança e de antagonismo. O primeiro esforço teórico de compreensão da formação social brasileira pelas lentes do marxismo foi a obra de Octávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, produzida em agosto de 1924 e depois retocada para publicação em 1926. Neste texto, Octávio Brandão identifica nas oligarquias agrárias, particularmente na de São Paulo, as forças sociais e políticas a serem batidas a fim de que o país pudesse transpor as condições feudais e enveredar de uma forma mais decisiva pelo caminho do desenvolvimento das forças de produção do capital.

Diante de uma complexa e conflituosa situação social, na qual as classes e camadas sociais têm um perfil fosco, as possibilidades

de alianças sociais seriam a um tempo variadas e passageiras, ainda agravadas pelos conflitos interimperialistas dos quais o Brasil seria um dos palcos. A rebelião militar eclodida em São Paulo em 1924, segundo essa visão, marcaria um recuo significativo da burguesia na sua oposição ao "absolutismo presidencial" (no dizer de Astrojildo Pereira) do Estado agrário e a projeção da pequena burguesia urbana como principal força política antioligárquica.[13]

Ainda que, na verdade, a burguesia industrial paulista, em nome da defesa da "pureza" do Estado liberal, resistisse às leis sociais promulgadas por Artur Bernardes, ao proletariado — que vinha de uma derrota importante e cujo partido aparece ainda como muito débil teórica e organicamente, neste momento histórico de acúmulo de forças políticas e culturais — não tocaria outra alternativa senão apoiar a rebelião pequeno-burguesa contra o domínio dos grandes proprietários agrários, preservando, porém, sua autonomia de classe.

Esta teorização ousada, mas bastante rudimentar, de Octávio Brandão era a expressão da situação política e cultural de uma classe operária predominantemente artesanal, com setores precocemente projetados para o mundo da "grande indústria", acuada em meio à crise da dominação oligárquica e à impossibilidade de uma revolução burguesa que generalizasse o mercado e o Estado liberal-burguês. Diante da perspectiva de agravamento da crise política, os comunistas percebiam a urgência de unificar politicamente o mundo do trabalho urbano, a fim de que o proletariado pudesse atuar em apoio a novas eclosões da revolta da juventude militar. A condição inicial para que se alcançasse este objetivo era conseguir o predomínio no débil movimento operário, disputando a direção com anarcossindicalistas e reformistas.

O II Congresso do PCB, realizado em maio de 1925, deu conta da enorme distância que o separava destas metas iniciais. Em parte por decorrência do estado de sítio vigente, o PCB contava com alguma expressão somente em Pernambuco e, um pouco menos, no Rio de Janeiro, sendo muito precária a situação nos outros poucos estados onde o partido existia. As energias deveriam estar voltadas para a difusão de suas posições políticas por meio do periódico *A Classe*

Operária, que teve uma primeira fase de curta duração (apenas 12 números). No projeto de construção da frente única proletária, os comunistas e seus simpatizantes buscavam organizar-se em "blocos" nos sindicatos existentes — tendo obtido sucesso entre os têxteis —, fazendo propaganda de uma futura Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), cujo comitê organizador existia desde julho de 1926.[14]

Um primeiro passo nesse sentido foi dado em fins de abril de 1927, com a realização do Congresso Operário Regional do Rio de Janeiro, que fundou a Federação Sindical Regional do Rio (FSRR). Era com os reformistas que os comunistas vislumbravam a possibilidade de construir um sindicalismo classista amplo. Embora, dependendo de momento e de região, os comunistas participassem em sindicatos anarquistas, o adversário principal estava mesmo no anarcossindicalismo, pela recusa desta vertente em entabular quaisquer alianças e por ser este o principal empecilho na persecução do papel de vanguarda que os comunistas almejavam. Essa política de maior aproximação com os reformistas derivava também da orientação geral da Internacional Comunista naquele momento, no que tange à política de frente única.

Este esforço de unificação do mundo do trabalho urbano, por meio dessa política sindical, desdobra-se na participação no embate eleitoral utilizando o instrumento do Bloco Operário. A proposta de aliança encaminhada aos reformistas de diversos matizes, personalidades e organizações foi rejeitada, a não ser por aquelas organizações destinatárias da "Carta aberta" de janeiro de 1927, que já se encontravam sob influência política dos comunistas. A exceção foi o médico João Baptista de Azevedo Lima, que seria eleito deputado federal e, mais tarde (1930), apoiaria a candidatura situacionista de Júlio Prestes à presidência da República. Em outubro de 1927, o Bloco Operário, já então presidido por Azevedo Lima, passou a chamar-se Bloco Operário e Camponês (BOC).

Na medida em que lutava para completar a mutação ideológica, rompendo de vez com a herança anarquista e adentrando o campo teórico do marxismo, o grupo dirigente do PCB que se gestava em torno das figuras de Astrojildo Pereira, Octávio Brandão e Cristiano

Cordeiro, coerente com a política de frente única, buscou estabelecer alianças que tivessem consistência e um horizonte histórico, ou seja, que tivessem o potencial de compor uma *hegemonia* e construir um *bloco histórico* (na acepção depois desenvolvida por Gramsci). Dentro da formação social brasileira, a principal aliança possível era com a esquerda positivista, encontrando-se esta nas escolas militares e em intelectuais alocados no serviço público, na imprensa, nas escolas, na embrionária sociedade civil. Num outro círculo, encontravam-se as alianças entabuladas com liberais que exerciam a crítica do caráter excludente daquela ordem liberal-oligárquica.

O diário *A Nação*, que assumiu orientação comunista de janeiro a agosto de 1927, é a expressão mais eloqüente dessa política de frente única, que talvez contasse com possibilidades maiores do que seus atores pudessem perceber. Na redação e nas páginas de *A Nação*, encontraram-se Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, os mais importantes formuladores teórico-políticos comunistas, e o professor positivista Leônidas de Rezende. Desse encontro, tomou forma a idéia de ampla frente única de forças políticas antioligárquicas, que se desdobrava no antiimperialismo e era propagandeada com a chamada pela formação do Kuomintang brasileiro.[15] No exército é que se encontrava a maior influência da concepção positivista, e a busca da aliança política dos comunistas com a juventude militar rebelada aparecia como elemento primordial neste momento. Seu significado seria bastante largo: em tese, não só aproximaria operários de soldados, mas operários da pequena burguesia urbana.

Castro Rebelo, um jurista identificado com o evolucionismo de Spencer, era um interlocutor possível do nascente marxismo brasileiro, mas o velho general Ximeno de Villeroy — em livro de 1928 — talvez fosse aquele que melhor expressava a posição da esquerda positivista, com sua defesa da sociocracia, uma ordem na qual deveriam predominar os direitos sociais e de cidadania.[16] Em relação aos liberais, a convergência com os comunistas se manifestou quando da comum defesa das liberdades civis contra o Estado de exceção oligárquico.

A consigna agitadora do Kuomintang brasileiro, possível ponto de convergência orgânica dessa aliança histórica, caiu em desgraça em função do catastrófico (para os comunistas) desenlace da Revo-

lução Chinesa (1925-1927), um dos elementos que determinaram o início de uma guinada à esquerda na orientação política da IC. De tal modo, o BOC passou a ser encarado como a organização de massa que, ao crescer, surgiria como terreno propício no qual o PCB poderia se consolidar e fortalecer. Além disso, poderia também servir de nexo de aproximação não só com a juventude militar rebelde, mas também com os trabalhadores do campo, conforme se auspiciava. Foi com este fito que, em dezembro de 1927, Astrojildo Pereira rumou para a Bolívia a fim de encontrar-se com Luís Carlos Prestes, quando então o oficial rebelde travou seu primeiro contato com o marxismo e o comunismo.

Ocorre, porém, que os comunistas encontravam sérias dificuldades para se comporem como partido organizado em células que se alimentassem do contato com a classe operária e as massas populares e transmitissem energia para o grupo dirigente partidário em gestação. O PCB não conseguiu superar o caráter fluido de sua forma-partido, o que tornou difícil a distinção entre a organização política da frente única de massas e o partido propriamente dito, quando um deveria servir de filtro para o crescimento do outro. A ausência de outros agrupamentos políticos estáveis no movimento operário — ou mesmo da pequena burguesia — contribuiu para agravar a situação. Com isso, manifestou-se a tendência de confundir o partido com a organização de frente única e esta, o BOC, apresentar-se apenas como uma fachada legal dos comunistas.

Estes problemas ficaram evidentes desde o início de 1928, quando da conferência de organização do Rio de Janeiro, que veio a ser o estopim de uma crise interna de alguma proporção. Um grupo de militantes, encabeçados por Joaquim Barbosa, entendia que a política do partido, a fim de que se alcançasse uma ligação mais próxima com os trabalhadores, deveria estar centrada no fortalecimento do partido nos sindicatos, a partir do que se entabulariam esforços para a paulatina construção da CGTB.

Com isso, estavam colocados em oposição à política da maioria da direção do partido, que decidiu por tentar influenciar o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), constituído pelo governo de Artur Bernardes, e pela formação de federações sindicais, ainda que inicialmente frágeis, como o caso da FSRR. Esperava-se, com isso, que os sindicatos se fortalecessem e, ao mesmo tempo, fossem criadas as condições para a fundação da CGTB. O reforço dos sindicatos, segundo os comunistas, passava por campanhas de filiação ligadas à luta pela aplicação das leis sociais existentes e pela revogação da legislação coercitiva e impeditiva da organização política do proletariado.

Nem sempre em coincidência, mas convergindo com as questões relativas à política sindical, surgiu no partido uma oposição à política de alianças com a pequena burguesia, por meio da aproximação com o movimento dos jovens militares rebelados. Por trás destas divergências, estava um entendimento diferenciado do conteúdo da política de frente única. O resultado foi a expulsão ou afastamento não organizado de algumas dezenas de militantes comunistas, que seria a raiz de uma bifurcação do comunismo brasileiro, consumada com a posterior formação do Grupo Comunista Lênin (em janeiro de 1930). Destas controvérsias, originou-se também uma tendência interna de "esquerda", que assumiria o controle do partido no segundo semestre de 1930, na esteira da intervenção do SSA–IC.

Esta crise, apesar de ter significado a perda de importantes quadros políticos, catalisou o debate interno, tendo em vista a realização do VI Congresso Mundial da IC (ocorrido entre julho e setembro de 1928) e do subseqüente III Congresso do PCB. Enquanto o debate interno se desenrolava na revista *Autocrítica*, como instrumento de propaganda e agitação de massa, o PCB voltava a fazer circular, desde 1º de maio, o semanário *A Classe Operária*.

No decorrer dos trabalhos do VI Congresso da IC, sob a coordenação do suíço Jules Humbert-Droz, foi reorganizado o SSA–IC, que houvera entrado em crise com a saída de José Fernando Penelón, fundador e secretário-geral do PCA, que era um dos responsáveis por essa instância da IC. Este encontro contou com a presença dos brasileiros Paulo de Lacerda, Leôncio Basbaum e Heitor Ferreira Lima, servindo para induzir algumas retificações na linha política do partido, a mais importante das quais foi o descarte de qualquer ligação orgânica do PCB com organizações da pequena burguesia — ou seja, com a Coluna Prestes — e a importância que começava a

ser dada à questão agrária. Em conexão com a ênfase no problema agrário, o inimigo principal do movimento revolucionário começava a ser visto no imperialismo. A luta pela libertação nacional deixaria aos poucos de ser encarada como um desdobramento da luta contra a dominação oligárquica e seu Estado liberal de exceção para ser o cerne mesmo da ação política dos comunistas.

No entanto, os comunistas brasileiros, principalmente pela pena de Astrojildo Pereira, notavam que, em meio ao predomínio da grande propriedade agrária, e apesar dele, o Brasil adentrava uma fase de desenvolvimento das forças produtivas do capital, particularmente a partir do complexo cafeeiro, com "o processo de industrialização das fazendas do ponto de vista técnico, do ponto de vista comercial e do ponto de vista jurídico". O Brasil estaria vivendo "um período de transição entre a economia agrária e a economia industrial",[17] financiado pelo capital imperialista. Astrojildo Pereira também notava o nexo existente entre o nascente capital industrial e a grande propriedade territorial: "Todo grande industrial é quase sempre, e ao mesmo tempo, fazendeiro e proprietário de terra".[18]

Em decorrência da industrialização técnica e orgânica da agricultura e do crescimento da grande indústria, estaria em marcha no Brasil um processo de rearranjo das classes dominantes, sob influxo, ainda, das novas condições da disputa interimperialista. Neste quadro de revolução burguesa em desenvolvimento é que deveria atuar o PCB, esforçando-se para organizar e dirigir o proletariado em aliança com a pequena burguesia urbana. Sabiam os comunistas que as condições feudais e a situação pré-política a que estava submetida a grande maioria dos trabalhadores do campo não podiam mais que lhes reservar, pelo menos num primeiro momento, um papel subsidiário no processo revolucionário tal como expectavam.

As definições teórico-políticas representavam tanto um amadurecimento da reflexão que se vinha desenvolvendo como uma conciliação entre o resultado dos esforços dos comunistas do Brasil e as concepções gerais definidas pelo VI Congresso da IC. Do entendimento do caráter semicolonial da formação social brasileira derivou a proposição de que o objetivo da revolução brasileira deveria se voltar para a libertação nacional diante da dominação imperialista. Como a burguesia brasileira era ontologicamente vinculada à grande propriedade territorial e à dominação imperialista, a única constatação possível era que não poderia fazer parte da aliança social e política necessária para a consecução da libertação nacional.

Mas, em compensação, finalmente ficava claro que a revolução brasileira era de caráter democrático-burguês, já que se tratava de conquistar a emancipação política de todas as classes da ordem burguesa em formação. Reconheceu-se que só o proletariado, "com o apoio das mais vastas massas", poderia levar tal revolução até as últimas conseqüências, mas que, de início, a aliança do proletariado com a pequena burguesia urbana era imprescindível para o desencadeamento do processo.

No entanto, a capacidade efetiva do PCB de organizar e de consolidar sua influência no sindicalismo era muito limitada e insuficiente para constituir a projetada CGTB. O debate sobre a orientação política a ser posta em prática entre os trabalhadores do campo estava apenas no início, sendo flagrante a falta de conhecimento e de recursos teóricos para uma melhor compreensão do problema agrário. E o reflexo desta situação sobre o conteúdo do BOC não poderia deixar de se manifestar.

O BOC estava projetado para ser "uma organização de massas, de frente única de todas as camadas do proletariado urbano e rural, dos camponeses pobres e da pequena burguesia proletarizada".[19] No entanto, a dificuldade estava localizada na débil autoatividade das massas, que pressionava o BOC a se transmudar em mera fachada e legenda eleitoral do PCB e seus aliados mais próximos. O BOC disputou eleições em várias regiões do país, às vezes com o nome de Coligação Operária, tendo obtido significativo sucesso apenas no Rio de Janeiro, com a diplomação de Octávio Brandão e Minervino de Oliveira como intendentes.

O III Congresso do PCB, enfim realizado entre os últimos dias de 1928 e o início de 1929, significou o ponto de melhor delineamento do grupo dirigente comunista, que contava com intelectuais (advogados, jornalistas, médicos e contadores), servidores públicos e militantes operários (ferroviários, gráficos, metalúrgicos, marceneiros, padeiros e marmoristas). Vale realçar a importância da cate-

goria dos trabalhadores gráficos nesta fase do movimento operário, devido a sua posição de interseção entre o trabalho manual e o intelectual.

Para os comunistas, o ano de 1929 pode ser claramente dividido em dois: um primeiro semestre de ascensão e consolidação política e outro de recuo, isolamento e perda de norte. A fim de substituir a "aliança orgânica" com a pequena burguesia, o PCB articulou a Liga Antiimperialista. Logo no início do ano, o PCB também conduziu conferências sindicais estaduais no Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul, com a finalidade de ultimar os preparativos para o congresso de fundação da CGTB. A nova organização sindical foi oficialmente apresentada diante de cerca de 10 mil trabalhadores na manifestação de 1º de Maio, numa conjuntura de ofensiva do movimento operário, que desencadeara greves importantes entre os gráficos de São Paulo e na construção civil do Rio de Janeiro (ambas derrotadas).

Os declarados objetivos da central sindical eram o de lutar por melhores condições de vida, por direitos políticos, cumprimento e ampliação da legislação social e direito de organização dentro da fábrica.[20] Os dirigentes mais importantes eram Minervino de Oliveira, Roberto Morena e Mário Grazzini. Estes últimos compuseram uma delegação de sete membros no congresso de fundação da Confederação Sindical Latino-Americana (CSLA), realizado em Montevidéu entre 18 e 26 de maio, com representantes de 15 países.

O mesmo Mário Grazzini aportou no mês seguinte em Buenos Aires para, junto com Paulo de Lacerda, Leôncio Basbaum e Danton Jobim, participar da I Conferência Comunista Latino-Americana, realizada com a presença de 14 delegações e coordenada por Jules Humbert-Droz. Em geral, foram discutidas e aprovadas as teses redigidas antes mesmo da efetivação do VI Congresso Mundial da IC, cerca de um ano antes. O caráter da revolução na América Latina, devido ao conteúdo econômico-social, era definido como democrático-burguês, sendo a aliança operário-camponesa apoiada pela pequena burguesia, a única possível força motriz. O objetivo seria a instauração de um governo operário camponês, capaz de resolver o problema agrário e se contrapor ao imperialismo.

Ao reconhecer que o movimento revolucionário poderia ser desencadeado pela pequena burguesia, o documento minorava um pouco seu grau de abstração e se aproximava um pouco mais da realidade concreta e da orientação política do PCB.

Aproveitando a presença em Buenos Aires, Paulo de Lacerda e Leôncio Basbaum contataram Luís Carlos Prestes, a fim de aproximar o partido dos jovens militares rebeldes e propor-lhe uma eventual candidatura à presidência da República pela legenda do BOC. O II Pleno do CC do PCB, realizado em fins de julho, avaliou as atividades do primeiro semestre e decidiu concentrar esforços na atividade sindical e no fortalecimento da CGTB. Por outro lado, um congresso nacional do BOC ficou marcado para novembro, quando seria dada a partida para a campanha eleitoral para a sucessão de Washington Luís, marcada para março de 1930.

Os comunistas não conseguiram perceber que uma inversão de tendência já se estava operando, com a convergência de forças opostas que levariam o grupo dirigente pecebista e sua política ao naufrágio. Como desdobramento do esforço de preservação das oligarquias encasteladas no Estado em crise, foi desencadeada a repressão contra o movimento operário e suas organizações. A violência policial se conjugava com o descumprimento da legislação social e o esforço da burguesia industrial em implantar o sistema taylorista de trabalho nas fábricas.

Enquanto isso, o equilíbrio instável entre as tendências de Bukhárin e Stálin na direção do partido e do Estado soviético estava rompido desde abril. Com Bukhárin afastado da direção do jornal *Pravda* e da IC, o caminho estava aberto para a consolidação da ditadura stalinista na URSS e para uma decisiva guinada na orientação política da IC. Na verdade, o roteiro já havia sido sinalizado pelo PC da Alemanha, que assitira à vitória de sua ala esquerda — conduzida por Ernst Thalmann —, que, por sua vez, aliara-se ao grupo de Stálin, na IC, contra Bukhárin. Esta aliança possibilitou que a leitura da crise capitalista dos comunistas alemães se impusesse na IC. Entendia-se que o agravamento da crise provocaria uma radicalização das massas proletárias e uma renovada ofensiva revolucionária, perante a qual o capital se defenderia, estimulando o fascismo.

Nesta situação, a postura da social-democracia em defesa da democracia liberal e dos interesses dos trabalhadores ocupados na produção não faria senão facilitar os desígnios do capital de impedir a revolução proletária. A fase que se abria, o "terceiro período" após a eclosão da revolução socialista, seria de "classe contra classe", e a social-democracia, ao servir de linha variante do capital, poderia ser designada "social-fascismo". Como essa variante contava com apoio social da maioria da classe operária, deveria ser encarada como o principal obstáculo para a unificação do movimento proletário em torno de um programa revolucionário.

Esta orientação política acabou por se impor na Comissão Executiva da IC (CEIC) — que, até então, mantinha-se na ignorância dos acontecimentos cruciais na Alemanha e na URSS —, no X Pleno, realizado em julho (com a presença de Astrojildo Pereira), cuja implicação foi a mudança de linha política e de grupo dirigente em praticamente todos os partidos comunistas, sendo afastados os nomes identificados com a "direita". Na América Latina, o processo de intervenção iniciou-se em setembro de 1929 com o envio de uma "Carta aberta aos partidos comunistas da América Latina sobre os perigos de direita".[21] Este documento chamava a atenção, entre outras coisas, para a superestimação das possibilidades revolucionárias da burguesia e da pequena burguesia e, pelo contrário, a subestimação do caráter semicolonial desta região e do conteúdo agrário do movimento. Insistia também na necessidade de se alterar a base social dos partidos comunistas, que deveriam buscar maior inserção nas fábricas.

O PCB convocou para os últimos dias de outubro o seu III Pleno do CC, para discutir esse documento da IC e preparar o I Congresso do BOC, a se realizar na semana seguinte.[22] Esta reunião da direção partidária promoveu uma alteração drástica na linha política, abandonando a perspectiva da aliança estratégica do movimento operário com a pequena burguesia urbana e passando a encarar o proletariado, a massa de assalariados agrícolas e os camponeses pobres como as forças motrizes da revolução brasileira. Em decorrência desta mudança, foi afastada a possibilidade de se oferecer apoio à Aliança Liberal, optando-se então pela apresentação de

uma candidatura de classe pelo BOC, a fim de concorrer às eleições presidenciais de março. O nome escolhido foi o do marmorista, líder sindical e intendente Minervino de Oliveira.

Sempre no mês de novembro, a situação brasileira foi discutida na Comissão Executiva da IC (CEIC), em reuniões presididas por Dmítri Manuilski e compostas pelo lituano August Guralski, coordenador do SSA–IC, e pelo italiano Ruggiero Grieco. Entre os brasileiros presentes em Moscou, além de Heitor Ferreira Lima, encontrava-se também o secretário-geral e membro da CEIC, Astrojildo Pereira. A partir desta discussão, foi elaborada uma "Resolução da IC sobre a questão brasileira".[23] Este documento observava uma situação revolucionária em gestação no Brasil, que estaria exigindo uma guinada na orientação política dos comunistas.

Antes de mais nada, deveriam os comunistas se assumir e se expor como partido revolucionário, saindo detrás do biombo do BOC, condição necessária para que pudessem emergir como força dirigente do proletariado e deixar também de se subordinar à hegemonia política da pequena burguesia. Mas, para que o partido promovesse essa guinada, tornava-se crucial a luta "[...] contra todas as espécies de tendências liquidacionistas que procuram destruir completamente ou diminuir seu papel revolucionário", de modo que "o partido deve depurar resolutamente os quadros de direita".[24]

A chamada questão brasileira foi novamente discutida no Pleno Ampliado do SSA–IC, realizado em Buenos Aires entre os meses de maio e junho de 1930, com a presença de Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Plínio Mello e Aristides Lobo. A linha estratégica do III Congresso foi severamente criticada, e exigida não só a guinada na orientação política — que implicou a dissolução formal do BOC — como a reestruturação social e política interna do próprio partido, que deveria se "proletarizar", vale dizer, buscar a ampliação de sua base social e sua inserção no seio do proletariado industrial. Acreditava-se existir um nexo entre a composição social do partido e a linha política de aliança estratégica com a pequena burguesia urbana.

Este encontro desenrolou-se numa situação de extrema fragilidade da direção pecebista, com o movimento operário dividido

em tendências cristalizadas, às voltas com a ofensiva do capital em crise e a repressão estatal. O deslocamento à direita das forças de oposição, o resultado eleitoral negativo, tudo isso contribuiu para isolar politicamente os comunistas e alimentar as dúvidas sobre a correção da linha política do III Congresso. Assim, é compreensível que as críticas do SSA–IC encontrassem respaldo no interior do partido — particularmente daquela tendência de esquerda que havia sido derrotada em precedência — e que a direção de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão fosse sempre mais contestada.

Por um momento fugaz, o *Manifesto de maio* de Prestes pareceu ser a tábua de salvação do grupo dirigente pecebista, pois havia indícios palpáveis de que o notável condutor da coluna rebelde havia encampado a orientação política que o PCB vinha defendendo. Mas a pressão contra aquela linha política tinha como desdobramento a hostilização a Luís Carlos Prestes, por ser ele visto como o mais lídimo representante da pequena burguesia. A desagregação do grupo dirigente original do PCB era já irreversível desde que Octávio Brandão fora preterido para a disputa das eleições de março e asperamente criticado no pleno de Buenos Aires, o que só agravou o isolamento de Astrojildo Pereira.

O principal fundador do PCB viu-se, em novembro, finalmente afastado da secretaria-geral do partido. Astrojildo Pereira retirou-se do partido em abril-maio do ano seguinte, e, pouco mais de um mês depois, Octávio Brandão partia para o exílio na URSS. Cristiano Cordeiro já havia sido praticamente expulso pelo apoio dado à Aliança Liberal e pela manifesta simpatia a Prestes. O colapso do grupo dirigente original do PCB pode ser parcialmente identificado com a derrota de um projeto de inserção autônoma do movimento operário na desagregação da dominação oligárquica e no processo da revolução burguesa. O resultado mais imediato foi a disponibilidade de parcela significativa da classe operária diante do projeto de corporativização estatal, que começava a se delinear e começaria a ser implantado a partir de 1931.

4. *Redefinição da identidade sociocultural dos comunistas*

Em seu exílio platino, Luís Carlos Prestes, o mais prestigioso dos jovens militares rebelados contra a ordem liberal, foi paulatinamente se aproximando do marxismo, na mesma medida em que não conseguia vislumbrar uma resposta para os problemas brasileiros nem no liberalismo democratizado nem na opção corporativista, que seduzia de forma crescente muitos de seus companheiros da Coluna. Em Buenos Aires, onde permaneceu por cerca de dois anos, Prestes teve oportunidade de manter contatos com militantes internacionalistas e debruçar-se sobre a literatura marxista difundida pelo SSA–IC, tendo passado, enfim, por uma mutação ideológica bastante rápida.

É possível que Prestes tenha encontrado no marxismo um instrumental que oferecia melhor respaldo à práxis histórica que pretendia encarnar do que as concepções positivistas que o rodearam na família — com pai e tio adeptos da doutrina de Comte — e na Escola Militar, as quais, no entanto, transmitiram as preocupações com a justiça e com os temas sociais. Tais preocupações viram-se acentuadas com o que pôde observar do cenário social, no campo brasileiro, durante o tempo que durou sua atividade guerrilheira. De outra parte, a erupção positivista que a IC vinha sofrendo nos últimos anos, marcando, de certa forma, uma linha de continuidade com a Internacional Socialista (1889-1914), pode ter facilitado sua mutação ideológica.

A conversão de Prestes ao comunismo marcou uma *cisão*, por certo pequena, mas fundamental, tanto para os rumos do movimento da juventude militar rebelde como para o futuro do movimento comunista no Brasil. De início, Prestes viveu uma fase de aproximação com o grupo dirigente original do PCB, tendo Astrojildo Pereira como seu mais convicto fiador. Gerou dissensões sérias no interior do partido e, mesmo, um dos motivos que deram origem à *cisão* autodenominada "oposição de esquerda",[25] culminada depois no colapso do grupo dirigente pecebista.

Tendo recusado, em julho de 1929, a proposta de sua candidatura à presidência da República pelo BOC, conforme oferta feita

por Paulo de Lacerda e Leôncio Basbaum, já em outubro Prestes tinha claro que a Aliança Liberal não seria capaz de concretizar suas expectativas e uma frente política desta magnitude seria contraproducente. O silêncio de Prestes durante o período em que se desenrolou a campanha eleitoral tinha o objetivo de atrair alguns de seus companheiros militares para uma discussão sobre o ideário que estava começando a abraçar e as possibilidades que abria para a compreensão/transformação do Brasil.

Prestes não só não obteve sucesso como viu seu nome transformar-se num estandarte da campanha eleitoral de Getúlio Vargas, tendo ainda acedido em retardar o manifesto no qual tornava públicas suas novas idéias e rompia com a grande maioria dos jovens militares rebeldes. Esta situação ambígua contribuiu para que parte significativa da militância comunista (e maioria no Nordeste), acreditando que Prestes apoiava efetivamente a Aliança Liberal, tomasse esta direção e colaborasse para a crise do grupo dirigente pecebista.

Em maio de 1930, finalmente, Prestes fez publicar o primeiro *Manifesto*, no qual propunha uma insurreição popular, conduzida com firmeza pelos "revolucionários sinceros", a fim da abater o imperialismo e as oligarquias latifundiárias.[26] Este documento foi recebido com simpatia entre os comunistas do Nordeste e de São Paulo e afiançado por Astrojildo Pereira. A guinada política que vinha ocorrendo no PCB, fortemente estimulada pelo SSA–IC, fez com que o manifesto fosse visto com muitas reservas. Acatando as críticas, Prestes resolveu fundar uma Liga de Ação Revolucionária, a fim de organizar uma força político-militar aliada ao PCB que não descaracterizasse o caráter classista e de vanguarda da organização comunista, tentando aglutinar a pequena burguesia e o campesinato.

Ao mesmo tempo, aqueles que, na lógica da linha política do III Congresso, satisfaziam-se com a aproximação de Prestes dentro e fora do partido passavam a ser atacados, com bastante veemência, com o epíteto de "prestistas". Estes, dentro do partido, eram considerados "desviacionistas de direita". Fora dele, aqueles que se identificaram com a cisão perpetrada por Prestes no movimento da oficialidade jovem passaram a ser qualificados como "social-fascistas", por parte dos comunistas.

A situação do SSA–IC era também das mais complexas. Prestes se aproximara do comunismo e do marxismo sob o influxo inicial de Astrojildo Pereira, mas principalmente pelos contatos estabelecidos na Argentina com militantes internacionalistas como Rodolfo Ghioldi, August Guralski e Arthur Ernst Ewert. Acontece que a "esquerda" do PCB, que apoiou e implementou a nova orientação política emanada do X Pleno do CEIC, opunha-se resolutamente a qualquer aproximação com Prestes. Assim, enquanto seus simpatizantes dentro do PCB eram expulsos ou marginalizados, Prestes aprofundava seus contatos com o SSA–IC, precisamente o órgão responsável pela exclusão daqueles como Astrojildo Pereira e Cristiano Cordeiro, que eram por uma colaboração a mais próxima possível com o ex-oficial do exército.[27]

A solução encontrada foi preparar a transferência de Prestes para a URSS, não antes que lançasse, em março de 1931, um documento intitulado "Realidade brasileira", no qual se declara comunista e assume a vigente linha política da IC e do PCB, criticando a vitoriosa Aliança Liberal, atacando o "social-fascismo" e o "prestismo", conclamando a "revolução agrária e antiimperialista" sob "hegemonia incontrastável do partido do proletariado [...]".[28] Este novo manifesto afastou aliados e dificultou — mas não impediu — o ingresso de simpatizantes seus no PCB. Finalmente, em outubro, juntamente com a família e em companhia de Ewert, Prestes embarcava para a URSS, onde permaneceria por mais de três anos.

O colapso do grupo dirigente original do PCB, com o afastamento de Astrojildo Pereira, Octávio Brandão e Cristiano Cordeiro, deu início a um período de grande instabilidade organizativa que a "esquerda", mesmo com a presença constante do Bureau Sul-Americano da IC (BSA–IC),[29] não conseguiu superar. Essa "esquerda", delineada em 1928 e derrotada no III Congresso, jamais conseguiu ser homogênea, tendo sido matriz da vertente trotskista e da vertente obreirista do PCB que, com ajuda do SSA–IC, implodiu o grupo dirigente original.

Em comum, estas tendências de "esquerda" tinham as restrições quanto a ampliar a política de alianças e a preocupação com a autonomia operária. O antiintelectualismo da vertente obreirista empurrou

muitos militantes que compunham o grupo dirigente original para o Grupo Comunista Lênin (como foram os casos de Aristides Lobo e Plínio Mello). Contudo, uma nova maioria de "esquerda" formou-se, em reunião do CC realizada em agosto de 1930, composta por José Caetano Machado, Alcides Adett Brazil de Mattos, José Villar, Fernando de Lacerda e outros, tornando inviável a permanência de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão na direção do partido, apesar de, a princípio, terem acedido à posição da maioria.

Heitor Ferreira Lima, chegado de Moscou na última semana de 1930, foi visto como o nome mais adequado para substituir Astrojildo Pereira e reordenar a direção do partido. Esta foi uma solução encontrada em vários partidos comunistas, que receberam como novos secretários-gerais os "jovens bolcheviques", em princípio dotados de um melhor preparo teórico e político após alguns anos de estudo na Escola Leninista, além de conhecedores da nova orientação da IC. Porém a ligação política de Heitor Ferreira Lima com Astrojildo Pereira e o fato de serem amigos tornavam difícil a permanência daquele no cargo de dirigente máximo do partido.

Em fins de 1931, Heitor Ferreira Lima foi transferido para o Nordeste — onde acabaria preso — para ajudar na reorganização partidária, sendo então substituído na secretaria-geral por José Villar (Miguel). O pleno do CC realizado em janeiro de 1932 confirmou a linha política de "classe contra classe", assim como a exclusão de vários militantes identificados com os "desvios de direita" e com o "prestismo", ou seja, com a orientação política do III Congresso, que apregoava a aliança do PCB com a Coluna Prestes. Foi também aprovada "[...] por unanimidade uma resolução expulsando Astrojildo Pereira como traidor e renegado da causa do proletariado"[30] e confirmado o afastamento de José Casini, Minervino de Oliveira, Everardo Dias, João Freire de Oliveira, Cristiano Cordeiro, Carlos Villanova e Odilon Machado.

Em maio, ocorreu uma nova reunião ampliada, que reorganizou o CC e promoveu uma correção de rota na linha política. Isso foi possível devido à presença do argentino Gonzalez Alberdi, representante do BSA–IC, e à volta de José Caetano Machado e Roberto Morena do Nordeste e de Mário Grazzini de Montevidéu. José Caetano Machado assumiu a secretaria-geral, e os outros dois assumiram

a responsabilidade pelo setor sindical. Esta mudança ocorreu em meio a importante greve operária, quando cerca de 200 mil trabalhadores ofereciam resistência à imposição da carteira de trabalho por parte do Ministério do Trabalho.

Neste processo de luta, os comunistas perceberam que seria mais profícuo juntar as forças operárias existentes, em vez de forçar a fundação de sindicatos "vermelhos". No entanto, antes mesmo que a greve sucumbisse à repressão policial, José Caetano Machado, Roberto Morena, Mário Grazzini e Leôncio Basbaum foram presos, tendo então Duvitiliano Ramos (Freitas) assumido a direção do partido. Em agosto, o CC remanescente realizou um pleno para avaliar a guerra civil que então se desenvolvia a partir de São Paulo, tendo sido caracterizada como guerra "feudal-burguesa", contra a qual se deveria opor a "revolução agrária e antiimperialista", cuja tática seria a luta contra a fome e a guerra.[31] Com a detenção de Duvitiliano Ramos (Freitas), o ex-anarquista Domingos Bráz (Mauro) assumiu o cargo de secretário-geral do partido.

A avaliação do PCB e também do BSA–IC era que se vivia uma época de crise de acumulação do capital, que perpassava por todo o globo, à qual o Brasil não estava infenso, bem ao contrário. Em função dessa crise, estariam se criando condições objetivas para uma renovada ofensiva revolucionária. A questão central que se colocava, então, era a garantia da autonomia da classe operária e a conformação de um decidido grupo de revolucionários profissionais, capaz de aproveitar a oportunidade histórica que se prenunciava.

Em países como o Brasil, a necessária revolução democrático-burguesa deveria assumir um conteúdo agrário e antiimperialista e ser conduzida por uma aliança operário-camponesa baseada em conselhos, com forte participação de soldados e marinheiros. O marxismo e a teoria revolucionária só poderiam ganhar autonomia e alcançar a hegemonia desde que evitassem alianças, ou qualquer contato com liberais ou positivistas. Mesmo intelectuais que se aproximavam do marxismo e do partido eram vistos com carga pesada de desconfiança.[32]

Sob esta perspectiva, havia um esforço de conformação de um novo grupo dirigente. Mas em vez de, como esperavam essa esquerda

comunista e a própria IC, criarem-se raízes mais sólidas para o fortalecimento do movimento operário e do próprio marxismo, o que houve foi o resgate de aspectos da cultura operária anarcossindicalista — uma visão analítica economicista voluntarista, uma exacerbação do social e o desprezo pela política e suas mediações. O Estado era encarado como inteiramente estranho à classe operária, e a luta política deveria estar voltada ou para desarticular outras tendências do movimento operário ou para mobilizar para o confronto direto contra o latifúndio, a burguesia e o Estado.

Em decorrência desta visão despida de dialética, os comunistas só poderiam observar a "revolução de 30" sob um aspecto: o de uma contra-revolução preventiva oposta à projetada revolução agrária e antiimperialista. Não podiam, então, perceber que estava em andamento uma revolução burguesa que pretendia redesenhar a subalternidade operária, concedendo uma limitada legislação social e uma cidadania restringida e tutelada, cujo instrumento era o corporativismo estatal. E que este seria, ao mesmo tempo, o instrumento de imposição do taylorismo e da retomada do processo de acumulação. Dentro da lógica analítica dos comunistas, a idéia de uma Assembléia Constituinte era impensável, pois demandaria uma aliança com pelo menos alguns setores liberais.

O campo de ação dos comunistas estava limitado ao movimento dos trabalhadores, cabendo-lhes a missão de unificá-los contra o Estado. Este, por sua vez, assim como a economia do país, mais que uma condensação de interesses das classes dominantes brasileiras, seria um campo de disputa entre diferentes interesses imperialistas, aos quais se acoplavam de maneira mais ou menos direta. Assim, como choque entre imperialismo inglês e americano foi analisada não só a "revolução de 30", mas também a guerra paulista de 1932.

Além do movimento operário, os comunistas dedicavam atenção aos militares de baixa patente que prosseguiam em seu conflito com a hierarquia. Uma comissão do CC, especialmente voltada para as atividades antimilitaristas, havia sido constituída por decisão do III Pleno (outubro de 1929). É sensível o ingresso de militares ou ex-militares no PCB desde 1930, num claro indício de que, de fato, o partido tendia a mudar não só sua linha política, mas também seu

perfil social, tendo chegado a participar, ainda que em minoria, da rebelião do 21º BC do Recife, em outubro de 1931. Deve-se considerar ainda que, em vários estados da Federação, o Partido Comunista só surgiu a partir de 1930, associado a um grande estímulo à atividade sindical, derivado da crise social e da criação do Ministério do Trabalho.

Os motivos são os mais variados para o declínio daquele partido com forte inserção entre trabalhadores imigrantes profissionalmente identificados com o artesanato, indo desde a mudança do perfil do mundo do trabalho, com o arranque da industrialização a partir de 1933 e a migração do Nordeste substituindo a migração européia como fonte de força de trabalho para a indústria do Sudeste, até a continuidade da crise da instituição militar. Ao cenário geral de desencadeamento da revolução burguesa vieram acrescentar-se ainda a interferência política do BSA–IC, a difusão vulgarizada do marxismo entre a crescente camada de intelectuais, a simpatia despertada pelo "sucesso" do plano qüinqüenal da URSS, além do antifascismo.

Para a ilha Grande (no litoral do estado do Rio de Janeiro) passaram a ser amiúde enviadas, aprisionadas, lideranças do movimento operário, fossem comunistas, anarcossindicalistas ou outras. De certa forma ali, e com os limites do cárcere, debates se aprofundaram e posições se esclareceram, de modo que novos militantes comunistas foram associados. Um exemplo importante foi o de Antônio Maciel Bonfim (o futuro Miranda), que, antigo adepto da Liga da Ação Revolucionária de Prestes, tivera sua inscrição ao PCB negada no início de 1932. Detido na ilha Grande, escapou juntamente com José Caetano Machado e José Desidério, tendo-se estabelecido no Rio de Janeiro.

Após um curso introdutório de marxismo, o ex-sargento e professor primário Antônio Maciel Bonfim agregou-se ao Comitê Regional do Rio de Janeiro e, logo, ao CC, reencontrando-se com Leôncio Basbaum e Mário Grazzini, que haviam sido soltos da ilha Grande com algumas semanas de intervalo. Meses depois, Leôncio Basbaum afastou-se do partido por ter sido criticado pela debilidade dos "Comitês de Luta contra a Guerra" — área de atuação essencial na orientação política do partido —, pelo qual era um dos responsáveis, e por

ter-se manifestado contra a participação nas eleições para a Assembléia Constituinte, que iriam realizar-se em 3 de maio de 1933.

A indecisão sobre a participação ou não nas eleições retardou a preparação para a campanha eleitoral, que redundou em fracasso. A legenda da União Operário-Camponesa do Brasil (UOCB), com a qual o PCB disputou, só chegou perto de eleger Cristiano Cordeiro em Pernambuco, apesar de ele encontrar-se afastado da militância partidária. A avaliação da situação do partido no movimento de massas e o pífio desempenho eleitoral sugeriram uma reorganização da direção nacional, que marcou o fim da instabilidade crônica em sua composição. A nova direção ficou composta pelo novo secretário-geral, Antônio Maciel Bonfim (Miranda), Honório de Freitas Guimarães (Martins), Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), Adelino Deícola dos Santos (Tampinha), Fernando de Lacerda e Mário Grazzini, coordenando um setor sindical formado ainda por Corifeu de Azevedo Marques, José Medina e Heitor Ferreira Lima (que permanecia preso na ilha Grande).

Com a movimentação que tinha em vista a escolha da representação corporativa para a Assembléia Constituinte, a qual atraiu e envolveu uma parcela significativa do sindicalismo — aliada ao início de um novo ciclo de acumulação que diminuiu a desocupação —, arrefeceu a repressão estatal contra o movimento operário, mas também a própria combatividade do movimento sindical e popular. Os trabalhos da Assembléia Constituinte e a expectativa do fim do "governo provisório" de Getúlio Vargas possibilitaram a abertura de novos espaços de organização autônoma dos sindicatos e de movimentos grevistas com inserção dos comunistas. Foram os casos das greves dos bancários, em São Paulo, e do setor dos transportes do Rio de Janeiro.

O relativo avanço da mobilização dos trabalhadores sugeriu à direção comunista a possibilidade de se encaminhar rapidamente para a reorganização da CGTB, tendo a FSRR, sediada em Niterói, como ponto de apoio. No entanto a comissão sindical do partido avaliou como precipitado este projeto. Tendo ficado em minoria e sem o apoio do BSA–IC, numa reunião que serviu também para preparar a I Conferência Nacional do PCB, a comissão sindical foi

destituída, com exceção de José Medina. Essa primeira conferência nacional, realizada entre 8 e 16 de julho, escolheu um novo CC, composto por 13 nomes, com mais seis suplentes, tendo sido confirmado Antônio Maciel Bonfim no cargo de secretário-geral.

Parecia, enfim, que um novo grupo dirigente se conformava a partir de um setor de "esquerda" do grupo dirigente original, engrossado com elementos simpáticos a Prestes e que o seguiram na sua adesão ao comunismo. Alguns dos principais nomes foram escolhidos para se conduzirem a Moscou, a fim de participar da denominada III Conferência dos PCs da América Latina e do VII Congresso da IC. Foram eles: Antônio Maciel Bonfim (Miranda), Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), José Caetano Machado (Alencar), Elias Reinaldo da Silva (André) e Valdevino de Oliveira (Marquez).

Além da atividade sindical, que apregoava uma "frente única proletária" autônoma diante do Estado e da burguesia, com uma perspectiva claramente revolucionária (ou "revolucionarista"), o PCB também se envolvia em todas as dimensões da luta social que pudessem redundar em antagonismo à ordem social e política vigente, qualificada como "regime feudal-burguês". Essa era a linha política reafirmada na I Conferência Nacional, que apregoava a formação de "comitês de frente única de luta".

5. *Os comunistas e a gestação da alternativa nacional-popular*

O período subseqüente à realização da I Conferência Nacional do PCB assiste a um substancial fortalecimento do movimento de massas e também dos comunistas. Isso ocorre pela conjunção de diversos acontecimentos, entre os quais se destacam a promulgação da nova Constituição e a escolha de Getúlio Vargas para a presidência como último ato da Assembléia Constituinte, poucos dias depois de um derradeiro decreto do "governo provisório" já ofender a nova Carta, reafirmando a tutela estatal sobre o movimento operário.

A fim de se completar a nova ordem institucional, foram marcadas eleições para deputados federais e deputados estaduais cons-

tituintes para o dia 4 de outubro, estimulando a organização das diversas forças políticas. A autorização legal para a formação de sindicatos autônomos em concorrência com os sindicatos estatais deu um novo alento ao movimento operário, assim como — não se pode deixar de considerar — a expansão da indústria, que aumentou o poder de negociação da força de trabalho. Os comunistas se inseriram nesse movimento geral e começaram a ver os frutos de uma política que vinha sendo implementada com convicção, mais que com acerto, no ano transcorrido.

Na análise do PCB, a promulgação da nova Constituição não oferecia motivos para alterar a análise da situação ou a orientação política. No entendimento dos comunistas — incluídos Astrojildo Pereira, Cristiano Cordeiro e Leôncio Basbaum, então marginalizados do partido —, a "revolução de 1930" havia sido de fato uma "contra-revolução preventiva", que reorganizou o "bloco feudal-burguês", assumindo algumas características fascistas ao intentar a corporativização da classe operária por meio da cooptação e da violência. Como a Constituição de 1934 de certa forma reafirmou este projeto e contou com grande influência católica, foi qualificada de "clerical-fascista".[33]

Na avaliação dos comunistas brasileiros e de acordo com a concepção então vigente na IC, o fascismo seria um fenômeno político que caracterizaria a reação burguesa no período de crise do capitalismo financeiro e imperialista. Num país semicolonial como o Brasil, não seria possível o fascismo propriamente dito, mas métodos de reação fascista utilizados pelos grupos feudais e burgueses, ligados ao capital internacional. Como o fascismo expressava os interesses armamentistas e guerreiros do capitalismo imperialista, o inimigo era sempre o mesmo, implicando que as lutas antifascista e anticapitalista tendiam a se confundir. Ademais, na interpretação do PCB, a instauração da reação fascista no Brasil percorria duas vias complementares: a do integralismo de Plínio Salgado e a da "ditadura outubrista" de Getúlio Vargas.

Com esta visão é que o PCB já havia criado, em março de 1933, o Comitê de Luta contra a Reação, o Fascismo e a Guerra Imperialista, mais conhecido como Comitê Antiguerreiro. Tendo surgido

como desdobramento do Comitê Mundial de Luta contra a Guerra Imperialista — fundado em Amsterdã (agosto de 1932) — e do congresso regional realizado em Montevidéu (fevereiro de 1933), a seção brasileira foi fundada e coordenada por Oswaldo Costa e Joaquim Câmara Ferreira, organizando-se em comitês setoriais de militares, estudantes, sindicalistas e de mulheres.

Alguns meses após a fundação do Comitê Antiguerreiro, por iniciativa da Liga Comunista, surgiu a Frente Única Antifascista (FUA), em São Paulo, decorrência de sérias divergências teóricas, gerando uma disputa na direção da luta contra o fascismo até outubro de 1934.[34] A coincidência de objetivos entre o integralismo de Plínio Salgado e o governo de Getúlio Vargas, ambos visando dobrar a organização autônoma da classe operária e desmoralizar a precária legalidade recém-instituída pela Carta de julho de 1934, fez com que, na prática, a linha política do PCB se mostrasse mais capaz de aglutinar e ampliar a frente antifascista, além de este ter-se beneficiado da crise política que atingiu tanto a organização trotskista quanto o Partido Socialista Brasileiro de São Paulo (PSB–SP).

Assim é que manifestações do Comitê Antiguerreiro ocorreram em 1º de agosto, dia internacional de luta contra a guerra, e em 23 de agosto, ao final do Congresso Nacional contra a Reação, o Fascismo e a Guerra Imperialista, dando início à participação eleitoral do PCB "com o fim de transformar essa manobra reacionária numa mobilização de massas que lutam pelo programa da revolução operário-camponesa".[35] No seguinte mês de setembro, por conta da morte do titular, assumia a cadeira de deputado federal o estivador catarinense Álvaro Soares Ventura (com mandato até maio seguinte). Logo em seguida veio a público a informação do ingresso de Luís Carlos Prestes nas fileiras do PCB, o qual, naturalmente, declarava-se de acordo com a linha política do PCB e da IC.[36]

Dentro da orientação política pecebista, formou-se um nexo entre a defesa da autonomia do movimento operário, a luta antifascista do Comitê Antiguerreiro e a agitação que tinha em vista as eleições. Neste processo, sempre visando compor e reforçar sua frente única de luta, o PCB, na capital federal, novamente fazendo uso da sigla UOCB, participou de uma coalizão composta pelo próprio PCB

— reforçado pela adesão da esquerda do PSB e do Partido Proletário (PP) —, pelo Partido Socialista Proletário do Brasil (PSPB) e pela LCI, assim como pelo conjunto do sindicalismo autônomo e do movimento popular. Além de Álvaro Ventura, também João Vitaca e Vasco de Toledo passaram a compor a bancada da UOCB. Um processo semelhante de aglutinação de forças e de fortalecimento do PCB ocorreu no estado do Rio de Janeiro.

A partir de então, os confrontos com os integralistas foram se agravando, com forte destaque para o entrevero de grandes proporções que antepôs as forças antifascistas aos camisas-verdes, na Praça da Sé (São Paulo), em 7 de outubro. Nestes enfrentamentos, as forças do movimento operário autônomo e das camadas médias iam ganhando coesão em torno da bandeira do antifascismo e do antiimperialismo, despontando o crescimento do PCB. Enquanto o processo sociopolítico do Brasil indicava a formação de uma frente popular antifascista e antiimperialista, reunia-se em Moscou, entre os dias 16 e 28 de outubro, a III Conferência dos PCs da América Latina, que discutiu as alterações na linha política que a IC vinha experimentando desde fevereiro daquele ano de 1934.

Enquanto o fascismo se apossava da Áustria e se fortalecia na França e Espanha, comunistas e social-democratas passaram a não ter outra saída senão a aproximação e a formação de uma frente para combater o inimigo mortal do movimento operário e do socialismo marxista. O VII Congresso da IC, que estava convocado para fins de 1934, teve que ser adiado para julho do ano seguinte, tendo em vista as resistências encontradas em muitos partidos para a mudança de orientação política. Não houve tempo, porém, para a transferência dos encontros continentais que precediam o congresso mundial. Como a maioria da CEIC estava já convencida da inevitabilidade da mudança de linha e da necessidade da frente popular para bater o fascismo, esforçou-se para que a nova orientação fosse assimilada pelos representantes dos partidos comunistas presentes nestas conferências preparatórias.

A delegação brasileira enviada para Moscou descreveu a situação brasileira como pré-revolucionária e não percebeu contradição alguma entre a nova orientação e aquela que vinha colocando em prá-

tica. Na verdade, enquanto os mais importantes dirigentes pecebistas estavam reunidos em Moscou, a frente popular estava se formando nas ruas e praças do Brasil. A ausência de organizações políticas operárias sólidas e de caráter nacional dispensou o PCB de entabular negociações globais com outras tendências do movimento operário, a não ser no eixo Rio—São Paulo, onde enfrentou maiores dificuldades na disputa com outras tendências pela direção do movimento.

Quando os delegados comunistas retornaram, encontraram já instalada a Comissão Jurídica Popular de Inquérito (CJPI), que havia sido criada em novembro, com decisivo estímulo do partido, a fim de levantar as fontes de financiamento da Ação Integralista Brasileira (AIB) e as responsabilidades por um sem-número de atos de violência, alguns dos quais resultando em mortes. Em torno dessa comissão, composta por juristas e por intelectuais de expressão, entre os quais Astrojildo Pereira e Tarsila do Amaral, foram rapidamente se agrupando as mais variadas organizações antifascistas e formando-se novos comitês de frente única — sindicatos, militares, advogados, professores, parlamentares, imprensa, estudantes, grupos espíritas, ateístas, positivistas — a partir dos organismos previamente estruturados pelos comunistas.

Naquele momento, já não havia dúvida alguma a respeito do papel hegemônico desempenhado pelo PCB no campo da esquerda e do movimento operário autônomo. O programa antilatifundiário, antiimperialista e antifascista do PCB mostrou-se apto a iniciar um processo de aglutinação das forças nacionais populares, capaz de propor uma alternativa democrática para o desenvolvimento da revolução burguesa, em contraste com a "revolução passiva" contida no projeto corporativista.

O projeto de revolução burguesa pela via "passiva", que começou a ganhar corpo a partir de 1930, teve que encarar a resistência das oligarquias agrárias e da burguesia industrial, cuja cultura liberal parecia optar por um caminho mais conservador, ancorado ao mercado, assim como teve que deter a luta do movimento operário em defesa de sua autonomia e pela garantia de direitos sociais e políticos. A persistente crise do exército, com seu envolvimento permanente nas lutas sociais e políticas, era um óbice dos mais im-

portantes ao projeto corporativo que almejava uma instituição profissionalizada e reduzida.

As concessões ao liberalismo que apareceram na Constituição de 1934 deram espaço não só à reorganização das oligarquias, mas também à gestação de uma alternativa nacional-popular, com forte referência no mundo do trabalho e da cultura. Dessa maneira, a fim de serem contornados esses óbices à implantação do corporativismo, tornava-se necessária a instauração de um novo Estado de exceção, cujo meio foi a proposição ao Congresso Nacional — passados poucos meses de vigência de uma Constituição já coercitiva — de uma Lei de Segurança Nacional (LSN).

O início da tramitação dessa que ficou conhecida como "Lei Monstro" provocou reações imediatas das forças democráticas e populares, que tendiam sempre mais a se agrupar em torno da CJPI, constituindo o estímulo final para a paralela formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Postando-se abertamente contra o latifúndio e o imperialismo e pelas liberdades democráticas, a ANL vem enfim se configurar como uma experiência política de frente popular. O primeiro manifesto, dando conta da fundação da ANL, intitulado "Pela libertação nacional do povo brasileiro", foi lido na tribuna da Câmara dos Deputados em 17 de janeiro de 1935 pelo deputado Gilberto Gabeira, culminando um processo de negociações e convergência política que ganhara aceleração desde novembro. Alguns dias depois, o periódico do PCB confirmava: "A ANL se propõe a realizar a aliança operário-camponesa contra a opressão latifundiária e imperialista".[37]

A ata de fundação da ANL foi lavrada em 23 de março e, uma semana depois, foi realizada a primeira manifestação pública da frente política, quando então Luís Carlos Prestes foi proclamado presidente de honra. A ANL, cujo presidente efetivo era o capitão da marinha Hercolino Cascardo, agrupava organizações e indivíduos de várias concepções político-filosóficas, unidos por um programa que implicava a realização de uma revolução democrática no Brasil, apregoando a nacionalização das empresas imperialistas, a suspensão das dívidas externas, o fim do latifúndio e a instauração de um "governo popular".[38]

Sem que se percebesse, de certo modo a ANL recuperava a perspectiva política estratégica do BOC e do grupo dirigente original do PCB, realizando na prática uma aliança nucleada em parcelas da classe operária e das camadas médias urbanas, particularmente com a juventude militar rebelde. Nesta conjuntura de 1934-1935, no entanto, havia uma diferença bastante importante: grande parte da juventude militar em rebelião estava incorporando o espírito do manifesto de maio de 1930, de Prestes, reconhecendo que as raízes econômico-sociais do "atraso" brasileiro estavam localizadas no latifúndio e no imperialismo. Mas, por outro lado, desta feita havia uma carência teórica ainda mais significativa no PCB, que impossibilitou sua direção de perceber a fundamental diferença entre a linha política de "classe contra classe" e de frente única pela base, com sua perspectiva insurrecional de curto prazo, e a linha da frente popular, que implicava amplas alianças, acumulação de forças e disputa pela hegemonia no interior da coalizão nacional-popular.

Com a formação da ANL, o movimento operário autônomo, ao mesmo tempo em que se endereçava para a unidade sindical, alargava seu arco de alianças em direção à juventude e à intelectualidade democrática e antifascista, à juventude militar e às imprensas liberal-democrática e nacionalista. Um comitê de organização do Congresso de Unidade Sindical obteve relativo sucesso em seu empenho, com a realização de encontros regionais em 11 estados e a participação de cerca de 400 sindicatos. O Congresso de Unidade Sindical, aberto em 28 de abril, deu vida à Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB), cuja primeira manifestação pública reuniu perto de 20 mil pessoas, no 1º de Maio de 1935, tendo formalmente aderido à ANL, em cerimônia realizada em 12 de maio, para apresentação da diretoria. Notáveis a debilidade da organização operária nas fábricas mais modernas e o persistente papel dirigente de algumas categorias profissionais mais arcaicas, como marítimos, comerciários e marceneiros, além de outros de melhor formação cultural, como bancários e gráficos. O fato é que o processo de unificação política e sindical da classe operária estava apenas se iniciando...

Paralelamente, realizou-se o congresso de fundação da Juventude Proletária, Estudantil e Popular (JPEP), sob coordenação de Ivan

Pedro Martins, Carlos Lacerda, Jorge Amado e Edmundo Moniz. A intelectualidade democrática e antifascista agregou-se ainda na Liga de Defesa da Cultura Popular e no Clube de Cultura Moderna, além de ter-se organizado a União Feminina Brasileira. A crise da instituição militar viveu um novo capítulo com a questão do soldo e do programa de redução de efetivos, que atingia particularmente soldados, cabos e sargentos. No entanto, a falta de legitimidade do alto comando, o descontentamento com a LSN e a renovada liderança de Prestes serviram para engrossar as fileiras da ANL e do PCB.

Todas estas camadas e setores da vida social do país, ainda que de forma bastante diferenciada, encontraram-se sob a bandeira do antifascismo e travaram algum tipo de contato com o marxismo que se difundia no Brasil, deixando de ser tão-somente um instrumental teórico utilizado de maneira canhestra por uma pequena vanguarda operária. Então, eram também escritores, estudantes, jornalistas, artistas, militares, que entravam em contato com o marxismo — certo que um marxismo de marcado viés positivista, em função do peso desta visão de mundo na cultura brasileira, até mesmo no movimento operário e entre os militares, e também pelo influxo de um marxismo já marcado pelo positivismo, tanto na tradição da II Internacional como daquele que se impunha na IC.

Assim, a ANL tendia a se conformar como um movimento que aglutinava uma parcela do movimento operário com uma parcela das camadas médias urbanas, entabulando esforços de ampliação em direção aos trabalhadores do campo, com a consigna antilatifundiária, e a setores da burguesia industrial, que parecia ceder, na sua intransigente defesa do liberalismo econômico, e ainda não se encontrava convencida das possibilidades do projeto corporativista. A tosca identidade sociopolítica dos sujeitos coletivos — apenas em formação — é sugerida pelo fato de ponderáveis setores operários estarem submetidos à cooptação do Ministério do Trabalho para o projeto corporativo e pelo fato de camadas médias urbanas também servirem de base para o integralismo.

Embora a espinha dorsal da ANL fosse constituída pelo PCB, outros agrupamentos partidários aderiram a esta frente política, entre os quais seções estaduais do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB),

que passaram a se opor ao Ministério do Trabalho, que lhes havia dado vida; seções do Partido Social Democrático (PSD), que haviam sido formadas por setores mais à esquerda da Aliança Liberal; quase todo o PSB; e outras frações de esquerda que haviam sido formadas por marginalizados do PCB — sugerindo uma organização bastante diferenciada e compósita.

Utilizando com grande competência as tradicionais datas cívicas da nacionalidade e do mundo do trabalho, como as da Conjuração Mineira (21 de Abril), da luta operária (1º de Maio) e da Abolição (13 de Maio) para marcar sua posição, favorável à emancipação nacional e popular, a ANL cresceu muito rapidamente. Mas precisamente a rápida expansão e a composição social e ideologicamente diferenciada — prova maior de ser um movimento social e político que expressava reivindicações e interesses de amplos setores — não permitiram que se superasse uma linha de tensão muito forte na orientação política da ANL. Mais ainda: essa linha de tensão estava presente no próprio interior do PCB, sem que se tivesse clara consciência deste problema.

A direção política do PCB continuava implementando com denodo a orientação consagrada na chamada I Conferência Nacional de julho de 1934, que percebia uma situação pré-revolucionária no país que deveria culminar, num prazo relativamente curto, numa insurreição das massas. Essa mesma direção não conseguiu dar-se conta de que, neste mesmo período, estava em marcha uma profunda guinada na política da Internacional Comunista, que se encaminhava para a configuração de amplas frentes de caráter nacional-popular e antifascista, e que a situação de avanço do integralismo e do projeto corporativista estatal sugeria a formação de uma frente única em defesa das liberdades civis e políticas, garantidas na Constituição. Para os comunistas, o objetivo da política de frente popular, tanto quanto antes, deveria ser a tomada do poder pela via insurrecional.

Outros componentes da ANL, embora insistissem muito no tema do respeito à Constituição, não percebiam a impossibilidade de se implementar o programa da frente na ordem constitucional estabelecida e sem um violento deslocamento de forças sociais. A via liberal-democrática estava já com seus canais de passagem obstruídos, e a escolha de Luís Carlos Prestes para a presidência de hon-

ra da organização fez pender decisivamente a linha de tensão para a rota da insurreição, particularmente com a aceitação da chamada pela formação de um "governo popular nacional revolucionário".

Dentro desta mesma lógica, em fins de maio, uma reunião ampliada do CC do PCB decidiu lançar a palavra de ordem "Todo o poder à ANL". Esta veio a público numa manifestação popular realizada no Rio de Janeiro, por conta da passagem de mais um aniversário dos movimentos de 5 de julho. Lido pelo deputado Octávio da Silveira em nome de Prestes e da ANL, o manifesto reafirmava o caráter do "programa antiimperialista, antifeudal e antifascista" a ser implementado pelo "governo popular nacional revolucionário", derivado do assalto ao poder pelas massas.[39]

Dias depois, o governo de Vargas colocou a ANL na ilegalidade, fechou suas sedes e proibiu as manifestações previstas para 14 de julho, em memória da grande Revolução Francesa. A propalada greve geral política não ocorreu, e os protestos ficaram limitados quase que exclusivamente ao âmbito da oposição parlamentar e em ação judicial impetrada.

A ilegalidade, no entanto, gerou uma ruptura no movimento, provocando a defecção de muitos que apostavam todas as cartas na via institucional e dando solução à tensão política existente na ANL desde sua fundação. O caráter de frente popular passou a contar sempre menos, na mesma proporção em que aumentava o peso dos comunistas. O projeto de reorganização das Forças Armadas que estava sendo levado a cabo pelo governo também estava concorrendo para engrossar as fileiras comunistas com jovens militares.

O PCB manteve — e mesmo aprofundou — o discurso sobre a necessidade da insurreição popular. Entendia que esta deveria estar fundada num crescente movimento grevista nas fábricas e instituições públicas, nas lutas populares urbanas e na formação de grupos guerrilheiros no campo. Em reunião da direção partidária, em agosto, reconheciam-se as tremendas debilidades e insuficiências em todos estes setores, tendo sido responsabilizados principalmente os dirigentes sindicais bancários e gráficos pelos fracassos nas greves. A única "frente" na qual o partido e a ANL tendiam a crescer, na situação de ilegalidade e de radicalização, era a da juventude militar.

Aos poucos, foi amadurecendo a idéia de que se estava perto de conquistar a maioria do exército para a causa da ANL e que uma ação militar poderia ser o sinal para o desencadeamento da insurreição popular. Uma sucessão de equívocos na análise do processo e da correlação de forças estava levando a ANL a uma situação sem saída, pois, enquanto a repressão estatal se acentuava contra o movimento operário autônomo, a burguesia industrial finalmente acedia ao projeto corporativo, fortalecendo o programa de reorganização das Forças Armadas.

Aos aliancistas comunistas não restava outra possibilidade senão acelerar os preparativos para o movimento insurrecional previsto para meados de dezembro. De maneira imperceptível, mas bastante rápida, passara a predominar, com apoio até mesmo dos militantes internacionalistas do BSA–IC, uma perspectiva jacobino-militar e positivista que não era estranha à luta social e política no Brasil, mas sugeria quanto o marxismo não havia conseguido obter autonomia em relação à tradição anterior.

Os acontecimentos se precipitaram, porém, em 23 de novembro, quando, em Natal, no Rio Grande do Norte, a iminência da desmobilização se somava ao arrogante retorno à cena das forças oligárquicas decaídas em 1930. Desencadeada a insurreição em nome da ANL e de Prestes, dois dias depois foi aclamado o Comitê Popular Revolucionário, quando estava já em andamento a insurreição no Recife, onde se localizava a coordenação do movimento para o inteiro Nordeste. Em ambos os casos, o apoio popular à insurreição desencadeada pelos militares aliancistas existiu, mas não foi suficiente para garantir uma resistência mais duradoura que permitisse a reorganização das forças. Quando a insurreição foi decidida, no Rio de Janeiro, para o dia 27, toda a base de sustentação sindical estava desmantelada, e os militares aliancistas ficaram isolados.

A derrota da ANL era então algo inevitável, apresentando-se o voluntarismo como única possibilidade, diante da insuficiência das forças antagônicas na desintegração da ordem oligárquica e no período crítico da revolução burguesa. Insuficiência sociopolítica, na medida em que não se configura a frente única das classes subalternas — nucleada nos setores mais modernos do operariado —, nem

o marxismo tem condições de se conformar como uma autônoma cultura crítica do existente. Mas a pressão sobre as classes dominantes em fase de reorganização foi suficiente para obrigá-las a caminhar de maneira mais decidida pela trilha da reestruturação do parque produtivo e do Estado brasileiros, garantindo sua sobrevivência no cenário internacional e o ingresso na modernidade capitalista.

Batido o movimento insurrecional, seguiu-se uma onda repressiva que visou principalmente a depuração das Forças Armadas dos elementos rebeldes, os componentes do BSA–IC, os dirigentes do PCB diretamente envolvidos e lideranças sindicais. Assim, entre muitas dezenas de presos em diversas ocasiões, encontravam-se Antônio Maciel Bonfim (o secretário-geral do PCB), Luís Carlos Prestes (o presidente de honra da ANL e membro do CC do PCB e do CEIC), Rodolfo Ghioldi (coordenador do BSA–IC), Arthur Ewert, Olga Benário e muitos outros. Apesar da vigência do "estado de sítio" e das prisões decisivas, o PCB continuou apregoando a iminência da insurreição e afirmando que a derrota sofrida não passara de um contratempo.

Para escapar do cerco policial, a direção do PCB transferiu-se para o Nordeste e, em abril de 1936, optou por retirar a palavra de ordem "Todo o poder à ANL". O CC se reorganizou, tendo Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu) na secretaria-geral de uma direção composta ainda por Honório de Freitas Guimarães (Martins), Deícola dos Santos (Tampinha), Osvaldo Costa (Tamandaré), Eduardo Ribeiro Xavier (Abóbora), Elias Reinaldo da Silva (André) e outros remanescentes da direção conformada na conferência nacional de 1934. Aos poucos, este grupo amadureceu uma nova orientação política, oposta em muitos aspectos àquela que vinha implementando nos anos anteriores, embora preservasse o cerne antiimperialista de uma projetada revolução democrático-burguesa.

Com a volta de Honório de Freitas Guimarães de uma viagem a Moscou, em fins de 1937, toma forma a nova política de "união nacional", vinculada ao relativo fracasso das experiências de frente popular, ao avanço global do fascismo e à ofensiva japonesa na China. Nesta conjuntura, para a URSS, a preservação de Estados nacionais, ainda que de base de classe burguesa ou mesmo oligárquica,

representava uma linha de defesa possível contra a expansão imperial fascista.

Os comunistas brasileiros deixam, então, em segundo plano a questão agrária e passam a considerar a burguesia industrial como a principal força motriz da revolução brasileira. Valorizam a luta pela industrialização do país e observam um conflito no interior do Estado e do governo entre grupos fascistas e liberal-democráticos, tratando de reforçar estes últimos. A polêmica sobre quem apoiar nas eleições presidenciais programadas para 1938 (e abortadas pelo golpe do Estado Novo em 10 de novembro de 1937) estava inserida nesta discussão, embora outros elementos tenham se sobreposto.

A clandestinidade e o deslocamento da direção comunista para o Nordeste possibilitaram que o Comitê Regional de São Paulo — uma organização relativamente forte que conseguiu se preservar do envolvimento no movimento insurrecional de 1935 — surgisse como um pólo alternativo de direção partidária, tornando provável a contenda. Os comunistas de São Paulo continuaram considerando o proletariado industrial vetor da revolução brasileira e tenderam a negociar o apoio à candidatura do governador de São Paulo, Armando de Sales Oliveira, à presidência da República, em troca do estabelecimento de liberdades públicas, enquanto o CC "provisório" de Bangu preferia apoiar o escritor paraibano José Américo. O conflito eclodiu com força quando o CC conseguiu o respaldo da IC e transferiu-se novamente para o centro-sul do país. A posição do CC acabou prevalecendo, à custa do enfraquecimento do partido em São Paulo e da adesão de algumas lideranças, como Hermínio Sacchetta, ao movimento trotskista.

Apesar de uma política cautelosa e pouco ativa, a repressão desencadeada pelo Estado Novo, num momento de afinidade com o eixo nazi-fascista, acabou por desmantelar por completo a organização comunista, em abril de 1940, com a prisão de quase todos os integrantes da direção. Um terceiro grupo dirigente, bem mais estável e duradouro, formar-se-ia a partir de 1943, aglutinando ao redor de Luís Carlos Prestes militantes forjados no antifascismo e remanescentes de menor destaque das direções anteriores, já no quadro de declínio do Estado Novo.

Nessas duas primeiras décadas de existência, o PCB não conseguiu configurar um grupo dirigente estável, capaz de conduzir a classe operária no processo de desagregação da dominação oligárquica e desencadeamento da revolução burguesa, promovendo sua radicalização democrática. O grupo dirigente original — conformado em torno de Astrojildo Pereira, Octávio Brandão e Cristiano Cordeiro — conseguiu esboçar uma teoria da revolução que continha um programa básico de inserção do movimento operário no processo de revolução burguesa, acoplado à previsão do colapso da ordem liberal-oligárquica, tendo como perspectiva uma aliança entre a classe operária e as camadas médias urbanas. As insuficiências do grupo dirigente original, acrescidas da interferência do SSA–IC, inviabilizaram o projeto e levaram esse embrionário grupo dirigente ao colapso.

O esforço para a formação de um novo grupo dirigente pareceu oferecer algum resultado a partir da conferência nacional de 1934, com a estabilização dos quadros dirigentes e a incorporação de Luís Carlos Prestes. No entanto, este conjunto só pode ser chamado de "grupo dirigente" de uma maneira muito parcial, na medida em que o programa estava fundado numa leitura e previsão equivocadas do processo. Não conseguiu conformar, assim, uma teoria da revolução, movendo-se de forma errática de uma estratégia insurrecional baseada na aliança operário-camponesa, depois transmutada na linha insurrecional de frente popular, numa significativa ampliação de alianças, até deslocar-se para a política de "união nacional". A exclusão daqueles que melhor trato tinham com a teoria teve o condão de dificultar ainda mais a maturação de um novo grupo dirigente e a conformação do marxismo como cultura crítica.

O marxismo deveria ou poderia compor-se com o positivismo, enquanto a questão social fosse a prioridade, e com os liberais, quando a democracia e os direitos liberais fossem os temas propostos. Mas, para que se conformassem um bloco histórico, com uma determinação material que desse passagem às forças sociais interessadas no avanço da democracia, e uma alternativa nacional-popular para

o desenvolvimento da economia e da cultura, faziam-se mister amplas e móveis alianças sociais.

A preservação da autonomia política e cultural do marxismo e dos comunistas na disputa pela hegemonia só poderia ocorrer com a difusão do senso crítico, não somente em relação à ordem vigente, mas também em relação aos aliados. Como o marxismo brasileiro, por carência de base material e mais uma longa série de motivos políticos, não conseguiu se emancipar do invólucro positivista da tradição cultural do movimento operário, das próprias camadas médias e da educação militar, os comunistas tomaram assento como agentes subalternos no processo de revolução burguesa no Brasil, ainda que exercendo alguma pressão condicionante sobre as opções da modernidade capitalista em construção.

Notas

1 Cf. Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*. Turim: Einaudi, 1975.

2 Cf. Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

3 Cf. Marcos Del Roio, *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998, pp. 179-82.

4 Cf. João Quartim de Moraes, *A esquerda militar no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Siciliano, 1991.

5 Cf. Marco Aurélio Nogueira, *As desventuras do liberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

6 Vale recordar os exemplos do Centro Socialista de Santos (1889), Partido Operário do Rio de Janeiro (1890), Partido Socialista do Rio de Janeiro (1892), Partido Socialista do Rio de Janeiro (1902) e Partido Operário Socialista do Rio de Janeiro (1909).

7 Cláudio H. M. Batalha, "A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX", in João Quartim de Moraes (org.), *História do marxismo no Brasil*, vol. 2. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, pp. 11-44.

8 Cf. Leandro Konder, "A difusão das idéias de Marx nos anos da hegemonia anarquista", in *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

9 Cf. Marcos Del Roio, op. cit., cap. 5.

10 A expressão *maximalista*, naquele momento, referia-se à fração de esquerda do partido socialista revolucionário russo (*neonarodnik*). É possível perceber que o grau de desinformação sobre o que se passava na Rússia era bastante acentuado.

11 Cf. Leandro Konder, op. cit., pp. 133-35.

12 Cf. John F. Dulles, *Anarquistas e comunistas no Brasil*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, pp. 82-84.

13 Cf. A. Barreira (pseudônimo de Astrojildo Pereira), "Le Brèsil actuel", *L'Internationale Syndicale Rouge* 36, jan., 1924.

14 A partir de agora, este capítulo passa a ser uma atualização das reflexões contidas no livro de minha autoria *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

15 O Kuomintang — Partido Nacional do Povo — foi organizado na China por Sun Yat-sen em 1919, mantendo uma aliança orgânica com os comunistas até 1927, quando Chiang Kai-shek, o sucessor de Sun Yat-sen (morto em 1925), desencadeou a repressão anticomunista. A grafia atual indica "Guomindang".

16 Cf. Ximeno Villeroy, *Benjamin Constant e a política republicana*, 1928.

17 Cf. Astrojildo Pereira, "Brazil: situacción económica", *La Correspondencia Sudamericana*, nº 1. Buenos Aires, 1/8/1928.

18 Cf. idem, "Brazil: sintesis de la politica atual", *La Correspondencia Sudamericana*, nº 3, 31/8/1928.

19 Cf. "Sobre o Boc en Brazil", *La Correspondencia Sudamericana*, nºs 12-13-14, maio, 1929.

20 Cf. "Manifesto do Comitê Pró-CGT", *El Trabajador Latino-Americano*, nºs 12-13-14. Montevidéu, 28/2/1929, 15/3/1929, 31/3/1929.

21 Cf. "Carta abierta a los Partidos Comunistas de la América Latina sobre los periglos de la derecha", *La Correspondencia Sudamericana*, nº 18, 20/9/1929.

22 Cf. "El III Pleno del CC del PCB", *La Correspondencia Sudamericana*.

23 Cf. *A Classe Operária*, 17/4/1930.

24 Cf. op. cit..

25 A "oposição de esquerda" organizou-se como Grupo Comunista Lênin em princípios de 1930, passando a chamar-se de Liga Comunista um ano depois. Atuava com a intenção de constituir-se em fração autônoma do PCB, daí a identificação de "oposição de esquerda" e a recusa da qualificação de "trotskista". A ruptura completa com o PCB e com a IC ocorreu apenas em 1934, quando foi constituída a Liga Comunista Internacionalista. Ver, sobre o tema, o cap. 3 deste volume.

26 Cf. *Diário da Noite*, 30/5/1930.

27 Dirigente do PC da Alemanha, Ewert pertenceu ao grupo chamado de "conciliacionista", que foi marginalizado após a vitória de Ernst Thalmann, na acirrada disputa interna travada naquele partido. Como decorrência, foi enviado à América do Sul, onde desenvolveu atividades que procuravam limitar a exclusão dos chamados "desviacionistas de direita", na medida do possível, mantendo a coerência com suas concepções anteriores. Neste contexto é que deve ser vista sua aproximação com Prestes.

28 Cf. J. F. Dulles, op. cit., pp. 376-79.

29 O Secretariado Sul-Americano da IC foi transferido de Buenos Aires para Montevidéu em fins de 1930, devido à instauração de uma ditadura militar na Argentina, passando então a chamar-se de Bureau Sul-Americano da IC.

30 Cf. *A Classe Operária*, 26/1/1932.

31 Cf. Partido Comunista do Brasil, *Resoluções adotadas pelo 5º Pleno do Partido Comunista do Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Soviet, 1932.

32 Podem ser citados Caio Prado Jr. e Leônidas de Rezende. O primeiro, filho de tradicional família oligárquica, após a "revolução de 30" rompeu com o Partido Democrático e aproximou-se do PCB, devido a suas leituras de marxismo e pela participação no Socorro Vermelho, tendo contribuído generosamente para o partido, sob o aspecto financeiro. Em 1933, publicou o "clássico" *Evolução política do Brasil*. O outro insistia no seu esforço intelectual de aproximação entre Comte e Marx, publicando, em 1932, o volume *A formação do capital e seu desenvolvimento*.

33 Cf. *A Classe Operária*, 1/8/1934.

34 De outubro de 1932 a outubro de 1934, período coberto pelo processo constituinte e pelos esforços de realinhamento político que definiram o perfil de intensa conflitualidade, houve também intensa disputa pela direção do movimento operário popular, naquele momento com a atividade centrada no antifascismo.

[35] Cf. *A Classe Operária*, 23/8/1934.

[36] Op. cit., 27/9/1934.

[37] Op. cit., 24/1/1935.

[38] Cf. panfleto impresso recolhido no ASMOB/CEDEM–UNESP, Arq. A2-9.

[39] Cf. *A Platea*, 6/7/1935.

BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO, G. M. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

CARONE, E. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989.

COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DE DECCA, E. *1930:* o *silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

DEL ROIO, M. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

______ . *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998.

DULLES, J. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, 4 vols. Turim: Einaudi, 1975.

KONDER, L. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

NOGUEIRA, M. A. *As desventuras do liberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

PEREIRA, A. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Prestes, A. L. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. Petrópolis: Vozes, 1997.

Quartim de Moraes, J. *A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Siciliano, 1991.

______ . *A esquerda militar no Brasil: da Coluna à Comuna*. São Paulo: Siciliano, 1994.

______ (org.). *História do marxismo no Brasil*, vol. II. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

Vianna, L. W. *Liberalismo e sindicato*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Vianna, M. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Capítulo 2
Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964

*Daniel Aarão Reis Filho**

1. *1943-1947: a aurora de todos os sonhos*

Quando, em 19 de abril de 1945, as portas da cadeia abriram-se para deixar sair Luís Carlos Prestes, o legendário Cavaleiro da Esperança, beneficiado pela decretação da Anistia anunciada no dia anterior, o Partido Comunista parecia viver uma nova aurora, em que todos os sonhos eram permitidos.

Estavam longe os dias da derrota histórica de novembro de 1935, uma insurreição não avalizada pela sociedade, uma ação de vanguarda, circunscrita a pequenos círculos militares, esmagada com ferocidade desproporcional, mais tarde instrumentalizada e denunciada ao longo de décadas, de modo calunioso, pelas forças conservadoras do país. Longe também os dias de brutal repressão, quando seriam desmanteladas, sucessivamente, as várias tentativas de reorganização,

* Professor titular de história contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF).

levando o partido ao quase desaparecimento, entre 1939 e 1940, reduzido a algumas centenas de militantes e simpatizantes, desorientados, dispersos, dispersados.

Depois, veio o tempo da lenta e difícil reorganização, apoiada na convicção e na perseverança de alguns poucos que, na contracorrente, tenazes, ignorando os perigos e a indiferença que rondavam, nos subterrâneos daquela sociedade que parecia empolgada por outros projetos — e outras fidelidades —, foram refazendo os laços rompidos, promovendo reencontros, recontactando, tecendo novas teias, infundindo vida a novas células, recompondo e recuperando aquele corpo que parecia perdido para a História.

Num certo momento, estes militantes, então anônimos, julgaram possível formar uma comissão que ousou denominar-se "Nacional", a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP). Era pequeno ainda seu trabalho, e articulava de fato muito poucos, mas pensava grande, ousando além de suas limitações.

Em 1943, em algum lugar do Vale do Paraíba, já houve condições para organizar uma conferência nacional, pomposamente chamada Conferência da Mantiqueira. Simbolizava uma reconquista, a do direito de existir, embora na clandestinidade.

Com o apoio de Prestes, proclamado, mesmo ausente, secretário-geral do partido, definiu-se então uma proposta política de união nacional na luta contra o nazi-fascismo. Prevalecia a idéia de que era preciso compor a mais ampla aliança, incluindo o governo ditatorial existente, o mesmo que havia torturado, massacrado e assassinado muitos comunistas, o mesmo que havia entregado aos nazistas, que a mataram, Olga Benário, militante exemplar e a própria mulher de Prestes. Nada disto era ignorado, ou esquecido, mas os comunistas da CNOP estavam convencidos de que esta era a proposta politicamente adequada porque favoreceria o avanço das lutas sociais, do pensamento progressista e da organização das esquerdas e do Partido Comunista em particular.

Adotaram-na contra muitos ventos e marés. Havia lideranças querendo que o partido simplesmente se desmobilizasse no contexto de uma frente de unidade nacional. Outros julgavam inadmissível uma aliança com o ditador e seu Estado dito Novo, ditatorial e visceralmente anticomunista, onde transitavam, em postos de mando, notórios simpatizantes do nazi-fascismo. Uns e outros foram vencidos pelos homens da CNOP, agrupados em torno da proposta de reorganizar o partido, mantê-lo em pé, com perfil próprio, mas no contexto de uma união nacional, sob liderança de Getúlio Vargas, por muito que este tivesse sido responsável pelas mais abomináveis ações dirigidas contra os comunistas e seu partido.[1]

A política aprovada rendeu frutos. A pressão social para que o país entrasse na guerra com os Aliados, contra o nazi-fascismo, empolgou a muitos, estimulando movimentos sociais de certa envergadura, gerando associações em que se articulavam os comunistas, contribuindo para a sua reorganização, incrementando sua força. O governo, afinal, depois de muito relutar — e barganhar —, resolveu inclinar-se para a Aliança antifascista e declarou guerra às potências do Eixo, empenhando-se na organização e no envio de uma força expedicionária aos campos de batalha da Europa. O triunfo da proposta de união nacional...

Os comunistas começaram a aparecer como os antifascistas mais decididos, abnegados, corajosos, reivindicando a condição de, e reconhecidos como patriotas, prontos a qualquer sacrifício em nome dos interesses nacionais. A auréola de acossados e perseguidos, as chagas dos torturados, o sofrimento de Prestes, o martírio de Olga e de tantos outros, tudo isto fazia uma legenda. Em torno dela, a confiança e um verdadeiro fervor. Ao mesmo tempo, agindo no mesmo sentido, a importância da União Soviética, reconvertida, no quadro da grande Aliança antifascista, em potência democrática e amiga da Democracia e das Liberdades. Stalingrado e Stálin deixaram de ser meros nomes de uma cidade e de um líder político, transformaram-se em poemas, em símbolos de uma época e de uma luta — titânica, de caráter universal — que, agora, estava esmagando, de forma definitiva, a poderosa e considerada invencível Besta nazista.

Assim, quando o ano de 1945 se abriu, nas ruas e entre as elites, cresciam e eram já imensos o prestígio e a força política dos comunistas — evidenciados nas lutas sociais que repontavam, nos comícios e manifestações pela Anistia e pela democratização do país, no I Congresso dos Escritores, nas multidões em festa nas praças e nas

ruas, saudando a vitória contra o nazi-fascismo, afinal formalizada pela rendição incondicional, assinada em 8 de maio de 1945.

Foi esta atmosfera que envolveu Prestes ao sair da prisão. Foi ela que potencializou de forma extraordinária sua liderança, confirmada nos comícios monstro que ritmaram seu triunfo popular: no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Recife, os maiores estádios de futebol de então se enchiam para saudar e aplaudir o Cavaleiro da Esperança, agora livre.

Eufóricos, os comunistas tentavam obter sintonia com aquela imensa vaga de congraçamento e união que dominou não apenas o Brasil, mas todo o mundo. Vencidos os horrores da mais catastrófica guerra que a humanidade havia vivenciado, afastado o perigo fascista, prevalecia uma grande aspiração à paz, à concórdia, à harmonia, à justiça.

Os comunistas batiam na tecla que assegurara o sucesso durante a guerra: manter e aprofundar a união nacional, liquidar os restos de fascismo existentes na sociedade e no Estado. Por outro lado, na ânsia de obter credibilidade, numa sociedade trabalhada à exaustão por campanhas que os apresentavam como sanguinários, assassinos e impatriotas, os comunistas tentaram se apresentar como paladinos da ordem política e da paz social. Queriam mudanças, mas não a desestabilização do país.[2]

Além disso, até porque se encontravam entre os trabalhadores, reivindicando a condição de partido da classe operária, não lhes escaparam o prestígio e a popularidade do ditador junto às massas urbanas, devidos não apenas a ganhos e garantias materiais, expressos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), editadas em 1943, mas também aos ganhos simbólicos, presentes no conjunto das relações que a ditadura soubera articular com importantes setores de trabalhadores urbanos, no contexto de um amplo projeto político.[3] Assim, ainda antes do fim da guerra, começara a se enraizar entre estes últimos uma perspectiva *nacional-estatista*, assentada numa aliança com o Estado para garantir um desenvolvimento econômico autônomo, com proteção social.

Sensíveis a estas circunstâncias, os comunistas sustentaram a necessidade de manter os parâmetros da união nacional forjada du-

rante a guerra. Em conseqüência e contrariamente a diversas correntes liberais e a outras tendências de esquerda, apoiaram a permanência de Getúlio Vargas no comando do país até que as eleições, previstas para dezembro de 1945, se realizassem.

Foi um choque e uma decepção para muitos que abominavam a ditadura e seus horrores, mas uma bênção para o Partido Comunista, que registrou então um crescimento fulminante,[4] incomparável, devido à velocidade e à amplitude, a qualquer momento outro de sua história.[5]

A deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945, foi um susto — e uma ameaça—, mas não alterou qualitativamente a proposta política geral dos comunistas.[6] Os resultados positivos vieram com as eleições nacionais, em dezembro daquele ano: o candidato apoiado pelos comunistas, Yedo Fiúza, praticamente desconhecido antes de ser lançado, apenas um mês antes das eleições, foi sufragado com cerca de 10% dos votos válidos em escala nacional. A proporção seria muito mais alta se se considerassem apenas os grandes centros urbanos, onde, efetivamente, foi possível ao partido realizar campanha eleitoral. Além disso, os comunistas elegeram 14 deputados para a Assembléia Constituinte e consagraram Luís Carlos Prestes, eleito senador pelo Distrito Federal e deputado por mais três estados.[7]

No curso do ano seguinte, entretanto, o quadro político geral começou a mudar em profundidade. A eleição do general Dutra à presidência da República entronizou no poder uma coligação de forças comprometida com um projeto de desenvolvimento que pretendia destruir as bases lançadas por Vargas durante o Estado Novo. Em vez do nacional-estatismo, uma perspectiva *internacionalista liberal*. No lugar da ambição autonomista, a aliança incondicional com os Estados Unidos. Em vez da ênfase industrialista, a nostalgia agrário-exportadora. Em relação aos trabalhadores, não mais as propostas de integração e conciliação, mas a repressão bruta aos sindicatos e às lutas sociais.

Também se alterara substancialmente o contexto internacional, agora marcado por contradições imprevistas entre as grandes potências, particularmente entre os EUA e a URSS. A Grande Aliança

começou a desmoronar. Em seu lugar, as sombras da Guerra Fria pressagiavam novas hecatombes.

Os comunistas revelaram grandes dificuldades em analisar as mudanças, extrair delas as eventuais conseqüências políticas. Assim, não abandonaram a proposta de união nacional, nem deixaram de cultivar a imagem de partido comprometido com a ordem e a paz. Por outro lado, não seria razoável afirmar que permaneceram completamente inertes. Com efeito, e respondendo à pressão dos movimentos sociais, muito ativos desde os primeiros meses de 1946, passaram a adotar, é verdade que de forma bastante cautelosa, uma atitude mais combativa, embora dentro dos parâmetros da legalidade existente.[8]

O investimento na organização do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), desde 1945, e a formação, em setembro de 1946, da Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB), além das recomendações para "intensificar a luta em defesa da liberdade e autonomia sindicais" e para ampliar as "organizações de massas camponesas",[9] são evidências de uma nova inflexão. Presos ainda às propostas anteriores, os comunistas não se limitavam a propor — e a pregar — a união nacional a reboque do governo constituído.

Talvez por estas razões as eleições realizadas em janeiro de 1947, para governos e assembléias estaduais, tenham mostrado os comunistas com um prestígio relativamente intacto. Em comparação a dezembro de 1945, registrou-se uma certa estagnação do índice de popularidade, mas não um real declínio. Com efeito, dos 855 deputados eleitos em todos os estados do país, 46 eram declaradamente filiados ao PC, perfazendo 479.024 votos num total de pouco mais de 5.100.000.[10]

Se se considerar o caráter local e regional das eleições, não se pode dizer que elas foram um teste que tenha reprovado os comunistas e sua política. Em São Paulo, por exemplo, Adhemar de Barros, apoiado ostensivamente pelo PC e por Vargas, foi eleito governador. No Distrito Federal, os comunistas elegeram 18 vereadores, numa Câmara com 34 parlamentares. Em algumas outras cidades, como Santos e Sorocaba, também elegeram bancadas majoritárias.

Torna-se difícil, nestas circunstâncias, argumentar que os partidários de Prestes teriam se desgastado de maneira drástica, ao assumir uma política de união nacional que, evidentemente, tinha uma contrapartida conciliadora do ponto de vista do incentivo às lutas sociais.[11] Se houve desgaste, os sismógrafos eleitorais não o registraram. Por outro lado, no plano dos movimentos sociais, não é possível atestar o crescimento de alternativas radicais, o que poderia exprimir erosão significativa na liderança moderada que os comunistas exerciam, juntamente com os trabalhistas, no interior desses movimentos.

Entretanto, apesar do prestígio eleitoral reafirmado e da ostentada moderação política, os comunistas foram surpreendidos por uma armadilha: a cassação de seu registro legal como partido político.

2. 1947-1954: *da clandestinidade não desejada à radicalização revolucionária*

O processo pela cassação havia sido proposto desde o ano anterior, por solicitação de um deputado histriônico, Barreto Pinto, do PTB.[12] Tramitava morosa e burocraticamente. A fundamentação jurídica era pífia, conforme se pode constatar pela leitura dos votos dos juízes que a recusaram.[13]

No entanto, prevaleceram as razões políticas. O ambiente já pesado da Guerra Fria. O reacionarismo das forças que haviam empalmado o poder com Dutra. O antidemocratismo básico dos liberais brasileiros. O visceral anticomunismo das elites bem pensantes, intoxicadas pelas próprias campanhas caluniosas. O medo de um crescimento ainda mais acentuado dos comunistas num futuro próximo, o que inquietava até mesmo os aliados trabalhistas, além de outras forças de esquerda.

Os comunistas cometeram o grave erro de subestimar todas estas considerações. Em fins de fevereiro, discutiam tranqüilamente a convocação, na legalidade, do IV Congresso do Partido, para maio de 1947. As teses para discussão chegaram a ser, efetivamente, publicadas, em 25 de março. Neste mesmo mês, o Comitê Nacional

insistia na idéia de que as circunstâncias então prevalecentes não autorizavam o retorno da sombra do fascismo e do autoritarismo.[14] Nas vésperas ainda da cassação, as lideranças comunistas mostravam-se confiantes e despreocupadas — o julgamento não poderia ser, e não seria, desfavorável.

Foi um estupor. Correrias para salvar arquivos. Sedes fechadas pela polícia. Jornais empastelados. Imprecações, protestos, denúncias. Meses mais tarde, em janeiro do ano seguinte, outra violência: a cassação do mandato dos parlamentares eleitos pelo PCB. Uma lei aprovada pelo Congresso consolidava o arbítrio votado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Os comunistas não somente não poderiam mais se eleger, os já eleitos perdiam os direitos — e os mandatos — conquistados. A lei fazia retroagir seus efeitos, ferindo o princípio consagrado do direito adquirido.

De volta aos subterrâneos da sociedade. Os comunistas reagiram com a radicalização revolucionária. Dois textos políticos, entre muitos outros, exprimiram de modo mais completo o novo curso político adotado: o manifesto de janeiro de 1948 e, principalmente, o de agosto de 1950.[15]

A união nacional desapareceu do horizonte. O governo foi denunciado como de "traição nacional", constituído por "cínicos fantoches que trocam o uniforme nacional pela libré de lacaios de Truman e de Wall Street".[16] As classes dominantes voltavam às formas ditatoriais porque "[...] necessitam da violência para dominar e servir ao patrão imperialista [...]".[17]

O país estava polarizado: de um lado, "[...] a minoria de latifundiários e de grandes capitalistas vendidos ao estrangeiro, cada vez mais fracos e desesperados [...]"; de outro, "[...] um bloco nacional e revolucionário [...]", reunindo a "esmagadora maioria da nação [...], inclusive suas camadas médias e progressistas e até mesmo elementos anti-imperialistas que sempre existem na burguesia nacional".[18]

Para resolver esta contradição, era necessária uma revolução agrária, antiimperialista, a ser conduzida por uma Frente Democrática de Libertação Nacional, sob a direção do proletariado e de seu partido. Neste sentido, um novo programa foi elaborado, plasmado em agosto de 1950, em nove pontos. Previa um governo democrático, popular e revolucionário, que substituiria a "[...] atual ditadura feudal-burguesa, serviçal do imperialismo [...]"; a paz e a luta contra a guerra imperialista; a nacionalização imediata de todos os interesses imperialistas, com a anulação da dívida externa; o confisco da terra, sem indenização, e a sua distribuição aos que nela trabalhavam; o desenvolvimento independente da economia nacional; as mais amplas liberdades democráticas, com eleições de juízes e tribunais pelo povo; imediato melhoramento das condições de vida do povo, incluindo instrução e cultura para todos; e, finalmente, mas não em último lugar, a formação de um exército popular de libertação nacional.[19]

No plano das lutas sociais, os comunistas eram estimulados a assumir as formas de luta "[...] mais altas e vigorosas, inclusive os choques violentos com as forças da reação [...]", desmascarando os sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho e pela polícia e incentivando a organização dos trabalhadores em cada empresa. Para esta perspectiva, era preciso contar com as próprias forças, pois as novas orientações denunciavam sem contemplações os "demagogos esquerdistas da UDN" e os demais partidos "ditos de oposição", como o PTB ou o PSB. Todos os partidos eram desqualificados, sob a pecha de "[...] igualmente comprometidos com a defesa dos interesses reacionários [...]". Ruía, assim, a aliança com os trabalhistas, que tantos dividendos políticos aportara aos comunistas. Agora, os petebistas eram os "[...] politiqueiros do partido do Sr. Vargas, miseráveis fura-greves e traidores da classe operária [...]".[20]

Anos mais tarde, estas orientações ganhariam uma formulação mais sofisticada, através de um novo programa, aprovado pelo IV Congresso do PCB, finalmente realizado em fins de 1954. O país era aí figurado como uma sociedade semicolonial e semifeudal, e sua história movia-se impulsionada por duas grandes contradições: entre o imperialismo norte-americano e a maioria esmagadora da nação e entre os restos feudais e o conjunto do povo brasileiro. Para resolvê-las, impunha-se uma revolução democrático-popular, antiimperialista e agrária antifeudal, cuja vitória seria assinalada pela formação de um regime democrático-popular: "[...] uma ditadura das forças revolucionárias antifeudais e anti-imperialistas [...] a

maioria esmagadora da nação — operários, camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional – sob a direção da classe operária e do seu partido comunista".[21]

A retórica *catastrófica revolucionária* legitimara-se, desde 1947, na radicalização da Guerra Fria, agravada com o desencadeamento da Guerra da Coréia, e também, em larga medida, no triunfo da Revolução Chinesa, em outubro de 1949, em cuja vitória os redatores do programa de 1954 certamente buscaram inspiração.[22]

Entretanto, antes de analisar o sucesso ou o insucesso da trajetória destas propostas, é interessante observar que alguns de seus elementos essenciais se fixaram de modo duradouro no imaginário das esquerdas brasileiras, sobretudo quando radicalizadas — a polarização da sociedade entre, de um lado, ínfimas elites, corrompidas e apodrecidas, autoritárias e brutais, e, de outro, massas pauperizadas e famintas, desapiedadamente exploradas.[23] A sociedade bloqueada, sem perspectivas de desenvolvimento, atolada no atraso e entravada por forças econômicas e políticas que precisavam ser removidas de modo radical: o latifúndio e o imperialismo.[24] A percepção do imperialismo norte-americano como uma força consciente, externa, monolítica, trabalhando para deter o desenvolvimento econômico e cultural do Brasil.[25] A enorme confiança na disposição e na capacidade de luta do povo brasileiro, que estaria apenas esperando um sinal, ou os sinais, de sua(s) vanguarda(s) para arremeter para o bom combate.[26] Finalmente, e talvez mais importante do que tudo, um programa alternativo, claramente marcado por aspectos nacional-estatistas, que, embora tenham sido elaborados no contexto da ditadura do Estado Novo, foram capazes de conquistar grande popularidade entre os trabalhadores urbanos, principalmente, mas não exclusivamente, os da função pública, ou empregados em autarquias ou empresas estatais.[27]

No entanto, como se verá, fora mais fácil formular estes caminhos do que seria trilhá-los. Do apocalipse revolucionário, catastrófico e épico, fixado por estes programas, às crises e perplexidades da sociedade brasileira, às quais não faltaram lances dramáticos e trágicos, mas nada revolucionários, a trajetória haveria de ser atribulada, ziguezagueante, penosa.

3. *1952-1957: viagem de volta à sociedade brasileira*

Nos últimos anos da década de 40, depois da cassação do registro legal, e, a rigor, até o suicídio de Vargas, em agosto de 1954, os militantes comunistas, com coragem e abnegação, tentaram traduzir em práticas políticas os chamamentos revolucionários dos manifestos e programas acima considerados.

Mas havia um hiato intransponível ali, como se se tratasse de uma engrenagem que se recusa a funcionar, apesar de acionada. Aquela sociedade parecia insensível aos transportes radicais. Os militantes exauriam-se nas tentativas de empolgar as "massas" com propostas revolucionárias de ação e organização. Era até possível, aos *iniciados*, construir proclamações incendiárias nos *bunkers* bem abrigados dos *aparelhos*. Difícil era convencer a imensa maioria de *profanos*, envolvida em atribulados cotidianos, de que, além de *justas*, as orientações eram aplicáveis e praticáveis.[28]

Não que a sociedade da época desconhecesse tensões. Ao contrário. Nas áreas rurais, um processo molecular de auto-organização se chocava com a tradicional brutalidade dos senhores de terra. Em duas regiões — Porecatu, no norte do Paraná, e Trombas do Formoso, em Goiás —, posseiros, em defesa de suas reivindicações, chegaram a entrar em choque armado com forças policiais.[29] Em muitos estados, os trabalhadores rurais, enfrentando duríssima e impiedosa repressão, lançavam, regadas a sangue, a vidas e sacrifícios imensos, as bases do que viria a ser mais tarde o poderoso movimento das ligas camponesas e da formação dos sindicatos rurais.

Também nas cidades, por sobre as interdições e a constante pressão da polícia política, organizados nos sindicatos, os trabalhadores rearticulavam-se, ensaiavam campanhas salariais, cultivavam as tradições nacional-estatistas, que já desembocariam, pouco depois, nos inícios dos anos 50, nos grandes movimentos nacionalistas, como "O petróleo é nosso", em defesa do monopólio nacional e estatal da exploração do petróleo. No plano político, sem direção centralizada, mas atuante, silenciosa e vigorosa, preparava-se a grande e surpreendente reviravolta — levar de volta ao Catete o *Homem*, o do sorriso amigo, Gegê, o ex-ditador, Getúlio Vargas. Sem revo-

lução armada, pelo voto. Dos humildes, dos trabalhadores, dos *marmiteiros*. A grande revanche.

O que tinham estas *evoluções* a ver com a *revolução* proposta pelos comunistas? O percurso da adaptação, para estes últimos, seria longo. E não foi fácil trilhá-lo. Mesmo porque, nas difíceis condições de clandestinidade e cerco policial, o oxigênio que vinha dos militantes, nas bases, em contacto direto com as realidades dos movimentos sociais, tinha extrema dificuldade em chegar ao topo esclerosado dos aparelhos bem protegidos onde se abrigavam os dirigentes convencidos da justeza das orientações revolucionárias aprovadas.

Aos trancos — e barrancos —, porém, processou-se a *reentrada na atmosfera* da sociedade brasileira. Os militantes comunistas, *na prática*, começaram a rever as orientações políticas radicais, ou melhor, a ignorá-las. A rigor, naquela conjuntura, o único movimento inspirado e liderado pelos comunistas a adquirir uma certa dimensão social foi a luta pela paz, contra o envio de uma força expedicionária brasileira, sob o manto da ONU (mas sob direção política e militar norte-americana), para combater na Guerra da Coréia. Um paradoxo simbólico — e revelador. No contexto de uma proposta de *guerra* — revolucionária —, o único aspecto que empolgava a sociedade era um apelo... *à paz*.

De modo geral, e, muitas vezes, apesar deles mesmos, os comunistas começaram a voltar aos sindicatos, empenhando-se nas campanhas salariais, participando ativamente da grande campanha nacionalista a favor da Petrobrás, conduzida por uma ampla frente, integrando militares, profissionais liberais, políticos moderados e líderes de trabalhadores e que empolgaria a opinião progressista brasileira em boa parte da primeira metade dos anos 50.

Em 1952, finalmente, um primeiro grande sinal, explícito, de mudança: uma resolução sindical produziu uma reviravolta — os comunistas eram chamados, formalmente, a voltar às lutas sindicais, o que, embora apenas consagrasse algo já bastante avançado na prática, não deixou de ter uma importância considerável.[30] A nova orientação potencializou a participação dos comunistas nos renascentes movimentos sindicais e nacionalistas de então, particularmente na greve dos 300 mil em São Paulo, em 1953.

O *contencioso* com o PTB e Vargas, no entanto, ainda perdurou — e se prolongaria até o suicídio do líder trabalhista. Em outubro de 1950, os comunistas, em consonância com suas orientações revolucionárias, haviam proposto o voto em branco, ou seja, abstiveram-se da grande maré que levou Vargas de volta ao poder.

Na seqüência, ignoraram soberanamente as inclinações, cada vez mais pronunciadas, do ex-ditador e, agora, presidente eleito, no sentido de uma plataforma popular (aumento do salário mínimo, sensível diminuição da pressão policial sobre os sindicatos e incentivo público à organização sindical dos trabalhadores) e nacionalista (apesar das tergiversações, visíveis na tramitação da lei que instituiu a Petrobrás).

Com efeito, o governo Vargas continuou, até o fim, a ser caracterizado como de "traição nacional", um governo dominado por classes dominantes subservientes ao "imperialismo norte-americano". Em conseqüência, não seria possível libertar o povo brasileiro sem "[...] liquidar este regime". Para o Partido Comunista, as eleições que haviam consagrado Vargas "[...] não exprimiam a vontade da maioria da população brasileira". Quanto às propostas de mudanças, eram caracterizadas como "[...] desenfreada demagogia [...] e cínicas promessas". Não haveria apelação para Vargas: o seu governo "[...] é um governo de preparação de guerra e de traição nacional, é um governo inimigo do povo [...] se queremos viver e prosperar [...] é indispensável [...] derrubar o governo Vargas [...]".[31]

De sorte que, em 1954, os comunistas constituíam uma espécie de *ala esquerda* na ampla frente política, em larga medida hegemonizada pelas forças conservadoras, constituída para a deposição do governo de então, presidido por Getúlio. A maciça reação popular, depois do suicídio de Vargas, que até mesmo levou, em Belo Horizonte e em Porto Alegre, à depredação de jornais legais, porém vinculados ao Partido Comunista,[32] aturdiu os comunistas, quase que tornando obrigatória uma profunda reviravolta política nas relações com os trabalhistas — até porque as direitas, com o poder empalmado, preparavam-se para empreender uma volta aos temíveis tempos de Dutra.[33]

Nesta conjuntura crítica, que se estendeu até a posse de Juscelino Kubitschek, em janeiro de 1956, passando pelas eleições de outubro de 1955 e pelas tentativas de golpe e contragolpe de novembro do mesmo ano, o PCB acelerou o seu processo de transição de volta à atmosfera da sociedade brasileira, sem deixar de registrar, no entanto, alguns aspectos extraordinariamente contraditórios que, sobretudo em certos momentos, pela sua duplicidade, mais pareciam relevar da esquizofrenia do que da teoria marxista.

De um lado, o projeto de programa, publicado em 1953, e o processo de discussão que levaria ao programa do IV Congresso, aprovado em fins de 1954,[34] consolidando o radicalismo revolucionário dos manifestos de 1948 e 1950. De outro, a participação dos comunistas nos movimentos sociais sindicais e nacionalistas, em torno de plataformas claramente reformistas.

No própria revista *Problemas*, que publicou o "Programa revolucionário de 1954", há um informe sobre as eleições do ano seguinte, em que o partido é orientado no sentido de uma participação intensa no processo eleitoral, até mesmo apoiando candidatos.[35] Com efeito, no pleito de outubro de 1955, os comunistas, ostensivamente, apoiaram a chapa Juscelino Kubitschek e João Goulart (coligação PSD–PTB), fazendo campanha pública, solicitando votos: "Não poupemos esforços para assegurar nas urnas a vitória dos candidatos indicados e apoiados pelo nosso partido".[36] O compromisso, portanto, com o novo governo, uma vez eleito e empossado, era explícito. No entanto, o programa de fins de 1954 continuava vigente. Ora, segundo sua letra e seu espírito, era preciso liquidar aquele poder de cunho imperialista e latifundiário, substituindo-o pela "ditadura das forças revolucionárias, anti-imperialistas e anti-feudais".

As relações com os trabalhistas, sem que mediasse uma autocrítica a respeito, haviam mudado completamente de sentido e de tom depois do suicídio de Vargas. De *traidores da classe operária*, haviam se transformado em *irmãos* e companheiros de luta, a quem os comunistas, pública e fraternalmente, estendiam as mãos,[37] até mesmo, o que é bastante interessante, recuperando momentos passados de unidade em lutas comuns, reativando positivas memórias.[38]

Na verdade, o programa de 1954 já se tornara obsoleto no momento mesmo de sua edição, que só pode ser atribuída ao processo controlado e ultracentralizado que regeu e filtrou os delegados do congresso que o aprovaram. Não correspondia mais ao que os comunistas vinham fazendo e dizendo em público. Entretanto, ficaria ali, nos arquivos, cada vez menos visitado e referido até a revogação formal, que só veio alguns anos mais tarde.

Mas foi preciso, para que isto se consumasse, um outro processo, também terrivelmente impactante, que subverteu o PCB, auxiliando-o em sua transição: o relatório dito secreto, proferido por N. Khrutchev contra os crimes de I. Stálin, em fevereiro de 1956, por ocasião do XX Congresso do Partido Comunista de União Soviética (PCUS).

Os comunistas custaram a acordar para aquele pesadelo. No início, em face dos murmúrios crescentes e da infernal boataria, a direção do partido fechou-se em copas, simplesmente não se comentava o assunto, era um tabu. Um pouco mais tarde, quando a imprensa mundial começou a publicar o relatório na íntegra[39] e o ruído se transformou em barulho, ensurdecedor, o partido passou a atribuir aquilo tudo a manobras e infâmias da "imprensa capitalista". O problema é que a delegação brasileira no congresso, chefiada por Diógenes Arruda, em vez de voltar logo ao país, considerando a gravidade da crise, preferiu, provavelmente porque também bastante aturdida, fazer um périplo pela China maoísta, só aportando no Brasil em julho.

O Comitê Central reuniu-se para ouvir a delegação em agosto. Foi enorme, como se pode presumir, a perplexidade. O Deus virara Demônio. O "genial guia dos povos" não passava de um apocalíptico criminoso. Khrutchev simplesmente demolira o "maquinista da locomotiva da História". Entre muitos, a perda da inocência, o desgosto, náuseas e vômitos.[40] Ainda assim, conservou-se o silêncio. Até quando seria possível manter uma frágil folha de parreira cobrindo aquelas vergonhas cada vez mais escancaradas?

Afinal, tomaram a vanguarda os jornalistas comunistas do jornal legal oficioso do PCB, o *Imprensa Popular*. Sem autorização do Comitê Central, o que, na época, era uma imensa heresia, desenca-

dearam a discussão aberta daquele assunto que "já estava em todas as cabeças".[41]

Foi o que nunca se vira: os comunistas debatendo suas divergências (e expondo suas entranhas) à luz do dia (e da verdade). Uma festa, inteiramente livre durante cerca de um mês, quando sobreveio uma carta de Luís Carlos Prestes advertindo para os perigos daquela situação. Citando Lênin ("o partido comunista não é um clube de debates"), o velho líder elogiava a discussão, mas advertia que ela deveria respeitar três princípios: não atacar a URSS e seu partido, o PCUS; não atacar a doutrina de Marx e a teoria revolucionária do proletariado; não atacar o PCB e seus próprios princípios. A discussão deveria "consolidar a unidade do Partido em torno do centro único que é o próprio Comitê Central".[42] A carta-rolha, como foi então chamada.

O debate, desde então, arrefeceu, mas não perdeu interesse. Manteve-se até abril de 1957, quando o Comitê Central declarou-o encerrado, com uma resolução sobre a unidade do partido ("sem unidade, nosso Partido não pode cumprir sua missão histórica") na qual se enalteciam o próprio PCB ("uma grande família coesa à base dos princípios marxistas-leninistas"), a URSS e o PCUS ("centros do movimento comunista mundial") e se advertia dos perigos "da ideologia individualista da pequena burguesia, e contra seus métodos políticos, armas de que se utiliza o inimigo de classe para tentar minar nossas fileiras".[43]

A partir daí, em rápidos movimentos, foram marginalizados os grupos de oposição mais expressivos e consistentes. De um lado, os autodenominados "renovadores", liderados por Agildo Barata, inconformados com a suspensão dos debates e partidários de propostas nacionalistas e democráticas. Foram expulsos do PCB, em maio. De outro lado, em agosto, os dirigentes comprometidos com aspectos mais gritantes dos erros que se queriam corrigir, entre os quais os métodos de direção autoritários (o "mandonismo"), encarnados, principalmente, por Diógenes de Arruda Câmara: excluídos da Comissão Executiva do PCB.[44]

O partido livrava-se, assim, e apontava à execração, os *revisionistas de direita* — considerados oportunistas; e os *sectários de esquerda*

— os dogmáticos. Limpava-se a área para a consolidação de uma redefinição de caminhos que, como se observou, já estava em curso. Essa consolidação veio, afinal, cerca de seis meses depois, em março de 1958.

4. *1958-1964: o PCB entre reforma e revolução*

A "Declaração sobre a política do PCB", de março de 1958, foi, na verdade, um novo programa político, com análises e propostas que diferiram radicalmente dos projetos revolucionários anteriores, plasmados nos manifestos de 1948 e 1950 e no programa do IV Congresso, em 1954.

Ao contrário da insistência no atraso e na estagnação, nos impasses, reconheciam-se o desenvolvimento capitalista do país, a ampliação do mercado interno, o surgimento de um importante setor da indústria pesada, o crescimento dos efetivos do proletariado industrial e de uma burguesia "[...] interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país".[45]

Todos estes aspectos, sublinhava-se, constituíam avanços, caracterizavam-se como elementos "progressistas" — a ponto de se poder dizer que, "[...] nas condições presentes em nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo [...]". Com efeito, o proletariado sofria "[...] mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista [...]".[46]

Persistiam, é verdade, as relações sociais atrasadas no campo e a força do imperialismo ianque. Em torno destes problemas, articulavam-se as contradições "básicas" da sociedade brasileira: de um lado, o conjunto da nação *versus* o imperialismo norte-americano e seus agentes internos; de outro, as forças produtivas em desenvolvimento *versus* as relações de produção semifeudais na agricultura. Mencionava-se também uma outra contradição geral, a que opunha o proletariado à burguesia, mas esta, "na etapa atual", não exigiria uma "solução radical".

A "revolução brasileira" seria antiimperalista e antifeudal, nacional e democrática. Ela tinha condições de articular uma ampla *frente única* de forças sociais, compreendendo o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e até mesmo "setores latifundiários descontentes com o imperialismo norte-americano e grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais". Expressões dessa frente já existiam, como a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), constituída no Parlamento e reunindo deputados de diversos partidos com base num programa nacional-estatista. Os comunistas deveriam trabalhar, com amplitude e tolerância, para estimular e aperfeiçoar este processo de composição de forças, reconhecendo suas contradições internas, mas procurando resolvê-las com espírito construtivo. A direção da frente única não lhes caberia por destinação, nem isso era considerado uma condição prévia. Quanto à hegemonia, ela poderia ser eventualmente conquistada, mas num processo de luta "árduo e paulatino".

Neste quadro, era fundamental manter o processo de democratização em curso. Embora nem sempre ascendente, ou em linha reta, para frente, constituía uma tendência "permanente", tendo condições de "[...] superar quaisquer retrocessos e seguir incoercivelmente para diante". Assim, a "legalidade democrática" e a própria Constituição, apesar dos "traços reacionários", deveriam ser defendidas — e aperfeiçoadas.

O Estado brasileiro e o governo presente, de Juscelino Kubitschek, eram apresentados como "heterogêneos". De um lado, mantinha-se um setor entreguista. Porém, de outro, havia um setor nacionalista burguês. Estas divisões reproduziam-se no conjunto das instituições, inclusive nas Forças Armadas. Cabia aos comunistas fortalecer os setores nacionalistas, pesar em seu favor, pressionar no sentido de acelerar — e consolidar — "[...] o desenvolvimento econômico independente e a democratização da vida política nacional [...] defender, estender e consolidar o regime de legalidade constitucional e democrática".[47]

A "revolução brasileira", afirmava-se, tinha reais possibilidades de concretizar-se por "formas e meios pacíficos": conquista de um governo nacionalista e democrático pela pressão pacífica das massas, vitória da frente única nacionalista e democrática nos pleitos eleitorais.[48] Caso os "inimigos do povo brasileiro" recorressem à violência, poderia ser necessário ter em vista outras possibilidades, como, por exemplo, uma "solução não pacífica". Os comunistas, prudentemente, evitavam a expressão "luta armada".

A análise da correlação de forças no plano internacional era também otimista, autorizando as mudanças propostas e acompanhando as formulações assumidas pelos comunistas soviéticos. O mundo vivia uma "época histórica" de transição do capitalismo para o socialismo. Assistia-se "ao debilitamento e à decomposição do imperialismo", sendo sinal evidente deste processo "a desagregação do sistema colonial". Daí decorria a possibilidade de uma "transição pacífica ao socialismo" em uma série de países.

Uma semana depois, viria um outro texto, com extensa análise, crítica e autocrítica, das atividades dos comunistas no passado imediato. Eram ali criticados o "subjetivismo", o "dogmatismo", "o menosprezo do estudo da realidade brasileira", "a falsa apreciação da situação internacional", a idéia de que a "guerra era inevitável" e a aposta numa "radicalização e numa revolução a curto prazo". O país não estava "estagnado", nem conhecia uma tendência fatal à "colonização crescente", o Estado não era "unívoco", nem as eleições "uma farsa", muito menos a Constituição um "código de opressão". A perspectiva de um regime de reação e terror era uma "evidente deformação unilateral da realidade". Havia de superar "uma concepção esquerdista sobre a revolução brasileira", que levara o partido a se "desligar das massas", sem cair, é claro, no erro oposto, que seria uma "tática reboquista e reformista"[49] — a formulação e a formalização, portanto, de uma importante reviravolta.

Encerrava-se uma espécie de interregno "catastrófico", épico, povoado de drásticas rupturas entre um mundo de trevas e um outro de luz, a ditadura revolucionária. Em seu lugar, um processo gradual, pacífico, de iluminação progressiva, conquistado no quadro da legalidade democrática e de uma frente única revolucionária.

O interessante é que a mudança — de sentido democrático — foi aprovada num movimento "pelo alto", de caráter ditatorial, articulado de maneira conspiratória, cabendo a redação da "Declaração

de março" a uma comissão "ultra-secreta", que, desconhecida do próprio Comitê Central e mesmo da Comissão Executiva, mas com aval de Prestes, iria, ao longo de três meses, preparar a nova "linha política", aprovada, afinal, na reunião plenária do Comitê Central, em março de 1958.[50] Inegavelmente, porém, correspondia às aspirações da imensa maioria do partido.[51]

Com estas propostas, os comunistas participariam ativamente dos grandes movimentos sociais sindicais e nacionalistas de fins dos anos 50 e das eleições nacionais de outubro de 1960, em torno da chapa nacionalista formada pelo marechal Lott e por João Goulart.

O Partido Comunista, embora ainda formalmente ilegal, ganhara uma nova legitimidade social. Voltara a crescer em efetivos e influência. Suas lideranças mais expressivas, Prestes incluído, tendo sido revogadas as prisões preventivas decretadas em anos passados, puderam reaparecer à luz do dia e participavam ativamente da vida pública.

Em agosto de 1960, depois de amplo debate veiculado por *Novos Rumos*,[52] realizou-se o V Congresso do PCB,[53] reafirmando, em linhas gerais, as opções formuladas pela "Declaração de março de 1958".

Mas houve oposições. E, talvez condicionadas por elas, certas importantes inflexões. As primeiras organizaram-se em torno do núcleo dos dirigentes afastados, ou marginalizados, pela reorientação de março de 1958. Entraram com decisão nos debates, criticando o "direitismo" e o "revisionismo" da nova *linha política*, acusando-a de renunciar à hegemonia da classe operária e de seu partido, à luta armada revolucionária e à aliança operário-camponesa, colocando o partido a reboque da burguesia, numa posição conciliatória, pacifista, passiva, no limite, liquidacionista.[54] Apesar de muito bem articuladas no curso dos debates, estas posições foram derrotadas no congresso/convenção,[55] mas permaneceram inconformadas, alertas e, provavelmente, organizadas. Pouco mais tarde, em fevereiro de 1962, tomando como pretexto o processo de legalização do partido, intentado pela nova direção, a partir de agosto de 1961,[56] "rachariam", tomando rumo próprio e (re)fundando o Partido Comunista do Brasil,[57] reivindicando as tradições de luta e os símbolos do partido desde o início, em 1922.

As inflexões, aprovadas, sublinhavam aspectos um tanto diluídos, ou mesmo obscuros e esquecidos, da "Declaração de março de 1958". Do ponto de vista da frente única revolucionária, os camponeses eram agora claramente designados como "aliados fundamentais" no processo da revolução brasileira. Quanto à burguesia, insistia-se sobre seu duplo caráter: de um lado, "uma força capaz de opor-se à dominação imperialista"; de outro, porém, procuraria "[...] defender seus interesses mediante acordos e concessões ao imperialismo". Em outras palavras, "[...] capaz de enfrentar o imperialismo [...] simultaneamente, vacila e tende aos compromissos com o inimigo da Nação", ou seja, "uma força antiimperialista inconseqüente".[58]

Num outro plano, toda uma ênfase era conferida à mobilização popular: "[...] a solução das tarefas fundamentais da revolução [...] exige que as grandes massas [...] sobretudo os trabalhadores da cidade e do campo, participem, cada vez mais, da luta pela emancipação nacional". Da "vigilância" das massas dependeria a vitória sobre as "tendências conciliadoras", mesmo porque o "caminho pacífico", ao contrário do que diziam os "esquerdistas", não significava "conciliação de classes, passividade ou espontaneísmo". Assim, quaisquer avanços dependiam da "mobilização das massas e da ação enérgica dos trabalhadores e do povo". Só desta forma seria possível "quebrar a resistência das forças entreguistas e reacionárias". Do mesmo modo, a "resistência do inimigo" poderia impor o recurso à "luta armada", pronunciada agora com todas as letras e não mais sob a fórmula pudibunda de "solução não pacífica".[59]

Um comentário autorizado às teses aprovadas enfatizava que a nova *linha política* não tinha compromissos com o capitalismo, mas com "[...] as premissas imprescindíveis ao salto qualitativo para a etapa socialista da revolução". E advertia: "[...] se os inimigos recorrem à violência, podem criar uma situação em que a revolução não teria outra possibilidade de vencer senão através do caminho da luta armada".[60]

No quadro geral das formulações avançadas em março de 1958, que não foram explicitamente rejeitadas, longe disso, tais inflexões construíram um horizonte em que se tornava possível aos militantes comunistas tomar atitudes e adotar posições diferenciadas,

sempre reivindicando a *linha* aprovada, das mais prudentes às mais combativas. Ou, para empregar o jargão dos próprios comunistas, das mais "capitulacionistas" às mais "aventureiras".

Na crise da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, predominou uma atitude geral "ofensiva": os comunistas tomaram partido pela posse de João Goulart, sem nenhuma concessão aos golpistas, contra a emenda parlamentarista. Na seqüência, ao longo do percurso do governo João Goulart, estariam sempre em posições críticas, "em oposição" a Jango, pressionando-o a tomar posições claras pelas "reformas de base".

A sociedade brasileira passou, então, pela conjuntura mais radicalizada de todo o século XX. No campo, as lutas pela reforma agrária, com as ligas camponesas e o movimento pela formação de sindicatos rurais (mais de 800 sindicatos, reconhecidos ou em fase de reconhecimento legal), ganharam expressão nacional, ensejando a formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), em dezembro de 1963, e promovendo numerosas ocupações de terras, com freqüentes choques violentos. A palavra de ordem "Reforma agrária na lei ou na marra" mobilizava os camponeses, sob uma perspectiva exigente, agressiva.

Nas cidades, os trabalhadores urbanos promoveram, no contexto de muitas paralisações setoriais, duas grandes greves gerais, em julho e setembro de 1962. Reivindicações imediatas, de cunho salarial, combinavam-se com exigências políticas, sucedendo-se importantes conquistas sindicais e políticas (a paridade entre funcionários civis e militares, o décimo terceiro salário, a antecipação do plebiscito sobre parlamentarismo/presidencialismo, para janeiro de 1963, em vez de em 1965, como previsto em lei etc.). Os estudantes, agrupados nas entidades nacionais, sobretudo os universitários, em torno da União Nacional dos Estudantes (UNE), também promoviam greves, movimentos de tipo sindical e cultural (o popular Centro Popular de Cultura — CPC), campanhas de alfabetização com métodos revolucionários etc. As agitações políticas, desde a crise da renúncia de Jânio Quadros, alcançaram os escalões de base das Forças Armadas, mobilizando sargentos, cabos e marinheiros. Em torno da defesa da elegibilidade de representantes destas categorias — e

de seus direitos civis — mobilizou-se ampla luta, com assembléias e manifestações, e houve até mesmo um motim insurrecional, em setembro de 1963, que chegou a tomar, por algumas horas, pontos estratégicos da própria capital da República.[61]

A luta pelas chamadas "reformas de base" alcançara dimensões de grande envergadura, empolgando multidões (a favor e contra), radicalizando os espíritos, "rachando" a sociedade brasileira, aproximando momentos de confronto decisivo. No Brasil, o ideário nacional-estatista, radicalizado, integrando um inédito protagonismo dos movimentos sociais, alcançava o auge. Nunca parecera tão ao alcance da mão a possibilidade de um governo nacionalista democrático, previsto pelas teses do PCB, capaz de promover transformações substanciais, revolucionárias, na sociedade brasileira.

No plano internacional, um conjunto de circunstâncias conferia força nova a estas esperanças: a vitória da Revolução Cubana, em 1959, e a posterior radicalização do país, até 1961, quando se proclamou socialista; a vitória da revolução argelina, em 1962; a retomada da guerra de libertação nacional no Vietnã, desde 1960; a projeção internacional adquirida por um novo maoísmo internacionalista, ofensivo e revolucionário, no contexto das crescentes divergências sino-soviéticas.

Neste panorama, pela primeira vez em sua acidentada história de alianças com os trabalhistas, o PCB sofria a concorrência crescente de forças políticas à sua "esquerda". Além dos tradicionais grupos de orientação trotskista, sempre muito ativos, mas de pouca expressão na sociedade, a partir do início dos anos 60 constituíram-se diversos partidos e organizações, desafiando o virtual monopólio do PCB *à esquerda* da cena política nacional: a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP), de 1961; o já referido Partido Comunista do Brasil (PC do B), formado em 1962. Neste mesmo ano, a Ação Popular (AP), agrupando setores católicos radicalizados. No âmbito das correntes nacionalistas, o movimento das ligas camponesas, com ambições de se transformar em partido político, com a estruturação do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), sem contar as tendências nacionalistas revolucionárias, animadas e estimuladas por Leonel Brizola, como os Grupos

de 11 e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), em fins de 1963, inícios de 1964.

Todas estas organizações confiavam na resolução violenta das contradições sociais no Brasil, assumindo uma retórica de enfrentamento revolucionário. As reformas, para elas, haveriam de vir, na "lei", ou, se fosse o caso, "na marra". Para os comunistas do PCB, era como se de nada houvesse valido ter vencido estas tendências no interior do partido, em longo e penoso processo. Elas haviam reaparecido, com ainda maior consistência e força, agora fora dos quadros partidários.

Entre estas forças radicalizadas e os demais setores progressistas, mas moderados, o PCB, firmemente ancorado no campo nacional-estatista, dilacerava-se em contorções, procurando equilíbrios, sínteses. Ora prudente, engajando-se em negociações com Jango, ora se inclinando por propostas radicais, no âmbito dos movimentos e das organizações sociais. Como já observado, a *linha política* aprovada em agosto de 1960 abrira horizontes largos, autorizando diferenciadas manobras.

Quando, em fins de 1963, João Goulart pareceu decidir-se pela aposta nos movimentos sociais e, por intermédio de San Tiago Dantas, passou a articular a constituição do que os comunistas concebiam como um governo nacionalista democrático, reunindo a chamada "esquerda positiva", o PCB imaginou ter chegado a sua hora.

Chamado, participou das negociações com propostas construtivas. Na seqüência do comício de 13 de março de 1964, aumentara em muito a confiança na força dos movimentos pelas reformas de base, combinada com a do dispositivo militar do presidente. No limite, se as direitas tentassem um golpe, "teriam as cabeças cortadas", como asseverara o próprio Prestes, poucos dias antes do golpe de 30 de março.[62]

Falando de um hipotético enfrentamento, o PCB, de fato, não se preparava para ele. Subestimando a decisão das direitas e os grandes movimentos sociais contra as reformas de base, preparava, sim, um novo congresso, previsto para o ano em curso. As teses para discussão chegaram mesmo a ser publicadas, num suplemento especial de *Novos Rumos*, em 27 de março de 1964. Três dias depois, quase

sem resistência, desabavam aquelas esperanças como um castelo de cartas, levando de roldão os movimentos sociais e as forças políticas de esquerda. Como em 1935, uma derrota histórica, mais uma, desmoralizante, cujas razões últimas até hoje estão sujeitas a debates acalorados.[63] Mas, desta vez, sem chance de retorno: o PCB e o programa nacional-estatista no Brasil jamais se recuperariam.

5. *1945-1964: epilogando sobre uma trajetória*

Ainda algumas palavras, à maneira de um epitáfio: de um partido e de um programa político. Entre 1945 e 1964, o tempo de uma república, amplos movimentos sociais articularam-se no Brasil em torno de um programa *nacional-estatista*, esboçado no período do Estado Novo. Quais os aspectos principais desse programa? Estado forte, empolgado por lideranças carismáticas. Nacionalista. Desenvolvimento econômico autônomo e planejado. Justiça social. Mercado regulado. A idéia de uma Nação Poderosa, Justa e Próspera. Falava-se também em democracia e em liberdades democráticas, mas estes, decididamente, não eram os ingredientes básicos da receita.

Parte considerável do que havia de mais progressista na sociedade brasileira mobilizou-se em torno desse programa. Quantas esperanças e lutas e sacrifícios consentidos! Greves, manifestações, enfrentamentos, partidos e movimentos. Constituiu-se uma tradição política, até hoje enraizada nos principais partidos políticos populares em nosso país.

Como alternativa antagônica, uma perspectiva *internacionalista liberal*, elitista, economicamente liberal, partidária da associação com os capitais internacionais e de uma aliança incondicional com os EUA, nostálgica em relação ao passado agrário-exportador, insensível às misérias das desigualdades sociais, temerosa diante do ascenso social e político das camadas inferiores da sociedade, *a canalha*. Neste campo falava-se, e muito, em democracia, mas de um ponto de vista puramente instrumental. O que prevalecia eram as conspirações, a perspectiva de chegar ao poder por meio de golpes de Estado.

O PCB, em sua trajetória no período, sempre foi inimigo resoluto desta segunda alternativa. Pagou, por isto, décadas de perseguição e ostracismo. Tentou, não poucas vezes, adquirir um perfil próprio, na oposição ao *internacional-liberalismo*. Não conseguiu. Não foi possível. Seus momentos de maior glória e prestígio, entre 1945-1947 e 1959-1964, ele os teve no interior do campo *nacional-estatista*, como uma espécie de *ala esquerda* do trabalhismo. Por esta razão, até hoje, boa parte da literatura crítica sobre a história das esquerdas o acusa de *reboquismo* em relação a orientações não revolucionárias. Seu consolo, que pode ser considerado miserável: as forças políticas que procuraram escapar deste destino também não tiveram êxito, quedando-se no gueto do isolamento político.

Quando o partido foi politicamente destroçado e empurrado para fora da vida política, em 1964 (nunca mais se recuperou), caiu no abismo, juntamente com o programa nacional-estatista ao qual se filiara e os movimentos sociais que lhe davam sustentação. Quem quiser lhe atribuir a responsabilidade por este fracasso terá encontrado um excelente bode expiatório, mas não uma boa explicação.

Notas

1 Os comunistas brasileiros mencionariam favoravelmente o exemplo dos comunistas cubanos, que haviam apoiado o governo de Fulgêncio Batista, até mesmo dele participando, em nome da união nacional contra os nazistas. Cf. *Continental*, ano II, nº VII, mar., 1944, p. 26, apud Edgard Carone, *O PCB, 1943-1964*, vol. 2. São Paulo: Difel, 1982, pp. 17-18.

2 Desde 1935, quando da derrota da insurreição, sucessivas e sistemáticas campanhas de propaganda, essencialmente caluniosas, não comprovadas em fatos, apresentaram os comunistas como traidores da pátria e assassinos solertes, configurando uma imagem que se fixaria na memória coletiva de forma profunda e duradoura.

3 Já desde algum tempo, começa a tomar força nas ciências sociais brasileiras a proposta de reconsiderar as relações entre a ditadura do Estado Novo e as classes trabalhadoras urbanas em nosso país, procurando-se compreendê-las num contexto de ações multilaterais e recíprocas, permeadas de ganhos materiais e simbólicos, vantajosos para o poder e para os trabalhadores. Neste sentido, merece menção o trabalho pioneiro de Angela Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. E também a obra coletiva, organizada por Jorge Ferreira, *O populismo e sua história — Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

4 Alguns sustentarão estimativas segundo as quais o partido chegou a ter, pouco antes da cassação de seu registro legal, em maio de 1947, cerca de 200 mil filiados. Cf. José Antonio Segatto et al., *PCB, memória fotográfica, 1922-1982*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 67.

5 É preciso frisar que, desde antes do fim da guerra, os comunistas defendiam a tese de que a proposta de união nacional deveria se estender para além da derrota do nazi-fascismo. Acompanhando as reflexões dos soviéticos, de Stálin em particular, havia a convicção de que a Grande Aliança tinha todas as condições de se manter. Esta perspectiva seria reafirmada por Luís Carlos Prestes, tão logo recuperou a liberdade. Cf. Edgard Carone, "Luís Carlos Prestes e a situação no Brasil", in op. cit., pp. 21-25.

6 Na avaliação da queda de Vargas, os comunistas não deixarão de sublinhar a popularidade do ditador entre as massas trabalhadoras. Cf. "*Tribuna Popular*, 6 de novembro de 1945", apud E. Carone, op. cit., pp. 62-63.

7 Ao contrário das seguintes, nestas eleições foram admitidas as múltiplas candidaturas, em diversos estados e a diversos postos.

[8] A III Conferência Nacional do PCB, realizada em julho de 1946, exprime esta nova inflexão, ao recomendar o recurso a "formas de luta cada vez mais vigorosas, mas legais [...]". Cf. "Manifesto da Comissão Executiva: teses e resoluções", apud E. Carone, op. cit., pp. 66-67.

[9] Idem, op. cit., p. 69.

[10] Cf. José Antonio Segatto et. al., op. cit., p. 84.

[11] Tal é a crítica formulada pelo conhecido estudo de F. Weffort sobre a atividade dos comunistas na conjuntura de 1945-1947. Cf. Francisco Weffort, "Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964" (publ. em três partes), *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, nºs 1 e 2; *Revista de Cultura Política*, ano 1, nº 1. São Paulo: Cedec, 1978, 1979.

[12] Muitos anos mais tarde, esta figura seria, por sua vez, cassada, não por qualquer atitude política, mas por falta de decoro — deixou-se fotografar em cuecas... uma excentricidade que a consciência moralista da época não perdoou.

[13] A decisão da cassação do registro legal do PCB, incluindo a transcrição dos votos dos juízes, foi reeditada em livro: *PCB, processo de cassação do registro (1947)*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1980. Introdução de Luiz de Carvalho Bicalho. Os dois primeiros juízes a votar, o relator do processo, F. Sá Filho, e o seguinte, A. M. Ribeiro da Costa, em votos minuciosos, recusaram a cassação, por evidente falta de fundamentos jurídicos. Para surpresa geral, os três desembargadores seguintes (J. A. Nogueira, F. Rocha Lagoa e Candido Mesquita da C. Lobo), em votos mais *político-literários* do que jurídicos, condenaram o PCB, aprovando, assim, a cassação de seu registro legal por 3 *versus* 2.

[14] Cf. "Manifesto do Comitê Nacional, de 1º de março de 1947", apud E. Carone, op. cit., p. 82.

[15] Cf. "Manifesto de janeiro de 1948" e "Manifesto de agosto de 1950", apud E. Carone, op. cit., pp. 72-89 e 108-12 , respectivamente.

[16] Cf. E. Carone, op. cit., p. 92.

[17] Cf. idem, op. cit., p. 96.

[18] Cf. idem, op. cit., pp. 97 e 101.

[19] Cf. idem, op. cit., pp. 109 e segs.

[20] Cf. idem, op. cit., pp. 77, 95, 104 e 285.

[21] A revista *Problemas*, notoriamente vinculada ao PCB, mas de ampla circulação, publicou o texto integral do programa. Cf. *Problemas*, nº 64, dez., 1954 a fev., 1955.

[22] É interessante observar, entre muitas outras referências, que o programa de 1954, quando se reporta aos camponeses, prevê a inclusão, na "revolução democrático-popular", de "camponeses ricos", sem entrar em detalhes sobre o significado exato desta categoria sociológica. Ao mesmo tempo, anuncia que "[...] só serão confiscados" os setores da burguesia nacional que "traírem os interesses nacionais e se aliarem aos imperialistas norte-americanos". Duas propostas presentes no processo revolucionário chinês e transplantadas, sem maiores mediações, para a sociedade brasileira.

[23] Até os dias de hoje, trata-se de uma problemática trabalhada por quase todos os partidos de esquerda no país. A fábula da Belíndia (a sociedade brasileira como uma mistura de Bélgica e Índia), formulada nos anos 70 e de ampla aceitação, reatualizou com talento as fórmulas "polarizadoras". Recentemente, o livro *A opção brasileira*, de

larga difusão entre setores radicalizados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), retomou estas orientações. Cf. Cesar Benjamin et al., *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

[24] As esquerdas revolucionárias dos anos 60 e 70, no quadro do que chamei "a utopia do impasse", reassumiram este tipo de análise, essencial à legitimação das ações armadas desencadeadas entre 1966 e 1974. Cf. Daniel Aarão Reis Filho, *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

[25] As teses recorrentes, entre políticos e acadêmicos, sobre a "americanização" do Brasil, que se comprazem em demonizar o famigerado Tio Sam, apresentado como um polvo superconsciente, de múltiplos tentáculos, e as manifestações de hostilidade aos símbolos nacionais dos EUA (queima de bandeiras, de bonecos do Tio Sam etc.), de notória popularidade entre as esquerdas brasileiras, atestam a impregnação destas idéias.

[26] Vale observar os diversos messianismos (operário, camponês, popular) que animaram e animam, em distintos tempos, as articulações e as conclamações das forças de esquerda. Na "busca do povo brasileiro", estudos recentes têm flagrado a presença de um persistente "romantismo revolucionário". Cf. Marcelo Ridenti, *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

[27] É notável como o nacional-estatismo continua fornecendo a base para os programas dos diferentes partidos de esquerda no Brasil dos dias de hoje. PT, PDT, PSB, PC do B, por sobre suas diferenças, permanecem, neste particular, fiéis discípulos da tradição inaugurada por Getúlio Vargas. As lutas contra as privatizações e as campanhas em defesa da "nossa Amazônia" atestam a vitalidade desta tradição política.

[28] Como resultado, minguaram acentuadamente os efetivos partidários, sendo corrente a estimativa de que teriam se reduzido a cerca de um décimo do patamar alcançado em 1947. Cf. José Antonio Segatto et al., op. cit., pp. 84-97.

[29] Os comunistas estiveram ativos e participantes em ambos os processos.

[30] Moisés Vinhas, talvez por ser um participante direto deste processo, insistia muito na importância crucial da Conferência Sindical de 1952 e da resolução daí decorrente. Cf. Moisés Vinhas, *O Partidão*. São Paulo: Hucitec, 1982.

[31] Comitê Central do PCB, "Projeto de programa", apud E. Carone, op. cit., pp. 114-20.

[32] Cf. Jacob Gorender, *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987, p. 22.

[33] Pouco mais de uma semana depois do suicídio de Vargas, o PCB, em manifesto, conclamava o povo a lutar em defesa da Constituição, até então considerada um "código de opressão". Cf. E. Carone, op. cit., p. 121.

[34] Diógenes Arruda, dirigente todo-poderoso do PCB (Prestes mantinha o posto de comando formal, mas, na prática, em função das imposições da clandestinidade, o poder concentrara-se nas mãos de Arruda, o Arrudão) e grande formulador do programa, sustentava, não se sabe se para conferir-lhe legitimidade, que o programa, em suas fases preliminares de formulação, havia sido revisto por I. Stálin em pessoa.

[35] Cf. revista *Problemas*, op. cit. (ver nota 21). O informe eleitoral foi apresentado por Carlos Marighella. A sua orientação geral e suas ênfases nada têm a ver com a retórica revolucionária do programa. Também o informe de Luís Carlos Prestes caracteriza-se por ênfases diferenciadas em relação ao programa, evidenciando nítidas diferenças de avaliação entre os dirigentes comunistas.

[36] "Manifesto de 24 de setembro de 1955", apud E. Carone, op. cit., p. 139.

37 Cf. "Manifesto do PCB", publicado em 1º de setembro de 1954: "[...] Dirigimo-nos particularmente aos trabalhadores getulistas, nossos irmãos [...] o momento exige que trabalhistas e comunistas se dêem fraternalmente as mãos e que juntos lutemos em defesa das leis sociais já conquistadas [...]". apud E. Carone, op. cit., p. 122.

38 Por exemplo, numa nota de outubro de 1954, ao propor uma plataforma de lutas aos trabalhistas, centrada nos direitos constitucionais e na defesa de conquistas sociais, os comunistas mencionariam as jornadas passadas conjuntas, como as lutas pelo envio da FEB aos campos da Itália, pela anistia e pela Assembléia Constituinte, em 1945. Era evidente a intenção de fechar um doloroso parêntese. Cf. E. Carone, op. cit., pp. 124-26.

39 No Brasil, a tradução foi publicada, em junho de 1956, pelo *Diário de Notícias* e pelo *Estado de S. Paulo*.

40 Entre muitos e muitos outros, Agildo Barata, em suas memórias, narra, com sentida emoção, o choque, as náuseas e o desespero de todos — e dele mesmo — em face da confirmação, por Arruda Câmara, da autenticidade do relatório de N. Khrutchev. Cf. Agildo Barata, *Vida de um revolucionário*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

41 Título do primeiro artigo, de autoria de João Batista de Lima e Silva, publicado em outubro de 1956 no *Imprensa Popular*. O *Voz Operária*, jornal oficial, associar-se-ia imediatamente e abriria também suas páginas para o debate.

42 A carta foi publicada no *Voz Operária*, em 24 de novembro de 1956. Cf. E. Carone, op. cit., pp. 154-60.

43 Cf. *Voz Operária*, 20/4/1957, apud E. Carone, op. cit., pp. 160-65.

44 Em sua "desgraça", Arruda foi acompanhado por João Amazonas, Maurício Grabois e Sergio Olmos.

45 Cf. "Declaração sobre a política do PCB", mar., 1958, *Voz Operária*, 22/3/1958, apud E. Carone, op. cit., pp. 176-96.

46 Cf. E. Carone, op. cit., p. 184.

47 Cf. idem, op. cit., p. 181.

48 Nas eventuais coligações eleitorais, pelas quais se propugnava, os comunistas eram chamados a apoiar os elementos nacionalistas e democratas que "existem em todos os partidos [...] uma ala considerável do PSD [...] em proporção menor [...] na UDN [...] e no PTB, PSP e PSB [que] apresentam uma tendência nacionalista e democrática mais acentuada". apud E. Carone, op. cit., p. 194.

49 Cf. "É indispensável a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política", *Voz Operária*, 29/3/1958, apud E. Carone, op. cit., pp. 196-202.

50 O episódio é narrado por um dos membros da referida comissão, Jacob Gorender, em seu livro *Combate nas trevas*, op. cit., p. 29. Da comissão também participaram Mário Alves, Armênio Guedes e Alberto Passos Guimarães.

51 No próprio Comitê Central, ainda bastante influenciado pelas tendências comprometidas com o passado imediato, houve apenas dois votos contrários, de João Amazonas e Maurício Grabois. Cf. J. Gorender, op. cit., p. 29.

52 Semanário *Novos Rumos*, desde fevereiro de 1959 novo jornal oficioso do PCB.

53 Para manter as aparências, na medida em que o PCB ainda era ilegal, a plenária final do congresso, realizada no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no centro do Rio de Janeiro, recebeu o nome de Convenção dos Comunistas.

54 Na autoria dos principais textos desta corrente, reencontraram-se na "Tribuna de debates" aberta por *Novos Rumos* João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois, entre outros. Numa posição menos evidente, ainda bastante abalada pela "desgraça" recente, a figura de Arruda Câmara.

55 A leitura da "Tribuna de debates", sobretudo quando do início destes, evidencia claramente a prévia organização e articulação da oposição "de esquerda" à *linha* de 1958.

56 A solicitação de legalização, programa e estatutos, foi publicada em *Novos Rumos*, 11/8/1961.

57 Para a legalização do PCB, no sentido de evitar artimanhas jurídicas, o nome do partido foi alterado: o tradicional nome *Partido Comunista do Brasil* foi substituído por *Partido Comunista Brasileiro*. Com efeito, em 1947, quando da cassação do registro legal, havia-se alegado, especiosamente, que o adjunto adnominal "do Brasil" evidenciava as conexões — e a subordinação — internacionais dos comunistas brasileiros, formalmente interditadas pela Constituição. Para driblar o casuísmo, o partido agora reivindicava sua legalização como "Brasileiro" e não mais como "do Brasil". Até a instauração da ditadura militar, em março de 1964, o processo de legalização ainda estava pendente. No entanto, no mundo político e entre as esquerdas, reconheciam-se já dois partidos comunistas: de um lado, o *Brasileiro*, cognominado, pejorativa ou carinhosamente, segundo as diferentes afinidades, de *Partidão*; de outro, o *do Brasil*.

58 Cf. "Resolução política da Convenção Nacional dos Comunistas", ago., 1960, apud E. Carone, op. cit., pp. 209-27.

59 Cf. idem, op. cit., pp. 221-22.

60 Cf. J. Gorender, "Sobre o V Congresso", *Estudos Sociais*, vol. 3, nº 9, out., 1960, pp. 3-11, apud E. Carone, op. cit., pp. 227-34

61 Em 12 de setembro de 1963, sob liderança dos graduados da aeronáutica, revoltaram-se praças e sargentos de guarnições de Brasília contra a cassação, ordenada pelo Tribunal Superior Eleitoral, do sargento Aimoré Cavaleiro, eleito deputado estadual pelo Rio Grande do Sul em outubro de 1962. O movimento foi estudado por Paulo Parucker em dissertação de mestrado, infelizmente ainda inédita, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, em 1992.

62 Em pronunciamento público no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, cf. J. Gorender, op. cit., p. 64. Seria injusto, entretanto, atribuir apenas a Prestes esta enorme autoconfiança. Ela era, de fato, compartilhada pela imensa maioria das lideranças das diferentes forças políticas de esquerda, intoxicadas pela própria retórica "catastrófica". Nas condenações aos erros de avaliação do PCB, avulta a força relativa do velho Partidão. No caso dos partidos menores (POLOP, PC do B etc.), salvaram-nos das condenações não seus acertos, mas sua fraqueza.

63 Gregório Bezerra, notável militante comunista, resumiu, em fórmula lapidar e sumária, as diferenças e semelhanças entre 1935 e 1964: "Em 1935, tínhamos [os comunistas] armas, povo, não. Em 1964, tínhamos povo, mas não armas".

Bibliografia

Aarão Reis Filho, D. *A revolução faltou ao encontro*. Brasiliense: São Paulo, 1991.

_____ . *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Aarão Reis Filho, D. e Sá, J. F. de. *Imagens da revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

Bandeira, M. *O governo João Goulart, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Barata, A. *Vida de um revolucionário*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

Benjamin, C. et al. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

Bicalho, L. de C. "Introdução", in *PCB. Processo de cassação do registro (1947)*. Belo Horizonte: Aldeia Global Editora, 1980.

Brandão, G. M. "Esquerda positiva", in *As duas almas do Partido Comunista, 1922-1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.

Carone, E. *O PCB. 1943 a 1964*, vol. 2. São Paulo: Difel, 1982.

Corrêa, M. S. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: LPM, 1977.

Delgado, L. de A. N. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil. 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

Dines, A. et al. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.

Dreifuss, R. A. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

Ferreira, J. (org.). *O populismo e sua história — Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Garcia, M. A. "Contribuição à história da esquerda brasileira", *Em Tempo*. São Paulo, 1979-1980.

Gomes, A. M. C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Gorender, J. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

Ianni, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Imprensa Popular, out., 1956 a abr., 1957. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

IPM nº 709. *O comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.

Julião, F. *Que são as ligas camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

Konder, L. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

Moraes, D. de e Viana, F. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.

Novos Rumos. Coleções de 1963 e 1964. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Partido Comunista do Brasil. "Prestes aponta aos brasileiros o caminho da libertação (Manifesto de agosto)", *Problemas*, nº 29. Rio de Janeiro, ago., 1950.

Partido Comunista do Brasil. "Programa do Partido Comunista do Brasil", *Problemas*, nº 64, dez., 1954.

Partido Comunista do Brasil/Comitê Nacional — PCB/CN. "Ampliar a organização e a unidade da classe operária (resolução do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil

sobre organização e unidade da classe operária, julho de 1952)", *Problemas*, nº 42, set.-out., 1952.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL/M-L. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil/M-L*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974.

PARUCKER, P. E. C. Praças em pé de guerra — O movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964). Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal Fluminense, 1992.

PERALVA, O. *O retrato*. Porto Alegre: Globo, 1962.

PRADO JR., C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRESTES, L. C. *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro: Vitória, 1947.

RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

______ . *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RODRIGUES, L. M. "O PCB: os dirigentes e a organização", in Boris Fausto (org.), *História geral da civilização brasileira*, tomo III, vol. 10. São Paulo: DIFEL, 1981.

SANTOS, W. G. dos. *Reforma contra reforma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

______ . *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. Rio de Janeiro: Vértice, 1986.

SEGATTO, J. A. et al. *PCB: memória fotográfica, 1922-1982*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

______ . *Reforma e revolução. As vicissitudes políticas do PCB, 1954-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

TELLES, J. *O movimento sindical no Brasil*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VINHAS, M. *O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922-1974*. São Paulo: HUCITEC, 1982.

WEFFORT, F. "Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964" (publ. em três partes), *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, nºs 1 e 2; *Revista de Cultura Política*, ano 1, nº 1. São Paulo: CEDEC, 1978, 1979.

Capítulo 3

OS TROTSKISTAS BRASILEIROS E SUAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS (1930-1966)

*Dainis Karepovs**

*José Castilho Marques Neto***

"Pequena expressão política e social." Julgamentos deste tipo mais de uma vez foram emitidos para justificar a exclusão das organizações políticas trotskistas como objeto de estudo para uma história da esquerda no Brasil. É inegável que essas organizações, desde suas origens, no final dos anos 1920, sempre se caracterizaram por seus reduzidos efetivos. Em contrapartida, estes pequenos agrupamentos, que umas poucas vezes conseguiram uma audiência de massa, possuíam uma capacidade de interpretação da luta de classes na sociedade brasileira que lhes permitia observar e enunciar realidades que escapavam a outras organizações políticas contemporâneas, capacidade essa que, inegavelmente, já ao seu tempo, deitou raízes na história do movimento operário. O fato de não se terem trans-

* Mestre e doutorando em história pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP) e integrante do GT Mundos do Trabalho, da ANPUH.

** Doutor em filosofia pela FFLCH – USP, é professor no Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da FCL – UNESP (Araraquara). Pesquisador do CEMAP e diretor-presidente da Fundação Editora da UNESP.

formado em "a" história ou "o" partido da classe operária serve muito mais para se pensar que não havia apenas "uma" história ou "um" partido e que, como tal, merecem ser examinadas, para auxiliar a compreensão, por exemplo, do impasse hoje vivido pela esquerda brasileira e mundial, fortemente influenciado pela idéia do monolitismo partidário e doutrinário. Ou, então, para uma leitura propriamente histórica em que se procurará verificar o porquê de "o(s)" "projeto(s)" de esquerda não ter(em) conseguido, ao seu tempo, atingir os objetivos pretendidos. Buscar esta compreensão é, sem dúvida, uma tarefa coletiva e nunca, exclusivamente, desta ou daquela corrente, até mesmo daquelas que se consideram, na visão de historiadores engajados à sua linha, "com expressão política e social".

As correntes político-partidárias que se reivindicam do marxismo, particularmente as oriundas da Revolução de Outubro de 1917, sempre pautaram suas ações sob um duplo prisma: o nacional e o internacional, não sendo possível, para tais organizações, dissociar um do outro. Não fugiram à regra as organizações trotskistas, desde seu surgimento na cena política brasileira, no início dos anos 30. Por esta razão, faz-se necessário, antes de tratarmos de nosso tema, situar alguns marcos referenciais nos campos nacional e internacional. Inicialmente, uma sumária incursão pelos principais momentos da história da Internacional Comunista (IC), de 1919 a 1943, e sua relação com o aparecimento da Oposição Internacional de Esquerda, mesmo porque a história da Internacional Comunista é inseparável das oposições que nela se desenvolveram. Ao trabalharmos a questão no Brasil, faremos o mesmo, limitando o procedimento até 1933, momento em que a Oposição de Esquerda deixa de ser uma fração do partido brasileiro.

Embora a IC tenha sido autodissolvida em 1943, muitas das concepções políticas por ela suscitadas irão a ela sobreviver e deixar suas marcas na atuação dos partidos comunistas no pós-Segunda Guerra Mundial. Estas permanências também terão seu reflexo na ação dos trotskistas e de sua crítica, no mesmo período, e, sendo assim, merecem ser analisadas, juntamente com um outro fator a ser observado: ao longo deste período de pouco mais de 35 anos que iremos examinar, as organizações políticas trotskistas sempre foram um contraponto às comunistas.

1. *A Internacional Comunista*

Com a implantação do Estado soviético, seus principais dirigentes concluíram que era necessário construir, em oposição à Internacional Socialista que apoiara a política de guerra que resultara na Primeira Guerra Mundial, um centro internacional que pudesse coordenar o processo revolucionário, pois a guerra colocara na ordem do dia a revolução internacional.

Criada em 1919, em Moscou, a III Internacional ou Internacional Comunista (IC) surgiu como o "partido da revolução mundial". Embora a Rússia soviética estivesse isolada pelo bloqueio aliado, o espírito que animava a reunião de fundadores era a possibilidade imediata de deflagrar a revolução nos principais países europeus. Esta era a visão da maioria dos delegados, sobretudo dos russos. Pesavam as conclusões eurocêntricas do congresso de fundação, subordinando-se os movimentos nacionais revolucionários à dinâmica européia. Típica concepção decorrente deste período foi a análise da possibilidade de a revolução eclodir nos países coloniais, desde que como decorrência da revolução européia.

Mas o I Congresso, na verdade, acabou sendo muito mais uma proclamação da existência da nova Internacional e, entre o I e o II Congressos, ocorreram frustradas tentativas revolucionárias na Alemanha, Hungria e Áustria. No II Congresso, de 1920, a revolução continuava na ordem do dia, embora já não tão próxima. Esse congresso pode ser considerado, pelo teor de seus debates e pela representatividade das delegações presentes, o verdadeiro congresso de fundação da Internacional Comunista. Foram discutidos os primeiros passos para a organização do movimento comunista em países não capitalistas, definindo-se os princípios da questão colonial. Lênin, o autor das teses ali discutidas, tinha em mente um modelo calcado na China e na Índia, porque raciocinava em termos de enfrentamento com o imperialismo inglês. Suas teses foram complementadas pelas do secretário do partido mexicano, o hindu M. N. Roy, transformando o produto final em um híbrido entre uma visão eurocêntrica e outra oriental, que destacava a importância da revolução nas colônias, mas reservava o papel primacial aos países

avançados. Nas teses aprovadas, afirmava-se a importância da construção de partidos comunistas nos países coloniais e atrasados com o objetivo de organizar operários e camponeses. A existência de tais partidos naqueles países permitiria a sustentação dos movimentos revolucionários

> apenas com a condição de que os elementos mais puros dos partidos comunistas — comunistas de fato — sejam agrupados e instruídos sobre suas tarefas particulares, isto é, sobre sua missão de combater o movimento burguês e democrático. A Internacional Comunista deve estabelecer relações temporárias e formar também uniões com os movimentos revolucionários nas colônias e países atrasados, sem todavia fundir-se com eles, e conservando sempre o caráter independente de movimento proletário, ainda que em sua forma embrionária.[1]

Na formulação das políticas de alianças com os movimentos nacionais revolucionários, as teses deixavam claro que os comunistas não deveriam abrir mão de sua independência.

O III Congresso, em 1921, foi aberto com um relatório de Leon Trótski sobre a crise econômica mundial, no qual se reconhecia que a revolução mundial já não era uma questão de dias, mas de anos. Ficava claro que, antes da questão da tomada do poder, estava colocada, para os partidos comunistas, a conquista da maioria da classe operária, e para isso se preconizava a tática da frente única, que se concretizaria na luta pelos interesses imediatos do proletariado por meio de uma ação comum, particularmente com a social-democracia. A sua prática, no entanto, acabou sendo encarada apenas como um método de agitação e de mobilização das massas em um determinado momento.

A partir do III Congresso, operou-se uma mudança de caráter na IC, a qual deixou de ser o "instrumento organizativo, político e ideológico da revolução mundial, mas o instrumento para administrar e disciplinar o movimento comunista na espera da revolução mundial".[2] Estas características seriam ainda mais acentuadas nos congressos posteriores, quando, com a "bolchevização" dos partidos comunistas, a partir do V Congresso, em 1924, inicia-se o processo de controle por parte do secretário-geral do Partido Comunista da

União Soviética (PCUS), Iosif Stálin, em um primeiro momento sobre o Estado soviético, depois sobre a Internacional Comunista.

Conforme o testemunho de Paulo de Lacerda, membro da delegação brasileira, o VI Congresso da IC, em 1928, tornou-se o primeiro em que a América Latina foi objeto de interesse específico. Esse congresso — constatando ao mesmo tempo uma "radicalização das massas" e um agravamento nas contradições do capitalismo que o conduziria à ruína — demarca um processo de sectarização esquerdista nas orientações da IC. Esta guinada esquerdista referendará as políticas conhecidas como "classe contra classe" e do "terceiro período". Sustentava que as burguesias nacionais já não eram uma força revolucionária antiimperialista, devendo os comunistas rechaçar alianças com tais forças, o que produziu, como conseqüência, a política de rejeição de alianças com a social-democracia, deste então chamada de "social-fascista". Chamava-se também de "terceiro período", porque o primeiro, de 1917 a 1924, é considerado o de crise do capitalismo e ascenso revolucionário; o segundo, de 1925 a 1928, é o de estabilização do capitalismo; e o terceiro se ria o período final do capitalismo. Nesse congresso define-se, depois de um agudo período de conflitos entre as correntes de Stálin e Trótski, a hegemonia definitiva da tendência stalinista sobre a Internacional Comunista.

Também nesse VI Congresso os países foram divididos em três grupos: os de capitalismo altamente desenvolvido, nos quais estava colocada a questão da ditadura do proletariado; os de nível médio, que visavam conquistas democrático-burguesas antes que a revolução se tornasse socialista; e, por fim, os países coloniais, semicoloniais e dependentes. Para estes, a "transição à ditadura do proletariado é possível, como regra geral, somente através de uma série de etapas preparatórias, como resultado de todo um período de transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista", como definiam suas resoluções. Tais países teriam a ajuda daqueles que viviam sob a ditadura do proletariado (isto é, a URSS), já que seriam incapazes de, por si próprios, chegar ao socialismo. Entre esses países, estava o Brasil.

No informe dedicado à América Latina, afirmava-se que o imperialismo acentuava ali, com sua penetração, o desenvolvimento

concomitante da indústria e da colonização, impedindo o surgimento de uma burguesia autônoma.

> Esta burguesia encontra-se ligada desde seus primeiros passos ao imperialismo estrangeiro, tal como a classe dos proprietários fundiários. Isto explica por que, na América Latina, a burguesia nacional não pode desempenhar um papel revolucionário na luta contra o imperialismo: ela está ligada aos interesses do imperialismo.[3]

Aos partidos comunistas, cabia lutar por revoluções de caráter democrático-burguês, sob hegemonia do proletariado, e fomentar a formação de um bloco das forças revolucionárias — operários agrícolas e industriais, camponeses sem-terra e a pequena burguesia revolucionária —, no qual os comunistas manteriam sua independência, o que colidia com o preconizado nas teses do II Congresso. Além disso, o informe destacava que toda a luta revolucionária deveria ser concentrada contra o imperialismo norte-americano, pois se consideravam os países latino-americanos, em geral, meros apêndices daquele país, refletindo o esquemático método de vincular determinados imperialismos a setores ou políticas internas dos países ditos coloniais ou semicoloniais.

No período decorrido entre o V e o VI Congressos, surge a teoria do "socialismo em um só país", sendo adotada pelo PCUS e pela IC. Esta política foi a resposta ao isolamento no qual a URSS se vira jogada. Devido à perspectiva de que o prazo para a revolução mundial se dilatara enormemente, Stálin apresentou, como alternativa a "ficar vegetando à espera da revolução mundial", a perspectiva da construção do socialismo dentro das fronteiras da URSS. Esta teoria ficará subjacente às elaborações da IC, no que se refere à defesa da URSS diante da ameaça de invasão externa. Na verdade, uma análise mais acurada desta problemática, transformada em resoluções do VI Congresso, revela o verdadeiro alcance desta questão e marcará definitivamente as ações da IC ao longo de toda a sua existência. Como assinala Paulo Sérgio Pinheiro:

> As conclusões do VI Congresso têm muito mais a ver com a política externa soviética, do que com a revolução nos países latino-americanos: os países (e os partidos) passavam a ter importância na medida em que servissem ao enfrentamento da União Soviética com os imperialismos.[4]

Implementadas na América Latina, a partir da realização da I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, realizada em 1929, as novas orientações esquerdistas da IC, ao longo dos anos 30, redundaram — no caso brasileiro — no afastamento de praticamente toda a liderança que havia fundado o partido, além de numa orientação extremamente sectária. No campo internacional, seu resultado mais desastroso foi, sem dúvida alguma, facilitar a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, em 1933, em razão da recusa dos comunistas em realizar uma frente de colaboração política com a social-democracia.

A desastrosa tática que levou os nazistas ao poder abalou a IC e levou-a, depois de tatear erraticamente durante mais de um ano, a alterar sua linha, sem que se fizesse qualquer autocrítica sobre a fracassada estratégia anterior. Neste contexto, surgia a política das frentes populares.

Os novos rumos estratégicos da IC foram consagrados oficialmente no VII Congresso, realizado em 1935, embora já estivessem em prática, na França, bem antes da realização daquele encontro. O principal argumento da política das frentes populares era o de que, com a ascensão do nazi-fascismo à cena política internacional, tornava-se prioritário confrontá-lo, com a finalidade de impedir a ameaça de guerra. Para atingir estes objetivos, os comunistas lutariam pela constituição de frentes únicas antifascistas e antiimperialistas que, ao criarem situações políticas adequadas para instituir governos nos quais os comunistas participariam ou apoiariam, teriam como principal tarefa a manutenção das liberdades democráticas.

A causa determinante para se entender a política das frentes populares deve ser buscada na política externa da URSS, abalada com a denúncia do pacto de colaboração militar com a Alemanha, em dezembro de 1933. Isto obrigou a URSS a "colaborar ativamente com o sistema da segurança coletiva no quadro da Sociedade das Nações".[5] Assim, para a manutenção da paz, isto é, de sua estabilidade

interna, a URSS dispunha-se a "manter relações amistosas com os Estados capitalistas, qualquer que seja seu regime político", excluindo-se aqueles países que pudessem fazer acordos anti-soviéticos com a Alemanha e o Japão. Este raciocínio, expresso pelo chanceler soviético Litvinov, pode ser decalcado na orientação de frente popular antifascista. Como o advento do fascismo significava, de acordo com a interpretação do VII Congresso, a troca de uma forma estatal de dominação da burguesia por uma ditadura terrorista aberta, cabia à classe operária impedir tal substituição, por meio da defesa e da reivindicação do mais amplo funcionamento das instituições democráticas, em aliança com quaisquer forças que se opusessem a esta mudança.

No entanto, o VII Congresso, que seria o último da IC antes de esta ser dissolvida em 1943, como um gesto de "boa vontade" perante os Aliados, dedicou-se apenas a fazer das frentes populares uma formulação meramente tática e, como destaca Marta Dassú, de caráter defensivo.

> [a frente popular] servia ao objetivo de Moscou de evitar uma coalizão anti-soviética entre os Estados capitalistas [...], mas tinha ao mesmo tempo de salvaguardar a possibilidade de jogar no tabuleiro internacional uma partida que permitia todas as retiradas e todos os roques, conforme as circunstâncias, com avanços e recuos, mas evitando, de qualquer modo, fechar-se em um rota de confronto radical com as forças do Eixo.[6]

Por isso, quando o VII Congresso se referia às estratégias de construção das frentes populares, estas eram as mais genéricas possíveis, sendo insuficientes para estabelecer "um projeto concreto de agregação, em torno da classe operária, de um bloco social alternativo ao sistema".[7] Assim, no caso dos países coloniais ou semicoloniais, as referências ao papel dos camponeses ou à aliança com as burguesias nacionais são insuficientes e imprecisas, situadas no universo da mudança tática, fazendo com que tais lacunas pudessem ser preenchidas ou consideradas como dadas, a partir das resoluções dos congressos anteriores à Internacional Comunista. Diante destas fragilidades de elaboração e atuando unicamente dentro dos marcos da sociedade burguesa, a frente popular fará das reivindicações democráticas — e de outros objetivos intermediários — fins em si mesmos, deixando

de lado a possibilidade de ruptura com aquela sociedade. É toda esta imprecisão que fará com que as resoluções do VII Congresso, no caso do Brasil, possam ser utilizadas em vários sentidos.

2. *A Oposição Internacional de Esquerda*

As premissas fundamentais do trotskismo no Brasil também devem ser buscadas nas origens da Oposição de Esquerda soviética, na luta entre Leon Trótski e Iosif Stálin. Desde 1923, quando se inicia o processo de conquista das máquinas partidárias e do Estado soviético por parte do grupo de Stálin, os embates entre as facções se acentuam e podemos perceber que os alinhamentos de setores do Partido Comunista da União Soviética a esta ou àquela corrente se alternam, terminando, como se sabe, com a vitória da facção stalinista.

Essa vitória permitiu a exclusão do PCUS e o exílio de milhares de opositores em condições precárias, com a finalidade de isolá-los e tentar obter sua capitulação pública, ou, simplesmente, de manter afastados os mais irredutíveis, como Rakovski e outros. Mas o grande ato de demonstração de força do grupo vencedor foi a expulsão de Trótski da URSS, em 1929. Como assinala Pierre Broué, essa expulsão se reflete na Internacional Comunista, na qual também, de um lado, toda oposição e crítica política serão postas na ilegalidade e, de outro, o voto dos militantes nas discussões e decisões políticas será substituído pela ação da polícia política (a GPU).[8] Acrescente-se o fato de que os partidos comunistas incorporaram a seu ideário uma lógica de defesa incondicional própria a um Estado, no qual os militantes em divergência eram transformados em inimigos, sujeitos às mais diversas sanções, desde a expulsão até a pena de morte.[9]

Devido às características próprias do partido soviético, sua luta interna obteve repercussões extraordinárias nos demais partidos comunistas, e o debate acaba atingindo escala planetária, construindo tomadas de posição diversas, que vão desde a preservação até a reorientação da Internacional Comunista e do PCUS. Os oposicionistas reunidos em torno de Trótski têm, neste momento, uma cla-

ra delimitação de sua atividade política: seu combate é ideológico, buscando o esclarecimento da militância comunista para os desvios cometidos pelo grupo vencedor na URSS. É claro que esta postura afastava estratégias que visassem ações de massas e pressupunha a preservação dos PCs.

Fundamentalmente, haverá três pontos críticos no movimento comunista internacional que darão consistência à formação da Oposição Internacional de Esquerda: a política do Comitê Anglo-Russo, a Revolução Chinesa e, a mais importante, a política econômica da URSS, vinculada à teoria da "construção do socialismo em um só país". Esta, como vimos, definida por Stálin e subjacente, desde então, a todas as ações da Internacional Comunista e do Estado soviético, partia da premissa de resolver as contradições entre o proletariado e o campesinato pelas forças internas da URSS, de modo a garantir ali a construção de uma sociedade plenamente socialista, com a simpatia e o apoio do proletariado dos outros países, sem a prévia necessidade de uma vitória da revolução proletária internacional,[10] aspecto este até então incontroverso nas fileiras comunistas internacionais e russas.

> Para Trotsky, se cada partido nacional deve levar em maior conta as características nacionais do país onde se constitui, ele não pode, na era do imperialismo unificador do planeta, definir-se por elas: toda organização revolucionária deve, para sê-lo, definir-se por sua estratégia internacional, já que todos os problemas políticos são internacionais por natureza [...]. A Oposição deve, portanto, determinar-se em relação aos problemas, que com mais clareza revelaram a orientação geral da Internacional Comunista e não em relação a esta ou aquela questão de envergadura puramente nacional.[11]

Como contraponto ao "socialismo em um só país", os oposicionistas aglutinados em torno de Trótski eram partidários da teoria da revolução permanente, idealizada por ele em 1906 e atualizada em 1930, a partir da fracassada experiência da IC na China. A teoria da revolução permanente constatava que a burguesia deixara, havia muito, de ser revolucionária e se tornara conservadora, o que a impossibilitava de realizar as tarefas democrático-burguesas necessárias aos países coloniais e semicoloniais, tese preconizada havia muito pelo movimento comunista. Essas tarefas estariam a cargo do proletariado, que, hegemônico, não se deteria apenas nelas, mas, mais cedo ou mais tarde, rumaria para resolver outras tarefas, desta vez anticapitalistas, transformando a revolução inicialmente democrática em socialista, estendendo-a a outros países. Na atualização feita em 1930, Trótski examinou o desenvolvimento desigual e combinado dos países periféricos, que se manifestava em uma mesma formação social por intermédio de formas modernas e atrasadas. Ele afirmava que, nesses países, dada a incapacidade das suas burguesias de assumir um papel democrático e antiimperialista, somente o proletariado poderia ter tal papel, à frente de uma revolução democrática logo transformada em revolução socialista, a qual, por sua vez, somente se poderia completar em escala planetária.

Este debate iniciado nas fileiras do PCUS ganhará corpo em um significativo número de partidos comunistas, em vários países, abrindo o campo para a constituição de diversos agrupamentos que se identificarão com as idéias expostas por Trótski e seus companheiros. Este processo culminará, em Paris, no ano de 1930, na constituição da Oposição Internacional de Esquerda (OIE).

3. *O PCB*

Constituído, por um lado, da fracassada experiência do movimento operário com a liderança dos anarquistas, durante o surto grevista de 1917-1919, e, de outro, da empolgação decorrente da vitória da Revolução Russa de 1917, o Partido Comunista do Brasil surgiu, em 1922, como o único exemplo de partido comunista latino-americano formado a partir de lideranças originalmente anarquistas. O novo Partido Comunista buscou imediatamente legitimar-se perante a IC, enviando um delegado ao IV Congresso, Antônio Bernardo Canellas. Sua atuação foi tão conturbada que a filiação do PCB não foi aceita naquela ocasião, somente ocorrendo no V Congresso, realizado em 1924. Esse congresso, o da "bolchevização", como ficou conhecido, estabeleceu novas formas de organização

para os PCs, as quais não passavam de "um processo burocrático, com o objetivo de suprimir toda dissensão relativa à linha majoritária, conduzindo ao enfraquecimento do regime de democracia interna no partido e ao empobrecimento do debate teórico tanto no Comitê Executivo da IC, como nas seções nacionais".[12] Em outras palavras, mais que "bolchevização", o V Congresso deu início ao processo de stalinização da IC. Obviamente, em razão do parco interesse pelos países coloniais, especialmente os da América Latina, tais alterações não causaram efeitos imediatos sobre o PCB, mas é relevante assinalar que, como o novo partido aderia, naquele momento, ao "exército da revolução mundial", aquele era e seria seu horizonte.

Mesmo assim, o PCB pôde, durante alguns anos, desenvolver uma atuação relativamente autônoma, sobretudo no que se refere às tentativas de elaboração de sua linha política, a partir de seu entendimento da realidade nacional. Mas esta relativa liberdade durou até o VI Congresso. Em 1929, as diretivas do VI Congresso são aplicadas ao Brasil, tendo como instrumento a I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina. Juntamente com as novas diretrizes, trocaram-se também os assessores do Bureau Sul-Americano da IC, substituindo-os por militantes mais identificados com a corrente de Stálin, como o casal Guralski, que aplicará a linha de proletarização dos PCs ordenada pela Internacional. Seguindo essa linha, os delegados da IC substituíram quase todo o núcleo dirigente do partido brasileiro, reduzindo a pouca autonomia existente a quase nada, no que se refere a pensar a realidade nacional. Pautado por um pensamento esquemático e ditado por regras pré-moldadas nas teorias revolucionárias da IC, o novo núcleo dirigente do PCB, "proletarizado", empobreceu enormemente suas análises sobre o Brasil. Assim, por exemplo, o movimento de 1930 é explicado como um simples confronto entre dois imperialismos, o americano e o inglês. Ou, então, como no caso do Bloco Operário e Camponês (BOC), que foi pensado como uma frente proletária, mas cuja dinâmica acabou levando-o para um patamar mais amplo, não esperado pelo partido, que o dissolveu por imposição da Internacional Comunista. É significativo e perfeitamente compreensível que, naquele momento, surgisse uma oposição interna reivindicando as posições de Trótski, que tivesse como uma das bandeiras a defesa da demo-

cracia interna e o questionamento sobre as orientações da Internacional Comunista.[13] Juntavam-se as pressões internacionais, pautadas pela luta aberta entre a IC e a Oposição de Esquerda, à frustração política dos militantes comunistas com seu partido nacional.

Todo este período é marcado, notadamente na direção partidária, pelo processo de proletarização, que, no Brasil, ficou conhecido pelo nome de "obreirismo" e significou a promoção de militantes de extração operária a cargos de direção, em detrimento daqueles tidos como de origem burguesa, embora mais bem formados no marxismo. Ao mesmo tempo, também por conta de diretivas da IC, que já haviam extinguido o BOC, o PCB passa a ter uma atuação voltada para a constituição de "sindicatos vermelhos", isto é, sindicatos dirigidos por comunistas e pela formação de sovietes.

Ao lado desta súbita guinada esquerdista, é nesta época que ocorre o confuso processo de maior aproximação com as forças da classe média radicalizada, reunidas em torno do movimento tenentista, especialmente de Luís Carlos Prestes. Até então, as relações entre o PCB e Prestes, iniciadas em 1927, haviam sido extremamente conflituosas. Mesmo após sua ida a Moscou, em 1931, elas continuariam ambíguas, mantendo-se uma certa tensão do lado do PCB, que classificava o "prestismo" como "desvio pequeno-burguês", muito embora o Bureau Sul-Americano tivesse calorosas simpatias pelo jovem tenente. Essas relações entre o PCB e Prestes, marcadas por divergências, somente seriam resolvidas com a reestruturação do partido, em 1933, em razão dos danos causados internamente pela aplicação da política de obreirismo. A reestruturação provocou a substituição dos dirigentes do partido, e haveria o predomínio de militantes que, em algum momento da vida, envolveram-se com os movimentos tenentistas, embora não fossem necessariamente militares.

4. *As origens da oposição brasileira*

A constituição da oposição de esquerda no Brasil é um processo cumulativo de dissensões, que se manifestaram nas fileiras do PCB de 1927 a 1929.

A primeira manifestação de dissensão do processo que culminou na constituição da oposição de esquerda ocorreu em uma reunião da direção do Partido Comunista, em outubro de 1927, quando se discutia a aliança com Luís Carlos Prestes. Em posição minoritária na Comissão Central Executiva (CCE), Rodolfo Coutinho, um dos fundadores do PCB, recém-chegado da Europa (representara o partido no V Congresso da IC e, depois, militaria no PC alemão), e Joaquim Barboza, alfaiate e secretário sindical do PCB, certamente influenciados pelos resultados desastrosos da política de alianças com o Kuomintang praticada na China, argumentavam que seria trair o proletariado aliar-se ao tenentismo, que consideravam um movimento pequeno-burguês.

Logo após esta divergência, surge a Oposição Sindical. Em fevereiro de 1928, os principais responsáveis pela política sindical do PCB, Joaquim Barboza e João da Costa Pimenta, gráfico e um dos fundadores do partido, foram duramente criticados, na Conferência de Organização da Região do Rio de Janeiro, por sua postura "corporativista", que privilegiava "a obra do sindicato isolado de sua corporação, acima da obra dos sindicatos federados, que são de todo o proletariado. O critério deles é o seguinte: não pode haver federação sem sindicatos; tratemos, portanto, de organizar primeiro os sindicatos, que a federação virá depois".[14] Em resposta, Pimenta preferiu demitir-se do cargo da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro, enquanto Barboza, mesmo demitindo-se da CCE, resolveu polemizar abertamente com a direção.

Por meio de uma carta aberta, Joaquim Barboza alinhavou as principais divergências com o partido. A primeira delas dizia respeito à regulamentação da lei de férias, que concedia 15 dias de férias aos trabalhadores da indústria e do comércio. Barboza, que defendia um movimento independente dos trabalhadores, que exerceriam pressão direta sobre o governo, afirmava que, com a participação dos sindicatos dirigidos pelos comunistas no processo de discussão da regulamentação, o partido viu-se colocado na posição de cúmplice do que foi aprovado nos debates, sendo a lei de férias, na prática, "revogada mercê de um regulamento capcioso e inexeqüível".

O processo de regulamentação da lei de férias apontou para a criação da Confederação Geral do Trabalho, sustentada por uma suposta unidade de pontos de vista entre os representantes operários. Para Barboza, tratava-se de um "plano mirabolante", que ignorava a realidade e servia para distanciar o partido da vida sindical, além de chocar-se com as resoluções do II Congresso do PCB (1925). Chamava a atenção para o caráter sectário da política sindical do PCB, que, de um lado, lutava pela unificação das forças do movimento sindical e, de outro, levava uma acirrada disputa ideológica com os "amarelos" e os anarcossindicalistas, resultando numa excessiva identificação entre partido e sindicato.

A CCE proibiu a difusão da carta de Barboza, mas o Comitê Regional do Rio de Janeiro ignorou a proibição e promoveu discussões entre seus militantes, o que levou à destituição da direção regional, em abril. Em protesto contra a decisão da CCE, Rodolfo Coutinho dela se demitiu. Diante da situação, em 2 de maio, meia centena de militantes, entre os quais vários futuros membros da oposição de esquerda, enviaram um documento à direção do partido. Nele, criticavam, indignados com os acontecimentos em torno do episódio da Oposição Sindical e seus desdobramentos, os atentados à democracia interna partidária e os abusos cometidos pela direção nesse episódio. Concluindo pela falta de idoneidade da direção para conduzir o partido, exigiram a realização de uma conferência nacional e deram um prazo para a resposta. Sem a resposta esperada, 46 deles demitem-se do partido.

De Berlim, Mário Pedrosa, futura liderança da oposição de esquerda, critica este desenlace, que considera precipitado:

> A suposta censura que fiz não é censura coisa nenhuma. Foi tudo motivado pela surpresa que causou o ato de demissão: vocês deram uma solução rápida demais à crise. Se bem que o ato final deveria ser esse mesmo — em todo caso acho que vocês o precipitaram. Menosprezaram o valor de *algumas formalidades*, quando mais não fosse para facilitar a justificação da atitude de vocês perante a IC e sobretudo mostrar aos *fanáticos da disciplina* (que é a maioria) a sinceridade da atitude de vocês etc. Vocês erraram na tática — não aproveitavam nenhuma oportunidade, não para fazer conchavos ou concórdias puramente formais etc., não — foram logo às vias de cabo etc. A 2ª carta não me convenceu do

> contrário. E por isso nesse sentido achei graça e acertada a definição dada pelo Castro — de raid comunista. Não há nisto nenhum zelo maior excessivo pelas formalidades etc. Estou certo que tudo acabaria como acabou — e era mesmo a solução verdadeira — mas acho que foi tomada sem preparativo prévio — de modo a facilitar a compreensão do ato pela maioria ou ao menos pela parte hesitante, indecisa desta. Ou vocês não ligaram, desdenharam esse *resto* — como massa sem significação? O que seria também uma atitude errada, intelectual e sectária.[16]

Vários dos demissionários acabaram retornando às fileiras comunistas, mas os problemas levantados por ocasião destes episódios desencadearam dentro dessas fileiras um debate que se prolongou até o III Congresso, ocorrido de 29 de dezembro de 1928 a 4 de janeiro de 1929. Nesse congresso, aprovou-se uma resolução específica sobre a Oposição Sindical, que foi classificada de "desvio pequeno-burguês", e possibilitou-se aos demissionários, mediante autocrítica, o retorno individual às fileiras comunistas.

Apesar do abafamento das divergências e do peso que elas tiveram no nascimento de uma oposição de esquerda, o fato político mais marcante do III Congresso foi o início da incorporação das orientações sectárias do VI Congresso da IC. Particularmente no campo sindical, a política do "terceiro período" radicalizou a postura de defesa dos "sindicatos vermelhos" e deixou abertas as feridas expostas por Barboza.

Dois episódios neste campo ainda integram o movimento de formação da oposição de esquerda brasileira. O primeiro deles foi uma greve de 72 dias (de março a maio de 1929), realizada pelos gráficos de São Paulo, que reivindicavam o cumprimento da legislação de férias, da jornada de trabalho para mulheres e aprendizes e do pagamento por acidentes de trabalho. A orientação esquerdista do PCB buscava ampliar a greve e levá-la a outros setores. Esta atitude levou a uma sectarização do movimento e seu prolongamento inútil, gerando poucos ganhos concretos para os trabalhadores grevistas. O resultado evidente desta ação desastrada do PCB foi seu desgaste em São Paulo. Mas o resultado ainda pior, do ponto de vista interno, ficou conhecido como o "episódio da célula 4-R". Essa célula agrupava gráficos do jornal carioca *O Paiz* e, em julho de 1929, do mesmo modo que Barboza fizera cerca de um ano antes, defendia a necessidade imperiosa da organização das massas para a consolidação das forças comunistas. O grande obstáculo, segundo a 4-R, era a orientação esquerdista do PCB:

> Losovsky, ao traçar seu bem feito trabalho intitulado "O movimento sindical latino-americano", parece que havia voltado de um convívio demorado conosco, de uma observação perfeita da vida e atos do P. C. do Brasil. Quando ele diz que o movimento sindical da A. L.; é muito confuso em ideologia e débil de organização, parece estar tratando diretamente do Brasil. Melhor ainda quando ele, ironicamente, afirma que os camaradas da A. L. que vão a Moscou pensam voltar de lá com a revolução nos bolsos [...]. É o caso típico do Brasil! Os camaradas que voltaram há pouco de Moscou [referência à delegação brasileira que participou do VI Congresso da IC] conduziram no bolso a revolução [...]. Com a entrada desses camaradas para o Presidium, o P. C. entrou numa fase de exibição revolucionária, praticando desatinos, desprezando os ensinamentos que receberam em Moscou. Lá, ouviram estas sábias palavras: 'La revolución social no está hoy al orden del dia en los paises de America Latina. No es esta la questión la que se presenta actualmente ante vosotros, sino la de la organización de las masas, la de la consolidación de vuestras fuerzas, la de atracción á vuestras filas de las grandes masas de inorganizados.
>
> [...] Ou o Presidium do P. C. muda de tática, abandonando esta orientação que sobre-estima loucamente a força do partido, julgando-no capaz de levar as desorganizadíssimas massas trabalhadoras do Brasil à revolução, tratando imediatamente do primeiro problema a resolver entre nós que é a organização sindical; ou a reação policial liquidará o pouco que neste sentido fizemos até aqui.[16]

Tais críticas não foram aceitas pela direção partidária, que, durante a realização do III Pleno do Comitê Central, expulsa os militantes da 4-R, muitos dos quais irão integrar as futuras fileiras da oposição de esquerda brasileira.

No entanto, talvez estes episódios em nada tivessem redundado, em termos organizativos, não fossem a atuação e a intervenção de Mário Pedrosa. Este bacharel em direito e jornalista (além de futuro crítico de arte) ingressou nas fileiras comunistas, juntamente com seu grande companheiro Lívio Xavier, em 1926. Mesmo antes de sua entrada no PCB acompanhavam, com alguns outros — por intermédio, principalmente, da imprensa comunista francesa —,

com vivo interesse, os debates que se travavam nas fileiras da IC. Mário, por sua atuação, seria indicado pelo PCB para freqüentar a Escola Leninista em Moscou, que tinha como incumbência formar quadros comunistas. No entanto, em Berlim, pouco antes de embarcar para a Rússia e depois de ser informado sobre a expulsão de Trótski e da oposição do PCUS, toma a decisão de não prosseguir e decide permanecer na Alemanha. Na sua correspondência com Lívio Xavier,[17] há um acompanhamento dos processos de esmagamento da oposição na URSS e dos primeiros passos da constituição da Oposição Internacional de Esquerda. Mais que isso, há uma profunda reflexão sobre os efeitos do embate Stálin–Trótski sobre o movimento comunista internacional e sobre o movimento operário no Brasil. Foi por meio desta interlocução promovida por Mário Pedrosa, a qual apontava as conexões dos episódios brasileiros acima narrados com a crise que ocorria com a IC, que se puderem aglutinar alguns militantes comunistas brasileiros com o objetivo de reorientar as lutas do PCB e da IC.

5. *O Grupo Comunista Lênin (GCL)*

Com a volta de Pedrosa ao Brasil, em fins de julho de 1929, irá ocorrer um processo de homogeneização desse pequeno, mas seleto, grupo em torno das teses de Trótski. O ambiente do grupo era de dispersão, sem nenhuma vinculação prática ao movimento dos trabalhadores, acarretando uma ação necessariamente teórica neste primeiro momento. Encerrada esta fase, os meses iniciais de 1930 viram nascer a primeira tentativa de organização política dos dissidentes: o Grupo Comunista Lênin (GCL), que agrupava parte da Oposição Sindical, parte dos signatários da carta de 2 de maio de 1928, os militantes da célula 4-R e elementos esparsos. Seus principais dirigentes, além de Pedrosa, eram Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho, João Dalla Déa e Wenceslau Escobar Azambuja. O surgimento do grupo foi sustentado por um jornal lançado em 1º de maio, que se chamava *A Luta de Classe*.[18] Este periódico teria a tarefa fundamental de difundir junto à base do PCB os principais pontos programáticos do GCL e da Oposição

Internacional de Esquerda — com a qual já possuía contatos —, discutindo questões tanto nacionais como internacionais: a suposta radicalização das massas vislumbrada com os olhos do "terceiro período", a questão sindical, as eleições presidenciais de 1930, o debate sobre a desvalorização do café etc.[19] Até 1933, e apesar de todos os seus integrantes terem sido expulsos do PCB, o GCL atuaria como fração do partido voltada para a reorientação de sua política e daquela da Internacional Comunista, da mesma maneira que todas as seções da Oposição Internacional de esquerda, como fica claro nesta carta, na qual Mário Pedrosa explicita a estratégia utilizada:

> Ninguém pode exigir dos outros que tomem partido por alguma coisa sem ter o menor conhecimento dela. Isto é besteira. Ninguém sabe nada da situação internacional. Você pensa que o creta do Partido sabe o que é socialismo num só país, questão chinesa, democracia na base, comitê anglo-russo, burocracia, centrismo, direitismo, oposição, Stalin, Trotsky, etc.? [...]
>
> Primeiro é preciso dar a essa gente alguma coisa a respeito para ler, antes de exigir que tome posição. E é o que estamos fazendo, publicando de cada vez um documento com um comentário simplesmente elucidativo e traduzindo também alguns para publicar em folheto e espalhar. Depois que se tiver feito isto num certo tempo necessário para pôr o pessoal mais ou menos a par da situação então convidaremos o pessoal para uma reunião onde se discuta a questão ao mesmo tempo que o jornal tomará posição de princípio em nome do GCL sobre a questão. Isto é que é. Não estamos repetindo as besteiras que vocês fizeram.[20]

Pode-se dizer que tal ação foi bem sucedida, na medida em que a direção partidária, por meio de dois artigos publicados em *A Classe Operária*, acabou sendo obrigada a responder aos oposicionistas. Colando o estigma de trotskistas aos dissidentes, eles são brindados com uma série de acusações, tão características do estilo stalinista:

> "Luta de Classe" (do lado da burguesia) não seria talvez senão um pretexto para divagações literárias de bacharéis pedantes, que se julgam de posse do monopólio da "cultura marxista", se não visasse, na realidade, pregar o derrotismo e a intriga na base do Partido, contra a sua direção. Não tem sido outra a tática da polícia.[21]

Mas a elaboração teórica dos oposicionistas crescia ao lado dessas acusações do partido. Elaborado neste período, o texto "Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil",[22] de autoria de Mário Pedrosa e Lívio Xavier, é um marco na história da esquerda marxista brasileira. Foi o primeiro esforço sério no sentido de compreender as especificidades da formação brasileira sob o ponto de vista marxista, e nele foram examinados, desde o período colonial, passando pela escravidão, as características do capitalismo brasileiro, os impasses da centralização do poder no federalismo brasileiro e as forças políticas em luta naquele momento. Particularmente no que se refere à análise conjuntural do país, "Esboço..." supera a visão simplista do PCB, que via no Brasil apenas confrontos entre campo e cidade, entre conservadores e progressistas, entre imperialismos inglês e americano. O texto de Pedrosa e Xavier mostra que o desenvolvimento das forças produtivas brasileiras resultou em uma centralização do aparelho de Estado e em rearranjos entre as facções políticas regionais em disputa.[23] Esse texto será a base de interpretação política dos trotskistas brasileiros durante muitos anos, e, décadas depois, suas teses serão retomadas por intelectuais do meio acadêmico para explicar e compreender a chamada "revolução de 1930".

Apesar dos pequenos avanços práticos e de uma boa atuação teórica, o GCL começou a perder consistência. Logo após os acontecimentos da chamada "revolução de 1930", Pedrosa é acometido de um grave problema de saúde que o afasta das atividades militantes e tem como resultado a estagnação do grupo, muito dependente de sua atuação.

6. *A Liga Comunista do Brasil (LC)*

Mas vem de São Paulo, a partir da ação decidida de um núcleo de militantes recém-desligados do PCB, como os jornalistas Aristides Lobo e Plínio Mello, um sopro alentador que consegue sustentar o arcabouço estruturado pelo GCL e fazê-lo dar um salto de qualidade com a fundação da Liga Comunista do Brasil, em janeiro de

1931.[24] Nesta reunião, estabelece-se oficialmente a filiação da nova organização à Oposição Internacional de Esquerda. Além da ratificação das bases teóricas acumuladas pelo GCL, houve um aprofundamento da análise sobre os rumos que o país tomava após a chamada "revolução de 1930" e lançou-se a palavra de ordem de luta por uma Assembléia Constituinte. Foi por meio do manifesto "Aos trabalhadores do Brasil"[25] — em que estão atualizadas as interpretações de "Esboço..." — que o país passou a conhecer os objetivos do novo agrupamento.

Os oposicionistas acreditavam que, por intermédio da luta pela convocação de uma Assembléia Constituinte, seria possível utilizar as contradições entre os interesses das facções que fizeram a chamada "revolução de 1930" para aprofundar o movimento e dar um programa político às massas, que então davam mostras evidentes de interesse político. Esta iniciativa resultou isolada, pela política sectária praticada pelo PCB.

No campo sindical, a Liga Comunista investiu suas forças buscando a unidade sindical, engajando-se no processo de reorganização dos sindicatos, que estavam desarticulados após os episódios de 1930.

Em março de 1931, realizou-se o Congresso Operário Estadual, organizado pela Federação Operária (anarquista), que reunia os mais importantes sindicatos de São Paulo, ao qual os oposicionistas pretendiam comparecer, ao lado dos comunistas, e conquistar a direção do conclave da liderança anarquista. Os comunistas, sob a égide da política de criação de "sindicatos vermelhos", preferiram, no entanto, abandonar os oposicionistas e criar uma federação própria.[26] Mas a Liga Comunista não abriu mão de sua postura de unidade sindical em ação. No início de 1932, por exemplo, por intermédio da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo, a liga procurou articular uma política de frente única sindical, criando a Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo, ação que foi retomada após a derrota do movimento de 9 de julho de 1932, alcunhado "mazorca constitucionalista" pelos oposicionistas.

Com a formação da Liga Comunista, inicia-se também um profícuo trabalho de difusão teórica do marxismo, com a tradução e publicação sistemática de textos — principalmente pela Gráfico-

Editora Unitas — de Trótski, Marx, Engels, Rosa Luxemburgo, Lênin etc.

A atuação dos oposicionistas sofreu, em 1931 e 1932, uma forte repressão, que atingiu 41 de seus militantes e acabou por limitar suas atividades e seu crescimento. Quase que inteiramente restrita a São Paulo, sobretudo, e ao Rio de Janeiro, até 1933 a Liga Comunista teve uma atuação pública muito limitada em razão da fraca arregimentação, que se combinou com a perseguição movida contra o movimento operário em geral e que também a atingiu.

Em uma estatística apresentada na primeira conferência nacional, realizada em maio de 1933, encontramos um perfil da organização nos seus dois primeiros anos de vida. Foram recrutados 51 militantes — 16 no Rio de Janeiro e 35 em São Paulo. O perfil profissional desses militantes mostrava os sindicatos nos quais a liga tinha atuação: gráficos e jornalistas, comerciários, motoristas, ferroviários, alfaiates, trabalhadores da construção civil, sapateiros, professores.[27] Em particular, havia uma real influência nos sindicatos dos gráficos do Rio e de São Paulo e dos comerciários de São Paulo.

O ano-chave na vida da Oposição Internacional de Esquerda e de sua seção brasileira foi 1933. A ascensão de Hitler ao poder trouxe uma dura e, no entanto, previsível constatação: a política do terceiro período não trouxe a revolução proletária, mas a ditadura nazista. Para Trótski e seus seguidores, a vitória dos nazistas significou a falência da Internacional Comunista e a necessidade de se criarem novos partidos comunistas e uma nova internacional, a IV Internacional.

A Liga Comunista Internacionalista (LCI)

A vitória nazista na Europa repercute fortemente entre os ainda oposicionistas brasileiros e produz uma resposta imediata: a criação de uma frente única antifascista, contra a expansão das idéias fascistas em território brasileiro, corporificadas na Ação Integralista Brasileira. Para este fim específico, é criado o jornal *O Homem Livre*, em maio de 1933, logo após o término da Primeira Conferência

Nacional da Liga Comunista. Dirigindo-se a entidades sindicais — reunidas na Coligação Proletária —, aos socialistas, aos comunistas, aos anarquistas, a organizações antifascistas e outras organizações políticas, a liga consegue agrupá-las todas (exceto anarquistas e, em determinados momentos, comunistas) na Frente Única Antifascista (FUA), criada em junho de 1933.

O processo de constituição da FUA já é uma ação política própria de um partido político, embora a LC ainda não se considerasse como tal até outubro de 1933. Somente naquela data, após a realização da Segunda Conferência Nacional da Liga (extraordinária) — quando é ratificada a posição deliberada em setembro pela Oposição Internacional de Esquerda, em favor da criação de novos partidos e da IV Internacional —, a nova Liga Comunista Internacionalista (LCI) passa a se considerar um partido e não mais uma fração do PCB.

A FUA permitiu que a LCI tomasse uma série de iniciativas que dariam base a uma ampliação da influência das idéias trotskistas no Brasil. Auxiliará nesta tarefa a conjuntura política nacional, na qual se desenrolava o processo de elaboração de uma nova Constituição para o país, o que criou certos embaraços para o aparato repressivo, e internacional, quando, nos anos 1933-1934, uma série de acontecimentos, em Cuba, na Áustria, na França, na Espanha, mostrava a disposição do movimento operário internacional em não permitir que a experiência alemã se repetisse. Ao lado das questões conjunturais, a ação política da LCI se contrapunha à confusa orientação do PCB: a derrota alemã não sustentava mais a convicção de que a política do "terceiro período" era a mais adequada e, por isso, ao longo do ano de 1933 e em parte do de 1934, é possível compreender as aproximações e os distanciamentos do PCB em relação à FUA e a outras iniciativas de uma frente única.

Com firmeza, a LCI avançava, promovendo ações efetivas: as sucessivas e cada vez mais freqüentadas assembléias da FUA, a manifestação do 1º de Maio de 1934 (à qual os comunistas não compareceram), a contramanifestação a uma parada integralista, em 7 de outubro de 1934, culminaram com a criação de frentes eleitorais. Em São Paulo, constituiu-se a Coligação Proletária–PSB (que foi a terceira força eleitoral, chegando a eleger um deputado, e não conta-

va com a participação do PCB) e, no Rio de Janeiro, a Frente Única eleitoral, para as eleições de 14 de outubro de 1934.

Como conseqüência dessas ações, houve um incremento no número de militantes (a LCI chega a constituir um núcleo no Ceará — certamente como resultado da adesão da escritora Rachel de Queirós), bem como uma ampliação de sua influência nos meios sindicais, tornando mais marcante sua presença nas categorias já citadas, e a abertura de novas frentes, com destaque para os trabalhadores metalúrgicos e bancários. Este crescimento da LCI também foi possível graças a uma deliberação tomada em janeiro de 1934 e referendada na Terceira Conferência Nacional da LCI, a qual permitiu a atuação dos seus militantes nos sindicatos oficiais, a fim de garantir a unidade sindical, ameaçada com a aprovação da "pluralidade sindical" na Constituição de 1934.[28]

Com o ápice, no entanto, veio o anticlímax. Em fins de 1934, a LCI sofreu uma cisão em torno da questão conhecida como "entrismo". Para Trótski, o fato de declarar-se morta a Internacional Comunista não significava a imediata criação de uma nova Internacional. Ele tinha consciência de que as forças dispostas a seu lado ainda eram muito débeis para cumprir este papel. Para isso, seria necessário agrupar forças de outros campos e conquistá-las para tal fim. Assim, eram necessários entendimentos diretos com outras forças de esquerda, ou, então, outras formas de atuação, como a tática do "entrismo", pela qual os companheiros de Trótski se filiariam aos partidos socialistas, com o objetivo de conquistar para suas posições os setores mais avançados desses partidos. Iniciada na França e depois estendida a outros países, essa tática provocou polêmica, sendo classificada como "capitulação diante do reformismo". No Brasil, o "entrismo" provocou as mesmas reações e fez surgir um importante grupo, em torno de Aristides Lobo e Victor de Azevedo Pinheiro, que rompeu com a LCI e formou outro grupo, embora tentasse manter o mesmo nome da organização e do jornal. A direção internacional, no exame das discussões, acabou definindo-se a favor daqueles que se reuniram em torno de Mário Pedrosa.

Embora muitos dos cisionistas tenham voltado às fileiras da LCI, esta fissura praticamente consumiu a jovem organização trotskista. Junto com o golpe interno, a liga passou a enfrentar, nesta mesma ocasião, um desafio político imposto pela nova palavra de ordem do PCB, conseqüência da nova orientação que iria substituir informalmente, em meados de 1934, e formalmente, no VII Congresso da IC, a linha do "terceiro período": a "frente popular". Por meio dela, Stálin colocava uma opção aos militantes e ao movimento dos trabalhadores, capaz de desviá-los de uma frente única integrada apenas por partidos operários, criando uma frente política de alianças com setores das burguesias nacionais dispostos a se opor ao expansionismo alemão. Era uma política orientada pela guerra, não mais pela revolução.[29]

O surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), manifestação da política de "frente popular" no Brasil, atraiu para suas fileiras uma parte significativa das organizações políticas e sindicais, dirigentes da LCI incluídos. Apesar de tomar uma posição crítica ante a ANL, expressa por uma série de artigos, publicados em sua imprensa, que a caracterizava como uma tentativa de criar no Brasil "uma corrente intermediária entre o movimento revolucionário do proletariado [...] e os partido burgueses liberalóides",[30] a LCI ficou praticamente desarmada diante da combinação de crise interna, fechamento da ANL e o *Putsch* comunista de novembro de 1935.

Sobre o *Putsch*, mais conhecido por "Intentona Comunista", alcunha dada pelo governo getulista, a liga deixou muito clara sua posição, criticando a tática do PCB, que considerava golpista e que, ao buscar diversas alianças que lhe dariam a vitória, buscou-as sem a menor preocupação em tornar efetiva a participação das massas populares. Na análise dos trotskistas, esta política levou o PCB a um beco sem saída:

> Como partido de vanguarda proletária o atual P. C. está irremediavelmente condenado. O seu destino, preso para sempre ao do prestismo, é de prosseguir na política de confusão, de colaboração e de aventura. Sem perspectiva de conquistar a legalidade, mesmo com o seu novo programa vulgarmente democrático e nacionalista burguês, não lhe resta outro caminho do que enveredar pelos desvãos do conspiratívismo golpista. A perda de sua base proletária e seus ganhos, à direita, entre elementos pequenos burgueses e militares, agravam-lhe esta fatalidade.[31]

Com a decretação do estado de guerra e a repressão desencadeada pelo governo de Getúlio Vargas após os movimentos armados de Natal, Recife e Rio de Janeiro, as organizações de esquerda buscaram dela escapar e preservar-se. No entanto, como a maioria delas, a LCI foi atingida duramente pela prisão de seus militantes e dirigentes. Suas atividades ficaram praticamente limitadas a difundir suas publicações e atuar em alguns sindicatos.

Apesar das limitações causadas por tal situação, a LCI mostrava que a ditadura, apesar de ter revogado a Constituição, precisava tornar-se estável. Para isso, era necessário "apoio" de massa, ou, na falta deste, o surgimento de uma figura acima dos partidos, um "árbitro". Para isso, seria necessário neutralizar a esquerda, o que já havia sido feito com a derrota de novembro de 1935, e a direita. Para contrapor-se à institucionalização da ditadura, a LCI afirmava que somente o proletariado poderia ter este papel, por meio do desencadeamento de uma luta pelas liberdades democráticas, buscando a volta da normalidade constitucional, que viria acompanhada da "indignação popular recalcada".[32] Neste mesmo momento, o PCB ainda via a possibilidade de insurreições e defendia o desencadeamento de guerrilhas pelo país. Somente em 1937, a partir de instruções enviadas por um emissário da IC, é que o partido modificaria sua orientação e se voltaria para uma linha de atuação que passava a ver na burguesia nacional a força motriz da revolução brasileira.[33]

A feroz repressão também provocou uma interrupção de comunicações entre os militantes de São Paulo e do Rio de Janeiro, que iniciaram trabalhos isolados. Mas a avaliação crítica feita pelos trotskistas a respeito do *Putsch* de novembro atingiu particularmente os militantes do Rio de Janeiro (que passaram a denominar-se Grupo Bolchevique-Leninista, em fins de 1936) e lhes permitiu uma aproximação com a oposição classista do PCB, que reunia sobretudo os militantes do setor sindical do partido, como o bancário Augusto Besouchet, o médico Febus Gikovate e o jornalista Barreto Leite Filho. Todos eles haviam deixado as fileiras comunistas pouco antes do *Putsch*, justamente por discordarem dos métodos golpistas que levaram às revoltas. Como resultado dessa aproximação e da fusão desses dois agrupamentos, seria criado o Partido Operário Leninista (POL).[34]

O Partido Operário Leninista (POL)

Exceto pelo anúncio de seu surgimento, em janeiro de 1937, não há praticamente registro de ação pública do POL até junho de 1937, quando foi difundida uma pequena brochura intitulada *A situação nacional*, assinada pelo Comitê Central Provisório. Este silêncio pode ser compreendido. Além da continuidade da repressão, que somente se abrandou com a libertação dos presos políticos sem culpa formada, em fins de maio, que permitiu a retomada plena dos contatos entre os militantes cariocas e paulistas, foi necessário aparar as arestas com os ex-comunistas, o que se conseguiu após um longo debate que resultou no referido texto.

Tendo por base o "Esboço...", que foi atualizado em suas análises econômica e histórica, *A situação nacional* possuía alguns recuos na análise da conjuntura política.[35] Isto pode ser percebido, por exemplo, no uso de uma fórmula como "classe contra classe", mesmo que, evidentemente, sem o mesmo conteúdo. Ou, então, pela forma como eram apresentados os candidatos à sucessão presidencial que então se desenrolava, embora o texto introduza uma série de nuanças: representantes do capital financeiro (Armando de Sales Oliveira), do imperialismo ianque (José Américo de Almeida) e do imperialismo alemão (o candidato da Ação Integralista Brasileira).

Não foi fácil o processo de fusão com os ex-comunistas, e inúmeros debates e divergências se sucederam no novo agrupamento. Quando se debateram a participação ou não na campanha eleitoral e qual a postura em relação às candidaturas presidenciais, o POL teve de enfrentar uma cisão quando se decidiu pelo lançamento do nome de Luís Carlos Prestes, anunciado também em *A situação nacional*.

Com o golpe de Estado que instaurou o "Estado Novo", caracterizado como bonapartista, o POL, ao contrário do que ocorrera com a LCI, já contava com uma estrutura mais coesa, que lhe permitiu ter uma ação mais desenvolta durante os primeiros meses de ditadura. Este quadro perdurou até abril de 1938, quando o pesado braço repressivo de Vargas se abateu sobre a organização, o que refletiu na periodicidade de sua imprensa, na qual se acompanhavam e se discutiam as medidas e os rumos do "Estado Novo",

sobretudo nos campos político e sindical. Neste aspecto, o acompanhamento feito através de *A Luta de Classe* mostrava o trabalho do POL em várias categorias: garçons, gráficos, vidraceiros, tecelões, ferroviários, trabalhadores em ônibus e comerciários.

Nesse meio tempo, desenrolou-se uma grave cisão nas fileiras do PCB, que pode ser considerada a última cisão à esquerda nas seções da Internacional Comunista. Iniciada em meados de 1937, a crise teve por fundamento o debate sobre a correção da linha política que colocava a "burguesia como força motriz da revolução brasileira". Desencadeada a partir do Comitê Regional de São Paulo do PCB e liderada pelo jornalista Hermínio Sacchetta e por Heitor Ferreira Lima, também membros do Bureau Político (BP), de início teve a adesão da maioria dos Comitês Regionais (CRs). No entanto, com o trabalho de pressão sobre os militantes e os CRs, coordenado pelo secretário-geral do PCB, Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), a prisão das principais lideranças dos dissidentes e, por fim, o posicionamento favorável da IC às posições de Bangu, o quadro foi revertido.

O grupo de Sacchetta e Ferreira Lima, que logo no início da crise se constituíra em Comitê Central Provisório (CCP) e mantinha os temas da polêmica dentro do campo do stalinismo, sofreu uma divisão interna quando parte de seus membros começou a desencadear um processo de discussão sobre a política internacional da IC e a defender posicionamentos próximos aos de Trótski e seus seguidores. Estes, entre os quais Sacchetta, o advogado Alberto Moniz da Rocha Barros e o jornalista José Stacchini, passaram a denominar-se Comitê Regional do PCB (Dissidência Pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária).[36]

Desde fins de 1937, quando tiveram pela primeira vez notícias da cisão, os trotskistas brasileiros observavam com atenção o grupo de São Paulo, a quem classificavam de centrista. Em um longo artigo, de autoria de Febus Gikovate,[37] o POL observava que as críticas feitas pelo Comitê Central Provisório cometiam o equívoco de analisar a linha política do PCB independentemente da IC e de suas seções e que, se essas críticas fossem levadas até o fim, seriam mortais à Internacional Comunista. Como exemplo, Gikovate mencionava as críticas feitas à teoria da burguesia nacional como força motriz da revolu-

ção brasileira e argumentava que, na verdade, o PCB já a considerava como tal antes do *Putsch* de 1935, "embora falasse vagamente em hegemonia do proletariado, que consistia apenas no estribilho 'com Prestes à frente'". Além disso, Gikovate também afirmava que havia um descompasso entre as críticas do CCP contra a linha do BP e as palavras de ordem empregadas pelos dissidentes, que eram as mesmas do BP. Por fim, apelava para que prosseguissem na luta, aprofundassem suas críticas, examinassem a atividade da IC e entrassem para a IV Internacional, pois fatalmente a IC iria expulsá-los de suas fileiras, mesmo que constituíssem a maioria do partido. Para Gikovate, a IC já estava perdida, em um caminho sem volta:

> O desvio da direita, que sucedeu ao "terceiro período", consagrado no VI Congresso da IC, *é definitivo*. Esse desvio foi tão radical que penetrou e muito no campo da traição. A burocracia stalinista ligou-se com o imperialismo (inglês, americano e francês) e não pode mais manobrar. Não pode também fazer concessão de espécie alguma. As seções da IC são obrigadas a defender em cada país não os interesses das massas trabalhadoras, mas os da burocracia stalinista e de seus aliados, o "melhor imperialismo". No Brasil Bangu e André desempenham esse papel à custa de sucessivas derrotas das massas trabalhadoras.

Mas era preciso, diziam os trotskistas em outro artigo, que os dissidentes se definissem o mais rápido possível, diante da degeneração que ameaçava tomar conta da cisão, optando entre o "banditismo stalinista e a fidelidade à revolução proletária":

> O caráter progressista que, a princípio, parecia impulsionar o movimento dissidente vai, aos poucos, degenerando numa luta estéril em torno de problemas de importância secundária. Politicamente o que diferencia hoje as duas frações são o oportunismo da primeira e o aventureirismo da segunda, afora as interpretações igualmente falsas do caráter da revolução no Brasil. Mais que tudo, porém, o que os caracteriza é a agressividade com que se brindam mutuamente. No mais estão de acordo. Ambas se prosternam diante do papa do Kremlin, ambas acatam a infalibilidade do seu verbo, ambas se solidarizam com seus crimes monstruosos e, numa obra de emulação tipicamente stalinista, desenrolam ambas toda sorte de calúnias contra os partidários da IV Internacional e contra todos aqueles que se negam a ver no banditismo dominante na URSS quaisquer laivos de socialismo.[38]

Diante da possibilidade de influenciar os rumos daquela crise, o POL, ao mesmo tempo em que já acompanhava as atividades da escritora e jornalista Patrícia Galvão (Pagu) no Rio de Janeiro, decide enviar a São Paulo Febus Gikovate, em fevereiro de 1938, para tentar, juntamente com o antigo militante Plínio Gomes de Mello, convencer o CCP e conquistá-lo para o trotskismo. Em depoimento dado ao historiador americano John W. Foster Dulles, Gikovate afirmou que, um mês após sua ida a São Paulo, já dava aos seus companheiros de POL do Rio boas notícias, no sentido de que as conversações com o CCP caminhavam bastante bem.[39]

As gestões de Gikovate avançaram para a realização de uma conferência, efetivada em abril de 1939, na qual se constituiu o Comitê Pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária do Brasil. Finalmente, em agosto de 1939, em uma pequena propriedade rural situada na cidade de Guarulhos (no estado de São Paulo), fundou-se o Partido Socialista Revolucionário (PSR).

O Partido Socialista Revolucionário (PSR)

Quase um ano antes, em setembro de 1938, fundara-se a IV Internacional. Diante da iminência de uma nova guerra mundial, Trótski e seus seguidores julgaram necessário fundar a nova organização, mesmo que numericamente fraca, para preservar e tornar coeso um núcleo revolucionário capaz de dar respostas às situações que dali para diante iriam se colocar:

> Esta, provavelmente, será de fato nossa última conferência internacional antes do início da guerra mundial e os acontecimentos revolucionários que ela inevitavelmente engendrará. É preciso que façamos um balanço de nossa experiência, verificar, confirmar, precisar nosso programa e nossa política, consolidar as bases ideológicas e organizacionais da IV Internacional para que efetivamente possamos desempenhar o papel que a História nos confiou. Trata-se de colocar a questão da "fundação" da IV Internacional? Esta não é uma boa maneira de colocar a questão. O processo de formação da IV Internacional começou há muito tempo e não se encerrará em um futuro próximo. Em

> todo caso, é necessário que aqueles que combatem, no mundo inteiro, pelo programa bolchevique da IV Internacional construam, consolidem, ampliem sua organização internacional, aplicando o centralismo democrático em escala internacional. Que a segunda conferência internacional constitua um novo passo à frente nesta direção![40]

Entre os presentes à conferência de fundação da IV Internacional estava Mário Pedrosa, o único latino-americano participante, que para lá fora enviado como representante do POL. Nessa conferência, Pedrosa foi escolhido para ser responsável pelas seções latino-americanas.

Após a mudança da sede da IV Internacional de Paris para Nova York, em decorrência da eclosão da Segunda Guerra Mundial, Pedrosa acabaria se envolvendo em uma polêmica relativa à direção da IV Internacional. O tema em litígio era a verdadeira caracterização da URSS. Trótski e a IV Internacional descreviam-na como um Estado operário degenerado, mas, para Pedrosa e seus companheiros, a URSS passara a ser um Estado sem compromisso com seus cidadãos e com um governo despótico, que poderia ser caracterizado como um Estado livre burocratizado.

O desfecho desta disputa resultou no afastamento de Pedrosa das fileiras da IV Internacional e trouxe, como conseqüência, dificuldades de comunicação entre a direção internacional e o PSR, pois Pedrosa alegava que não tinha contatos com o novo agrupamento brasileiro, e seus adversários afirmavam que ele se recusava a dar os contatos por questões fracionais.[41] O fato é que o PSR padeceu da ausência de contatos com a IV Internacional, fazendo-os de maneira esporádica e por intermédio das organizações latino-americanas, especialmente a argentina. O PSR desenvolveu particular relação com o Partido Obrero Revolucionário, dirigido por Nahuel Moreno, e manteve grande identificação com esta organização, pela postura comum que ambos tiveram contra os movimentos nacionalistas de seus países, no final dos anos 1940.[42] No início de 1947, realizou-se uma reunião em Montevidéu, que constituiu, com representantes das organizações da Bolívia, do Brasil — representado por Hermínio Sacchetta —, do Chile e do Uruguai, um Sub-Bureau Latino-Americano. Esta nova tentativa de organizar os trabalhos das

organizações acabou funcionando precariamente por curto tempo, inviabilizada, além da precariedade de contatos, por divergências entre as diversas facções trotskistas argentinas que tinham assento no organismo.[43]

É importante destacar aqui a principal conseqüência que a cisão de Mário Pedrosa com a IV Internacional provocou na história das organizações trotskistas no Brasil. Após a expulsão de Pedrosa da IV Internacional e ao longo dos anos 40, suas posições divergentes chegaram a seus companheiros do Brasil, que com ele militaram até a época do POL e a elas acabaram aderindo. Esta posição marcou o fim do que se poderia chamar "primeira geração do trotskismo brasileiro".

Com o final da Segunda Guerra e a volta de Pedrosa ao Brasil, a esmagadora maioria entre aqueles que militaram desde o GCL até o POL estaria em torno das propostas defendidas pelo jornal *Vanguarda Socialista*, dirigido por Mário Pedrosa, e não nas fileiras do PSR.

A segunda geração do trotskismo brasileiro mantém uma parcial continuidade — pois a base constituída desde o início dos anos 1930 ainda estava presente por intermédio de alguns militantes que prosseguiram no PSR, ou do acesso ainda possível àqueles textos e documentação — e um maior grau de dogmatismo. Este último pode ser compreendido, pois, de um lado, era oriundo de uma exacerbação do clima de clandestinidade — reflexo, evidentemente, da dura repressão do Estado Novo — e, de outro, uma conseqüência — um eco longínquo, mas presente — da formação recebida nas fileiras do PCB, na qual, recorde-se, uma parte significativa da liderança do PSR foi iniciada e formada na arte da política. Estes aspectos, em particular o dogmatismo, faziam com que os posicionamentos oriundos da IV Internacional (os que chegaram ao Brasil, bem entendido) fossem por vezes recebidos sem um exame mais crítico.

O PSR, por conta de seu isolamento provocado pela ausência de comunicações durante a Segunda Guerra Mundial e do quadro de repressão às organizações de esquerda existente durante o Estado Novo, deixou poucos traços de sua ação durante este período: somente alguns panfletos esparsos e a substituição de *A Luta de Classe* por *Luta Proletária* como seu órgão central. Assim "L. Rodriguez", depois da derrubada da ditadura getulista, descrevia a situação:

> Depois de quase sete anos de feroz reação, o "movimento quartista" brasileiro [...] é agora inteiramente acéfalo e aos que escaparam, aos que conseguiram voltar das sombrias prisões, não é dada trégua e sequer oportunidade de recomeçar suas vidas. Estamos, assim, inteiramente desarticulados, lutando com muito maior dificuldade desde que a espantosa resistência dos russos a Hitler faz renascer uma certa confiança no stalinismo.[44]

Somente por volta de 1943, por intermédio da organização trotskista norte-americana Socialist Workers Party (SWP), foi que o PSR restabeleceu seus contatos com a IV Internacional.[45] No ano seguinte, passou a defender a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para acabar com o Estado Novo. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a rápida desintegração da ditadura varguista, o PSR, com a convocação de eleições presidenciais, defendeu a criação de uma frente única

> com todas as forças democráticas e socialistas do campo pequeno-burguês, bem como, "através de atos concretos", com a oposição liberal voltada "agora" contra o Estado Novo, principal inimigo, na presente etapa da democracia proletária por que os marxistas revolucionários lutam dentro do regime burguês.

Essa frente única, "dinâmica, de ação", não implicava o compromisso de renunciarem os socialistas revolucionários à sua autonomia organizatória e à crítica de ideologia de seus aliados "circunstanciais" e devia manifestar-se, "desde já", em atos concretos, pela conquista das aspirações mais sentidas pelas massas populares. No plano eleitoral, podia atingir a forma de um acordo técnico, para a conjugação de forças socialistas e radicais, sob uma legenda comum.

Os socialistas revolucionários declaravam-se dispostos a lutar, ombro a ombro, com quantos estivessem "efetivamente", também, contra as manobras ditatoriais que visassem impedir as eleições, o que "de fato redundaria na reinstauração das formas terroristas do governo, de que o Estado Novo se sustentou até princípios de 1945".[46]

Ainda em 1945, o PSR fez a proposta de criar uma frente eleitoral de nome Coligação Democrática Radical e lançou um documento intitulado "Anteprojeto de programa técnico-eleitoral", que tinha entre seus signatários o professor Florestan Fernandes, os jornalistas Victor de Azevedo Pinheiro, Ciro T. de Pádua, Luís Washington Vita, Odila da Silva Jardim, Cláudio Abramo, Jussieu da Cunha Batista, o funcionário público Antônio D'Elia, os estudantes José Aderaldo Castelo, Berta Lange de Morretes e o advogado José Gonçalves de Andrade Figueira, entre outros. Além da defesa da Constituinte, havia uma plataforma com reivindicações nos planos político, econômico e social e apresentavam-se como reivindicações imediatas da coligação, a anistia, o reajuste dos salários e o fim da legislação de exceção do Estado Novo. Esta tentativa de criar uma frente eleitoral fracassou, pois os principais grupos de esquerda acabaram tomando posições diversas. O PCB lançou candidatura própria, com Yedo Fiúza, e a esquerda democrática e os membros do jornal *Vanguarda Socialista*, que estarão na origem do Partido Socialista Brasileiro, defenderam a candidatura de Eduardo Gomes. Os militantes do PSR — que não ultrapassavam, no auge, quatrocentos — acabaram anulando seu voto ao sufragarem o nome de Luís Carlos Prestes.[47]

O PSR editou o jornal *Orientação Socialista*, de outubro de 1946 a janeiro de 1948, coincidentemente o mesmo mês em que foram cassados os mandatos dos deputados estaduais comunistas de São Paulo. Em suas páginas, podia-se acompanhar uma profunda análise das posições defendidas pelo PCB naquela conjuntura.[48] O PSR também exerceu influência em uma editora paulista, Flama, por meio da qual publicou traduções de Marx, Engels, Rosa Luxemburgo e Kautsky.

Embora a IC tivesse deixado de existir em 1943, os partidos comunistas ainda mantinham sua postura de defesa da política externa da URSS, ou de guarda-fronteiras, como os caracterizava Trótski.[49] Com a divisão do mundo em blocos, Stálin julgava que à Segunda Guerra Mundial se seguiria um período de desenvolvimento pacífico, no qual os PCs deveriam mostrar sua boa vontade em relação à "burguesia progressista", como o PCB a definia. Para isso, os comunistas brasileiros chegaram a defender, por exemplo, uma Constituinte, com Getúlio, e a necessidade de que os trabalhadores "apertassem os cin-

tos" e postergassem reivindicações e greves. Esta política de colaboração não foi suficiente para conter a forte reação burguesa ao comunismo, refletida na volta da ilegalidade do PCB e, no plano internacional, na "Guerra Fria".

Apesar de todas estas restrições à política dos comunistas, o PSR, como nas eleições estaduais de 1947, propugnou o voto em branco para governador e, para deputados, um "voto crítico" nos comunistas.[50] Praticamente restrito a São Paulo e com alguma intervenção no Rio de Janeiro e no Paraná, o PSR atuava em alguns sindicatos, como o dos jornalistas, dos vidreiros e dos funcionários públicos municipais de São Paulo.

Não são claras as razões por que o PSR deixou de existir em 1951 ou 1952. Há, de um lado, indícios do esvaziamento progressivo do partido após o fim de *Orientação Socialista*. De outro, existem depoimentos que mostram desacordo das lideranças do PSR com a orientação definida, em reunião plenária realizada em fevereiro de 1952, de se fazer "entrismo" dos partidos trotskistas em partidos socialistas e comunistas, seguindo as orientações do III Congresso da IV Internacional. Há, ainda, outras fontes que afirmam que uma parte da liderança do PSR avaliava que Trótski errara ao defender a URSS e abandonou o partido, deixando-o ser conduzido por um grupo de militantes jovens e sem experiência política.[51] Talvez não seja incorreto especular uma combinação das três. É algo que ainda necessita ser examinado.

Um das principais lideranças do PSR, Hermínio Sacchetta, prosseguirá sua militância, estando à frente de outras organizações: a Liga Socialista Independente, fundada em 1956 (de orientação luxemburguista), e o Movimento Comunista Internacionalista, nos anos 1960.

O Partido Operário Revolucionário (POR)

O III Congresso da IV Internacional, realizado em 1951, decidiu pela constituição de um Bureau Latino-Americano (BLA), sediado em Montevidéu e tendo o argentino J. Posadas (pseudônimo de Homero Romulo Cristali) como secretário.[52] O novo orga-

nismo dedicou-se a organizar a IV Internacional na América Latina e, entre suas iniciativas, enviou um representante ao Brasil para impulsionar a criação de um novo partido. A partir de alguns contatos, o delegado do BLA conseguiu agrupar alguns militantes que vinham do PSR e do Partido Socialista Brasileiro — como o jornalista Antônio Pinto de Freitas, o estudante Boris Fausto, o funcionário público Leôncio Martins Rodrigues (que pertencera ao PSR), o engenheiro Milton Camargo e o advogado Sebastião Simões de Lima (pertencente ao PSB). Mesmo sem realizar um congresso de fundação, este grupo constituiu o Partido Operário Revolucionário (POR) em 1952, cujo órgão oficial era o jornal *Frente Operária*, publicado pela primeira vez em 15 de novembro de 1952. Ambos existiram até 1990.

Com a criação do POR, iniciava-se a terceira geração do trotskismo no Brasil e, diferentemente da segunda geração, esta não apresentava nenhum fio de continuidade com as anteriores. A maneira como foi impulsionada e as características próprias do período denotam uma organização que não podia fazer uso das experiências anteriormente acumuladas, e suas posições políticas denotam um grupo que iniciava sua trajetória praticamente do zero. Uma evidência neste sentido está no fato de que as caracterizações utilizadas pela III Internacional são retomadas pelo POR, como a classificação do Brasil como "país semicolonial marcado por restos de formas feudais ou semifeudais". Tais noções, ainda em voga naquela quadra nas fileiras do PCB, haviam sido examinadas e criticadas pelos oposicionistas de esquerda nos anos 1930, especialmente no texto "Esboço...", o qual, aparentemente, era de todo desconhecido pelos dirigentes e militantes do POR.[53]

Além das questões nacionais, a nova seção brasileira da IV Internacional surgia em meio a uma grande cisão do movimento trotskista internacional. O então secretário-geral da IV Internacional, o grego Michel Raptis (que utilizava o pseudônimo de Michel Pablo), apresentou como contribuição aos debates preparatórios do III Congresso o texto "Aonde vamos?", sucedido por uma série de outros artigos. Neles, ante os novos fatos políticos, sociais e econômicos ocorridos após a Segunda Guerra Mundial — tomada do poder pelos PCs da Europa Oriental e da China, a guerra de libertação na Indochina, os movimentos revolucionários das massas coloniais e proletárias, a Guerra Fria —, Pablo afirmava que o mundo vivia um período diferente do que se havia imaginado quando se fundou a IV Internacional. J. Posadas, por sua vez, com relação aos países da América Latina, afirmava que seria também necessária uma nova orientação para tratar dos fenômenos aqui vividos.

Michel Pablo previa uma nova guerra mundial em curto prazo, na qual iriam se defrontar o imperialismo americano e os estados operários, encabeçados pela URSS. Essa guerra se transformaria em guerra civil internacional e, no seu início, as massas combateriam primordialmente o imperialismo, primeiro momento de um processo que se estenderia para uma luta contra a burocracia stalinista. Diante de tais perspectivas, a burocracia soviética, na opinião de Pablo, veria o reaparecimento de tendências centristas, que acabariam por prevalecer sobre o oportunismo direitista então vigente na URSS. Para isso, propunha, os trotskistas deveriam se integrar no real movimento das massas para influenciá-las: deveriam entrar nos partidos comunistas de massa. Foi esta orientação, posteriormente conhecida como "entrismo *sui generis*", que acabou sendo aprovada no III Congresso da IV Internacional.

Esta linha política provocou uma divisão da IV Internacional: em reação às teses de Pablo, em novembro de 1953 era constituído o Comitê Internacional da IV Internacional, composto pelas organizações francesa, americana e inglesa, ao qual também adere o POR argentino (que se opõe à facção liderada por Pablo), reunindo a maioria dos partidos trotskistas e que ficou conhecido como Secretariado Internacional (SI). No Brasil, apesar de o POR ter aderido ao SI, esta cisão não teve qualquer repercussão em razão da estreita ligação com o BLA, controlado por J. Posadas, o qual, aliás, fazia questão de se dizer "pablista".

Nos anos 50, o POR manteve atividades em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná e, na década seguinte, expandiu suas atividades em direção a Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Sul, chegando, neste momento, a ter cerca de cem militantes.[54] Na década de 1950, nos meios sindicais, atuou junto dos empregados em hotéis e similares, ferroviários da Companhia Mogiana, da Companhia

Paulista e do Paraná, funcionários da Companhia Municipal de Transportes Coletivos de São Paulo, garçons de São Paulo, marceneiros de Campinas, metalúrgicos de São Paulo, trabalhadores em bondes urbanos do Rio de Janeiro, trabalhadores da construção civil de Campinas, trabalhadores em frigoríficos de São Paulo.

No Rio Grande do Sul, onde teve 15 a 30 militantes, o POR organizou-se a partir de 1962 e atuou no movimento estudantil, expandindo-se em direção ao meio sindical, com militantes atuando nos sindicatos da construção civil e dos metalúrgicos de Porto Alegre, dos mineiros de Butiá e entre os trabalhadores rurais. No estado do Rio de Janeiro, o POR, durante os anos 60, teve atuação no movimento estudantil em Niterói e São Gonçalo, entre os camponeses, entre os trabalhadores da Companhia Brasileira da Energia Elétrica, dos estaleiros, da Ferrovia Leopoldina, da Vidrobrás.

A atuação sindical do POR era voltada para a independência dos sindicatos em relação ao Estado e à constituição de uma central única sindical. Havia também uma ênfase na constituição de comissões de fábrica. Ao final dos anos 50, o POR passou a considerar a possibilidade de constituir a central única por intermédio de pactos intersindicais, que então começaram a surgir e na avaliação dos trotskistas, poderiam ter este papel em razão de unificarem o movimento sindical e terem uma posição independente do Ministério do Trabalho.

Em 1955 os trotskistas adotaram a política de entrismo no PCB — decidida, como vimos, no III Congresso da IV Internacional. Mas foi apenas no IV Congresso da IV Internacional, realizado em 1954, que se referendou uma resolução aprovada na III Conferência Latino-Americana da IV Internacional (que se reuniu no Chile, de 5 a 15 de março), a qual determinava que o POR deveria praticar o "entrismo *sui generis*", ou, como foi chamado na época, "entrismo total", no PCB.[55] A nova política foi formalizada em janeiro de 1955, quando os militantes do POR passaram a ingressar no PCB com vistas a formar, nas fileiras comunistas, uma "ala revolucionária" e a buscar maior audiência do que até então vinham obtendo, em especial nas bases do partido stalinista. Ao contrário das práticas anteriormente realizadas, esse "entrismo" estabelecia que "o militante do PCB, evoluindo para as posições marxistas da IV

Internacional, não deve abandonar o PC, pois este partido agrupa hoje uma parte considerável da vanguarda brasileira". Esse "entrismo", apesar das dificuldades enfrentadas pelos militantes do POR em sua realização, acabou se mantendo por um bom tempo e durou até 1963, quando o BLA convenceu-se de que o PCB era um partido irremediavelmente contra-revolucionário e decretou o final da experiência. No entanto, a prática prosseguiu, desta vez com o nome de "entrismo interior",[56] e o alvo foi o movimento político existente em torno de Leonel Brizola.

Em setembro de 1955, José Maria Crispim (ex-deputado constituinte comunista, em 1946, e ex-membro do Comitê Central do PCB), liderando um grupo de militantes de Niterói, Rio de Janeiro, São Paulo e Sorocaba, entra para o POR em função de divergências com a linha do chamado *Manifesto de agosto*, de 1950. Este documento do PCB propunha, em reação à "Guerra Fria", a derrubada da "ditadura feudal-burguesa a serviço do imperialismo" e sua substituição por um "governo democrático e popular". Crispim, que fora expulso do PCB em fevereiro de 1952, acusado de "traidor" e "direitista", qualificara o *Manifesto de agosto* de "sectário". Criticando a direção do PCB, sem, no entanto, criticar o PC da União Soviética, e fazendo abundante uso de citações de Stálin, Crispim propunha uma política aos comunistas que levasse em conta os "trabalhadores getulistas".[57]

O POR, quando da expulsão, enxergava nas posições de Crispim uma "política mais flexível que permitia um contato com as massas". Porém, ao lado desta observação favorável, criticava o dissidente por não relacionar os erros dos comunistas brasileiros com os dos PCs de todo o mundo, que viviam um novo surto de sectarismo, relembrando o chamado "terceiro período".[58] Crispim, após sua adesão ao POR, é imediatamente alçado ao Bureau Político do Partido e ao BLA. Tal ingresso foi visto por parte dos militantes como um resultado positivo da prática do "entrismo". No entanto, a passagem de Crispim acabou sendo rápida, pois, logo depois, ele acabou aproximando-se das posições de outra cisão do PCB, a de Agildo Barata, afastando-se do POR em 1958.

O POR também tentou aproximar-se e interferir na cisão de Agildo Barata, em 1956-1957, que resultara da crise desençadeada

internacionalmente nas fileiras do movimento comunista pelo XX Congresso do PCUS. Avaliada pelos trotskistas como pequeno-burguesa e nacionalista, a cisão de Agildo Barata foi analisada como representante da crise final do stalinismo, sobre a qual era necessário intervir para unificar as forças dispersas pela cisão. Esta intervenção criaria, como conseqüência do "entrismo", uma ala de oposição dentro das fileiras comunistas. Apesar das intenções, esta ação não obteve nenhum sucesso, em razão da desproporção entre as forças trotskistas e as tarefas a ser realizadas.

Em 1959, o BLA enviou outro delegado ao Brasil, pois o POR atravessava, desde a volta do primeiro delegado, em 1956, uma fase de estagnação. Neste mesmo ano, visando a campanha eleitoral de 1960, o POR propôs ao PCB o lançamento de uma candidatura operária às eleições presidenciais, com base em um programa no qual propunha reforma agrária, nacionalização dos bancos, formação de conselhos, estatização das fábricas paradas, direito de greve, escala móvel de salários, estabilidade no emprego, entre outros pontos. Sempre buscando atuar com o conjunto da esquerda, também procurou articular diversos grupos (PCB, Liga Socialista Independente, Juventude Comunista, PSB, Juventude Socialista, Juventude Trabalhista) para ações pontuais (eleições ou movimentos de juventude) e também com o objetivo de constituir um novo partido. Embora ambas as iniciativas nada tenham resultado, em ações concretas, elas propiciaram uma ampliação das atividades do POR e o ingresso de novos militantes.

Outra atividade que também caminhou neste mesmo sentido foi a atuação dos militantes do POR nos Comitês de Defesa da Revolução Cubana, criados em 1959, nos quais se buscava combinar o apoio a Cuba com os "problemas antiimperialistas do povo brasileiro". Esta posição acabava gerando choques com os militantes do PCB que ali também atuavam, numa linha unicamente de defesa da Revolução Cubana, conflito que terminou com a expulsão dos trotskistas dos comitês, em 1963.

Data também do final dos anos 50 o início da preocupação do POR com o movimento dos camponeses, visando a formação de uma "aliança operário-camponesa" e a reforma agrária. O trabalho

neste setor foi iniciado com o envio de militantes para o nordeste do país, principalmente para Pernambuco. Em dezembro de 1961, o partido apresentou o que se chamou de "plano operário para o Nordeste", no qual eram propostas ocupações de terras, expropriações, sem indenização, dos latifúndios, bem como medidas de planificação da produção rural nas terras que seriam dirigidas por conselhos de camponeses. O trabalho desenvolvido em Pernambuco foi liderado pelos militantes enviados pelo partido, o gráfico Paulo Roberto Pinto (conhecido como Jeremias) e o estudante uruguaio Pedro Makovsky Clemachuk, ambos com pouco mais de 20 anos. O trabalho foi desenvolvido no município de També e logo conseguiu a adesão ao POR de um grupo de oito militantes egresso do Movimento Revolucionário Tiradentes, uma espécie de braço armado das ligas camponesas. De início incipiente, o trabalho desses militantes expandiu-se também em direção à Paraíba.

Em meados de 1963, a repressão e a violência desencadeadas pela polícia pernambucana e pelos proprietários rurais levaram ao assassinato de Jeremias, em uma emboscada, em 8 de agosto. Logo em seguida, os dirigentes trotskistas de Pernambuco também foram presos. A campanha pela sua libertação criou uma mobilização nacional que agrupou quase todas as organizações de esquerda (entre as exceções, estava o PCB), além das ligas camponesas, do movimento dos sargentos e dos estudantes, fazendo com que todos fossem soltos em fevereiro de 1964. O golpe de 1964 e a repressão desencadeada pelos militares acabaram impedindo a continuidade das atividades do POR no campo, em razão da prisão de cerca de 40 militantes, em novembro de 1964.[59]

Ao lado destes episódios, que fizeram a história do trotskismo brasileiro naqueles anos, construía-se uma nova crise envolvendo os dirigentes da IV Internacional. A partir de 1959, Posadas e o BLA começaram a apresentar diferenças em relação à maioria do Secretariado Internacional, que se prolongaram por ocasião dos preparativos para o VII Congresso da IV Internacional, em 1960.

Posadas criticava a orientação "eurocentrista" dos "chefes intelectuais europeus" do Secretariado Internacional, ao mesmo tempo em que insistia na primazia da "revolução colonial". Em outubro

de 1961, o BLA realizou uma Conferência Latino-Americana extraordinária, na qual se decidiu convocar uma Conferência Extraordinária da IV Internacional, que se realizou em abril de 1962. Nesta reunião, decidiu-se eleger um Comitê Executivo Internacional e um Secretariado Internacional provisórios, em substituição aos anteriores, que, segundo a conferência, encontravam-se paralisados e desintegrados. A partir destes organismos, o movimento deveria trabalhar pela reconstrução das seções da IV Internacional na Europa. Constituiu-se, assim, uma nova cisão da IV Internacional, a "posadista", como ficou posteriormente conhecida. A partir destes episódios, houve uma exacerbação do "culto da personalidade" em torno da figura de J. Posadas, ao mesmo tempo em que passou a ser exercido um rigoroso centralismo dos grupos participantes, de características monolíticas, em acordo com uma fórmula expressa por Posadas: "centralismo 90%, democracia 10%".

A cisão internacional repercutiu muito no momento de sua efetivação nas fileiras do POR, conforme revelam depoimentos de contemporâneos,[60] mas algum tempo depois, sobretudo em razão do centralismo excessivo e do "culto à personalidade" em torno de J. Posadas, os trotskistas brasileiros se dariam conta de algumas das conseqüências da criação do "movimento posadista".

A crise institucional aberta com a renúncia de Jânio Quadros encontrou o POR disposto a ultrapassar os limites que até então vinham se impondo. Sua atuação nas manifestações, por ocasião do movimento de resistência às tentativas de golpe militar e pela posse do vice de Jânio, João Goulart, seria um marco nesta nova fase. Indo além do PCB, que se aferrara simplesmente à defesa da legalidade constitucional, o POR levantou a palavra de ordem de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Os trotskistas avaliavam que o Brasil vivia uma situação pré-revolucionária e que, a partir de junho de 1963, estariam maduras as condições para a derrubada do capitalismo e a conquista do poder pelos operários.

Na crise da renúncia, o POR avaliava que a situação pré-revolucionária fora freada, mas não controlada. O POR apontava uma divisão interna entre a burguesia brasileira (reformistas *versus* conservadores) e a evolução da facção nacionalista reformista que o partido, ao sabor dos acontecimentos que se desenrolavam na arena política, via agrupada ora em torno de João Goulart, ora em Jânio Quadros, ou então em San Tiago Dantas. Fazia ainda análises da possibilidade de se forjarem formas bonapartistas de dominação. Uma outra possibilidade ainda era possível, por meio do deslocamento de uma facção nacionalista reformista radical composta por Almino Afonso, Francisco Julião, Franklin de Oliveira, Leonel Brizola, Neiva Moreira, Paulo Schilling, Rubens Paiva, Wanderley Guilherme dos Santos, entre outros políticos e intelectuais, para o campo da revolução, como forma de exprimir a radicalização da pequena burguesia.[61]

Mas os trotskistas também constatavam a ausência de um "centro organizativo independente para as massas". As análises do POR demonstravam que o PCB estaria falido para cumprir este papel e, ainda, apontavam a facção nacionalista reformista radical como o melhor agrupamento para substituir temporariamente as funções de direção revolucionária do Brasil, durante todo um período:

> A ala esquerda do reformismo burguês se radicaliza ainda mais. Ela se constitui provisoriamente no centro para a direção e para as formas incipientes de organização das massas. Há um choque de uma importância enorme entre esta nova direção, vinda do campo do reformismo burguês e que se radicaliza e se adapta à pressão das forças revolucionárias que atuam na sociedade e a antiga direção dos sindicatos e do PC.[62]

Acreditando na possibilidade de que setores inteiros da "facção radical" avançariam para o "marxismo revolucionário", o POR propôs a representantes de tais setores a convocação de um "Congresso de Operários, Camponeses e Soldados", com funcionamento paralelo ao Parlamento, para centralizar todas as mobilizações de massa referentes à questão da terra. Esta linha política, apoiada na "facção radical", avançou em suas análises, e chegou-se à conclusão de que os setores agrupados em torno de Leonel Brizola eram os que efetivamente ocupariam o papel de "ala radical e objetivamente revolucionária do nacionalismo". Como se analisou posteriormente, todo este tortuoso caminho encobria concepções esquemáticas e etapistas impostas por J. Posadas, que entendia o nacionalismo como uma etapa importante no processo revolucionário latino-americano.

Após o golpe militar de 1964, o POR, bastante visado pela repressão, ainda manteve suas posições até 1965, envolvendo-se com as fracassadas conspirações em torno de Almino Afonso, Leonel Brizola e os "nacionalistas radicais", às quais também se incorporaram a Ação Popular, o PCB e outras organizações.

No início de 1966, por ocasião da realização da V Conferência Nacional do POR, um grupo de militantes (Antônio Carlos Leal Campos, Fábio Munhoz, Gilvan Rocha, José Leão de Carvalho e Maria Hermínia Tavares de Almeida) apresentou um documento no qual fazia um balanço do partido.[63] Nele, além de examinar as realizações, procurava apresentar uma alternativa de trabalho que buscasse inserir o partido nos movimentos sociais, retirando-o do isolamento em que se encontrava. O mesmo documento analisava que uma das principais causas deste quadro era o "personalismo centralista", que gravitava em torno de uma ou duas pessoas, referência a J. Posadas e ao seu representante no Brasil, o delegado do BLA. O debate desse documento terminou com sua rejeição pela conferência, e seus signatários foram afastados dos cargos de direção. Algum tempo depois, formaram-se dissidências no POR, como a fração bolchevique, no Rio Grande do Sul, e o grupo 1º de Maio, em São Paulo, as quais passaram, além de fazer um balanço da experiência do POR, a buscar contatos com diferentes correntes do trotskismo internacional, iniciando-se o processo de superação da experiência "posadista" e o início de uma nova fase na vida do trotskismo brasileiro.

Ao longo dos pouco mais de 35 anos de trajetória das organizações trotskistas brasileiras, aqui sumariamente examinados, 16 deles se passaram sob regimes ditatoriais. Apesar de usufruírem uma certa liberdade de ação, não se deve esquecer o período vivido sob a chamada "Guerra Fria", em que havia uma intermitente ação da máquina repressiva combinada a uma propaganda eficaz e virulenta contra todas as formas de pensamento da esquerda, as quais produziram seqüelas importantes nas organizações aqui examinadas. A mais séria dessas seqüelas foi, sem dúvida, a ausência de um fio de continuidade e, portanto, de acúmulo de experiências, entre as gerações que se sucederam ao longo desse período, principalmente se analisarmos os anos do POR, que, praticamente, iniciou sua trajetória sem levar em conta nenhum elemento das gerações anteriores.

Outra dessas seqüelas, mais notável a partir de 1939, foi a cristalização de um rígido dogmatismo, que produziu organizações pouco afeitas ao debate interno, em contradição com uma das bases fundadoras do trotskismo, que era a defesa da democracia partidária. Esta postura encontrava suas origens, de um lado, na clandestinidade a que as organizações trotskistas estavam submetidas, justificando-se a necessidade de um grupo coeso, um "partido de quadros", para fazer frente à repressão. De outro lado, os trotskistas foram formados durante vários anos sob rígidas noções monolíticas, explicadas em um primeiro período pela falta de comunicações entre as organizações nacionais e os quadros internacionais, como na fase final da vida do POL e do PSR, e, posteriormente, pelo estrito controle das informações e debates ocorridos internacionalmente, que chegavam ao Brasil pelo BLA, no caso do POR.

Na época do POR, esta situação agravou-se ainda mais quando a preservação da organização combinou-se a um centralismo extremo, exercido pelo BLA sobre as organizações trotskistas latino-americanas por meio dos delegados enviados às suas seções. No caso brasileiro, não houve sequer manifestações organizativas que refletissem o quadro internacional do trotskismo, como na Argentina, por exemplo. Havia tanta rigidez que, antes de 1966, não houve sequer uma manifestação pública de dissidência ou discordância, e os militantes descontentes simplesmente abandonavam o POR.

Outro ponto importante a ser considerado nesta história é o lugar referencial que o PCB sempre exerceu para os trotskistas, que nunca lhe negaram seu olhar crítico. Mas, muitas vezes, os trotskistas brasileiros foram além do simples contraponto político às posições comunistas. A crítica trotskista produziu uma série de interpretações sobre a luta de classes, que superou ou auxiliou as melhores análises na tentativa de compreender os fenômenos políticos e sociais brasileiros e internacionais, particularmente se analisarmos os primórdios da trajetória aqui examinada. Se, em sua época, estas análises deixaram de ser mais disseminadas e exerceram menos influên-

cia naqueles a quem se dirigiam — os trabalhadores brasileiros —, a verdade é que um exame cuidadoso da trajetória e das idéias das organizações trotskistas no Brasil, respeitando sobretudo cada momento histórico — coisa que escapa a uma certa parcela da historiografia do movimento operário —, serve para resgatar a importância de "uma" das visões do movimento operário em nosso país, propiciando novas luzes e novos olhares para estes 35 anos e, também, para os dias de hoje.

Notas

[1] Internacional Comunista, *III Internacional Comunista. Manifestos, teses e resoluções do 2º Congresso*, p. 93.

[2] Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da ilusão — A Revolução Mundial e o Brasil: 1922-1935*, p. 49.

[3] Jules Humbert-Droz, "Sobre los países de América Latina", in Internacional Comunista, *VI Congreso de la Internacional Comunista. Segunda Parte — Informes y discusiones*, pp. 309-10.

[4] Paulo Sérgio Pinheiro, op. cit., p. 173.

[5] Marta Dassú, "Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista", in Eric Hobsbawm (org.), *História do marxismo*, vol. VI, p. 295.

[6] Idem, op. cit., pp. 335-36.

[7] Idem, op. cit., p. 325.

[8] Pierre Broué, *Histoire de l'Internationale Communiste 1919-1943*, p. 468.

[9] Pondo-se de lado o assassinato do próprio Trótski, ou, então, daqueles pertencentes às mais diversas correntes que foram fisicamente eliminados no correr da guerra civil espanhola, recorde-se, como exemplo dessa lógica de Estado, para ficarmos no Brasil, os casos de Tobias Warchavski e de Elza Fernandes.

[10] Iosif Stálin, *Cuestiones del leninismo*, p. 170. Para as outras duas questões, ver Marques Neto (*Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*) e Broué, op. cit.

[11] Jean-Jacques Marie, *O trotskismo*, p. 48.

[12] Paulo Sérgio Pinheiro, op. cit., p. 60.

[13] José Castilho Marques Neto, op. cit. Ver também, sobre o PCB no período, o primeiro capítulo deste volume.

[14] Resolução da Conferência Regional de Organização do Rio de Janeiro, apud Marcos Del Roio, *A classe operária na revolução burguesa. A política de alianças do PCB: 1928-1935*, p. 48.

[15] Carta de Mário Pedrosa a Lívio Xavier. Berlim, 24 de agosto de 1928.

[16] 4-R. *A todos os membros do Partido Comunista do Brasil. A expulsão da Célula 4-R é uma resultante da intolerância nefasta de alguns intelectuais do C.C. O que de fato ocorreu entre o Presidium e a 4-R*. Rio de Janeiro, s.ed., 1929, p. 2.

17 Ver Marques Neto, op. cit., especialmente o cap. III e os anexos.

18 Inicialmente projetado para ser chamado *Alerta!*, *A Luta de Classe* foi o título do órgão oficial dos sucessivos grupos trotskistas de 1930 a 1939, tendo, naquele período, publicado 45 números. Além dele, naquela época foram publicados *Boletim* (três números, em 1939, pelo Partido Socialista Revolucionário), *Boletim de Informações Internacionais (Pela Quarta Internacional)* (três números, em 1937, pelo Partido Operário Leninista), *Boletim da Oposição* (quatro números, em 1931 e 1932, pela Liga Comunista do Brasil), *O Comunista* (cinco números entre 1932 e 1935, pelo Comitê Regional do Rio de Janeiro da Liga Comunista do Brasil e, depois, Liga Comunista Internacionalista), *Pela Quarta Internacional* (sete números, entre 1935 e 1937, pela Liga Comunista Internacionalista), *O Proletário* (cinco números, em 1935 e 1936, pelo Comitê Regional de São Paulo da Liga Comunista Internacionalista), *Sob Nova Bandeira* (três números, em 1937, pelo Partido Operário Leninista), além de boletins de circulação interna, que aqui não contabilizamos.

19 Para maiores detalhes, ver Marques Neto, op. cit., pp. 135-57.

20 Carta de Mário Pedrosa a Lívio Xavier. Rio de Janeiro, s.d. [fins de junho de 1930]. A última frase é uma referência à atuação dos signatários da carta de 2 de maio de 1928, entre os quais estava Lívio Xavier.

21 "Caricatura de oposição. Abaixo os intrigantes e os derrotistas", *A Classe Operária*, nº 92. Rio de Janeiro, 5/7/1930. O outro artigo mencionado é de autoria do Bureau Político do PCB: "Aos camaradas do Partido e a todos os trabalhadores conscientes", *A Classe Operária*, nº 93, Rio de Janeiro, 19/7/1930.

22 Fulvio Abramo e Dainis Karepovs (orgs.), *Na contracorrente da história*, pp. 66-82. Publicado originalmente, sob o pseudônimo de M. Camboa (Pedrosa) e L. Lyon (Xavier), em *A Luta de Classe*, nº 6, Rio de Janeiro, fev.-mar., 1931, e depois em *La Lutte de Classes*, nºs 28-29, Paris, fev.-mar., 1931.

23 Para exames mais detalhados do texto, ver Pedro Roberto Ferreira (*O conceito de revolução da esquerda brasileira — 1920-1946*) e Ângelo José da Silva (*Crítica operária à revolução de 1930: comunistas e trotskistas*).

24 Participam da reunião de fundação da Liga Comunista, ocorrida na sede da Associação dos Empregados do Comércio de São Paulo, nos dias 21 (aniversário do falecimento de Lênin) e 22 de janeiro de 1931, Aristides Lobo, João da Costa Pimenta, Lívio Xavier, o gráfico João Matheus e Plínio Gomes de Mello, que formarão a primeira Comissão Executiva da nova organização, o poeta surrealista francês Benjamin Péret, Mário Pedrosa, o gráfico Manuel Medeiros, o jornalista Victor de Azevedo Pinheiro e o editor Salvador Pintaúde, dono da Gráfico-Editora Unitas. Além destes, esteve presente um militante de codinome Pedro, que não pôde ser identificado.

25 Fulvio Abramo e Dainis Karepovs, op. cit., pp. 56-65. Originalmente publicado em *Boletim da Oposição*, nº 1, jan., 1931. Para um exame mais aprofundado deste texto, ver Pedro Roberto Ferreira, op. cit; José Castilho Marques Neto, op. cit.; e Angelo José da Silva, op. cit., bem como a resposta dada pelo PCB na época, de autoria de J. Barreto (pseudônimo de Heitor Ferreira Lima, que ocupava a secretaria-geral do partido): "Os doutores rabanetes. Resposta à 'Liga Comunista'", *A Classe Operária*, nº 110. Rio de Janeiro, 5/3/1931.

26 Mário Pedrosa (sob o pseudônimo de Miguel), Relatório apresentado pela Comissão Executiva à Primeira Conferência Nacional da Liga Comunista. São Paulo, 1933, pp. 1-2, ms.

27 Entre janeiro de 1931 e maio de 1933, passaram pelas fileiras da liga, em São Paulo, 14 gráficos, quatro comerciários, seis motoristas, três ferroviários, um alfaiate, um pe-

dreiro e um sapateiro; no Rio de Janeiro, dois advogados, cinco gráficos, dois jornalistas, um sapateiro e dois professores (cf. relação existente no Fundo Lívio Xavier, do Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP), no CEDEM – UNESP).

28 "Tese sobre a questão sindical, aprovada na Conferência Nacional da LCI", *A Luta de Classe*, nº 21. Rio de Janeiro, ago., 1934.

29 Pierre Broué, op. cit., pp. 653-54.

30 "A Aliança Nacional Libertadora e a confusão do movimento operário", *A Lucta de Classe*, nº 25. Juiz de Fora, 25/6/1935. Ver também "Porque a LCI não apóia a Aliança Nacional Libertadora", *Lucta de Classe*, nº 23. S.l., 1º/6/1935; "O dever dos comunistas no movimento da Aliança Nacional Libertadora", *A Luta de Classe*, nº 25 [sic]. Niterói, 1º/6/1935; "O fracasso da ANL e as tarefas da vanguarda operária", *A Luta de Classe*, nº 26. S.l., ago., 1935; e "O desastre de novembro e o naufrágio do stalinismo e do prestismo", *A Luta de Classe*, nº 28. Niterói, 1º/4/1936.

31 "O desastre de novembro e o naufrágio do stalinismo e do prestismo", op. cit.

32 Georges (pseudônimo de Mário Pedrosa), "A luta pelas liberdades democráticas", *A Lucta de Classe*, nº 30. Juiz de Fora, 1º/7/1936.

33 Ver os artigos de Georges (pseudônimo de Mário Pedrosa), "A luta pelas liberdades democráticas", op. cit.; e "Reivindicações econômicas e políticas imediatas", *A Luta de Classe*, nº 31, 1º/7/1936. Sobre as posições do PCB em 1936, ver Dainis Karepovs, Nos subterrâneos da luta (um estudo sobre a cisão no PCB em 1937-1938), pp. 86-120.

34 Comitê Provisório de Organização do POL, "As tarefas revolucionárias do proletariado e o novo reagrupamento da vanguarda". Rio de Janeiro, jan., 1937.

35 Conforme depoimento de Hilcar Leite aos autores, o POL teria feito algumas "concessões" para "não assustar" os novos militantes saídos das fileiras comunistas.

36 A cisão liderada por Hermínio Sacchetta foi tratada em um romance de três volumes, de autoria de Jorge Amado (*Os subterrâneos da liberdade*), no qual os fatos a ela referentes são adequados à versão corrente da história do PCB dos anos 1950 e elaborados com a ferramenta do "realismo socialista". Apresentado como "história", o romance acabou não passando da mistificação e falsificação históricas.

37 Andrade (pseudônimo de Febus Gikovate), "A crise do stalinismo no Brasil", *A Luta de Classe*. nº 37 (II), Belo Horizonte [Rio de Janeiro], 25/1/1938.

38 Aldo (pseudônimo de Hilcar Leite), "Ainda a crise no stalinismo (A propósito de um artigo da dissidência)", *A Luta de Classe*. nº 39 (5), Belo Horizonte [Rio de Janeiro], 23/4/1938.

39 John W. Foster Dulles, *O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*, p. 149.

40 "Circular do Secretariado Internacional de 1º de abril de 1938", *Cahiers Léon Trotsky*, nº 1. Paris, jan., 1979, p. 9.

41 Rodolphe Prager (org.), *Les congrès de la IV Internationale. 1. Naissance de la IV Internationale (1930-1940)*, p. 401.

42 Osvaldo Coggiola, *Historia del trotskismo argentino — 1929-1960*, p. 126.

43 Murilo Leal Pereira Neto, *Outras histórias. Contribuição à história do trotskismo no Brasil — 1952/1966: o caso do POR (Partido Operário Revolucionário)*, p. 263.

44 Carta de L. Rodriguez a Liborio Justo, in Liborio Justo, *Estrategia revolucionária. Lucha por la unidad y por la liberación nacional y social de la América Latina*, p. 123.

[45] Ainda em fevereiro de 1947, tendo em vista a preparação do II Congresso da IV Internacional, as ligações permaneciam muito tênues. Em um relatório apresentado em reunião do Secretariado Internacional, em 22 de fevereiro de 1947, "Patrice" informava que havia duas semanas havia estabelecido "contatos diretos com os camaradas do Brasil que vivem legalmente" (cf. "Rapport sur l'Amérique Latine présenté par Patrice", p. 1). Somente em 1951 o PSR consegue enviar um delegado ("Felipe") ao III Congresso da IV Internacional (cf. Pereira Neto, op. cit., p. 31).

[46] Comitê Central do Partido Socialista Revolucionário, "O momento político e a posição do Partido Socialista Revolucionário", *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 12/8/1945.

[47] Silvio Frank Alem, "O PCB e as outras esquerdas — Da anistia de 1945 à posse de Dutra", p. 159.

[48] Sobre *Orientação Socialista*, ver Pedro Roberto Ferreira, *Imprensa política e ideologia: Orientação Socialista 1946-1948*.

[49] Leon Trótski, *A revolução permanente*, p. 8.

[50] Partido Socialista Revolucionário, "Apoio crítico às 'Chapas Populares'. Voto em branco para as presidências. O Partido Socialista Revolucionário e as próximas eleições". Rio de Janeiro, jan., 1947.

[51] Pereira Neto, op. cit., pp. 32-33.

[52] O Grupo Cuarta Internacional, dirigido por Posadas, foi reconhecido oficialmente no II Congresso como sendo a seção argentina da IV Internacional, em detrimento do Partido Obrero Revolucionário (POR), dirigido por Nahuel Moreno, e da Unión Obrera Revolucionária, dirigida por M. Posse e Mateo Fossa.

[53] Também é importante mencionar que, no extenso programa dedicado ao movimento operário brasileiro, de uma escola de quadros realizada pelo POR em 1959 (Pereira Neto, op. cit., p. 46), havia apenas um item abordando a IV Internacional no movimento operário brasileiro, situando em um contexto de abordagem pós-Segunda Guerra Mundial, indicando, também, um desconhecimento da experiência anterior, ou um conhecimento superficial da história do trotskismo no Brasil desde os anos 1930.

[54] Pereira Neto, op. cit., p. 180.

[55] Idem, op. cit., pp. 94-99.

[56] Pereira Neto (op. cit., p. 181, nota 3) esclarece que a tal modalidade de entrismo "consistia em influenciar as direções dos partidos ou movimentos políticos para que elas adotassem posições 'mais avançadas', ou entendidas como tal pelos 'posadistas'".

[57] Leôncio Martins Rodrigues, "O PCB: os dirigentes e a organização", p. 417.

[58] "Crispim: policial ou esquerdista?", *Frente Operária*, nº 1. São Paulo, 15/11/1952, apud Pereira Neto, op. cit., p. 154.

[59] Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 120.

[60] Pereira Neto, op. cit., pp. 296-97.

[61] Idem, op. cit., pp. 129, 182 e segs.

[62] "Precipita-se o amadurecimento da situação pré-revolucionária", *Frente Operária*, nº 94, 1ª quinz., mar., 1963, apud idem, op. cit., p. 212.

[63] Criticar, planejar e construir o partido coletivamente. São Paulo, 1966, mimeo. Uma cópia deste documento está no Fundo Fábio Munhoz do Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP), no CEDEM – UNESP.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, F. e KAREPOVS, D. (orgs.). *Na contracorrente da história. Documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ALEM, S. F. "O PCB e as outras esquerdas — Da anistia de 1945 à posse de Dutra", *Nova Escrita Ensaio*, nº 10. São Paulo, 1982.

ALEXANDER, R. J. *Trotskyism in Latin America*. Stanford: Hoover Institution Press, 1973.

______. *International trotskyism (1929-1985). A documented analysis of the movement*. Durham: Duke University Press, 1991.

BROUÉ, P. *Le parti bolchevique. Histoire du PC de l'URSS*, 2ª ed. Paris: Minuit, 1972.

______. *Histoire de l'Internationale Communiste 1919-1943*. Paris: Fayard, 1997.

CAMPOS, A. L. de A. "Tempos de viver": dissidentes comunistas em São Paulo (1931-1936). Tese de livre-docência, Departamento de Estudos Históricos Básicos da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP. Franca, 1998.

COGGIOLA, O. *Historia del trotskismo argentino (1929-1960)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.

DEL ROIO, M. T. *A classe operária na revolução burguesa. A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DULLES, J. W. F. *O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FERREIRA, P. R. *Imprensa política e ideologia: Orientação Socialista 1946-1948.* São Paulo: Moraes, 1989.

______. *O conceito de revolução da esquerda brasileira 1920-1946.* Londrina: UEL, 1999.

GORENDER, J. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.* São Paulo: Ática, 1987.

HOBSBAWM, E. (org.). *História do marxismo*, vol. VI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

INTERNACIONAL COMUNISTA. *VI Congreso de la Internacional Comunista. Segunda Parte — Informes y discusiones.* México (DF): Pasado y Presente, 1978.

______. *Manifestos, teses e resoluções do 2º Congresso.* São Paulo: Brasil Debates, 1989.

JUSTO, L. *Estrategia revolucionária. Lucha por la unidad y por la liberación nacional y social de la América Latina.* Buenos Aires: Fragua, 1956.

KAREPOVS, D. Nos subterrâneos da luta (um estudo sobre a cisão no PCB em 1937-1938). Dissertação de mestrado, Departamento de História da FFLCH – USP. São Paulo, 1996.

MARIE, J.-J. *Os quinze primeiros anos da Quarta Internacional.* São Paulo: Palavra, 1981.

______. *O trotskismo.* São Paulo: Perspectiva, 1990.

MARQUES NETO, J. C. *Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MONTARROYOS, C. *O tempo de Arraes e o contratempo de março.* Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora, 1982.

PEREIRA NETO, M. L. Outras histórias. Contribuição à história do trotskismo no Brasil — 1952/1966: o caso do POR (Partido Operário Revolucionário). Dissertação de mestrado, Departamento de História da FFLCH – USP. São Paulo, 1997.

PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão — A Revolução Mundial e o Brasil: 1922-1935.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PRAGER, Rodolphe (org.). *Les congrès de la IV Internationale. 1. Naissance da la IV Internationale (1930-1940).* Paris: La Brèche, 1978.

4-R. *A todos os membros do Partido Comunista do Brasil. A expulsão da Célula 4-R é uma resultante da intolerância nefasta de alguns intelectuais do C.C. O que de fato ocorreu entre o Presidium e a 4-R.* Rio de Janeiro, s.ed., 1929.

RODRIGUES, L. M. "O PCB: os dirigentes e a organização", in B. Fausto. (ed.), *História geral da civilização brasileira*, vol. 3, tomo III. São Paulo: DIFEL, 1981.

SACCHETTA, H. et al. O Caldeirão das bruxas *e outros escritos políticos.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

SILVA, Â. J. da. Crítica operária à revolução de 1930: comunistas e trotskistas. Dissertação de mestrado, IFCH – UNICAMP. Campinas, 1996.

SILVA, A. O. da. *História das tendências no Brasil (origens, cisões e propostas)*, 2ª ed. São Paulo: Proposta, s.d.

STÁLIN, I. *Cuestiones del leninismo.* Moscou: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1941.

TRÓTSKI, L. *A revolução permanente.* São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

Capítulo 4
O Partido Socialista Brasileiro e o marxismo (1947-1965)

*Margarida Luiza de Matos Vieira**

1. *De quem estaremos falando?*

Ao contrário da maioria dos partidos de esquerda no Brasil dos anos 60, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) não se afirmou como partido marxista. Respeitava as contribuições de Marx e de outros teóricos, responsáveis pela crítica ao sistema capitalista e pelas indicações de uma sociedade nova, socialista e, mais à frente, comunista, mas se dispunha a ser um espaço aberto aos que quisessem construir uma sociedade sob o lema "socialismo e liberdade".

Alguns dos princípios apresentados em seu programa de agosto de 1947 apontam a sua diferenciação dos demais partidos:

> I. O Partido considera-se, ao mesmo tempo, resultado da experiência política e social dos últimos cem anos em todo o mundo e expressão particular das aspirações socialistas do povo brasileiro. [...] III. Sem desconhecer a influência exercida sobre o movimento socialista pelos

* Professora aposentada do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em ciência política pela UFMG e doutora em história pela UFF.

grandes teóricos e doutrinadores que contribuíram, eficazmente, para despertar no operariado uma consciência política necessária ao progresso social, entende que as cisões provocadas por esta influência nos vários grupamentos partidários estão em grande parte superadas. IV. O Partido tem como patrimônio inalienável da humanidade as conquistas democrático-liberais, mas as considera insuficientes, como forma política, para se chegar à eliminação de um regime econômico de exploração do homem pelo homem. V. O Partido não tem uma concepção filosófica da vida, nem credo religioso; reconhece a seus membros o direito de seguirem, nessa matéria, sua própria consciência. [...] IX. O Partido dispõe-se a realizar suas reivindicações por processos democráticos de luta política. [...] XI. O Partido não se destina a lutar pelos interesses exclusivos de uma classe, mas pelos de todos os que vivem do próprio trabalho, operários do campo e das cidades, empregados em geral, funcionários públicos ou de organizações para-estatais, servidores das profissões liberais — pois os considera, todos, identificados por interesses comuns. Não lhe é, por isto, indiferente a defesa dos interesses dos pequenos produtores e dos pequenos comerciantes (apud Gustin e Vieira, 1995, p. 409).

Seu líder maior durante o período, João Mangabeira, é lembrado em depoimento de Barbosa Lima Sobrinho, muito amigo e companheiro de partido, tendo sido deputado federal pelo PSB entre 1958 e 1962:

Na última visita, não sei por que a conversa se orientou para um tema cheio de vedações e perigos: a doutrina de Karl Marx. Um dos fiéis de Mangabeira observava que se falava mais de Marx do que se lia a sua obra. Acrescentava que entre todos os seus conhecidos não contara cinco pessoas que houvessem lido *O capital*, de fio a pavio.

— Pois eu li duas vezes — advertiu João Mangabeira.

E todos sabíamos que o havia lido cuidadosamente, voltando a reler trechos menos claros, aproveitando as horas silenciosas de suas manhãs de madrugador. E como o assunto Karl Marx continuasse, íamos verificando que Mangabeira não lera apenas *O capital*. Estudara toda a obra de Marx e Engels, penetrara na biografia dos dois amigos, meditara os comentários de seus maiores críticos (Mangabeira, 1982, p. 13).

Em seu último discurso aos bacharelandos de direito da Universidade da Bahia, em 1963, Mangabeira fez uma síntese que é, até hoje, muito citada entre os socialistas brasileiros:

Liberdade sem socialismo, de fato, liberdade não é. Socialismo sem liberdade, realmente socialismo não pode ser. Somente, pelo consórcio do Socialismo com a Liberdade é que o homem pode atingir ao máximo da expansão de sua personalidade no meio social em que todos são iguais, pela abolição dos privilégios ou preconceitos da riqueza, da raça ou da religião, mas desiguais pelos dotes naturais que distinguem e qualificam cada um (Mangabeira, 1979, p. 208).

Em entrevista recente, Luiz Eduardo Soares trabalha com a questão geral da globalização, apontando reflexões marxistas muito importantes para a análise política, e salienta uma questão que me parece chave para situar o PSB no quadro da esquerda brasileira. Diz ele: "[...] no Brasil, sob a ditadura, aprendemos a valorizar a democracia, e a democracia que se chamava burguesa, parlamentar, etc. A democracia passou a ser uma precondição dos nossos projetos, porque nós sabemos que as ditaduras acabam sendo ainda mais desastrosas do que as democracias, por mais que as democracias sejam problemáticas" (Soares, 1998-1999, p. 59). Como veremos ao analisarmos a trajetória do PSB, sua criação, pouco depois do Estado Novo, já carregava uma profunda preocupação de combinar o socialismo com a liberdade no próprio nome inicial: Esquerda Democrática.

Para conhecer e analisar a relação entre o PSB e o marxismo, parece-nos interessante passar por três momentos. No primeiro, faremos uma análise do programa partidário, apontando suas peculiaridades. Num segundo passo, tentaremos visualizar, de forma sintética, a história do PSB até os anos 60, acoplando as questões apresentadas pelo programa e a prática política verificada. Finalmente, procuraremos situar a utilização da análise marxista na vida do partido e contribuições que nos pareçam importantes para a esquerda brasileira.

2. *Um programa não são palavras soltas ao léu*

Os princípios partidários que apresentamos de forma condensada apontam, para quem conhece o programa de diversos par-

tidos de esquerda no Brasil, não apenas uma diferença de proposições concretas, mas uma concepção diferente da própria política.

De um lado, no item I, já aparece uma concepção que combina tanto a visão de uma história internacional de lutas quanto o situar-se na vida nacional. Na história da esquerda brasileira e de outros países, verificamos que, muitas vezes, ocorreu uma submissão a interpretações e interesses do partido entendido como "chefe" em alguma parte do mundo, fosse a União Soviética, Cuba, China ou mesmo a Albânia. É como se um modelo externo fosse indispensável para a realização de um projeto. No caso do PSB, havia a disposição de elaborar um projeto nacional sem deixar de lado a experiência internacional, com liberdade para a crítica, em parte e no todo, do que ocorria em outros países.

O item III nos parece carregar uma análise equivocada da época em que se vivia, quando considera as cisões em grande parte superadas. As interpretações diferentes da análise marxista, concepções diversas de tática e estratégia, dividiam e dividem até hoje parcelas da esquerda. Talvez, por minimizarem as divergências intra-esquerdas, tivessem os socialistas brasileiros uma facilidade maior na busca da unidade das esquerdas, para a qual tanto trabalharam.

Paul Singer, que foi militante do PSB em São Paulo, declarou em entrevista: "O Partido Socialista seria assim um pouco como um terreno neutro para a esquerda onde esses vários grupos poderiam colaborar com projetos ideológicos, seminários ou criação de frente única. [...] O Partido Socialista, com sua modesta sede no centro da cidade, era um terreno em que todo mundo se entendia, podia vir e se sentir à vontade" (apud Vieira, 1994, p. 158).

Talvez o ponto central da diferença entre o PSB e os partidos comunistas da época esteja nos itens IV, V e IX. A definição pela democracia é solidamente apresentada. De um lado, a democracia liberal é reconhecida como uma conquista histórica, diferentemente dos que simplesmente jogam fora as conquistas de direitos humanos e políticos que se desenvolveram desde o século XVII, com a definição de democracia burguesa, que, no fundo, significaria apenas uma forma de enganar os outros. Mas, ao lado deste reconhecimento, os socialistas apontam as limitações da democracia liberal. Ao contrário de

outros partidos em que Marx aparece quase como um deus, que não pode ser criticado por significar uma verdade universal, uma religião leiga, o PSB oferece a seus militantes uma ampla liberdade religiosa e filosófica. Quanto aos caminhos da mudança social, situam o limite nos processos democráticos da luta política. Isto não significa a limitação ao campo dos três poderes, pois é possível desenvolver a luta política na sociedade por intermédio das mais diversas entidades. Diríamos que estávamos junto de socialistas reformistas que imaginavam uma mudança gradual até a nova sociedade. E, finalmente, foge da definição de "partido da classe operária" que marca partidos da esquerda marxista. Com este leque mais amplo de interesses representados, aproximar-se-ia, contemporaneamente, não apenas do atual PSB, mas também do Partido dos Trabalhadores (PT).

É interessante ver que, em parte, o PSB supria concepções que Marx e Engels apresentavam para os partidos operários, segundo as leituras de Johnstone (1985) e Mezzaroba (1998). Ambos salientam que não havia a concepção de partido único como implantado pelo stalinismo. Para Marx e Engels, os partidos deveriam ser flexíveis às necessidades de tempo e lugar. Além disso, a idéia era a de partidos democráticos para formar a classe operária com outra concepção de mundo.

Quanto às mudanças concretas, trabalhavam com o longo e o curto prazo. Articulavam um projeto de sociedade em que a socialização não seria "a simples intervenção do Estado na economia", combinando-se cooperativas no campo e na cidade com fazendas e fábricas nacionais. Nestas, a direção é composta de representantes do Estado e dos trabalhadores. Luiz Dário acentua a importância do cooperativismo na vida do PSB, incluindo a análise de materiais da *Vanguarda Socialista* de 1949, jornal dirigido, naquele momento, pelo partido.

> Os socialistas não pretendiam que as cooperativas e o movimento cooperativo ficassem sob a dependência do partido, pois, enquanto as cooperativas e os sindicatos pertencem aos trabalhadores, e têm finalidades especiais, o partido é a organização destinada à luta política e o agente da socialização dos trabalhadores. Os socialistas só se dispunham a fundar cooperativas quando estas não existissem no distrito,

no município ou no bairro, pois não pretendiam dividir o movimento cooperativista (Silva, 1986, p. 95).

O sistema tributário dos socialistas previa aumentos substanciais de impostos sobre a terra, o capital, a renda, em sentido restrito, e a herança, "até que a satisfação das necessidades coletivas possa assegurar-se sem recurso ao imposto".

Com relação ao trabalho, "[seria] considerado direito e obrigação social de todo cidadão, promovendo-se a progressiva eliminação das diferenças que atualmente separam o trabalho manual e intelectual". Aos sindicatos, "órgãos de defesa das forças produtoras", seriam asseguradas a liberdade e a autonomia. Na organização do Estado, só encontramos duas novidades: Parlamento unicameral e justiça gratuita. Seguiam-se reivindicações imediatas, aplicáveis enquanto ainda não existissem as condições para a realização das propostas.

Este programa, aprovado em abril de 1947, na II Convenção da Esquerda Democrática, que, a partir daí, passou a ser o PSB, era o mesmo que fora aprovado na I, um ano antes. A única diferença substantiva foi a eliminação da possibilidade de o casamento, como contrato civil, ser desfeito por divórcio. Houvera protesto dos setores católicos contra esta permissão. Constituído por grupos de origens diversas, o Partido Socialista Brasileiro buscava compor o espaço coletivo por meio do voto. Os que, a cada momento, constituíam maioria definiam os rumos.

3. *Da Esquerda Democrática ao PSB*

Ao final do Estado Novo, aglutinaram-se oposicionistas de diversos matizes na União Democrática Nacional (UDN). Setores da burguesia brasileira mais ligada à parceria com o capital externo dominaram a sua formação e sua história posterior. Mas lideranças de esquerda que não concordavam com o trabalhismo do PTB, ou com as opções do PCB, aproximaram-se inicialmente da UDN. Na sua fundação, em 7 de abril de 1945, João Mangabeira apresentou

uma moção, que foi aplaudida em pé, repudiando a tomada do poder por meio de golpes (Benevides, 1981, p. 26). É uma grande ironia comparar estes aplausos com a experiência golpista que a UDN desenvolveu ao longo do tempo, terminando com o de 64, que acabou com todos os partidos, ela mesma incluída.

O núcleo da Esquerda Democrática formou-se inicialmente no Rio de Janeiro. Os baianos João Mangabeira e Hermes Lima e o goiano Domingos Velasco entraram para a UDN, mas buscaram marcar o espaço da diferença com a ED. Mangabeira, com seus 65 anos, aliava um grande conhecimento do direito público à experiência parlamentar. Hermes unia, também, o direito público à experiência de deputado federal pela Bahia. Velasco foi tenente, tendo participado dos levantes de 1922 e 1924, secretário de Segurança e Assistência Pública em Goiás e constituinte em 1934. Ao lado deles estavam escritores, jornalistas, estudantes, como Hugo Dourado, e professores, como Edgard de Castro Rebelo, "jurista de renome, homem de vasta cultura, advogado de perseguidos" (Konder, 1988, p. 154). Paralelamente, organizava-se no Rio a União Socialista Popular (USP), composta de antigos militantes trotskistas, stalinistas, ex-stalinistas e muita gente sem partido. Criaram, sob a liderança de Mário Pedrosa, o jornal *Vanguarda Socialista*, que, para Isabel Loureiro, foi um centro de ampla discussão dos caminhos da esquerda, na busca da formação de um partido socialista com viés luxemburguista, voltado para a auto-emancipação dos trabalhadores. "Posição crítica e radical que pretende desfazer-se tanto da social-democracia quanto do bolchevismo, seja na variante stalinista, seja na trotskista" (Loureiro, 1984, p. 28).

A USP terá pontos em comum com a ED, como o apoio ao brigadeiro Eduardo Gomes, nas eleições de 1945 para a presidência da República, e a busca de formas democráticas de mudança social. Mas a convivência no Distrito Federal era muito difícil, fosse pelas muitas críticas da USP à ED, fosse pelo temor de que a ED fosse instrumentalizada por trotskistas. Em 1948, quando a ED já se tornara Partido Socialista Brasileiro, a USP se desfez, entrou para o PSB e passou para este último o jornal *Vanguarda Socialista*.

Já em São Paulo, socialistas independentes formaram a União Democrática Socialista (UDS), composta de estudantes e intelectuais

que participaram da resistência ao Estado Novo, como Antonio Candido e Paulo Emílio Sales Gomes, antigos militantes do PSB de 1932, como Azis Simão e Febus Gikovate, núcleos de metalúrgicos e do movimento negro. Em programa de memória política da Rádio Cultura de São Paulo, Antonio Candido disse:

> Eu tenho a impressão de que a UDS era um grupo, politicamente, muito consciente. Era um grupo de pessoas já amadurecidas. Alguns tinham vindo do trotskismo, outros tinham vindo da Juventude Comunista e mesmo do Partido Comunista, outros não tinham vindo de lugar nenhum, como eu. [...] um pessoal que se entendeu na base de uma visão socialista, democrática... mas combativa! [...] em todos nós, estava a idéia de que nós lutávamos democraticamente dentro do contexto, mas achávamos a revolução um direito legítimo, normal e necessário, quando fosse preciso.

Azis Simão, em depoimento a Miracy Gustin, em 1986, disse que "entre a opção de manter uma estrutura mais radical mas permanecer como núcleo paulista e adaptar-se a um perfil mais moderado mas com ramificações nacionais, a UDS, por maioria, opta pela extinção e pela adesão à Esquerda Democrática. O grupo de metalúrgicos se afasta, por considerar a decisão um *compromisso pequeno-burguês*".

Mas lideranças sindicais expressivas como João da Costa Pimenta, que era presidente da União dos Trabalhadores Gráficos, participante em 1912 do II Congresso Operário (anarquista) e, em 1922, da fundação do Partido Comunista do Brasil, apoiaram a ED paulista — que foi tema do livro *Socialismo sociável — História da Esquerda Democrática em São Paulo (1945-1964)*, de Alexandre Hecker (1998).

Na formação da ED, no contraste entre o núcleo carioca e o paulista, já encontramos as duas tendências que irão marcar o debate interno do PSB. No Rio, a liderança fica com políticos de experiência parlamentar, juristas de profissão, formados na escola do socialismo trabalhista inglês de Lasky. Há poucas ligações com o movimento sindical e muitas restrições aos grupos de origem trotskista, como a Vanguarda Socialista. No grupo paulista, a direção política está com professores e estudantes sem experiência parlamentar, mas com prática de agitação política. Formaram seu pensamento

numa escola de marxismo não dogmático, anti-stalinista. Ligaram-se com lideranças sindicais independentes do PCB ou PTB. Eram abertos ao diálogo com os trotskistas ou ex-trotskistas, trabalhando em comum com a Vanguarda Socialista. Admiravam também os anarquistas.

O manifesto de lançamento da ED saiu no dia 25 de agosto de 1945 (Gustin e Vieira, 1995, pp. 402-8). Dizia que era democrática pelos princípios defendidos: regime representativo, liberdade de pensamento, crença e culto, autonomia sindical e direito de greve. Era de esquerda por sustentar que "a propriedade tem, antes de tudo uma função social, não devendo ser utilizada contra o interesse coletivo", e por defender um programa de "reforma econômica, inclusive uma gradual e progressiva socialização dos meios de produção".

Apesar de eleger poucos membros para a Assembléia Nacional Constituinte, em 1945, teve na atuação de Hermes Lima um ponto alto. Como membro da grande comissão que preparou o anteprojeto de Constituição, na subcomissão da ordem econômica e social, defendeu a reformulação da estrutura agrária e a valorização do Legislativo. Em plenário, teve presença constante. Em discurso, no início dos trabalhos, apresentou as linhas gerais de sua atuação: "Não basta ter uma democracia formal, de mero conteúdo político", ela precisa ser instrumento para as reivindicações populares, já que a população aumenta e, com ela, a miséria (apud Vieira, 1994, p. 91).

Uma marca da atuação da ED e, depois, do PSB foi a defesa cerrada da autonomia sindical. Participaram do Congresso Sindical Nacional realizado em agosto de 45, que visava à criação de uma entidade nacional unificadora. Plínio Mello, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e militante da Esquerda Democrática, afirmou, em artigo na *Vanguarda Socialista*, que o essencial era a "luta contra a estrutura oficial" (Vieira, 1994, p. 93). Criada a CTB (Confederação dos Trabalhadores Brasileiros), sua fragilidade e o fechamento pelo governo fizeram com que não houvesse mudanças substanciais na estrutura sindical.

A ED, depois PSB, buscou também defender a existência legal do PCB e o mandato de seus representantes, mas não obteve êxito. Assim se pronunciava a Comissão Executiva Estadual de São Paulo:

> Apesar de profundas divergências com os comunistas, responsáveis pelo mau uso das liberdades democráticas, tanto aqui como em outros países, os socialistas visam, na presente oportunidade, apenas ao governo, solapador da Constituição, protestando pois com toda a veemência, contra os atentados à liberdade de manifestação política, bem como contra a cassação dos mandatos conferidos pelo povo aos representantes comunistas e concita o povo à luta sem tréguas contra todos os inimigos da liberdade e do socialismo (apud Vieira, 1994, p. 100).

Os socialistas paulistas tentaram, no mesmo sentido, reverter a substituição dos representantes comunistas na Câmara dos Vereadores de São Paulo. O episódio é exemplar do comportamento político democrático combinado à postura legal e ética. Em 31 de dezembro de 1947, o Tribunal Eleitoral proclamou Antenor Erweu Betarello segundo vereador do PSB em São Paulo, substituindo o vereador eleito pelo PST, que teve o registro cassado por abrigar comunistas. "O Partido Socialista Brasileiro, no município de S. Paulo, através de seus órgãos competentes — a Comissão e a Assembléia Municipal [...] considerou este ato como uma fraude à vontade do eleitorado paulista, que atribuíra votos aos candidatos do Partido Social Trabalhista, cujos registros foram anulados." Entrou o partido com recurso pleiteando novas eleições para o preenchimento das vagas abertas. E, para forçar essas eleições, decidiu que Antenor deveria renunciar, seguindo-se a renúncia de todos os suplentes. Politicamente, buscava-se resguardar a representação; eticamente, renunciava-se a um mandato espúrio, tudo isto estritamente dentro da lei. O único problema foi a reação de Antenor. Assumiu o cargo e, imediatamente, subscreveu requerimento para o aumento do subsídio dos vereadores, considerado abusivo e imoral pelo partido. Convidado a explicar-se ou retratar-se, Antenor não compareceu. Foi expulso "na forma do disposto no art. 48, Parágrafo 4, dos Estatutos do Partido" (apud Vieira, 1994, p. 101).

A Esquerda Democrática não se resumiu ao eixo Rio—São Paulo, tendo desenvolvido núcleos em Pernambuco, onde se destacavam Gilberto Freire — que preferiu ir para a UDN quando a ED se transformou em PSB — e Osório Borba, jornalista que se tornou importante no Rio de Janeiro e, mais tarde, candidato a governador de Pernambuco pelo PSB. Na Paraíba, Aluísio Campos, em 1950 deputado estadual pelo PSB, definiu assim a ED: "A distinção que havia entre o Partido Comunista e o pessoal da Esquerda Democrática é que nós da Esquerda Democrática achávamos que o grupo de esquerda deveria atingir o poder através de eleições e deveria se submeter, depois que exercesse o poder, às regras do jogo democrático" (apud Vieira, 1994, p. 75). Em Minas, em torno do jornal *Liberdade*, distribuído clandestinamente, reuniram-se os fundadores do PSB em Belo Horizonte. Sob a liderança do estudante de medicina e depois psiquiatra Hélio Pelegrino, desenvolveu-se um pequeno núcleo que foi ironizado jocosamente por Célius Áulicos no *Jornal do Povo*, dizendo que a ED, depois PSB, era constituída do doutor Hélio Pelegrino e meia dúzia de clientes seus.

Em 1946, a Esquerda Democrática, que era apenas uma corrente da UDN, torna-se o Partido da Esquerda Democrática. A divergência central estava no liberalismo econômico da UDN. Os cariocas queriam manter o nome, e os paulistas queriam já um partido socialista. Na convenção, os cariocas ganharam a manutenção da Esquerda Democrática, e os paulistas conseguiram aprovar, com algumas modificações, a proposta programática. No ano seguinte, a ED se transformaria no Partido Socialista Brasileiro, com o mesmo programa com pequenas modificações.

4. *O Partido Socialista até os anos 60*

Uma participação importante do PSB foi na luta nacionalista. A campanha "O Petróleo é Nosso" teve seu início na reação do deputado federal pelo PSB Hermes Lima, em nome de seu partido, ao anteprojeto de definição da política petrolífera, enviado pelo presidente Dutra ao Congresso. Ele apontava o perigo dos "trustes petrolíferos" (Victor, 1970, p. 233). A Comissão Nacional do PSB orientou a bancada para que "combata intransigentemente o projeto, defendendo a solução do monopólio estatal" (apud Vieira, 1994, p. 108). Coincidentemente, em 1947 o presidente da UNE era Roberto Gusmão, do PSB. Junto com militares nacionalistas fundaram, em 1948, o Cen-

tro de Estudos e Defesa do Petróleo e desenvolveram um projeto que se definia pelo monopólio estatal da extração e do refino. O que era específico do projeto do PSB não foi incluído. É interessante conhecer uma recomendação da Comissão Executiva Estadual de São Paulo, aprovada em congresso estadual. Preocupados com o rumo da campanha do petróleo, que "ameaça transformar-se em movimento demagógico, de conteúdo nacionalista-chauvinista", chamam a atenção para três pontos. A solução do problema do petróleo não seria uma varinha de condão para a calamitosa situação econômica, pois havia outros, como a reforma agrária, tão importantes como ele. O Partido Socialista era contra a entrega das jazidas petrolíferas aos trustes estrangeiros, não por serem estrangeiros, mas por serem trustes. O PSB queria que o monopólio estatal viesse combinado com a participação dos trabalhadores na direção das empresas a serem criadas (Vieira, 1994, p. 225).

Ao longo dos anos 50, os socialistas, afastando-se da UDN, aproximam-se dos trabalhistas. Em entrevista a Miracy Gustin, Antonio Candido comenta: "Então começamos a perceber que a conjuntura mudou, a UDN acentuou cada vez mais a sua posição pró-oligárquica e o PTB tornou-se cada vez mais uma bandeira de reformas possíveis" (apud Vieira, 1994, p. 114).

O núcleo paulista, de origem marxista, valorizava a combinação dialética entre a Revolução Francesa e a Russa. Em seu material para a formação de quadros, isto é claro:

> Leituras para o militante
>
> 1. Um dos fatos históricos mais importantes para o desenvolvimento da luta de classes foi a Revolução Francesa de 1789, em que a burguesia derrubou a nobreza de origem feudal e a monarquia absoluta. Leia sobre ela o livro de Albert Mathiez — *A Revolução Francesa* — traduzido para o português por Paulo Zingg, em 3 vls.
>
> 2. Para conhecer a evolução histórica, social e econômica do Brasil, leia o livro de Caio Prado Júnior — *Formação do Brasil contemporâneo*, que estuda a formação de nossa sociedade no período colonial.
>
> 3. Um dos livros básicos para o socialista é *Reforma ou revolução*, de Rosa Luxemburgo, em que a grande revolucionária e teórica polonesa estuda o problema dos meios de promover a transformação da sociedade capitalista numa sociedade sem classes. Leia a tradução brasileira de Lívio Xavier.
>
> 4. O socialista tem o dever de estar informado sobre a Rússia, a fim de resistir tanto às deformações da reação quanto às dos bolcheviques sobre o que lá existe realmente. Leia *A verdadeira Rússia soviética*, de David J. Dallin, um dos livros mais serenos e objetivos sobre a pseudo pátria do socialismo. Alguns destes livros já se encontram à disposição dos companheiros na biblioteca do Partido, à Praça da Sé 237, 3º andar (apud Vieira, 1994, pp. 197-98).

Em 1952, Osório Borba, jornalista pernambucano que trabalhava na imprensa carioca, foi lançado pelo PSB, com apoio do PCB, a governador de Pernambuco. Apesar da curta campanha eleitoral, venceu em Recife e Olinda, sendo derrotado no interior. Foi batizado pelos correligionários de "governador de Olinda e Recife" (Pandolfi, 1986, pp. 98-102). Começava o processo de articulação de centro-esquerda que levaria Miguel Arraes à prefeitura do Recife e, depois, ao governo do estado.

Em 1953, o PSB vai participar da campanha de Jânio Quadros para a prefeitura de São Paulo e, depois, para o governo do estado. Desde 1948, o vereador Cid Franco, do PSB, reivindicava autonomia municipal e a eleição direta. Em sua luta, estava também o vereador Jânio Quadros. O mandato de Jânio fora marcado pela apresentação de demandas da população da periferia e pelo discurso em defesa da moralidade pública. Como prefeito, Jânio convocou membros do PSB para seu governo. Fúlvio Abramo foi diretor de Abastecimento, buscando enfrentar os intermediários na comercialização dos alimentos. João Caetano Alvares Jr. foi o secretário de Obras voltadas para necessidades cotidianas, realização de um plano de emergência e construção de grandes avenidas. Alípio Corrêa Neto assumiu a Secretaria de Higiene, procurando o saneamento básico, e Rahal dirigiu a CMTC.

Os problemas começaram com a candidatura de Jânio a governador, em 1954. Entre os que discordavam estava João da Costa Pimenta. Para ele, o partido estava dividido entre os que queriam crescer por meio da representação no Parlamento e no Executivo e os que queriam crescer por meio da organização dos trabalhadores. Na convenção partidária, venceu o apoio a Jânio. Logo após as elei-

ções em que se tornou vitorioso, Jânio deixou claro aos socialistas que iria governar sem a interferência de qualquer partido (Gustin, 1989, p. 224). Houve um crescimento no número de deputados estaduais e federais, mas, na maior parte, o compromisso era com Jânio e não com o PSB. O rompimento definitivo com o janismo só se deu em 1960, quando a convenção nacional do partido optou pelo apoio a Lott como candidato a presidente, depois de intensa luta interna (Alem, 1988, pp. 239-43).

O episódio Jânio Quadros levou a várias recomendações para a arregimentação de novos quadros, como esta:

> 3. Os elementos que ocupam ou ocuparam posições de liderança em partidos ou correntes de opinião e que manifestem o desejo de inscreverem-se no PSB poderão fazê-lo, a critério dos órgãos competentes, porém, depois de haverem cumprido as seguintes exigências: a. exposição pública e formal dos motivos que levaram o interessado a escolher o PSB para militância política, declarando também os motivos do seu rompimento ideológico com o partido ao qual pertencia; b. declaração pública e formal feita pelo interessado de que aceita ideologicamente a conceituação do socialismo que decorre do nosso programa (Gustin, 1989, p. 282).

Fechando o ano de 53, ocorreu a V Convenção Nacional, que "iria significar um passo importante no alinhamento do Partido, ou melhor, de boa parte dele, sob a bandeira genérica do nacional-desenvolvimentismo" (Alem, 1988, p. 180). Entre os dias 11 e 13 de julho de 1953, reuniram-se em São Paulo delegados de 15 estados da Federação. Além da escolha da nova executiva nacional, três temas se destacaram: a proposta política geral, a questão agrária e a questão sindical.

Quanto à resolução política, foram incorporadas propostas de Hermes Lima que apontavam a necessidade de uma política de base, na qual dois itens seriam centrais: industrialização e reforma agrária, realizadas sob a liderança do Estado. O objetivo básico seria a elevação do nível de vida do povo, de sua capacidade de produção e consumo. Salientavam, porém, a especificidade em relação ao trabalhismo, ao ressaltar que deveria se dar nos moldes democráticos, sem o recurso aos meios ditatoriais. Fazia parte do programa de ação

imediata a reforma agrária, que, além da distribuição da terra, deveria ser acompanhada de uma política agrícola, de abastecimento, com a baixa do custo de vida e a ampliação dos direitos do trabalhador. Outras propostas passavam pela reforma bancária, nacionalização das fontes básicas de energia, planejamento do desenvolvimento industrial com participação do capital nacional e estrangeiro em condições de igualdade, taxação forte e progressiva dos mais ricos, ampla liberdade com destruição dos monopólios da imprensa, moralização severa da administração pública. Na questão sindical, a convenção expressou uma opção mais "pragmática" sobre a estrutura sindical do que anteriormente. O crescimento do partido entre as lideranças sindicais fez com que a defesa de uma autonomia sindical plena, com abertura ao pluralismo sindical, fosse deixada de lado. Para a implementação do programa, propôs-se uma Frente Democrática pela Reforma Agrária e Industrialização do país, que incluiria todos os partidos democráticos, forças progressistas, trabalhadores, intelectuais e a classe média.

O crescimento partidário vai atingindo o movimento sindical urbano e também o campesinato. Além da grande liderança das ligas camponesas, o advogado Francisco Julião, o partido tinha muitas outras. A maior delas foi João Pedro Teixeira, presidente da Liga de Sapé, na Paraíba, a maior e mais bem organizada. O filme *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho, retrata o seu assassinato, numa emboscada, em 1962.

As deliberações da convenção serviam para fazer um contraponto com o PCB. Paul Singer situava esta diferença em três pontos. Na análise da situação nacional, os comunistas apontavam a origem dos problemas no imperialismo. Já os socialistas mostravam que havia cumplicidade das classes dominantes. Quanto ao governo Vargas, estavam ambos na oposição, mas o ataque principal dos comunistas era aos aliados norte-americanos, e o dos socialistas, ao populismo e autoritarismo de Vargas. Mas a diferença central estava nas propostas de ação, que se situavam, para os socialistas, na defesa das riquezas nacionais, na reforma agrária e outros pontos concretos, enquanto os comunistas faziam um plano geral de luta antiimperialista (apud Vieira, 1994, p. 131).

A preocupação com a defesa dos princípios constitucionais foi constante na atuação partidária no período. Diante da pressão udenista, no caso *Última Hora*, Domingos Velasco fez importante pronunciamento no Senado:

> A posição dos socialistas, Sr. Presidente, é a de quem alerta o Sr. Getúlio Vargas. Desejamos, como defensores da Constituição, que ele se mantenha na Presidência da República até o fim de seu mandato. E assim desejamos porque, como socialistas democráticos, somos contrários a qualquer golpe, a qualquer ditadura, a qualquer substituição de governo que importe em retrocesso político, mas exigimos dos poderes constituidos [sic] a punição dos corruptores e dilapidadores da fortuna pública (Vieira, 1994, p. 131).

A instituição partidária era, para os socialistas, elemento central da constituição da democracia. João Mangabeira fazia uma análise da legislação eleitoral que possui grande atualidade. Buscava ele fazer dos eleitos representantes partidários: "Se um deputado eleito por um partido é expulso ou o abandona, e conserva o mandato que por ele obteve, a representação proporcional que a Constituição assegurou está falseada. Seria o caso da lei declarar tal procedimento incompatível com o decoro parlamentar" (Mangabeira, 1987, vol. III, pp. 257-64).

Uma das sementes mais fecundas lançadas pelos socialistas resultou na construção partidária. Em artigo publicado pela *Folha Socialista*, em 1947, Arnaldo Pedroso D'Horta dizia:

> Verdadeira escola de democracia chegaremos a ser, se soubermos transformar o ambiente partidário num aprendizado dos imperativos do comportamento democrático. A soberania das assembléias, a liberdade de crítica, o respeito às decisões da maioria, o acatamento à lei escrita interna, o prestígio das direções eleitas, o cumprimento das obrigações livremente aceitas — eis outros tantos pontos que devem estruturar a vida democrática do partido (apud Vieira, 1994, p. 203).

Imaginava ele até, em artigo de 1948, que

> o tipo de partido de trabalhadores que Marx tinha em vista era precisamente o tipo de partido que o Partido Socialista pretende realizar —

> uma organização de profunda democracia interna, em que caibam homens de todas as convicções filosóficas, ligados apenas a um programa comum de reforma social e que vão acertando suas divergências na prática da ação comum, as minorias submetendo-se às decisões das maiorias, estas respeitando as opiniões das minorias (Vieira, 1994, pp. 203-4).

E a prática? Dentro dos limites normais de dificuldade para organização e funcionamento de um partido democrático em qualquer sociedade e, mais especificamente, no Brasil de 1945 a 1964, parece-nos que a experiência do PSB foi extremamente democrática. Depoimentos de ex-militantes apontam esta direção. Para Antonio Candido: "Éramos uma esquerda coerente, militante, mas não sectária. Abriu-se o campo à discussão intelectual e ampliou-se o temário da esquerda. E sem grandes preconceitos de ter palavra de ordem" (Gustin, 1989, p. 187). Fúlvio Abramo concordou:

> Tínhamos dois tipos de grupo, de base profissional e de base territorial. O grupo de base territorial era a reunião dos elementos do Partido de determinada região da cidade que ali residiam ou trabalhavam. Aquele de base profissional era a reunião de adeptos do Partido de determinada categoria profissional ou de determinado local de trabalho. Esses grupos funcionavam com plena liberdade de discussão; as pessoas porque tinham determinado cargo no partido ou fora dele não eram consideradas mais importantes que as demais do grupo. Este tipo de democracia, eu devo confessar, teve vigência perfeita em todo o Partido, durante toda a sua vida. As eleições, não só dos dirigente da Comissão Nacional, mas de todos os órgãos, desde os grupos de base, faziam-se por delegação direta, ou seja, não se elegia conforme alguns partidos, onde os cargos são distribuidos [sic] entre os grupos de poder (apud Gustin, 1989, p. 286).

Reuniões de grupos de base eram relatadas pela *Folha Socialista*. No dia 23 de fevereiro de 1948, a reportagem da *Folha* estava presente à reunião do grupo profissional I de São Paulo (jornalistas, escritores e artistas). Relata que, na ordem do dia, o primeiro assunto foi a comemoração do centenário do *Manifesto comunista*. Organizaram-se palestras: França sobre o momento histórico, Candido sobre a obra de Marx, Lourival sobre o significado político do *Manifesto*, Simão sobre o *Manifesto* e as lutas operárias. O grupo sugere que Gikovate se incumba também de uma conferência (cf. *Folha Socialista*, 1948, p. 5).

No Congresso os socialistas participaram ativamente da Frente Parlamentar Nacionalista, bloco reformista. "À exceção de alguns integrantes do PSB, seguidores de Jânio Quadros, praticamente todos os parlamentares pessebistas integraram a FPN" (Gustin, 1989, p. 203).

Nas questões internacionais, a Revolução Cubana teve especial destaque. Paul Singer foi o secretário do primeiro Comitê de Defesa da Revolução Cubana, que surgiu em 1961. Os parlamentares apoiavam as atitudes do governo Jânio Quadros relativas à defesa da autodeterminação do povo cubano. Em Belo Horizonte, o jornal *Binômio* — dirigido por José Maria Rabêlo, que chegou a ser candidato a prefeito de BH pelo PSB — publicou um caderno especial de 16 páginas com reportagem de Guy de Almeida: "Cuba, um povo encontra seu destino" (Rabêlo, 1997, pp. 82-85).

Na renúncia de Jânio Quadros, seguida de dificultação, por parte dos militares, da posse do vice-presidente, João Goulart, a atuação dos socialistas foi de firme defesa da Constituição, posicionando-se até mesmo contra a solução parlamentarista.

Aurélio Viana, deputado federal do PSB, destacou-se na tribuna. Dizia, no dia 26 de agosto de 1961: "Nossa luta não é em torno de homens, mas de princípios, de idéias. A garantia da legalidade democrática é o primeiro princípio que nos deve unir a todos na Câmara, dos mais diversos partidos. Ou sobrevivemos juntos ou naufragamos todos juntamente". Prosseguia no dia seguinte, um domingo: "Somos um poder desarmado. A nossa arma é a Constituição da República que, nos países genuinamente democráticos, é uma grande arma" (apud Vieira, 1994, p. 140). O partido participa das manifestações públicas pela posse de Goulart. "No Estado da Guanabara, onde Lacerda implanta a censura à imprensa e reprime os legalistas, Bayard Boiteux seria preso juntamente com a diretoria do Sindicato dos Professores. Um pedido de *impeachment* contra o governador é subscrito por Adalgisa Nery, deputada da Assembléia Legislativa pelo PSB" (Alem, 1988, p. 276). Para o Diretório Regional da Guanabara,

> A atuação do PSB foi, inegavelmente, a melhor e maior, entre os demais partidos políticos. Medidas de proteção foram tomadas. Os arquivos, fichários, livros, endereços, todo o material importante do PSB

> foi levado para local seguro. [...] As manifestações dos metalúrgicos, ferroviários, portuários, contaram com a participação dos militantes operários socialistas. A ação e a atuação sindical era seguida de informações ao Partido Socialista Brasileiro. Após o levantamento da censura e do relaxamento da pressão policial, diversos sindicatos, por seus dirigentes, compareceram ao PSB para fraternalmente agradecer a colaboração socialista (apud Vieira, 1994, p. 141).

A bancada socialista no Congresso votou contra o ato institucional que criava o parlamentarismo, sustentada no parecer de João Mangabeira (Mangabeira, 1987, vol. III, pp. 299-305). Já o núcleo paulista, ao lado de uma análise política da crise, propunha a formação de uma frente de esquerda nas eleições seguintes (Alem, 1988, p. 277).

Durante o parlamentarismo, os socialistas foram muito críticos em relação ao primeiro-ministro Tancredo Neves. Este, ao embarcar para Roma em fins de 1961, declarou à imprensa que "voltaria brevemente para responder a algumas interpelações formuladas por deputados esquerdistas liderados por Aurélio Viana" (Gustin, 1989, pp. 271-72). Em junho de 1962, o gabinete renuncia. Nem San Tiago Dantas, apoiado pelo PSB, nem Auro de Moura Andrade, questionado pelos sindicalistas, conseguem assumir. Brochado da Rocha assume por dois meses, antecipando o plebiscito sobre o regime de governo para janeiro de 1963. Assume Hermes Lima, que se transferira em 1958 para o PTB, adotando, na prática, o presidencialismo. João Mangabeira foi ministro de Minas e Energia no gabinete Brochado da Rocha e ministro da Justiça no gabinete Hermes Lima. As posições do PSB se radicalizavam, seguindo o processo. Francisco Julião, líder das ligas camponesas e deputado federal do PSB, propunha uma aceleração na luta pela reforma agrária.

Em novembro de 1961, o PSB realizou sua IX Convenção, em memória de Osório Borba, no Rio de Janeiro. As resoluções políticas acentuavam a necessidade de uma frente popular e da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte resultante de amplo movimento de opinião pública, capaz de enfrentar a influência do poder econômico nas eleições e mudar o código eleitoral, assegurando direito de voto aos analfabetos e soldados. Combinavam-se

as preocupações de mobilização popular, unidade de esquerda e transformação institucional.

As eleições de 1962 marcaram um acentuado confronto entre esquerda e direita. José Joffily, eleito deputado federal, transferiu-se para o PSB. Comentando o clima político, disse: "A grande tônica da campanha foi a reforma agrária. Fiz uma série de conferências em quase todo o território paraibano, muitas vezes debaixo de ameaças de violência, pelo alto-falante, pela imprensa. Meu companheiro de chapa estadual, que era o Dr. Assis Lemos, foi violentamente agredido" (apud Vieira, 1994, p. 155).

Naquele momento voltaram a ser cogitadas hipóteses de fusão com o PTB ou da entrada de membros da Frente Parlamentar Nacionalista, em bloco, no PSB. Julião relata: "Você sabe que havia conversações entre os dois partidos. O Partido de Jango ressentia-se de teóricos, e o Partido Socialista tinha excesso deles" (Vieira, 1994, p. 157).

Em entrevista que fiz com Altino Dantas, em 1991, ele comentou:

> Houve uma época em que a Frente Parlamentar Nacionalista quis entrar para o PSB. E houve uma série de discussões. Inclusive nós sentamos com Almino Afonso, com todo o grupo à esqueda do PTB, com a bossa nova da UDN... Na verdade nós ficamos com medo porque eles viriam e tomariam conta. E a gente começou a colocar uma série de problemas. Aí seria outro Partido. Seria um PTB de esquerda.

Voltando o Brasil ao presidencialismo em 1963, a tensão entre esquerda e direita se intensifica. João Mangabeira prossegue como ministro da Justiça, com grandes dificuldades para estabelecer a paz em quadro tão conturbado. Um exemplo foi o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, convocado para março de 1963 na cidade do Rio de Janeiro, sendo transferido para Niterói devido à proibição do governador Carlos Lacerda. O ministro da Justiça concordou com o fato de que era do governador a competência para permitir ou não o evento, não cabendo intervenção federal. Definiu apenas que tropas federais garantissem prédios públicos e a integridade física de participantes que se deslocavam para Niterói, onde o congresso fora permitido, e estavam sendo molestados pela polícia subordinada ao governador.

Em novembro de 1963, o Congresso Nacional votou a emenda Bocaiúva, que permitiria a reforma agrária, substituindo a indenização prévia em dinheiro por indenização em títulos da dívida pública. A derrota da emenda por 176 votos a 120 demonstrou a força dos latifundiários no Congresso. Do ponto de vista partidário, a esquerda, com PTB, PSB e PST, aprovou em bloco a medida. PSD e UDN foram contrários, por ampla maioria. A antiga aliança PTB–PSD se desfazia.

A julgar pelo que vimos nos anos 1960-1964, o PSB tornou-se parte do bloco de esquerda no Congresso; participando ativamente da FPN e do ângulo social, atuaram seus militantes nas entidades e movimentos sociais por reformas. Apesar de haver participado de definições-chave no período, como as questões agrária e do petróleo, apareceu como ator marginal no quadro partidário. De um "grupo de renovação no campo das idéias", no início da República de 1946, transformou-se em partido, com características de partido-semente. Mas uma divisão interna se acentuava: mudança na lei ou na marra? Vários socialistas, principalmente do Rio de Janeiro, aproximavam-se do "brizolismo" e participavam dos "comandos nacionalistas" ou "grupos dos onze". Julião radicalizava sob influência cubana, indicando uma solução agrária na marra. A ala liderada por João Mangabeira, pelo contrário, preocupava-se em garantir o próximo pleito e evitar a radicalização. Todos foram surpreendidos pelo golpe de 64. Nem reforma nem revolução. Até 1965, quando se deu sua extinção legal por ato institucional que acabou com os partidos, o núcleo paulista ainda editava e distribuía clandestinamente a *Folha Socialista*.

Na renovação partidária dos anos 80, militantes como Antonio Candido ou Paul Singer participaram da fundação do PT. Outros, como Bayard Boiteux, participaram do PDT. Apenas em 1985, sob a liderança de antigos militantes como Antônio Houaiss, Jamil Haddad, Evandro Lins e Silva e outros, o partido se reorganizaria com o mesmo programa. Ele vigora com algumas modificações até hoje.

5. *E o marxismo?*

Uma questão central para analisarmos a relação entre o PSB e o marxismo nos parece ser o problema da democracia. Juarez Guimarães, em sua competente tese de doutorado, Marxismo e democracia: a raiz do impasse (1997), aponta elementos importantes para explicar tanto impasses como caminhos para combinar o marxismo com a democracia. A questão central de sua pesquisa é "por que a cultura do marxismo não foi capaz de construir no plano teórico uma proposta crítica, alternativa e globalmente coerente à democracia liberal?" (Guimarães, 1997, p. 2). Trabalhando em profundidade a concepção de história em Marx, Engels e seus principais intérpretes, sob uma base metodológica gramsciana, concentra as dificuldades para a constituição da alternativa à democracia liberal em "tensões deterministas", tanto em Marx como na cultura marxista. Conclui mostrando que a inevitabilidade de um desdobramento autoritário em Marx é equivocada.

> Pois a linha nítida e coerente que prevalece nas obras de Marx, desde a juventude até as suas obras de maturidade, é, de um lado, a insuficiência dos direitos políticos liberais para a emancipação plena do indivíduo que deveria se ver livre também dos constrangimentos econômicos que o oprimiam e tolhiam o desenvolvimento integral de sua personalidade e, de outro, a insuficiência da democracia representativa, a crítica radical ao estatismo e ao burocratismo em favor de formas diretas de autogoverno e de controle social (Guimarães, 1997, p. 332).

Apesar do autoritarismo que se desenvolveu nas diversas correntes políticas que se apresentaram como marxistas, elas desenvolveram lutas contra a opressão, pela universalização de direitos políticos, trabalhistas e sociais básicos. Houve também o desenvolvimento de uma cultura crítica fudamentada e consistente. Finalmente,

> A superação do impasse téórico da relação do marxismo com a democracia tem como condição necessária (mas não suficiente) a reconstrução de um campo teórico assentado numa visão anti-determinista da história. Este campo teórico permitirá imprimir fundamentos econômicos e político-culturais consistentes a um projeto democrático capaz de superar potencialmente o liberalismo (Guimarães, 1997, p. 338).

Na história do PSB, mesmo não desenvolvendo teoricamente questões sobre o determinismo histórico, a prática era muito mais a de enfrentar os problemas passo a passo, sem considerar concepções deterministas. Há, no entanto, outros elementos na história dos socialistas brasileiros que nos permitem pensar a tensa relação entre o marxismo e a democracia.

Uma questão importante é a de que a democracia é sempre subversiva, como diz Bobbio (1983, p. 63). Num processo realmente democrático, as ações das classes, grupos ou indivíduos têm em potência a negação de previsões e esquemas pré-montados, criando perigosas incertezas para os que exercem o poder, seja no âmbito do Estado, seja nos partidos ou mesmo nas entidades sindicais e populares. Os que estudam partidos e movimentos marxistas no Brasil sabem como, muitas vezes, a democracia é defendida em palavras, mas acaba negada em atos. Este não é, evidentemente, um problema só da esquerda.

Por outro lado, a democracia pede um amplo processo de participação. Negada quase sempre pelo alto, ela se realiza pela pressão dos de baixo. Uma das formas de setores liberais atualmente se resumirem aos aspectos formais da democracia é ampliar, até por motivos econômicos, tempo, espaços e instrumentos de lazer que afastam os cidadãos das questões políticas — isso somado ao fato normal das vicissitudes do cotidiano, trabalho, afetos e lazer que tomam do indivíduo o tempo de fazer política. Com isso, a participação torna-se episódica, e delega-se aos representantes a maior parte das decisões. No caso brasileiro, uma terceira dificuldade se estabelece: a tradição autoritária da sociedade. O passado escravista é recente, e as marcas do autoritarismo perpassam pelas classes de forma diferenciada, mas com traços fortes. E os socialistas de diversos matizes também sofrem a influência do ambiente autoritário.

Ante a tantas dificuldades, não é de se estranhar que a preocupação dos pessebistas em institucionalizar práticas democráticas fique como algo "fora do lugar". Parece até obra de ficção, mas os documentos, entrevistas e outras fontes consultadas nos fazem reconhecer que, apesar de esquecida, esta é parte da construção da cidadania no Brasil.

Outra reflexão de Bobbio (1988, p. 54) que nos parece importante é formular e discutir três hipóteses históricas para relacionar socialismo e democracia. Para alguns, como os liberais, esta relação é impossível, por ser a propriedade privada elemento essencial para a liberdade e a democracia. Para boa parte da cultura marxista que se desenvolveu, a relação é, ao contrário, necessária. Diante desta opção, teríamos que aceitar como democráticas as instituições do socialismo real, ou simplesmente negar que estávamos em face de experiências socialistas.

O que me pareceu importante, ao pesquisar os socialistas brasileiros, foi que não partiam de nenhuma das duas hipóteses anteriores. Para eles, a relação entre socialismo e democracia era possível e precisava ser construída. Para isso, era preciso combinar as lutas sociais com a institucionalização do processo democrático. Parece estranho para uma corrente de esquerda no Brasil, durante a República de 46, colocar a institucionalização no cerne de sua atuação. Isto tornava o PSB muito singular em relação aos outros partidos e pode explicar a aproximação inicial com a UDN, que começou com grande número de juristas num espaço de centro que acabou na direita, sendo aí abandonada pelo PSB.

A recuperação do liberalismo, elemento de formação de muitos dos fundadores do PSB, deu-se através da idéia de Estado de direito. Para João Mangabeira, o Estado era apenas um meio e, por isso, submetido ao direito. Este, por sua vez, é dinâmico, como também o são as estruturas. Atualizando Rousseau para a democracia representativa, dizia Mangabeira: "Povo livre é o que obedece as leis feitas pelos representantes que ele escolhe, reunidos em assembléia onde a discussão é livre" (Mangabeira, 1979, p. 26).

No debate contemporâneo entre os marxistas, a questão da lei passa a ser tratada com maior amplitude. Thompson (1987) diz que o marxismo esquemático vê a lei, por definição, como parte da "superestrutura" que se adapta à "infra-estrutura", definindo o que é propriedade e crime e consolidando o poder da classe dominante. Assim, para o revolucionário, a lei não tem interesse senão como "fenômeno do poder" e hipocrisia da classe dominante, e seu objetivo deveria ser simplesmente o de subvertê-la. Sabemos bem que

esta era a concepção dominante entre a esquerda. Para Thompson, sem deixar de lado os aspectos classistas e mistificadores, há na lei uma terceira dimensão que não pode ser esquecida, que é a de "aplicar critérios lógicos referidos a padrões de universalidade e igualdade" (Thompson, 1987, p. 353). Há um imenso capital de luta humana contra o absolutismo que alterou a lei, mostrando que ela também é um espaço de conflito:

> [...] existe uma diferença entre o poder arbitrário e o domínio da lei. Devemos expor as imposturas e injustiças que podem se ocultar sob essa lei. Mas o domínio da lei em si, a imposição de restrições efetivas ao poder e a defesa do cidadão frente às pretensões de total intromissão do poder parecem-me um bem humano incondicional. Negar ou minimizar este bem, neste século perigoso em que continuam a se ampliar os recursos e as pretensões do poder, é um erro temerário de abstração intelectual. Mais que isso, é um erro que se reproduz e aumenta por si mesmo, estimulando-nos a desistir da luta contra más leis e procedimentos classistas e a nos desarmar perante o poder (Thompson, 1987, pp. 357-68).

Também em Poulantzas a questão da lei no Estado capitalista sofre uma redefinição de espaço em relação ao marxismo esquemático. Não deixa ele de considerá-la como "parte integrante da ordem repressiva e da organização da violência exercida por todo Estado" (Poulantzas, 1980, p. 86). Mas critica os que, como Foucault, subestimam o papel da lei, considerando-a apenas como parte do dispositivo disciplinar que molda a interiorização da repressão pela normatização: "[...] a lei não apenas engana ou encobre, reprime, obrigando a fazer ou proibindo. Também organiza e sanciona direitos reais das classes dominadas (claro que investidos na ideologia dominante e que estão longe de corresponder em sua aplicação à forma jurídica) e comporta os compromissos materiais impostos pelas classes populares às classes dominantes" (Poulantzas, 1980, p. 95).

A preocupação e a prática dos socialistas brasileiros, juntamente com analistas marxistas competentes, mostram que a luta pela institucionalização, desde que aberta à constante renovação, não é conservadora.

Em conclusão, diríamos que o PSB foi um "partido-semente", agitador de uma nova concepção político-cultural, que deu base a

um projeto de cidadania coletiva que, ao contrário dos projetos dos liberais oligarcas e mesmo dos comunistas, combinava as dimensões políticas e sociais da democracia.

Bibliografia

Alem, S. F. Contribuição à história da esquerda brasileira: O Partido Socialista Brasileiro (1945-1964). Tese de doutoramento. USP. São Paulo, 1988.

Benevides, M. V. de M. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Bobbio, N. *Qual socialismo?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

______ . *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Guimarães, J. R. Marxismo e democracia: a raiz do impasse. Tese de doutorado em ciências sociais. Unicamp. Campinas, 1997.

Gustin, M. B. de S. Ideologia e política: a trajetória do socialismo como veio partidário no Brasil. Dissertação de mestrado em ciência política. Ufmg. Belo Horizonte, 1989.

Gustin, M. B. S. e Vieira, M. L. M. *Semeando democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil.* Contagem: Palesa (distrib. Editora da Ufmg), 1995.

Hecker, A. *Socialismo sociável — História da Esquerda Democrática em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

Johnstone, M. "Marx e o conceito de partido", in H. Cerroni et al., *Teoria marxista do partido político*, vol. 1. México: Século XXI, 1985,

Konder, L. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

LOUREIRO, I. M. Vanguarda Socialista (1945-1948) — Um episódio de ecletismo na história do marxismo brasileiro. Dissertação de mestrado. USP. São Paulo, 1984.

MANGABEIRA, F. *João Mangabeira: a República e o socialismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MANGABEIRA, J. *João Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates.* Brasília: Editora da UnB, 1982.

______. *Idéias políticas de João Mangabeira.* Brasília: Senado Federal, 1987, 3 vols.

MEZZAROBA, O. *O partido político em Marx e Engels.* Florianópolis: Parabelo 27, CPGD, 1998.

PANDOLFI, D. C. "As eleições em Pernambuco de 1950 a 1954", in A. Lavareda e C. Sá (orgs.), *Poder e voto (luta política em Pernambuco).* Recife: Massangana, 1986.

______. A transição para a ordem democrática (1945-1946). Trabalho apresentado ao XI Encontro Anual da ANPOCS. Águas de S. Pedro, 1987.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo.* Rio de Janeiro: Graal, 1980.

RABÊLO, J. M. (dir.). *Binômio — Edição histórica.* Belo Horizonte: Armazém de Idéias, Barravento Grupo Editorial, 1997.

SILVA, L. D. da. O Partido Socialista Brasileiro e sua atuação em Pernambuco (1945/1950). Dissertação de mestrado em ciência política. UFPe. Recife, 1986.

SOARES, L. E. "Entrevista", *Proposta*, nº 79. Rio de Janeiro, dez.-fev., 1998-1999.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

______. *Senhores & caçadores: a origem da lei negra.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VICTOR, M. *A batalha do petróleo.* Rio de Janeiro: Civilização, 1970.

VIEIRA, M. L. de M. Semeando democracia: o projeto de cidadania do PSB (1945-1964). Tese de doutorado em história. UFF. Niterói, 1994.

Capítulo 5

EM BUSCA DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA: A TRAJETÓRIA DA POLOP (1961-1967)

*Marcelo Badaró Mattos**

Em fevereiro de 1961, em um congresso realizado na cidade de Jundiaí, interior de São Paulo, foi fundada a Organização Revolucionária Marxista–Política Operária (ORM–POLOP).[1] De sua fundação, participaram militantes de diversos grupos, que buscavam espaço entre a linha política dominante na esquerda — representada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) — e as poucas alternativas ou dissidências, consideradas ora insuficientemente revolucionárias, ora abertamente stalinistas. Procuravam fundamentar suas teses em referências diversas, que iam de Rosa Luxemburgo a Trótski e Bukhárin, passando por influências menos conhecidas por aqui, como Brandler e Talheimer. Seus fundadores vinham da militância em grupos diversos, como a Juventude Socialista, da Guanabara, parte da Juventude Trabalhista, de Minas Gerais, membros da Liga Socialista e do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Quando de sua criação, a POLOP, sigla pela qual ficaria conhecida a organização, reuniu jovens intelectuais dos meios universitário e jornalístico, como

/ polop

* Professor adjunto-doutor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Theotônio dos Santos, Moniz Bandeira, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini, Juarez Guimarães, Emir Sader, Eder Sader, Michael Löwy e Eric Sachs, mais conhecido pelo pseudônimo Ernesto Martins.[2]

O grupo articulou-se em torno de uma crítica ao diagnóstico do PCB sobre a realidade brasileira, centrado na perspectiva de limites estruturais — latifúndio e imperialismo — que obstaculizavam o desenvolvimento pleno do capitalismo no Brasil, e, conseqüentemente, à proposta de revolução por etapas — principiada pela revolução democrático-burguesa — defendida pelos comunistas. Em contraposição, afirmavam a caracterização já plenamente capitalista da realidade econômico-social brasileira e propunham, em decorrência, que o caráter da revolução no Brasil fosse necessariamente, e desde o seu início, socialista. A publicação *Política Operária* — a princípio em forma de jornal e, logo a seguir, como revista — difundiu essas propostas no debate da esquerda.

Além do congresso de fundação, no carnaval de 1961, a POLOP organizaria ainda dois outros congressos antes do golpe militar de 1964, em 1963 e 1964, e um último congresso, em 1967, quando se materializaria um racha na organização, com a saída de mais da metade de seus integrantes. Os que restaram na esvaziada organização uniram-se à Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul, originária do PCB, da qual participavam Flávio Koutzi e Marco Aurélio Garcia, entre outros, formando o Partido Operário Comunista (POC). Em 1970, o POC sofreria uma divisão que daria origem a outra organização que ressuscitou a sigla POLOP — a Organização de Combate Marxista-Leninista–Política Operária (OCML–PO). Mas esta nova sigla já não poderia guardar senão alguns paralelos com a POLOP original, razão pela qual este artigo trabalha com a trajetória do agrupamento entre a fundação, em 1961, e o fracionamento, em 1967.

Um dos pólos do racha de 1967, formado basicamente por militantes de Minas Gerais — como Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito e Carlos Alberto de Freitas — aos quais se somaram ativistas da Guanabara e do Rio Grande do Sul, buscou o apoio de militantes oriundos do movimento de militares de baixa patente, fundando uma "Organização", assim conhecida até 1968, quando assumiu o nome de Comandos de Libertação Nacional (COLINA). Processo semelhante ocorreu em São Paulo, onde militantes da POLOP se

aproximaram de militantes ligados à liderança do ex-sargento Onofre Pinto, fundando outra organização, conhecida pela sigla O., que, em fins de 1968, adotaria o nome de Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Abaladas por quedas de militantes para as forças da repressão, as duas organizações oriundas da POLOP reuniram-se, em julho de 1969, numa única entidade, a Vanguarda Armada Revolucionária–Palmares (VAR–Palmares).

As avaliações sobre a trajetória da POLOP são variadas. Há, de um lado, as análises que ressaltam uma limitação da organização em sua capacidade de atuar e influenciar nos movimentos de massa. Nesta linha, Gorender avalia que a POLOP "ficou restrita ao meio intelectual e à produção teórica, sem conseguir penetração nos movimentos de massa".[3] Por outro lado, a literatura especializada reconhece também que a fundação da POLOP é um marco inicial na renovação das esquerdas nos anos 1960, constituindo-se a organização na origem de um dos cinco troncos principais destes novos agrupamentos, segundo o quadro montado por Aarão Reis Filho e Ferreira de Sá.[4] Nesta análise, a importância da POLOP é destacada pelo papel desempenhado na "propaganda das idéias socialistas entre as várias tendências da esquerda brasileira, principalmente entre as Dissidências do PCB".[5]

Para, de forma sintética, resgatar as propostas e trajetória da POLOP, avançando no debate sobre o papel desempenhado pela organização, este artigo terá de investir, portanto, tanto na análise da composição social de sua militância e inserção nos movimentos sociais quanto na avaliação do conjunto de diagnósticos da realidade brasileira, propostas de intervenção e influências nos debates políticos e intelectuais.

1. *Composição e inserção nos movimentos sociais*

Os militantes

Com base nos dados levantados pelo Projeto Brasil Nunca Mais, a partir de processos na Justiça militar, Marcelo Ridenti cons-

truiu uma classificação ocupacional dos militantes das diversas organizações de esquerda, nos anos 1960 e 1970. Dos 80 processados por ligação com a POLOP presentes na lista, 2,5% eram artistas, 3,7% autônomos, 3,7% empregados, 1,3% empresários, 26,2% estudantes, 2,5% funcionários públicos, 20% militares de baixa patente, 1,3% oficiais militares, 13,8% professores, 15,5% profissionais liberais ou com formação superior, 2,5% técnicos médios, 3,7% trabalhadores manuais urbanos, 1,3% outros, além de cinco militantes cuja ocupação não consta.[6]

Comparando estes dados com as médias gerais das diversas organizações, é possível constatar que os percentuais de estudantes, professores e profissionais liberais que foram processados como militantes da POLOP são compatíveis com as médias gerais do conjunto das organizações (24,5% de estudantes, 8,6% de professores e 16,2% de profissionais liberais). Chamam a atenção, entretanto, a pequena proporção de trabalhadores manuais urbanos (3,7% na POLOP contra 13,5% no geral das organizações) e o alto grau de participação dos militares de baixa patente (20% na POLOP contra 3,2% na média geral).

As explicações para a expressiva presença estudantil nas organizações de esquerda dos anos 1960 são conhecidas. O crescimento do movimento estudantil na conjuntura de 1967-1968 e a repressão que se abateu sobre as universidades e as entidades estudantis contribuíram para que muitos fizessem o percurso das passeatas à clandestinidade. As dificuldades de participação das organizações de esquerda no meio operário, dado o grau de controle exercido pelo Ministério do Trabalho e as polícias políticas, em especial após o golpe de 1964, também são conhecidas. A POLOP, porém, surgiu antes do golpe e do recrudescimento repressivo, em 1961, e, embora tenha pregado, ao longo de toda a sua curta trajetória, o papel central do proletariado no processo revolucionário, associado mesmo à insurreição operária, teve uma militância operária bastante reduzida. Quanto aos baixas-patentes das Forças Armadas, sua importância como foco de tensão na conjuntura imediatamente anterior ao golpe resultou numa grande preocupação repressiva por parte dos militares no poder, dispostos a reduzir a pó qualquer ameaça de "subversão" nos

quartéis. Por formação, como decorrência da participação nas associações dos baixas-patentes antes do golpe, e por opções políticas, este grupo tendeu a se concentrar em algumas organizações. O Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que atuou entre 1964 e 1967, por exemplo, tinha 64,7% de seus militantes processados oriundos dos setores de baixa patente das Forças Armadas. Os contatos entre a POLOP e este grupo vinham de antes do golpe e podem ser mapeados.

Entre operários, estudantes e soldados

Coerentemente com sua defesa do caráter socialista da revolução no Brasil, a POLOP, em várias de suas deliberações, definiu como sujeito político fundamental da revolução o operariado. A este deveriam somar-se outros segmentos sociais, numa Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. Já no primeiro número de seu jornal, *Política Operária*, a tese da Frente dos Trabalhadores era a chamada principal de seus artigos. Na declaração política do seu II Congresso, de 1963, como alternativa à proposta pecebista de aliança de classes, propunha-se "a formação de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, que congregue as classes exploradas de todo o país".[7] Em seu IV Congresso, a organização manteve a proposta, aprovando uma definição da frente que incluía o campesinato e a pequena burguesia. Tal composição consubstanciava a polarização com a proposta de frente com a burguesia nacional, defendida pelo PCB. Era a seguinte a definição para a frente:

Os principais aliados da classe operária brasileira se encontram entre os trabalhadores do campo. A grande massa da população rural se encontra em estado de proletarização: ou já são proletários rurais sem nada de seu além da força de trabalho, ou são meeiros, parceiros ou pequenos camponeses, cujas terras mal dão para o sustento da família e que, em geral, apenas completam os ganhos obtidos na condição de empregados nos latifúndios. A incapacidade do capitalismo brasileiro oferecer uma saída menos miserável para esses trabalhadores coloca a possibilidade objetiva da aliança dos trabalhadores rurais e urbanos.

> Cabe à vanguarda operária oferecer a perspectiva concreta da derrubada do poder latifundiário, para conduzir o caudal da luta no campo para a corrente da revolução socialista.
>
> Nas cidades o proletariado deverá atrair grandes parcelas da pequena burguesia para a revolução. Mas também aqui o que nos garantirá o aproveitamento dessas camadas médias será a clareza de nossos objetivos e métodos. A pequena burguesia enquanto classe permanecerá sempre hesitante entre os dois pólos da sociedade, essa não é uma atitude temporária, e um comportamento que tem suas raízes na própria situação da classe na estrutura da sociedade.[8]

Em uma apostila, produzida, na mesma conjuntura, como material para o curso básico de formação voltado para a militância da organização, era reafirmada a Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, mantendo a centralidade operária na revolução, nos seguintes termos:

> Significa isso que o proletariado fará a revolução sozinho? Evidentemente que não: ele fará em aliança com os trabalhadores do campo e com as camadas proletarizadas da pequena burguesia da cidade — a FRENTE DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO. Mas cabe ao proletariado construir e libertar essa aliança revolucionária de classe em todas as fases da luta contra a classe dominante (somente o proletariado pode travar uma luta anticapitalista conseqüente) e contra o imperialismo (somente o proletariado é conseqüentemente antiimperialista). Liderará igualmente o governo revolucionário que terá de formar para consolidar o processo revolucionário e para enfrentar a intervenção imperialista.[9]

Entre as deliberações dos congressos e orientações para os militantes — que pressupunham tal centralidade do operariado como sujeito da revolução — e a inserção concreta da POLOP no movimento operário, entretanto, havia uma grande distância, o que gerava certo desconforto na militância. Theotônio dos Santos, militante de primeira hora da POLOP, embora relativizando a idéia de um afastamento entre as teorias da POLOP e o movimento operário, explica as diferenças entre o que defendia a organização e a cultura sindical da época, tendo como exemplo a posição polopista sobre o imposto sindical.

> Realmente não havia um ambiente no movimento operário para que as nossas teses pudessem ser expostas mais amplamente. Tínhamos algumas teses equivocadas. Defendíamos muito a autonomia sindical, e sempre o movimento sindical teve muito medo disso. Defendíamos os conselhos e os Comitês de fábrica, que hoje cada vez mais se desenvolvem, mas que também eram temidos pelos dirigentes sindicais da época. Defendíamos o fim progressivo do imposto sindical, o que gerava muita resistência. Essas três teses eram mal recebidas [...].[10]

Nas resoluções do seu II Congresso, de 1963, no entanto, a POLOP tratava de liberdade e autonomia sindicais, mas não se posicionava contra o imposto sindical, condenando apenas o fundo sindical (parcela do imposto que cabia ao Ministério do Trabalho) e as variadas formas de controle do Ministério sobre os sindicatos. Também se procurava garantir o pleno exercício do direito de greve, nos seguintes termos:

> Autonomia e liberdade sindical
>
> a) dissolução do fundo sindical e da comissão de enquadramento, abolição dos direitos de intervenção, de reconhecimento e de dissolução dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, assim como do controle financeiro, que o Ministério exerce através do Banco do Brasil;
>
> b) direito de greve sem restrições [...].[11]

Tais deliberações não abonam a interpretação de Theotônio dos Santos, pois são perfeitamente compatíveis com as deliberações dos encontros sindicais dos primeiros anos da década de 1960, nos quais as teses pecebistas eram largamente majoritárias.[12] Posições de defesa dos conselhos só seriam mais enfatizadas a partir do golpe de 1964.

Essas posições apontavam a importância dos comitês de empresa, em face da inoperância dos sindicatos, sob controle do Ministério do Trabalho. Embora a efetiva existência de organizações por local de trabalho, antes de 1964, fosse um fato, a percepção dominante, nas avaliações da própria esquerda, era de sua insuficiência.[13] Na linha dessa percepção, a POLOP oscilou entre uma posição de trabalho exclusivo nas organizações de base, paralelas à estrutura sindical oficial, e a defesa de uma ênfase tática nos comitês de em-

presas, sem abandonar a militância nos sindicatos oficiais. No "Programa socialista para o Brasil", o mais conhecido documento da organização, resultante do congresso de 1967, a posição de defesa dos comitês era exposta de forma mais radical:

> As bases para a formação desse proletariado revolucionário devem ser os próprios locais de trabalho. O movimento sindical de cúpula serve aos desígnios do reformismo e da burguesia. Uma pequena fração burocratizada fala pela classe e amortece os conflitos de classe. Os pelegos falam pela classe enquanto ela não fala por si mesma, enquanto a voz dos operários nas fábricas não intervém na luta política. Organizar os operários em *Comitês de Empresa* é, assim, mobilizar a classe independentemente das instituições ministeriais [de] que a burguesia procura revesti-la e controlá-la. O nível de luta dos Comitês de Empresa refletirá naturalmente o nível atingido pela classe em cada local; mas não há dúvida de que a sua constituição contribuirá para fazer avançar essa mobilização. Livres e ligados diretamente à classe tais comitês são o instrumento básico para sustentarmos a luta econômica e política da classe operária. Também na organização sindical se fará sentir essa política de base; travaremos a luta sindical na perspectiva de libertação dos sindicatos do controle do Estado burguês.[14]

Já em publicação dirigida especificamente para o meio operário, a proposta aparecia de forma menos excludente e, em tom mais didático, não se descartava o sindicato oficial de imediato:

> Alguns companheiros às vezes se colocam na alternativa: trabalhar nos sindicatos ou nas empresas? Pensamos que a questão não deve ser colocada assim — ou um ou outro.
>
> A organização nas empresas é a condição indispensável para que o reerguimento da classe possa se dar de fato, para que haja uma ampla base capaz de superar os conchavos de cúpula e criar uma liderança representativa e por isso nossa tarefa básica.
>
> Os sindicatos não estão em condições de dirigir uma luta contra o governo e mesmo sua luta econômica está muito limitada. Mas se pressionado pelos trabalhadores conscientes, o sindicato pode ser usado como elemento de aglutinação e formação e experiência nas lutas imediatas. A condição para isso é que a vanguarda não se perca na rotina do sindicato mas sim seja capaz de usá-lo para levantar as bandeiras da liberdade sindical, para formar politicamente os operários.[15]

A existência de um boletim voltado especificamente para o trabalho de base no meio sindical é demonstrativa do esforço em atuar na classe operária, de acordo com aqueles princípios de centralidade operária na revolução socialista que a POLOP defendeu ao longo de sua existência. Concretamente, porém, antes de 1964, o trabalho no meio operário restringia-se a algumas bases em Minas Gerais, outras em São Paulo, no ABC em especial, e aos contatos com as cúpulas dirigentes. No balanço de Moniz Bandeira, a organização contava com "alguns operários de plantão em Minas e São Paulo. Todo o nosso pensamento se desenvolvia fora da classe operária, que era trabalhista ou comunista".[16]

Em relação ao movimento estudantil, a inserção da organização foi mais orgânica. Conforme já comentado, muitos dos militantes foram recrutados no meio estudantil. A POLOP chegou a possuir um assento na diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a ser majoritária em alguns diretórios acadêmicos. Mas a UNE e o movimento universitário de uma forma geral eram, nos primeiros anos após o golpe (refeitos do impacto inicial da repressão), áreas dominadas pela militância da Ação Popular (AP), e as ações no sentido de reunir as forças de oposição a este setor, embora tenham mobilizado esforços da POLOP, não chegaram a render frutos expressivos.[17]

De qualquer forma, em seus textos mais doutrinários, a POLOP tratava o movimento estudantil em termos de uma análise da dinâmica das classes sociais, ao discutir o papel da pequena burguesia no processo revolucionário. Na conjuntura e diante das especificidades latino-americanas, porém, cabia aos estudantes um papel importante na Frente dos Trabalhadores, como um foco de resistência ao regime. No "Programa socialista para o Brasil", o movimento estudantil é assim referido:

> O movimento estudantil, que tem uma grande tradição de luta na América Latina, pode servir grandemente à revolução dos trabalhadores na medida em que faz de sua luta pela liberdade de organização uma luta intransigente contra o regime, sem conciliação e integrado na frente dos trabalhadores.[18]

Quanto ao trabalho com os militares de baixa patente, é preciso compreender as propostas da organização a partir de dois níveis. Um primeiro diz respeito à concepção de revolução da POLOP ser diretamente derivada do modelo insurrecional soviético, sendo, portanto, natural que a bandeira da unidade entre operários, camponeses e soldados fosse referência importante para as análises produzidas pelo agrupamento. Fundamental, porém, para a compreensão do peso da participação dos baixas-patentes na POLOP é a conjuntura imediatamente anterior ao golpe de 1964.

Condenando a postura do PCB em face da conjuntura do governo Goulart e reservando uma análise extremamente negativa deste governo, a POLOP acabava por caminhar para uma posição de isolamento no espectro das forças de esquerda dos primeiros anos da década de 1960. Tal isolamento só não era completo porque a organização encontrava um canal de articulação com o grupo ligado ao ex-governador gaúcho Leonel Brizola. Para Theotônio dos Santos, a composição política da esquerda no período poderia ser dividida entre a "linha nacional-democrática e uma linha mais avançada, que o Brizola já expressava. Brizola estava mais inspirado na Revolução Cubana do que numa perspectiva nacional-democrática".[19] Por essa razão, a POLOP teria participado da articulação dos chamados "grupos dos onze", propostos por Brizola como forma de organização que se prepararia para a resistência ao golpe militar que se avaliava como iminente.

Brizola era também a principal referência de esquerda, no cenário político brasileiro, para o grupo militante mais organizado dos militares de baixa patente, tendo sido até mesmo, tal qual a POLOP, um pólo aglutinador desse grupo na reorganização após o golpe. No imediato pós-golpe, a POLOP articulou cabos, marinheiros, soldados e sargentos, em torno da proposta da luta armada como forma imediata de resistência à ditadura que se implantava, no episódio que ficou conhecido como "guerrilha de Copacabana". Treinamentos militares apenas se iniciavam, por iniciativa de militantes polopistas e membros da recém-fechada Associação de Cabos e Marinheiros, quando o CENIMAR (órgão de inteligência da marinha) estourou uma série de aparelhos, constituídos pela POLOP em apartamentos de Copacabana para abrigar os marujos a ela aliados, prendendo cerca de 40 pessoas e determinando o caminho do exílio para muitos dos que conseguiram escapar. Foi com Brizola que alguns destes militares foram se encontrar no exílio uruguaio. No Uruguai, também, articulou-se mais tarde a proposta de implantação de focos guerrilheiros, que teve início com o foco do Caparaó, do qual faziam parte muitos militares de baixa patente (reunidos no MNR), o grupo de Brizola e a POLOP, entre outras organizações.[20]

Perspectivas doutrinárias e alianças conjunturais fizeram, então, com que a POLOP incorporasse em suas propostas a defesa das bandeiras dos movimentos de militares de baixa patente no pré-64 e continuasse a defender o seu papel estratégico na frente revolucionária após o golpe. Nada a se estranhar, portanto, no fato de muitos militantes da organização terem origem militar. Nas resoluções do congresso de 1963, a organização incorporava, sob o título "liberdades políticas", a bandeira de participação do movimento dos sargentos, defendendo "reforma eleitoral, que inclua voto para analfabetos e praças de pré, e elegibilidade dos sargentos [...]".[21]

Em 1967, no "Programa socialista para o Brasil", a POLOP resgatava estas posições, explicitando a importância dos militares de baixa patente no momento anterior ao golpe:

> Os soldados, cabos e marinheiros, originados das camadas pobres da população, podem ser ganhos para a Frente dos Trabalhadores. A ascensão política do povo brasileiro, nos anos anteriores ao golpe, mostrou como esses setores podem ser ganhos para a luta de classes, juntando-se aos operários e cindindo horizontalmente o aparelho de repressão das classes dominantes. Exatamente por trabalharem sob a disciplina dos guardiões armados do regime, a propaganda revolucionária entre soldados e marinheiros tem a grande importância de minar as bases dos instrumentos materiais da opressão política.[22]

Os limites da inserção da POLOP nos movimentos sociais foram reconhecidos pelos próprios militantes da organização. Entretanto sua influência no debate das esquerdas não foi limitada pelo grau de penetração nos movimentos de massa, o que se observa no campo das discussões político-programáticas, ou mesmo no debate

acadêmico, a partir de novos parâmetros para a análise da realidade brasileira, desenvolvidos nos textos da organização.

2. *A* Polop *nos debates das esquerdas*

Em sua análise das divergências e convergências dos projetos revolucionários das organizações da esquerda brasileira na década de 1960, Marcelo Ridenti destaca alguns pressupostos comuns aos muitos grupos atuantes naquela conjuntura — como a avaliação de que a economia capitalista brasileira encontrava-se em estado de estagnação, em decorrência da ação imperialista, e a defesa da necessidade da luta armada, em geral entendida como impulsionada pela guerrilha rural, além do fato de estes grupos possuírem grandes semelhanças quanto à composição e à forma de responder às pressões da conjuntura dos últimos anos da década. Porém, muitas teriam sido as divergências no que diz respeito aos projetos de revolução defendidos pelas diferentes organizações. Ainda segundo Ridenti, tais divergências concentraram-se em torno de três questões centrais: "[...] uma referente ao caráter da revolução brasileira; outra, às formas de luta para chegar ao poder; uma terceira, ao tipo de organização necessária à revolução".[23]

Servindo de matriz para um questionamento às teses do PCB, no que diz respeito ao caráter da revolução no Brasil, oscilando entre a defesa da luta armada e as avaliações de conjuntura sobre qual o momento mais adequado para deflagrá-la e apresentando-se como organização que se propunha a cimentar o caminho para o surgimento do "verdadeiro" partido revolucionário, a Polop representou um importante papel naquele debate.

O caráter socialista da revolução

Desde os seus primeiros pronunciamentos públicos, nas deliberações de seu congresso de fundação, divulgadas por meio do

jornal *Política Operária*, a Polop fez questão de demarcar a diferença de fundo entre o projeto revolucionário que defendia e as teses do PCB. Tais diferenças partiam de uma divergência na análise da realidade brasileira. Se, para o PCB, o desenvolvimento pleno do capitalismo e de suas contradições era impedido no Brasil pela presença do latifúndio e pela pressão imperialista, o que justificava a necessidade da etapa democrático-burguesa da revolução, para a Polop o Brasil era um país já plenamente capitalista, inserido na dinâmica da fase imperialista deste sistema, e, portanto, o ataque ao imperialismo só poderia ser conseqüente se empreendido numa perspectiva anticapitalista, o que conferia à tarefa revolucionária um caráter socialista, desde a primeira hora. Logo no segundo número de *Política Operária*, aparece um artigo treplicando a outro, publicado no periódico comunista *Novos Rumos*, com o objetivo de contestar a proposta da Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, presente já no primeiro número de *Política Operária*. Chama a atenção o fato de o PCB ter respondido de imediato às propostas polopistas, em seu principal veículo de imprensa. Na resposta publicada em *Política Operária*, o caráter socialista da revolução necessária para a superação do imperialismo é explicitado:

> Em primeiro lugar, cabe-nos constatar que, nas condições do Brasil de hoje, é artificial a alternativa entre luta socialista ou anti-imperialista. [...] Toda luta anti-imperialista, levada às últimas conseqüências, isto é, que leve à derrota do imperialismo, terá de se transformar em luta pelo socialismo.[24]

Tal posição significava criticar, nas formulações pecebistas, não apenas as propostas sobre o caráter da revolução, mas a política de aliança de classes a ela subjacente. Como foi visto anteriormente, a Polop defendia a Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, como alternativa à aliança pregada pelo PCB, do proletariado com a burguesia nacional, na defesa de supostos interesses nacionais comuns. Por isso mesmo, a Polop entendia que a defesa do caráter socialista da revolução ocupava, também, a importante função, naquela conjuntura do início dos anos 60, de conscientizar as massas, desatrelando-as das lideranças demagógicas que então predomina-

vam no cenário político. Este raciocínio era parte da crítica às práticas do PCB, contida no artigo citado:

> Embora não estejamos em situação de colocar a questão da tomada do poder, o socialismo, como solução histórica para os problemas do país, está na ordem do dia. O objetivo da luta pelo socialismo, no Brasil, faz parte da educação das massas proletárias e cria sua consciência de classe; e esse objetivo da luta lhes dá a noção de que, dentro dos quadros da atual sociedade burguesa, os seus problemas não encontram solução definitiva; é essa consciência que as ensina a distinguir entre uma política operária e uma política burguesa, e impede que sigam demagogos oportunistas, como Jango ou Jânio.[25]

Em 1962, a tomada do poder era afirmada como um objetivo distante. Em 1967, no contexto da luta contra a ditadura e, diante da radicalização dos agrupamentos de esquerda, tal afirmativa poderia soar como imperdoável posição recuada. Os debates sobre a oportunidade ou não da ação armada para a tomada do poder naquela conjuntura foram, aliás, decisivos para os rachas da POLOP em seu IV Congresso. Mas, apesar destas inflexões na caracterização da oportunidade revolucionária, a defesa do caráter necessariamente socialista da revolução mantinha-se nos mesmos tons na "Declaração política" do congresso de 1967:

> O que nos diferencia é que atacamos no imperialismo a manifestação mais exacerbada da exploração capitalista e não os grupos estrangeiros contra a "nação brasileira" e os exploradores nacionais, desenvolver a agitação anti-imperialista na perspectiva anticapitalista significa mostrar o socialismo como alternativa ao domínio dos grandes monopólios e não a exploração dos de casa contra os de fora.[26]

A natureza da organização necessária à revolução

Originada de uma perspectiva crítica em relação ao PCB e orientada pela perspectiva insurrecional clássica da revolução socialista, a POLOP defendeu, desde as suas primeiras manifestações, a necessidade da formação do partido revolucionário. Tal partido seria o instrumento de efetivação da política verdadeiramente operária, mas só poderia surgir da dinâmica concreta das lutas anticapitalistas movidas pelo proletariado. A proposta da frente dos trabalhadores seria um caminho para unificar as esquerdas críticas em relação ao norte de colaboração de classes do PCB, em direção à construção da organização verdadeiramente revolucionária. Era nestes termos que se expressava a questão, na declaração "Diretrizes para uma política operária", divulgada após o II Congresso da POLOP, em 1963:

> Uma política operária para o Brasil [...] impõe, para seu exercício, um partido revolucionário capaz de efetivá-la. Esse partido não surgirá de vez, mas se formará organicamente, a partir da luta diária das massas [...]. Unificando suas forças, os grupos de esquerda terão melhores condições para participar da luta de classe — e é no bojo desse processo que se há de formar o partido.[27]

Em essência, esta posição seria mantida nos anos seguintes. Porém, nos anos que se seguiram ao golpe, começaria a se explicitar a contradição entre a defesa do partido como condição necessária à política operária revolucionária e a avaliação de que as condições favoráveis para a revolução já estavam colocadas. Assim, era necessário afirmar que a luta de classes já estava tornando maduras as condições para o surgimento do partido revolucionário, de forma a aproximar no tempo as tarefas do momento — revolucionárias — e o surgimento do partido que deveria conduzir a revolução. Tal é o equilíbrio tentado em texto dirigido à formação dos militantes da POLOP, que mantém a premissa de que "a classe operária não se torna realmente independente sem formar a sua vanguarda, o seu partido político, marxista-leninista, isto é, um partido armado de uma teoria revolucionária de luta".[28] Localizando historicamente o surgimento da POLOP como uma resposta à inexistência de uma perspectiva autônoma de classe na atuação do PCB, a apostila para os militantes situa a tarefa da formação do partido em dois momentos — na origem da organização, quando a questão é colocada, e no momento vivido (o texto não é datado, mas pode presumir-se que sua produção seja contemporânea ao IV Congresso, de 1967, pe-

las posições ali expressas), quando a conjuntura é avaliada como favorável e os frutos iniciais da pregação socialista já poderiam ser colhidos:

> Foi justamente em oposição a essa política reformista e colaboracionista que surgimos como organização política. Desde o início era claro para nós que a tarefa fundamental era a formação de um partido revolucionário da classe operária, um partido marxista-leninista que mobilizasse o potencial revolucionário do proletariado brasileiro. Era claro para nós também que semelhante partido não se criava artificialmente, nem de vez. Só poderia surgir como fruto da luta e durante a luta e que na medida em que surgia, tinha de transformar qualitativamente o proletariado. Essa luta já deu frutos e prossegue hoje em condições muito favoráveis. O partido revolucionário da classe operária continua sendo um dos objetivos fundamentais dos marxistas-leninistas do Brasil.[29]

No "Programa socialista para o Brasil", tal trajetória de defesa da necessidade do partido revolucionário se resolveria de forma bastante prosaica. Mantinha-se a preliminar de que a constituição do partido revolucionário, que liderasse com organização e independência a classe operária, era "a grande tarefa da vanguarda revolucionária do país, a premissa da revolução socialista".[30] Porém a contradição entre a necessidade do partido para conduzir a revolução e a urgência desta se resolvia, na medida em que o documento predefinia a linha do futuro partido como sendo a linha da própria POLOP:

> A formação de um partido revolucionário que lidere a classe operária será resultado do enraizamento do programa e das concepções de luta defendidas atualmente pela Política Operária nos setores mais combativos do proletariado brasileiro. Simultaneamente será fruto do amadurecimento do conflito latente entre as bases e as lideranças nas organizações reformistas tradicionais e nas correntes centristas que se formaram nas lutas internas verificadas na esquerda. A Política Operária acelerará essa formação, na medida em que elabora e se empenha pelo programa proletário da revolução socialista, na medida em que propaga na luta diária o caminho revolucionário dos trabalhadores, na medida em que dirige seus esforços para a organização do proletariado como classe independente, na medida em que indica o combate revolucionário ao poder burguês.[31]

Poderiam estar, assim, tranqüilos os militantes polopistas, pois, se para que a revolução se efetivasse seria necessário o surgimento de um partido revolucionário e como a POLOP já possuía o programa e as práticas corretas que seriam assumidos por tal partido, bastava tocar a luta que, quando o partido surgisse, naturalmente como fruto dessas lutas, a marcha da revolução já estaria no rumo certo.

Insurreição e luta armada

A POLOP foi das primeiras organizações a sistematicamente divulgar e valorizar os feitos da Revolução Cubana. Nos seus primeiros tempos, as referências elogiosas a Cuba serviam de mote para o questionamento da necessidade do Partido Comunista, de linha soviética, para a revolução. Cuba mostrara que este já não era necessariamente o partido revolucionário. A revolução em Cuba servia também como exemplo para um continente submetido ao imperialismo a partir do mesmo pólo norte-americano, prefigurando a possibilidade da "revolução continental". Mas esta defesa de Cuba não significou, nos primeiros momentos da POLOP, uma adesão ao modelo da guerra de guerrilhas. No segundo número do jornal *Política Operária*, uma foto de Fidel ilustra a primeira página, e há matérias avaliando positivamente o processo revolucionário cubano. Porém faz-se questão de afirmar que o caminho para a revolução no Brasil não passava pela guerra de guerrilhas, mas pela insurreição operária nos grandes centros fabris.[32]

Tal posição levava à defesa de um programa para a Frente da Esquerda Revolucionária, defendida pela POLOP, que despertasse as massas proletárias para a necessidade da luta política. Por isso, embora extremamente crítica em relação aos limites das reformas de base, a organização propôs, em seu II Congresso, de 1963, uma plataforma para a frente, composta basicamente por propostas de reformas, como combate aos especuladores; controle dos lucros; organização dos camponeses; reforma do ensino; luta antiimperialista; política de alianças com a esquerda revolucionária da América La-

tina; reforma urbana; escala móvel de salários; autonomia e liberdade sindical e reivindicações camponesas de expropriação dos latifundiários.[33]

Com o passar do tempo, entretanto, tornou-se necessário adequar o tom das críticas à esquerda, dirigidas ao PCB, a uma proposição mais radical de enfrentamento da ordem, em especial após a instalação da ditadura. Tal só poderia se dar pela defesa da imediata tomada de armas, para o enfrentamento do regime. A defesa da luta armada não representaria, entretanto, uma negação do papel fundamental da insurreição operária surgida da luta política. Na já citada apostila de formação de militantes, a posição da Polop é definida em contraste tanto com os grupos que negavam a necessidade da luta armada, como o PCB, quanto com aqueles que a defendiam de forma desvinculada da luta de massas, como já parecia ser o caso de algumas dissidências do PCB, tal qual aquela que daria origem à Ação Libertadora Nacional (ALN), de Marighella:

> Tanto uns como outros abandonaram a concepção marxista-leninista de luta armada como a forma mais aguda da luta de classes, os adeptos da luta armada desligada de uma política de massas, criaram um revisionismo de "esquerda" que procura substituir a luta de classes pela ação armada. Sua negação da luta política do proletariado vai tão longe que negam a necessidade da existência de um partido revolucionário da classe operária e pregam o liquidacionismo de toda uma herança comunista.[34]

Esta tomada de posições estava na base de uma mudança na avaliação da pertinência do exemplo cubano. Foco guerrilheiro e insurreição passavam agora a ser vistos como elementos complementares — o foco servindo ao desencadeamento da guerrilha — de uma estratégia revolucionária continental:

> A experiência das lutas de classes na América Latina, isto é, em países com condições semelhantes ao Brasil, mostra todavia, que a insurreição não é a única forma de luta armada. A revolução cubana mostrou que o foco guerrilheiro pode criar condições para o desencadeamento da insurreição vitoriosa, isto é, para a própria revolução.

> Significa isso que o foco pode criar essas condições sempre e em todas as circunstâncias? Não. O foco, para desempenhar esse papel, tem de agir como catalisador de um processo revolucionário latente — nas palavras de Che Guevara — como "pequeno motor que põe em funcionamento o grande motor". Isto quer dizer que o foco de guerrilha preenche seu papel quando acelera o surgimento de uma situação revolucionária.[35]

Esta nova avaliação tomará forma acabada no "Programa socialista para o Brasil", em que se mantinha a premissa de que a insurreição operária seria o momento decisivo da tomada do poder, mas a guerrilha era defendida, pelo exemplo continental, por seu caráter de movimento localizado catalisador de uma luta em escala nacional, por permitir a manutenção da luta prolongada, mesmo nas fases de refluxo dos movimentos de massa, e, finalmente, por minar as forças políticas, econômicas e militares da ditadura. Na tentativa de conciliar suas posições clássicas em defesa da insurreição operária como forma da revolução com a crescente influência do modelo do foco guerrilheiro, nas esquerdas em geral e no interior mesmo da organização, a Polop propunha no programa um papel tático à guerrilha, de preparação do terreno para o levante do proletariado nos grandes centros fabris:

> A guerrilha preenche este papel quando desencadeada em uma fase e em condições em que a sua ação acelera o surgimento de uma situação revolucionária, isto é, uma situação em que a luta de classes atinge o auge, colocando na ordem do dia a tomada do poder pelas classes oprimidas. [...] Realizando, desde o início, em miniatura, a frente dos trabalhadores da cidade e do campo, a guerrilha potencializará a voz da vanguarda clandestina em todo o país, preparando o reagrupamento das forças das classes revolucionárias para a luta final.[36]

A tentativa de conciliar as posições tradicionais da organização com a pressão, de parte significativa de suas bases, pelo desencadeamento imediato de ações armadas não teria sucesso. Afinal, como até as forças da repressão identificavam, residiu neste ponto o motivo central do fracionamento da Polop, em 1967. Na ficha de uma militante da organização, arquivada pelo Dops, encontra-se a seguinte observação sobre o congresso de 1967:

> Em 1967, compareceu como delegada de Minas Gerais ao Congresso da POLOP realizado em São Paulo, do qual resultou o "RACHA" da organização em quatro grupos. A posição de Minas Gerais foi defender a luta armada, as ações imediatas e a luta de guerrilha a curto prazo. A cisão ensejou uma nova organização voltada para estes objetivos [...].[37]

Se as posições sobre a necessidade e a urgência da luta armada, já francamente assumidas por grupos surgidos no período posterior ao golpe de 1964, acabaram por dividir a POLOP, a defesa que a organização fizera do caráter socialista da revolução foi fundamental para a identidade política nova que alguns desses mesmos grupos procuravam assumir. Nesta e em algumas outras influências mais duradouras, devemos buscar os elementos para uma avaliação mais detida da importância da trajetória da POLOP, após os seus cerca de seis anos de existência.

3. *A POLOP em breve balanço*

Com o desfecho do governo Goulart e o golpe militar, em 1964, as teses da POLOP pareciam ganhar a confirmação dos fatos. Afinal, na esteira das críticas à proposta de revolução democrático-burguesa do PCB e aos seus corolários da aliança do proletariado com a burguesia nacional, que parecia materializar-se na política das reformas de base, a organização havia insistido em opor-se ao governo Goulart, visto como um governo que procurava representar os interesses burgueses e as reformas de base, lidas pela POLOP como uma tentativa de mistificação do operariado.

No congresso de 1963, a POLOP apresentava o plebiscito que resultou na volta do regime presidencialista como tendo resultado no fortalecimento de uma proposta de resolução da crise econômica centrada na superexploração dos trabalhadores:

> A atuação do governo que resultou do plebiscito está, porém, mostrando uma vez mais às classes trabalhadoras que nada têm a esperar deste regime latifundiário-burguês. O plano de estabilização financeira, com que se pretende reduzir o ritmo da inflação, é uma nova carga para o povo e corresponde, na realidade, a mais um expediente de que lançam mão as classes dominantes para desvalorizar o já minguado salário dos trabalhadores. Essa desvalorização, que se obtinha ontem pela inflação, passa, agora, a se realizar mediante a contenção das reivindicações salariais, o encarecimento dos serviços públicos, o agravamento da carga representada pelos impostos. No final das contas, a burguesia espera arrebatar aos trabalhadores a sempre polpuda mais-valia, que vai encher o bolso dos seus magnatas, dos latifundiários parasitas e dos trustes imperialistas enquistados na soberania nacional.[38]

Quanto às reformas de base, seu caráter de mistificação era apresentado no mesmo documento, numa tentativa de denunciar tanto o sentido burguês das propostas de Goulart quanto o erro dos comunistas em sua tática reformista, que acabava por atrelar a classe operária a estes projetos e a políticos demagógicos, desviando-se da tarefa revolucionária de conscientizar o proletariado para a revolução.

> Para mistificar a massa quanto ao verdadeiro conteúdo de sua política anti-popular e anti-nacional, o governo do Sr. João Goulart promete a realização de profundas reformas na estrutura econômica e social do país. Dá, assim, novos argumentos à camarilha de falsos nacionalistas que o cerca, e conquista o apoio das correntes reformistas da esquerda que em clara demonstração de oportunismo se unem em coro aos "reformadores" burgueses e se associam à sua campanha de mistificação das massas. Colocam-se, pois, esses reformistas, a serviço de um governo cuja atuação diária é uma traição contínua aos interesses dos trabalhadores, e contribuem para dificultar o avanço da consciência de classe do proletariado e de sua constituição em força revolucionária — condição indispensável para que se transforme realmente a estrutura econômica e social do país.[39]

No interior desta análise sobre o caráter burguês do governo Goulart e o erro da estratégia da revolução por etapas e da aliança de classes dela decorrente, a POLOP foi das organizações que mais claramente avaliaram a iminência de um golpe de Estado, na conjuntura dos meses finais do governo Goulart. Para a POLOP, a tentativa de Goulart de, conciliando-se com os setores reformistas, contornar a crise econômica não encontrava eco no conjunto da burguesia na-

cional e dos setores monopolistas estrangeiros aos quais se associara. Por isso, a instalação da ditadura seria uma necessidade da burguesia, que o proletariado só poderia enfrentar adequadamente por meio de uma frente dos trabalhadores, cujo programa classista refutasse em definitivo a estratégia da aliança de classes. No editorial da revista *Política Operária* nº 7, datada de outubro de 1963, comentam-se a tentativa de Jango de decretar o "estado de sítio" e a recusa da classe dominante em apoiá-lo, nos seguintes termos:

> Já apontamos em várias análises, e mesmo neste número da revista [...] ser um governo de "autoridade" e anti-popular uma necessidade objetiva da burguesia brasileira no presente momento. A raiz desta necessidade está na própria crise econômica que seu regime gerou e hoje se alastra.
>
> Não aceitando o "Estado de sítio" que Jango propôs a 4 de outubro, a burguesia não quis com isso se descartar de um governo forte, apenas o homem indicado não lhe parece ser ele, que continua querendo especular com o movimento de massa.
>
> A crise política que já se configura mostra, pois, a impossibilidade de um governo de conciliação de classes, de um governo que una os interesses da burguesia e do proletariado.[40]

O diagnóstico da inevitabilidade do golpe decorria da necessidade da burguesia de superar a crise econômica por meio de um governo de força que pudesse ampliar ainda mais a exploração da classe operária. Ele foi formulado pela POLOP ainda antes de 1964. Tal perspectiva foi influente não apenas no debate político das esquerdas, mas também nas análises acadêmicas que, a partir de então, passaram a ser formuladas para explicar aquela conjuntura.

No "Programa socialista para o Brasil", encontram-se diversos elementos de análise que se repetirão em textos produzidos por mais de uma década de análises preocupadas com as explicações do porquê da ditadura militar. Entre esses elementos, destaca-se a idéia da inexistência de contradições fundamentais entre a burguesia brasileira, de um lado, e o latifúndio e o imperialismo, de outro, como defendiam as análises coladas nas propostas do PCB. Assim, naquele documento, caracteriza-se que "o capitalismo industrial no Brasil

surgiu vinculado à acumulação feita no latifúndio exportador e nunca se desprendeu disso completamente".[41] Da mesma forma, afirmava-se que

> Nossa burguesia surgiu tarde no cenário internacional, quando as burguesias mais avançadas já tinham promovido suas acumulações primitivas de capital, já tinham se lançado à dominação dos mercados mundiais. Para acompanhar o crescimento dos países mais capitalizados, para auferir lucros no mesmo nível, nossa burguesia não encontrou outro remédio senão associar-se aos capitais imperialistas.[42]

Daí que termos que ali apareciam de forma difusa ganhassem contornos conceituais em análises posteriores, como era o caso da idéia de um desenvolvimento "tardio" do sistema capitalista no Brasil, ou da avaliação de que as altas taxas de exploração da força de trabalho no campo serviram de fonte de acumulação para o capitalismo industrial, que, por outro lado, passava a se ver limitado pelas dimensões diminutas do mercado interno e as baixas taxas de produtividade agrícola.

As bases teóricas das propostas interpretativas dos economistas ligados à POLOP vieram da teoria do imperialismo de Lênin, mais especificamente da afirmação, por parte dela, de que havia uma dimensão crescentemente contraditória na "tendência integracionista" da expansão capitalista em sua fase monopolista. Este ponto teria sido desenvolvido pela teoria da "cooperação antagônica" de Ernest Talheimer (1920), segundo a qual o próprio processo de cooperação e interação desenvolveria suas contradições internas, uma vez que os países que haviam sido alvo das primeiras exportações de capital começariam a também se tornar centros exportadores de capital. As tensões daí decorrentes não chegariam, no entanto, a um caráter de hostilidade aberta, sendo travadas no nível de uma "cooperação antagônica". As brechas abertas por este processo favoreceriam os movimentos revolucionários nos países subdesenvolvidos.[43]

Tomadas em conjunto, tais propostas interpretativas constituem o corpo central do que se convencionou chamar de "teoria da dependência". Preliminarmente, é necessário estabelecer uma dife-

rença. Tal expressão foi usada, segundo Ridenti, para definir a posição dos autores que "não viam alternativas de crescimento para os países subdesenvolvidos dentro do capitalismo, sistema que nos países 'dependentes' só poderia ser mantido pela força bruta de ditaduras", como os polopistas Theotônio dos Santos e Rui Mauro Marini, influenciados por Gunder Frank. Mas também se entendeu como "teoria da dependência" a posição de autores como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, seguidos mais tarde por Francisco de Oliveira, Paul Singer e outros, numa avaliação que "negava as teses da estagnação, argumentando com a possibilidade de desenvolvimento capitalista no Brasil e na América Latina, embora dependente e associado ao capital internacional".[44]

Nas suas múltiplas interpretações, a idéia de um desenvolvimento capitalista dependente — em que latifúndio e indústria surgiam imbricados e a burguesia havia optado pela associação com os monopólios imperialistas — embalou as críticas ao reformismo pecebista e às teses dualistas sobre o subdesenvolvimento brasileiro, nos textos programáticos de muitos dos agrupamentos de esquerda surgidos entre fins dos anos 60 e inícios da década de 70, bem como nas diversas análises acadêmicas sobre o tema do "populismo" no Brasil, o golpe de 1964 e as políticas econômicas anteriores e posteriores à instalação da ditadura.

Assim, se a POLOP não resistiu, como organização, aos debates radicalizados da agitada conjuntura posterior ao golpe de 1964, muitos dos elementos centrais de suas análises e propostas persistiram, influenciando os debates posteriores.

NOTAS

1 Neste artigo contei com a colaboração de Júlia Monnerat Barbosa para a coleta de dados nas fontes primárias, localizadas basicamente na Coleção Daniel Aarão Reis Filho (DARF), armazenada pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). No APERJ, contei ainda com o auxílio inestimável de Ester Kuperman.

2 Informações gerais sobre a POLOP podem ser encontradas em diversas obras. Trabalhamos aqui com os dados e análises de Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira Sá (orgs.), *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 12; Jacob Gorender, *O combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987, pp. 35-37; e Denis de Moraes, *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 68.

3 Gorender, op. cit., p. 36.

4 Reis Filho e Sá, op. cit., pp. 12-13.

5 Idem, op. cit., p. 89.

6 Marcelo Ridenti, *O fantasma da revolução no Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993, p. 69. Utilizamos os termos da classificação montada pelo autor.

7 "Diretrizes para uma política operária", *Política Operária*, nº 6. Rio de Janeiro, APERJ, Coleção DARF, dossiê 20, doc. 4, s.d.

8 "Resolução do IV Congresso da ORM–PO". Rio de Janeiro, APERJ, Coleção DARF, dossiê 18, doc. 9, 1967.

9 "Formação básica, nº 2, aula X". Rio de Janeiro, APERJ, Coleção DARF, dossiê 19, doc. 3, s.d.

10 Entrevista de Theotônio dos Santos, in Denis de Moraes, op. cit., p. 342.

11 *Política Operária*, nº 6, op. cit.

12 Ver, a esse respeito, Marcelo Badaró Mattos, *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

13 Idem, op. cit., em especial cap. 3.

14 POLOP, "'Programa socialista para o Brasil', 1967 (doravante PSPB)", apud Reis Filho e Sá, op. cit., pp. 108-19.

15 "Comitê de empresa", *Boletim de Luta dos Trabalhadores*, nº 4. Rio de Janeiro, APERJ, Coleção DARF, dossiê 20, doc. 20, fev., 1967.

[16] Moniz Bandeira, depoimento, apud Moraes, op. cit., p. 70.

[17] Ver, a esse respeito, ibidem e Ridenti, op. cit., p. 135.

[18] "PSPB", in Reis Filho e Sá, op. cit., p. 109.

[19] Theotônio dos Santos, entrevista, in Moraes, op. cit., p. 344.

[20] Sobre esses episódios de envolvimento guerrilheiro da POLOP, consultar Avelino Biden Capitani, *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

[21] *Política Operária*, nº 6, op. cit.

[22] "PSPB", in Reis Filho e Sá, op. cit., p. 109.

[23] Ridenti, op. cit., p. 30.

[24] "Frente única — Frente de classe", *Política Operária*, nº 2. Rio de Janeiro, APERJ, Coleção DARF, dossiê 20, doc. 1, abr., 1962.

[25] Op. cit.

[26] "Declaração política do IV Congresso da ORM–PO", op. cit.

[27] *Política Operária*, nº 6, op. cit.

[28] "Formação básica...", op. cit.

[29] Op. cit.

[30] "PSPB", in Reis Filho e Sá, op. cit., p. 112.

[31] Idem, op. cit., p. 113.

[32] *Política Operária*, nº 2, op. cit.

[33] *Política Operária*, nº 6, op. cit.

[34] "Formação básica...", op. cit.

[35] Op. cit.

[36] "PSPB", in Reis Filho e Sá, op. cit., pp. 115-16.

[37] APERJ, DOPS, pasta 157, doc. 19.

[38] *Política Operária*, nº 6, op. cit.

[39] Op. cit.

[40] *Política Operária*, nº 7. Rio de Janeiro, APERJ, Coleção DARF, dossiê 20, doc. 6, out., 1963.

[41] "PSPB", in Reis Filho e Sá, op. cit., pp. 98 e 99.

[42] Idem, op. cit., p. 100.

[43] Esta é a análise desenvolvida em um conjunto de textos, produzidos entre 1964 e 1966, por Rui Mauro Marini e publicados na forma de um livreto, sob o título *Perspectivas da situação político-econômica brasileira*. Rio de Janeiro, APERJ, Coleção DARF, dossiê 18, doc. 1, pp. 9-11.

[44] Ridenti, op. cit., p. 33. Para uma análise crítica da teoria da dependência, ver o verbete "Teoria da dependência", in Tom Bottomore (org.), *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, pp. 373-74.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BOTTOMORE, T. (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CAPITANI, A. B. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

FREDERICO, C. (org.). *A esquerda e o movimento operário*. São Paulo: Novos Rumos; Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1987-1990, 3 vols.

GORENDER, J. *O combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

LEAL, L. P. Política Operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira. Dissertação de mestrado. UFF. Niterói, 1992.

MATTOS, M. B. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MORAES, D. de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, D. A. e SÁ, J. F. (orgs.). *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RIDENTI, M. *O fantasma da revolução no Brasil.* São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

SEGATTO, J. A. *Reforma ou revolução: as vicissitudes políticas do PCB. 1954-1964.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

Capítulo 6
AÇÃO POPULAR: CRISTIANISMO E MARXISMO

*Marcelo Ridenti**

Este capítulo da *História do marxismo no Brasil* aborda a trajetória da Ação Popular (AP), de suas raízes no cristianismo, particularmente na Juventude Universitária Católica, no final dos anos 50 e início dos 60, passando pela influência da Revolução Cubana, até a adesão ao marxismo-leninismo em 1968, a integração da maioria da organização ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1973, e a dissolução do que restara da AP no início da década de 1980.

O interesse pela AP, nos vários momentos de sua história, não se restringe à sua importância nos movimentos sociais e políticos brasileiros, especialmente no meio estudantil. A saga romântica[1] da AP importa também porque, naquele período, em alguns países da América Latina, ocorreu a passagem de grupos políticos cristãos ao marxismo. Desse modo, estudar a evolução ideológica da AP pode, eventualmente, trazer luz ao conhecimento de uma parcela da esquerda latino-americana. A passagem do cristianismo ao marxismo-leninismo — por intermédio da versão do maoísmo difundida após a chamada *revolução cultural* chinesa de 1966 — ocorreu, por exemplo, no Peru[2] "com o grupo *Crítica Marxista*, no Chile com o Movimento

* Marcelo Ridenti é professor livre-docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

de Ação Popular Unitária (MAPU)", entre outros, cuja militância era composta especialmente por ex-integrantes da Ação Católica, que fora implementada pela Igreja em toda a América Latina (Garcia, 1979).

Além disso, o processo que gerou a AP no seio da Igreja foi precursor da Teologia da Libertação e de importantes movimentos católicos nos anos subseqüentes — por exemplo, as comunidades eclesiais de base, herdeiras do romantismo revolucionário do catolicismo de esquerda no Brasil dos anos 60.[3]

Como disse uma vez o ex-militante e dirigente da AP Herbert José de Souza, conhecido como Betinho, "nós éramos resultantes de um processo com profundas raízes sociais encontradas no Brasil. E, no Brasil, até 64, uns 90% dos militantes políticos, ou eram católicos ou tinham pai e mãe católicos, tinham saído do cristianismo" (Souza, 1978, p. 72). É para a reconstituição da história da AP e para o entendimento do fenômeno de aproximação de setores católicos com o marxismo que este capítulo pretende contribuir. Evidentemente, não há a pretensão de estabelecer uma versão "definitiva", uma suposta "verdade" única e incontestável sobre a história da AP, que poderia ser tomada de diversos ângulos.[4]

1. *Raízes da Ação Popular: a Juventude Universitária Católica*

A Juventude Universitária Católica (JUC) era um setor especializado de um movimento mais amplo, a Ação Católica (AC), apostolado de leigos promovido pela alta hierarquia da Igreja católica em todo o mundo, a partir dos anos 30.

A AC foi criada no Brasil em 1935 pelo arcebispo do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme, sob o governo de Getúlio Vargas, com o qual conviveu bem. A base para sua fundação foi o Centro Dom Vital, inspirado pela Action Française. Fundado em 1922, o centro aglutinava parte da intelectualidade católica conservadora e defendia um nacionalismo de direita. Sob direção de Jackson de Figueiredo, nos anos 20, apoiou o integralismo, movimento fascista

brasileiro que contaria também com a simpatia do sucessor deste, Alceu Amoroso Lima — que mais tarde viria a tornar-se um expressivo intelectual católico de esquerda —, e dom Hélder Câmara, que logo renegaria o integralismo: nomeado assistente da AC em 1947, seria cada vez mais sensibilizado pela problemática social, até converter-se em verdadeiro símbolo do chamado "clero progressista".[5]

Só por volta de 1950 a JUC passou a organizar-se nacionalmente, no interior da AC, tornando-se um movimento social significativo, sendo por isso comemorado seu "surgimento" nesta data, embora existisse anteriormente. Na época, ela se movia principalmente no universo ideológico do catolicismo tradicional. Como aponta José Luiz Sigrist (1982, pp. 27-37 e, 51-53), a preocupação era dar formação aos membros da JUC, aprofundando sua fé e espiritualidade. Voltando-se sobre si mesmos, reafirmando os valores oficiais da Igreja, os integrantes da JUC tendiam a compor uma elite acadêmica católica. A visão de mundo que deu origem à JUC estaria ancorada na doutrina medieval da Igreja: a tarefa do homem na Terra seria espelhar a ordem divina ideal, tanto em sua alma como na sociedade. Assim, a predisposição seria valorizar a ordem e a harmonia social, acatar as estruturas e as instituições existentes, cujos eventuais problemas estariam nas falhas das pessoas que as compõem. Caberia, no máximo, reformar as consciências individuais para que uma ordem harmônica e justa imperasse no mundo, espelhada na vontade de Deus.

Em seus primeiros anos de atuação nacional, a JUC criou uma identidade enquanto representação oficial da Igreja no meio universitário. Segundo Sigrist, o *outro* em oposição ao movimento seria o mundo moderno, encarnado na maior parte do meio universitário, resistente ou alheio à mensagem católica, que deveria ser conquistado para a ordem divina, a ser restaurada na Terra por intermédio da Igreja, a qual, na universidade, seria a própria JUC (1982, pp. 36-37).

Não se deve imaginar, contudo, que, nos anos 50, a JUC fosse um movimento ideologicamente monolítico: ia-se gestando em seu interior o salto de participação social que afloraria explicitamente no fim da década, como aponta Luiz Alberto Gómez de Souza (1984, pp. 107-52). Com o tempo, os jovens da JUC passaram a questio-

nar aspectos das idéias dominantes na Igreja, como a passividade política diante da ordem estabelecida, num contexto de convivência universitária com outras correntes de pensamento, especialmente as socialistas e comunistas, às quais precisavam fazer frente. Eles eram influenciados pela discussão teórica no interior da própria Igreja, em particular pelas obras de Jacques Maritain, Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin; ficaram marcados pelo pontificado progressista do papa João XXIII a partir de 1958; além de confrontar-se com as desigualdades gritantes da sociedade brasileira e com o ascenso na mobilização política de trabalhadores urbanos e rurais, numa dada evolução da conjuntura política nacional — nos anos liberais do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) — e internacional, notadamente com a vitória da Revolução Cubana em 1959.

A JUC agia em meio a circunstâncias históricas que marcaram os anos 50 e 60. Em âmbito internacional, foram vitoriosas, ou estavam em curso, inúmeras revoluções de libertação nacional, algumas marcadas pelo ideário socialista ou terceiro-mundista — por exemplo, a Revolução Cubana de 1959, a independência da Argélia em 1962 e outras, além de lutas anticoloniais na África e na Ásia etc. Também era contestado o modelo soviético de socialismo, considerado burocrático e acomodado à ordem internacional estabelecida pela Guerra Fria, algo que também se fazia sentir no plano interno: começavam a surgir novas referências na esquerda — inclusive de cristãos, católicos na maioria, mas também protestantes —, que ameaçavam a hegemonia do pró-soviético e clandestino PCB.[6] Delineava-se a polarização social que levaria ao golpe de 1964.

O documento "10 anos de JUC", publicado em 1960 no *Boletim da JUC*, fazia um balanço do período de organização da entidade em âmbito federal. Desde 1950, a JUC reunia anualmente um Conselho Nacional, com ampla participação dos militantes.[7] O documento esboçava uma autocrítica, que pode ser sintetizada na seguinte frase: "Nós sabemos que existe uma Providência que governa a História, mas talvez tenhamos ignorado que esta Providência quer que sejamos nós os executores de sua vontade". Mais adiante, a questão ficava ainda mais explícita, embora fazendo uso de linguagem cautelosa: "A própria condição histórica que atravessamos parece-nos

situar a tônica da realidade numa inserção no social, na encarnação total no temporal presente, o que poderia inclinar-nos talvez a pensar em uma insistência maior na ação sobre as estruturas" (apud Sigrist, 1982, pp. 39-40).

A história continuava a ser vista como desígnio de Deus, mas a atitude deixava de ser passiva. Ao invés de acatar a ordem supostamente natural da sociedade existente, tratava-se de agir em nome de Deus para transformar *as estruturas*, criar uma ordem socialmente justa, baseada nos princípios cristãos. Então, a ação dos universitários católicos colocava em segundo plano seu ideal inicial, de recrutar e salvar almas no meio acadêmico, inserindo-as na Igreja. A universidade passava a ser abordada como um meio complexo, no interior de uma sociedade mais abrangente, o que implicava estender a atuação da JUC para fora dos muros acadêmicos.

A questão não era mais salvar almas, chegar a alguns poucos eleitos que constituiriam uma elite católica na universidade. Os destinatários da salvação passavam a ser *as massas humanas*, cuja plena realização estaria obstruída pelas estruturas econômicas, sociais e políticas existentes, que urgia modificar. Para isso, seria preciso ir além da hierarquia eclesiástica: "No nosso papel de leigos, vanguarda da igreja, atuando no primeiro *front* — nós que abrimos as trincheiras, é imperioso que nos arrisquemos. O risco é um dado do cristão. Devemos arriscar-nos mais que a Hierarquia. Nossa bagagem é a busca incessante da santidade" (*Boletim da JUC*, nº 1, in Sigrist, 1982, p. 44). Começava a ser contestada a autoridade eclesiástica, abria-se o campo de tensão com a hierarquia da Igreja.

A princípio, a obra de Maritain foi um referencial teórico cristão que dava sustentação à evolução política e ideológica da JUC. A entidade adotou explicitamente seu conceito de *ideal histórico*, exposto no texto "Da necessidade de um ideal histórico", apresentado pelo padre Almery Bezerra, assistente da JUC de Recife, à reunião do Conselho Nacional da JUC, realizado em Belo Horizonte, em 1959. O conceito apareceu novamente no documento *Diretrizes mínimas para o ideal histórico do povo brasileiro*, aprovado no congresso dos dez anos da JUC, em 1960, no Rio de Janeiro. Esse documento, por outro lado, revelava a "opção por um 'socialismo democrático' e

pelo que chama de 'revolução brasileira'" (Arantes e Lima, 1984, p. 28). Então, as fontes cristãs já não eram as únicas para as lideranças da JUC, que começavam a aproximar-se do marxismo.

Ao tomar "consciência de que nós ajudamos a construir a história" — conforme a formulação do número 4 do *Boletim da JUC* —, seria preciso encontrar *soluções cristãs* para os problemas sociais, buscando *novas linhas de ação*, com base em um *ideal histórico concreto*, uma *essência ideal realizável*, na expressão de Jacques Maritain em *Humanismo integral: uma visão nova da ordem cristã*, livro traduzido para o português por Afrânio Coutinho e publicado no Brasil pela editora Dominus (Maritain, 1962). Num mundo polarizado pela Guerra Fria, buscava-se em Maritain um caminho, no ideário católico, que não fosse nem a adesão ao comunismo — essa "ideologia de decomposição revolucionária que se eleva contra a própria idéia de cristandade" — nem a inércia conformista dos cristãos em face da ordem capitalista estabelecida. Procurava-se atingir "um primado vital da qualidade sobre a quantidade, do trabalho sobre o dinheiro, do humano sobre a técnica, da sabedoria sobre a ciência, do serviço comum das pessoas humanas sobre a ambição individual de enriquecimento indefinido ou a vontade estatista de poder ilimitado" (Maritain, 1962, p. 164).

Constatando que vivia num mundo polarizado entre capitalismo e comunismo, ambos anticristãos, mas também sem as ilusões dos católicos tradicionalistas de um retorno ao Paraíso Perdido medieval, a JUC encontrava no *ideal histórico* de Maritain uma das bases para o *engajamento cristão eficaz*, em sua luta, no interior da Igreja, pela participação política ativa de todos os católicos — e fora dela, em busca de uma sociedade justa e cristã, acima dos sistemas capitalista e comunista.

Entretanto, é preciso frisar o uso inovador da obra de Maritain pela ascendente ala esquerda da JUC, como parte de um "esforço de transição para superar uma visão tradicional da Igreja e do mundo. As categorias de Maritain são empregadas então a outra situação e mesmo fora do clima social-cristão de outros países" (Gómez de Souza, 1984, p. 103). A JUC utilizou com originalidade o pensamento de Maritain, num "*clima ideológico* que não era mais o da construção de uma 'nova cristandade', nem dos programas reformistas da democracia cristã", como fora o caso da construção do Partido

Democrata Cristão no Chile, por exemplo (1984, p. 58). Nas palavras de Luiz Alberto Gómez de Souza, que participou intensamente da JUC e da AP,[8]

> Maritain e mais tarde Mounier ou Teilhard de Chardin não foram adotados porque tinha ocorrido uma "conversão" a seu pensamento, mas sobretudo porque se opunham a outros autores que se queria deixar de lado e abriam pistas que poderiam ser utilizadas, ainda que com muita liberdade. Chegava-se a eles freqüentemente por uma via negativa e pelo desconhecimento de outras ferramentas teóricas melhores (Gómez de Souza, 1984, p. 158).

Seus conceitos eram usados "em situações que eles, ao criá-los, nem podiam prever que viessem a existir" (ibidem).

O *ideal histórico* logo passaria a ser considerado ultrapassado pela ala esquerda da JUC, dada a magnitude de suas pretensões transformadoras, numa conjuntura de radicalização das lutas de classes na sociedade brasileira, no princípio dos anos 60, contemporânea da ascensão da influência da Revolução Cubana na América Latina. Os autores preferidos, no âmbito do catolicismo, passavam a ser, segundo Sigrist, "Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin. O primeiro pela dimensão cristã do seu 'existencialismo', frente a outros não cristãos. O segundo, por apresentar uma alternativa cristã para uma visão 'científica' da História, e, assim, fazer frente ao aspecto 'científico' do materialismo dialético". Ainda segundo aquele autor, os "problemas da 'existência concreta' e da 'história' polarizam as indagações fundamentais dos militantes" (1982, p. 24). Nas palavras de Betinho, o "engajamento católico nos levava a acreditar na revolução personalista de Emmanuel Mounier, na visão histórica de Teilhard de Chardin, em uma crítica aguda ao capitalismo, que não respeitava a pessoa humana" (Souza, 1996b, p. 15). Baseados em depoimento de Francisco Whitaker, Löwy e Garcia-Ruiz afirmam que "a JUC e de modo geral a Ação Católica brasileira dividem-se, ao longo dos anos 50, em duas tendências divergentes: a dos discípulos de Maritain, que se tornarão democratas-cristãos, e aquela dos discípulos de Lebret e Mounier, que tomará o caminho do socialismo" (1997, p. 21).

O padre Lebret esteve no Brasil várias vezes, a partir de 1947, e manteve contato com dirigentes da JUC, como Plínio de Arruda Sampaio, que o encontrou em 1953, segundo Gómez de Souza (1984, p. 115). A trajetória do padre Lebret é abordada em detalhe no livro *Économie et humanisme — De l'utopie communautaire au combat pour le Tiers Monde (1941-1966)*, de Denis Pellentier (1996). Lebret, nascido em 1897, entrou para a ordem dos dominicanos em 1923. Nos anos 30, ele foi um dos fundadores da Juventude Marítima Cristã e aderiu ao combate sindical ao lado dos pescadores. Participou de um projeto de revolução nacional e colaborou com o regime direitista de Vichy, tendo depois se distanciado dele. Em 1941, fundou a revista *Economia e Humanismo*, expressão de um movimento que evoluiria para posições democratas cristãs e para o diálogo com os comunistas. Logo viria o contato com o Terceiro Mundo e a busca de uma *economia humana*, com *desenvolvimento harmônico* nos países subdesenvolvidos, o que influenciaria as posições oficiais do Vaticano a respeito. Para tanto, teve peso decisivo seu contato com o Brasil, onde esteve pela primeira vez de abril a outubro de 1947. Nesta ocasião, em São Paulo, o padre Lebret deu um curso de dois meses na Escola Livre de Sociologia e Política, intitulado "Introdução geral à economia humana", que se aproximava do pensamento de Marx. Segundo Pellentier, Marx e Lebret tinham em comum "a mesma indignação diante do sistema capitalista" (1996, p. 115).

Para Löwy (2000, p. 235), teriam sido influenciados pelo pensamento de Lebret: dom Hélder Câmara, os intelectuais católicos Alceu Amoroso Lima e Cândido Mendes, dominicanos como o frei Benevenuto Santa Cruz e quadros da JUC, caso de Luís Eduardo Wanderley e Vinícius Caldeira Brant. O dominicano francês Thomas Cardonnel, que permaneceu por cerca de dois anos no Brasil, a partir de dezembro de 1959, também "eletrizou a atmosfera e contribuiu para radicalizar os espíritos", especialmente o dos integrantes da JUC (Löwy, 2000, p. 241).

Exemplo da influência de Cardonnel encontra-se num livro organizado por Luiz Alberto Gómez de Souza em 1962. Ele selecionou artigos do frei Cardonnel, do padre Vaz e de Herbert José de Souza na obra *Cristianismo hoje*, publicada pela UNE (Cardonnel,

Vaz e Souza, 1962). Na maioria, foram artigos que saíram originariamente no jornal *O Metropolitano*, órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro, que vinha encartado nas edições de domingo do jornal *Diário de Notícias*, então dos mais vendidos nas bancas cariocas. Isso dava uma expressão cultural difusa socialmente ao órgão estudantil, produzido por jovens de esquerda — geralmente universitários da PUC, ligados à JUC. No artigo "Deus não é mentiroso como certa paz social", por exemplo, frei Cardonnel insistia na "necessidade de denunciar a harmonia natural, a colaboração das classes" (1962, p. 21), buscando "ajudar os homens a serem humanos", na "luta contra a miséria", evitando assim cair numa "sociedade totalitária", como a soviética (1962, p. 23).

Vários "pensadores católicos mais avançados" — caso de Jean-Yves Calvez (autor de um livro sobre *O pensamento de Karl Marx*, que foi a primeira aproximação de muitos militantes católicos com o marxismo, a partir da tradução portuguesa de 1959), Leon Bloy, Bernanos, Charles Péguy, Henri de Lubac, Yves Congar, Christian Duquoc e outros — também davam subsídios à JUC, em particular, e aos católicos de esquerda, em geral. Pode-se ter idéia da influência de pensadores católicos franceses sobre os brasileiros por intermédio de textos como os de Herbert José de Souza (1996a, pp. 23, 34 e 123) e de Löwy e Garcia-Ruiz (1997), entre outros.

Mas a incorporação era feita de modo criativo:

> [...] aquilo que os brasileiros fizeram não consistiu em aplicar no Brasil um corpo de idéias francesas, mas de utilizá-las como ponto de partida para criar idéias novas, para inventar uma cultura político-religiosa [...] de inspiração propriamente brasileira. Podem-se considerar essas idéias e práticas dos anos 1960-62 como o nascimento, pela primeira vez, de um pensamento/ação ("ver, julgar, agir") cristão autenticamente latino-americano (Löwy e Garcia-Ruiz, 1997, p. 26).

O método *ver, julgar, agir* foi incorporado criativamente pelos católicos brasileiros para tomar posição diante dos problemas sociais. Originalmente desenvolvido pelo padre belga José Cardjin, o método envolvia "partir da realidade em que os leigos estão inseridos (ver); analisar esta realidade à luz da fé (julgar); agir em sentido

transformador dessa realidade (agir)".[9] Para Löwy e Garcia-Ruiz, "a lógica interna da reinterpretação ou da mudança em relação à problemática francesa pode ser resumida por um termo: *radicalização*" (1997, p. 26).

Talvez o *personalismo* de Mounier tenha sido dos mais influentes na JUC, na fase do início dos anos 60, ao pretender ser "uma terceira posição entre o 'idealismo desencarnado', desligado da realidade, e o marxismo, que supostamente não levava em conta os valores do indivíduo". A inserção da JUC no movimento estudantil fazia com que as idéias de Mounier estivessem presentes em importantes documentos da União Nacional dos Estudantes (UNE), como a *Declaração da Bahia*, conclusão do I Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em maio de 1961, na qual constava que "em nossos dias trata-se menos de optar entre o socialismo e o capitalismo, do que escolher uma forma de socialismo que possibilite a realização do homem e da humanidade". O humanismo de Mounier também se encontra na *Carta do Paraná*, documento da UNE de março de 1962, que "fala de uma universidade como expressão de um humanismo integral a que repugna o homem dividido em compartimentos estanques" (Arantes e Lima, 1984, pp. 27-30).[10]

Na esteira do humanismo, o documento *Juventude cristã hoje*, escrito por Betinho em 1962, destacava uma atitude fundamental de sua

> geração: a adesão ao drama do homem, de todos os homens, a luta pela universalização concreta da Redenção colocada não no plano de uma visão dualista, mas de uma concepção do homem como um todo, indissociável, organicamente definido. [...] voltamos à perspectiva universal do Cristianismo: todos os homens e o homem todo são objeto de amor e da Salvação (apud L. G. de S. Lima, 1979, pp. 108-9).

Mais adiante, acrescenta-se: "Absolutizamos o homem como fruto mais perfeito da Criação. Como fim último da História Humana, como tendo uma vocação eterna de encontro com o Absoluto" (apud idem, op. cit., p. 112).

Mas esse humanismo já não era apenas cristão, vinha mesclado com um esboço de análise de classes de inspiração marxista, como se evidencia, por exemplo, no seguinte trecho da referida *Declaração da Bahia*, em cuja redação os estudantes da JUC tiveram participação direta: "[...] cumpre que os estudantes, principalmente os universitários, colocados numa perspectiva proletária, aliem-se às classes trabalhadoras, e, ao mesmo tempo que forneçam a estas subsídios para o aceleramento de seu processo emancipatório, sofram, por parte delas, a influência revolucionária que só essas classes, atualmente, podem exercer" (apud Sanfelice, 1986, p. 34).

Questionada pelo episcopado e impulsionada por um movimento social que já não cabia nos limites da Igreja, a ala mais à esquerda da JUC criaria a Ação Popular (AP) em 1962, associada a outras forças, como será exposto adiante — mas isso não impediu que houvesse muitos casos de dupla militância: a JUC continuaria, em parte, a ter uma função auxiliar à AP. Nesse sentido, declarou-me Duarte Pereira:

> Algumas das figuras destacadas da JUC nos anos 50, como Betinho e Luiz Alberto, simplesmente se formaram e, por isso, automaticamente, deixaram de pertencer aos quadros da organização, que era estudantil. Era uma razão a mais por que buscavam, no começo dos anos 60, outras alternativas de organização para atuar. Alguns poucos, como Aldo Arantes, foram excluídos pela hierarquia. A maioria mantinha *dupla militância* ou boas relações com as duas organizações, JUC e AP. Em geral, nunca houve hostilidade entre militantes e dirigentes das duas organizações, que tinham natureza e propósitos distintos.

Podada pela hierarquia, carente de seus melhores quadros — que tendiam a privilegiar a AP —, confrontada com o golpe militar de 1964, a JUC foi gradualmente perdendo força. No Conselho Nacional de 1967, já muito enfraquecida, a JUC deixou de considerar-se parte da Igreja, propondo ser meramente um "movimento de cristãos". Realizou ainda um encontro nacional em 1968, no qual ficou evidente o esvaziamento da entidade, que se dissolveu.

Entretanto, os debates, a vivência e a militância na JUC tiveram desdobramentos significativos na vida intelectual e política brasileira. Assim, por exemplo, vários intelectuais tiveram suas raízes na JUC — e depois na AP. Vejam-se os depoimentos de Henrique de Lima Vaz, Raul Landim e Paulo Arantes para o livro *Conversas com filósofos*

brasileiros (Nobre e Rego, 2000). São três casos de intelectuais com participação na JUC, depois identificados com a AP no pré-1964, embora Paulo Arantes declare que, apesar de ter acompanhado de perto a fundação da AP, "não podia entrar, pois era dirigente nacional da JUC". Segundo ele, "a AP foi um fenômeno. Em menor proporção pode ser comparada aos primeiros passos do PT, também com forte impregnação católica de esquerda" (apud Nobre e Rego, 2000, p. 338). Otília Fiori Arantes, José Luís Fiori — filhos de um conhecido professor universitário de filosofia, no Rio Grande do Sul, que também foi da AP — e uma infinidade de outros intelectuais hoje destacados academicamente também transitaram pela esquerda católica no início dos anos 60.

Muito da participação católica nas comunidades eclesiais de base, a partir dos anos 70, e da própria versão brasileira da Teologia da Libertação é herdeira da JUC — e também da Juventude Estudantil Católica (JEC), organização da Ação Católica para estudantes secundaristas, os quais, chegando ao ensino superior, incorporavam-se à JUC.[11] Sem esquecer a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Juventude Independente Católica (JIC), todas ligadas à Ação Católica brasileira e fornecedoras de quadros para a AP.

A influência da JUC chegou mesmo a ultrapassar as fronteiras nacionais, a julgar pelo depoimento do peruano Gustavo Gutiérrez, autor do livro *Teologia de la Liberatión*, publicado em Lima, em 1971. Ele declarou a Gómez de Souza que, enquanto redigia esse livro, em 1969, "parou na metade e sentiu necessidade de vir ao Brasil para discutir certos detalhes e entrevistar alguns antigos militantes da JUC, sobretudo aqueles do período 1960-1963" (Gómez de Souza, 1984, p. 9).

Especialmente a ordem dos dominicanos foi influenciada pela militância na JUC naquele período, alguns frades incluídos, os quais, depois de 1964, ligaram-se ao esquema guerrilheiro organizado pelo líder comunista Carlos Marighella, fundador da Ação Libertadora Nacional (ALN), em 1967. A relação entre os frades e a ALN foi relatada por frei Betto no livro *Batismo de sangue* (1983). Segundo o jornalista Emiliano José (1997, pp. 72 e segs.), em seu livro sobre

Marighella, baseando-se em depoimento do frei Fernando de Brito, "tornaram-se militantes da ALN" os freis Oswaldo Rezende, Yves Lesbaupin, Magno José Vilela, Luís Felipe Ratton, além do próprio Fernando e de frei Betto.

Por outro lado, alguns integrantes ou simpatizantes da JUC e, mais tarde, da AP viriam a ocupar postos importantes no governo de Fernando Henrique Cardoso — eleito presidente do Brasil em outubro de 1994, graças a uma aliança entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e as forças conservadoras da política nacional —, caso dos ministros Sérgio Motta, José Serra, Paulo Renato Souza, Luiz Carlos Mendonça de Barros, Clóvis Carvalho, Paulo Paiva, além de funcionários graduados, como Vilmar Faria, Egydio Bianchi, entre outros. Numa reportagem para a revista *Caros Amigos*, intitulada "Serjão e os ex-revolucionários de São Paulo", o jornalista Carlos Azevedo relata "a história do grupo que foi perseguido por subversão no regime militar e acabou no poder". Segundo ele, Mendonça de Barros e Clóvis Carvalho deixaram a AP por discordar de sua radicalização a partir de 1965. Sérgio Motta afastou-se mais adiante — quando avançou a proposta de preparação da luta armada —, mas permaneceu solidário aos ex-companheiros, dando-lhes emprego na sua empresa de planejamento e projetos hídricos, a Hidrobrasileira.

Sérgio Motta foi um dos seis integrantes da direção nacional que reorganizou a AP, em 1965, ao lado de Aldo Arantes (coordenador), Paulo Wright, Carlos Aumond, Betinho e Duarte Pereira. Segundo carta deste último à *Folha de S. Paulo*, publicada parcialmente em abril de 1998, logo após a morte de Motta,

> Serjão, ou *Rodrigo*, seu nome de luta, ocupava nesse grupo um lugar especial. Prático, organizador, garantia a ligação com São Paulo e o apoio administrativo às atividades da direção. Briguento, mas afetuoso, conseguia divergir sem inviabilizar a convivência. Em 1967, por uma confluência de motivos pessoais, políticos e ideológicos, deixou a direção e, em seguida, a organização. Mas permaneceu na luta democrática e, mesmo ao integrar uma aliança conservadora, não arquivou as preocupações sociais. Também não esqueceu os antigos companheiros e amigos. Eu próprio devo muito ao apoio dele e de [sua esposa] Wilma em momentos decisivos.

O ex-presidente da UNE, José Serra, exilou-se no Chile e, lá, foi representante da AP até afastar-se da organização, em 1973, ano da integração da maioria da AP (então já denominada APML) ao PC do B, de uma série de prisões e assassinatos de militantes da Ação Popular Marxista-Leninista (APML) no Brasil e da derrubada do governo Allende no Chile. Neste país atuaram vários militantes da AP, assumindo posições políticas diferenciadas na trajetória de ascensão e queda de Allende.

Os quadros da AP no Chile davam suporte à sobrevivência política e material da organização no Brasil. Exemplo de atuação da AP no Chile foi a publicação de *Brasil: represión y tortura* (Alarcón, 1971). O livro foi "sugerido pela direção nacional da AP, com participação de militantes de outras organizações, exilados no Chile. Assumido pelo chileno Rodrigo Alarcón, do Comitê de Denúncia à Repressão no Brasil, para facilitar a publicação", segundo nota de Duarte Pereira para seu fundo documental, doado ao Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP.[12] Nesse livro, há um artigo de José Serra — sem assinatura — no anexo intitulado "La situación económica y social del pueblo brasileño: la outra violencia" (pp. 145-48). Numa obra dedicada a denúncias sobre as atrocidades da repressão, Serra expunha também a violência implícita na política econômica e social da ditadura.

Outros futuros políticos de destaque no campo conservador também pertenceram à AP, como o ex-governador do Rio de Janeiro Moreira Franco. Entretanto, neste capítulo sobre o lugar da AP na *História do marxismo no Brasil*, o propósito restringe-se a enfocar os rumos da parcela dirigente mais politizada da JUC nos anos 60, que daria origem à Ação Popular (AP), nascida sob signo cristão, mas crescentemente influenciada por idéias marxistas, até chegar ao maoísmo.

2. *Surgimento e consolidação da Ação Popular*

A AP surgiu em 1962, embora o ato formal de fundação só viesse a ocorrer em 1963, em Salvador. Estava implantada, principalmente no movimento estudantil, no qual manteve a presidência da UNE e de muitos centros acadêmicos e outras entidades representativas locais e regionais durante os anos 60. Gestou-se em particular no interior da JUC, que mostrara sua força política organizada no XXIII Congresso Nacional dos Estudantes, em 1960, quando compôs a chapa eleita para a diretoria da UNE com outros grupos de esquerda. Entretanto, cabe lembrar que, além da JUC, da JEC e dos demais movimentos católicos predominantes nas origens da AP, a organização bebeu de outras fontes. Por exemplo, no depoimento que me concedeu Duarte Pereira (31/1/2001), ele questiona a "versão tradicional que absolutiza o papel dos militantes oriundos da JUC" na criação da AP. Segundo ele,

> É inquestionável que a JUC e, particularmente, lideranças saídas da entidade tiveram um papel decisivo na criação da AP, assim como as idéias filosóficas e políticas de raiz cristã, de que eram portadores. Mas, remontado assim, o quadro não está completo. Do ponto de vista de idéias e posições, é preciso levar em conta, desde o início, o movimento renovador que ocorria no seio de várias igrejas cristãs evangélicas e que, no caso da juventude, se cristalizou em organizações como a UCEB (União Cristã dos Estudantes do Brasil) e as ACAs (Associações Cristãs Acadêmicas). Uma figura como a do pastor Richard Schaull[13] desempenhou nesses meios um papel semelhante ao do padre Vaz nos círculos católicos juvenis. Em vários aspectos, as idéias desses setores evangélicos podem ser consideradas mais avançadas do que as que circulavam na Igreja católica e mesmo em seus movimentos leigos. É claro que a influência deles era muito menor. Mas, desde 1963, pelo menos, algumas das lideranças saídas desses movimentos tiveram um papel na criação da AP. Rubens Menzen Bueno, ou "Rubão", chegou a ser, em 1963, um dos pré-candidatos da AP à presidência da UEE paulista. Escolhi como minha principal assessora na UNE a Abigail. Paulo Wright começou a aproximar-se da AP no segundo semestre de 1963. E assim por diante. Após 1964, esses vínculos aumentaram, até com movimentos e lideranças evangélicas de outros países, inclusive dos Estados Unidos, na luta contra o racismo e contra a guerra do Vietnã.

Duarte Pereira esclarece que, além do pessoal da JUC, de outras instituições católicas e dos evangélicos, haveria, na origem da AP, a presença de estudantes independentes de esquerda:

Outra corrente, além da JUC e dos evangélicos, foram os estudantes, como eu, que atuavam na "esquerda independente". Alguns eram cristãos (como eu, mas não mais filiados a nenhum movimento institucional de qualquer igreja); outros existencialistas *à la* Sartre; outros já se declaravam marxistas, mas contrários à orientação e à atuação do PCB e das outras organizações que se reivindicavam marxistas na época (como a IV Internacional, a Polop ou o PC do B). O baiano Severo Sales, para dar um exemplo, já se dizia ateu e marxista na época, foi quem me recrutou para a AP e foi eleito membro da direção nacional no I Congresso, de 1963. Quanto à composição social, é indiscutível o predomínio da juventude universitária, mas havia também uma influência crescente no movimento secundarista, que se ampliaria até ganhar hegemonia após 1964 (ver a geração de Tibério Canuto, Bernardo Joffily e outros); havia os profissionais universitários (como o próprio Betinho, Luiz Alberto, Cosme e tantos outros); advogados trabalhistas (como o mineiro Antônio Lins); parlamentares, que participaram das primeiras articulações, embora alguns não se tenham tornado militantes, mas apenas amigos e aliados, quando a AP se organizou efetivamente, com estrutura e disciplina (por exemplo, Paulo de Tarso, Almino Afonso, Max da Costa Santos e outros; daí a participação da AP no Ministério da Educação, no Ministério do Trabalho, na Superintendência para a Reforma Agrária (Supra) [órgão do governo federal, criado em outubro de 1962 pelo presidente da República, o trabalhista João Goulart] etc., durante o governo Jango); e os primeiros vínculos com as ligas camponesas e sindicatos rurais, com movimentos populares urbanos (em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro etc.) e com o movimento operário e lideranças operárias, desde 1962-1963 (em São Paulo, em Minas, na Bahia etc.). Em suma, a AP não foi, desde o começo, um movimento exclusivamente estudantil e cristão. E esta realidade foi-se alterando com o passar dos anos. Desconhecer isso facilita a tese da interpretação "pequeno-burguesa", "cristã" e "mística" da AP, até mesmo de seu "marxismo".

Se as origens foram variadas, isso não deve elidir que foram as lideranças surgidas na JUC que desempenharam o *papel decisivo* na criação da AP, a partir do movimento estudantil.[14] Nos anos 50, havia acirrada disputa entre as esquerdas e os liberais pelo controle da UNE. De 1950 a 1956, a entidade esteve em mãos de setores ligados à União Democrática Nacional (UDN), o partido de direita mais importante da época. No final da década, comunistas e socialistas passaram a ser hegemônicos na UNE; para manter sua escassa maioria na direção da entidade, precisavam do apoio de outros

estudantes. Daí aproximarem-se de setores da JUC, que não votava em bloco nas eleições para a UNE: alguns de seus membros pendiam para os liberais, outros para a esquerda. É preciso reiterar que a JUC, dada sua condição de representação estudantil dos católicos, sempre esteve marcada pela diferenciação interna, com setores mais ou menos conservadores ou progressistas.

Por volta de 1960, a tendência de esquerda passou a predominar no interior da JUC e a organizar-se num *setor político*, especialmente significativo em Minas Gerais, onde se destacaram militantes como Herbert José de Souza (Betinho), Vinícius Caldeira Brant, Henrique Novais, entre outros, com atuação relevante na Universidade Federal de Minas Gerais, cujo Diretório Central dos Estudantes (DCE) era controlado pela esquerda da JUC, que mantinha relações estreitas com integrantes do clero progressista, como o frei Matheus Rocha e o padre Lage. Segundo frei Betto,

> Todas as tardes nós nos encontrávamos no "chá das seis", como era conhecido o encontro dos militantes cristãos à porta da igreja São José, no centro da capital mineira. Ali conspirávamos e debatíamos as estratégias para mudar a sociedade pela força da fé: Vinícius Caldeira Brant, Hugo Amaral, Paulo Haddad, Marcelo Guimarães, Nassim Mehedeff, Tomás Aroldo da Mota Santos, Humberto Pereira, José Alberto Fonseca, Rafael Guerra, Jair Ferreira de Sá e tantos outros. Enquanto a missa não tinha início, analisávamos a conjuntura do mundo, do Brasil, de Minas, até a hora de entrar no templo para receber a comunhão.
>
> Betinho era o líder, o mais perspicaz, o mais sagaz. [...] Era o estrategista de nossas lutas estudantis. Nunca chegou à presidência da UNE, mas levou ao cargo Vinícius Caldeira Brant, Aldo Arantes e José Serra (Betto, 1997).[15]

No Rio de Janeiro, então capital do Brasil, a esquerda da JUC também era forte, especialmente na Universidade Católica (PUC–RJ), cujo DCE foi presidido por Aldo Arantes; ali também contava com o apoio de membros do clero, como o padre Henrique de Lima Vaz, que foi um dos principais ideólogos da JUC e da AP no início dos anos 60. Segundo Betinho, "o padre Vaz foi nosso ideólogo, porque o frei Matheus foi o inspirador". Frei Matheus Rocha foi fundador da JEC, enquanto o padre Henrique Vaz — leitor de

Marx, Engels, Hegel, Heidegger e outros pensadores — seria o redator da "parte ideológica, teórica, filosófica" do documento fundador da AP (Souza, 1996a, pp. 23 e 38).[16]

Na Bahia, com respaldo de padres como Jerônimo de Sá Cavalcanti e Dionísio Sciucchetti, a JUC foi representativa no movimento estudantil, que contava com a militância de Jorge Gonçalves, Paulo Mendes, Haroldo Lima, entre outros. São Paulo, Pernambuco, Goiás e Rio Grande do Sul também foram estados com destaque da JUC no seio do movimento estudantil, conforme relatam Arantes e Lima (1984, pp. 28-29).

Dada sua crescente organização, as lideranças da JUC passaram a encabeçar a frente de esquerda que dirigia a UNE. Assim, em 1961, o jucista Aldo Arantes foi eleito presidente da entidade, aliado ao Partido Comunista (PCB) e a outras forças progressistas que compunham a chapa vencedora. Mas Arantes foi obrigado a afastar-se da JUC, devido à aproximação com os comunistas e ao reconhecimento, por parte da UNE, sob sua gestão, da União Internacional dos Estudantes, ligada a Moscou, como apontou Gómez de Souza (1984, p. 187). Este foi apenas um exemplo dos atritos com a hierarquia católica, aos quais a radicalização política de lideranças da JUC levava. Começava a amadurecer o afastamento dos setores de esquerda da JUC em relação à hierarquia da Igreja. Formou-se, então, o chamado *Grupão*, organização transitória para a AP.

Tendo em mente a formação de uma organização política autônoma, líderes mais à esquerda da JUC promoveram a chamada UNE-Volante, em que dirigentes da UNE deslocavam-se por todo o país, levando aos estudantes mensagens de conscientização e luta política. A adesão em âmbito nacional à *greve do 1/3* — que reivindicava um terço de participação estudantil em todos os colegiados universitários — facilitou a articulação de uma nova organização política, com base na esquerda da JUC, em todo o país.[17] A pretensão era criar no Brasil uma terceira via, socialista e democrática, ao mundo polarizado da Guerra Fria.

Uma série de três reuniões constituiria a AP. A primeira, no início de 1962, aprovou o *Estatuto ideológico* da nova agremiação, que defendia o socialismo democrático e a revolução brasileira. Escolheu-se o nome provisório de Grupo de Ação Popular (GAP), logo abandonado, para a sigla não ser confundida com uma organização de extrema direita, o Grupo de Ação Patriótica. O nome e a sigla, AP, seriam assumidos na segunda reunião de fundação, em junho de 1962, em Belo Horizonte, com representação de 14 estados. Finalmente, em fevereiro de 1963, em Salvador, ocorreu a terceira reunião, a mais significativa na etapa de fundação, constituindo-se no I Congresso da AP, cujo nascimento alguns autores datam a partir daí, caso de Daniel Aarão Reis (Reis Filho e Sá, 1985, p. 36).

Os principais fundadores, participantes do I Congresso da AP, segundo Arantes e Lima (1984, p. 40), teriam sido: Herbert José de Souza (Betinho, eleito coordenador nacional), Aldo Arantes, Luiz Alberto Gómez de Souza, Haroldo Lima, Cosme Alves Neto — todos também presentes nas duas reuniões anteriores do processo de fundação —, além de Duarte Pereira,[18] Antonio Lins, Severo Sales, Péricles dos Santos, Maria Angélica Duro e Manuel Joaquim Barros.

A AP organizava-se, na época, em âmbito municipal, regional (8 regiões englobando 21 estados) e nacional, cada um com suas respectivas *coordenações*. O sistema de *coordenações*, correspondente à fase de maior herança cristã na AP, seria transformado, depois de 1965, em sistema de *comandos* (o nome já revela a influência da Revolução Cubana) e posteriormente em sistema de *comitês*, no período do marxismo-leninismo-maoísmo. Alguns documentos ao longo do tempo dão pistas sobre o funcionamento organizacional da AP, por exemplo: *Estruturação e organização do grupo* (1963), *Histórico* (da AP, 1966), *Estatutos da APML* (1971) etc.

Também há informações a respeito no livreto *AP, socialismo brasileiro*, de um jesuíta conservador, Estáquio Gallejones (1965, 47 p.). Segundo Duarte Pereira, este foi um dos primeiros trabalhos a serem publicados sobre a AP; o autor teria tido "acesso, possivelmente, a documentos apreendidos pelos serviços de inteligência e repressão do regime militar; por isso fornece dados sobre a estrutura da AP e a composição nominal de seus órgãos dirigentes, difíceis de serem encontrados em outras fontes". Conforme escreveu Pereira à margem de seu exemplar do livreto, este apresentaria "orientação crítica e conservadora, mas relativamente fiel aos fatos". Ali, são

identificados os primeiros membros eleitos para o Secretariado Nacional da AP no seu I Congresso: Herbert José de Souza (de Minas Gerais, coordenador nacional) Severo Albuquerque Sales (da Bahia), Cosme Alves Neto (do Amazonas) e Maria Angélica Duro (do Rio Grande do Sul). Esta última logo deixaria o secretariado, que, a partir de agosto de 1963, seria composto também por Tereza Rodrigues e Sílvio Gomes de Almeida (da Guanabara), Aldo Arantes (do Distrito Federal) e Luiz Alberto Gómez de Souza (do Rio Grande do Sul).

O I Congresso da AP aprovou o *Documento base* da organização, que orientou sua atuação política até por volta de 1968.[19] O texto aboliu qualquer referência ao cristianismo, o que significou uma ruptura com a JUC. Mas o ideário cristão ainda estava presente, por exemplo, na afirmação abstrata de que "nosso compromisso único é, pois, com o homem" (apud L. G. de S. Lima, 1979, p. 118), sob clara inspiração da reflexão anterior, desenvolvida no seio da JUC, na qual vários integrantes da AP continuavam a atuar paralelamente. Outra herança da JUC na AP surge logo no segundo parágrafo do *Documento base*: "Visão, opção e ação traduzem para nós três momentos articulados de um só movimento: o movimento mesmo de nossa presença na história de que não somos espectadores, mas atores conscientes". Ora, o que seriam *visão, opção e ação* senão uma referência ao método da JUC, "ver, julgar, agir"?

Por outro lado, sob o impacto recente da vitória da Revolução Cubana, as idéias marxistas mesclavam-se à inspiração cristã no documento, que adotava a "perspectiva do socialismo como humanismo, enquanto crítica da alienação capitalista e movimento real da sua superação" (apud L. G. de S. Lima, 1979, p. 126). Defendia-se o caráter socialista da revolução brasileira, embora a análise ainda se prendesse a uma visão dualista da economia e da sociedade: haveria a coexistência de um setor arcaico e *feudal* em parcelas do campo, com um setor capitalista crescente no conjunto da sociedade; a proposta era lutar contra "a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal", com prioridade para a organização de operários e camponeses, numa política de *preparação revolucionária* (apud L. G. de S. Lima, 1979, pp. 138-44). A proposta de socialismo, contudo, afastava-se da fórmula de *ditadura do proletariado*, vigente no Leste Europeu (apud L. G. de S. Lima, 1979, pp. 134-38).

Outro fator decisivo para os dirigentes de esquerda da JUC fundarem a AP — associando-se a setores políticos menores de fora da JUC — foi a necessidade de aproximação com a sociedade mais abrangente, fora do movimento estudantil. Sem abandonar o trabalho com universitários e secundaristas, a AP pretendia lançar-se com prioridade à organização política de operários e camponeses. Entre esses últimos, conseguiu certa inserção, especialmente por meio da participação no Movimento de Educação de Base (MEB), da Igreja católica. Esse movimento foi objeto do portentoso livro *Educar para transformar: educação popular, Igreja católica e política no Movimento de Educação de Base*, de Luís Eduardo Wanderley, que dedica um breve tópico à AP (1984, pp. 401-8). Para ele, "o MEB, juntamente com o sindicalismo rural e a JUC, e em parte a JEC, se constituíram nos movimentos da Igreja católica que redefiniram a atuação da prática dos cristãos na sociedade brasileira" (1984, p. 16).

O MEB, ligado à hierarquia católica, "era essencialmente educativo e não um movimento político ou calcado em um projeto político definido", como o da AP (1984, p. 404). Não obstante, no início dos anos 60, o MEB constituiu-se num espaço de atuação para católicos de esquerda, que procuravam conscientizar e politizar especialmente o povo do campo durante o processo de aprendizagem. O MEB atingiu 14 estados e um território em 1964, num sistema que envolvia aulas radiofônicas. Entre 1961 e 1965, 380 mil alunos concluíram os estudos no MEB, que mobilizou milhares de professores, supervisores e monitores voluntários, conforme dados fornecidos por Wanderley (1984, pp. 60-61).

Entre os alunos do MEB, em 1962, esteve o futuro líder camponês Manoel Conceição dos Santos, que assim começava uma trajetória que o levaria a tornar-se organizador de 20 a 30 escolas de alfabetização no interior do Maranhão, depois fundador do Sindicato do Trabalhadores Rurais Autônomos de Pindaré Mirim, em 1963, organizador da resistência ao golpe de 1964 no campo, mais tarde dirigente da AP e da APML (Conceição dos Santos, s.n.t.; e 1980). Paralelamente ao MEB — e sem se confundir com ele —,

desenvolveu-se na época, a partir do Recife, o sistema revolucionário de alfabetização do educador católico Paulo Freire, do qual também participaram membros da AP.

A AP obteve certo êxito no processo de organização de sindicatos rurais, promovido pela SUPRA. A organização participou ainda da criação e da primeira diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Por aí se vê que a AP, embora com discurso e postura à esquerda do governo Goulart, integrou-se ao esforço reformista da época, a partir da ação do Estado, do qual reivindicava a implementação das chamadas *reformas de base* na sociedade brasileira, como as reformas agrária, educacional, fiscal, administrativa e outras que promovessem melhor distribuição de riquezas e direitos sociais.

3. *O pós-1964*

Com o golpe de 1964, muitas lideranças da AP foram perseguidas e presas. Mesmo assim, em parte sob a cobertura de setores da Igreja, a organização buscou tomar iniciativas para a resistência: dirigentes passaram à condição de clandestinidade, alguns sairiam do país, caso de José Serra, Betinho, Aldo Arantes, Alípio de Freitas e Paulo Wright.

Neste ínterim, muitos deixaram de militar. A criação da AP já significara a perda dos integrantes da JUC e de outros cristãos que não acompanharam a radicalização de seus líderes de esquerda. No imediato pós-golpe de 1964, a direção da AP chegou a fazer parte da articulação frustrada de resistência armada, comandada a partir do exílio uruguaio principalmente pelo ex-governador gaúcho Leonel Brizola.[20] Por outro lado, após o golpe, uma leva de desiludidos com a derrota também abandonou a organização. A maioria dos remanescentes reorganizou-se e aprovou a *Resolução política de 1965*, na linha do *Documento base* de 1963, mas com ênfase na necessidade da luta armada revolucionária, o que aproximou a AP da visão de mundo dos revolucionários de Cuba.[21]

Este passo não foi acompanhado por todos os integrantes da AP, que sofreu outras perdas, compensadas em parte pelos novos militantes conquistados, sobretudo, no movimento estudantil. Por exemplo, entre meados de 1966 e 1967, reconstituiu-se o núcleo da AP em Curitiba, com duas bases sociais: estudantes e um grupo independente de esquerda, composto por intelectuais e profissionais liberais, alguns deles membros do Partido Socialista Brasileiro (PSB) no pré-64, caso de Edésio Passos e Valmor Marcelino, "que se tornaram dirigentes de expressão da organização regional da AP", nas palavras de Reginaldo Dias (1997, pp. 137-39).

A partir da reunião do Comando Nacional, em 1965, Aldo Arantes passou a ser o novo coordenador da AP, no lugar de Betinho. A AP divulgava suas orientações pelo jornal mensal *Revolução*, mimeografado, substituído em 1968 pelo *Libertação*, que chegou a tirar 56 edições, até ser fechado em 1975.[22] Aos poucos, a AP reagrupava-se, baseada no setor no qual era mais representativa, o estudantil. A partir do XXVIII Congresso da UNE, em 1966, retomou claramente a hegemonia na entidade, como aponta, por exemplo, Martins Filho (1987). Mas, já na reorganização do movimento estudantil, em 1965, vários membros da AP participaram da direção da UNE, caso de Antonio Xavier, Sarno, Altino Dantas etc.[23]

A AP, seguindo os ventos da esquerdá latino-americana no período, fez preparativos para ações armadas, chegando mesmo a envolver-se em algumas operações militares, como um célebre atentado, em 1966. Jair Ferreira de Sá revelou ao *Jornal da República* de 8 de setembro de 1979 — em história posteriormente confirmada por Duarte Pereira, em depoimento a Jacob Gorender (1987, pp. 112-13) — que, na fase castrista da AP, um comando autônomo, chefiado por um militante expressivo, perito em explosivos, detonou por conta própria uma bomba no aeroporto do Recife, em atentado contra a vida de Costa e Silva, ministro da Guerra, indicado pelo regime militar para ser o próximo presidente da República. Houve mortos e feridos, que não tinham relação com o objetivo do atentado, cujos verdadeiros autores não foram descobertos pela polícia na época.

Por muito tempo, o atentado foi erroneamente atribuído a militantes de outras organizações, particularmente Edinaldo Mi-

randa de Oliveira e Ricardo Zaratini. Hoje se sabe que os autores eram da AP, um deles Raimundo Machado, morto pela polícia em 1971, quando pertencia a outra organização, a VAR–Palmares. Mantém-se o segredo quanto aos nomes de outros possíveis envolvidos, que ainda estariam vivos. Em extensa reportagem, baseada em inúmeras entrevistas, o *Jornal do Commercio* (23/7/1995, pp. 6-15) do Recife levantou uma série de nomes de prováveis envolvidos, especialmente o do ex-padre Alípio de Freitas, que em 1968 deixou a AP para integrar-se ao PRT. Na 5ª edição revista de *Combate nas trevas* (1998, pp. 122 e segs.), Gorender confirma a responsabilidade de Alípio de Freitas pela coordenação do atentado.

O resultado desta ação no interior da AP foi a dissolução imediata dos comandos armados paralelos. A Direção Nacional havia optado pela luta armada, mas não tomara conhecimento prévio do atentado, que condenou. O episódio colaborou para o questionamento do *foquismo* (idéia de que a revolução poderia começar a partir da ação armada de pequenos grupos de vanguarda, a partir de um foco rural, como na Revolução Cubana, segundo argumentação de Régis Debray, s.d.) e da prática de ações armadas urbanas, bem como para o reexame da aproximação com Cuba, fortalecendo na AP os propositores da estratégia da *guerra popular prolongada*. Quanto aos autores do atentado, Betinho relatou que "passaram por uma reeducação ideológica, de efeito tão improdutivo quanto o atentado", pois "um deles foi designado para trabalhar numa área camponesa do interior do Estado do Rio. Dois meses depois, nos procurou para dizer que ia tudo muito bem, porque ele conseguira umas 40 bananas de dinamite numa pedreira da região" (*Jornal do Commercio*, 23/7/1995, p. 14).

O desastre da ação do Recife contribuiu para afastar a AP do processo de ações armadas urbanas pelo qual enveredou boa parte da esquerda brasileira, entre 1968 e 1971, notadamente organizações como a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), entre dezenas de outros pequenos grupos guerrilheiros, inspirados principalmente pela Revolução Cubana (Gorender, 1987; Ridenti, 1993). Não obstante, a AP participou ativamente da I Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas), em Cuba, que tinha a pretensão de articular as forças revolucionárias de toda a América Latina, em 1967.

O relato oficial da AP acerca do tema encontra-se no *Informe sobre a I Conferência da Olas*, editado na época pela direção da organização. Haviam sido indicadas cinco organizações brasileiras para participar da conferência da Olas: PCB, PC do B, AP, Política Operária (Polop) e Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Segundo o documento da AP, a organização e o MNR mandaram dois delegados cada, a Polop não compareceu, nem o PCB (embora Marighella estivesse lá como convidado, mas já liderando a dissidência comunista que daria origem à ALN), e o PC do B foi excluído por "deixar de cumprir os deveres de solidariedade com a revolução cubana" — um editorial do jornal do partido posicionava-se a favor da China e contra Cuba, numa pendência da época sobre o comércio de arroz entre os dois países, além de outras divergências não explícitas. Os delegados da AP protestaram, na conferência, contra a exclusão prévia do PC do B, e o *Informe* foi ainda mais longe, falando em "pretexto [dos cubanos] para eliminar voz discordante", o que já sinalizava para o afastamento da maioria da direção da AP em relação a Cuba e para a aproximação com a China e o PC do B.

Os dois delegados da AP enviados a Cuba foram Betinho e Paulo Wright, a quem se agregou "um companheiro estudante, gaúcho, cujo nome não recordo, que já se encontrava em Havana, na Organização de Coordenação dos Estudantes Latino-Americanos (Oclae), representando a UNE", como me disse Duarte Pereira sobre a delegação da AP no congresso da Olas. Betinho passou a fazer parte do Comitê Permanente da Olas e, "para cumprir essa tarefa, permaneceu algum tempo em Havana", segundo Duarte Pereira.

O *Informe* da AP apontava como aspecto mais positivo da reunião a "definição da luta armada como centro da estratégia revolucionária" para o continente, isolando o "bloco revisionista tutelado pelo PC soviético". Mas o documento da direção deixa transparecer divergências na AP, nas críticas que dirigia a seus dois delegados, que "avançaram conclusões que não poderiam ser apresentadas como

definições da organização, na medida em que o tema se encontra em discussão". Cita, por exemplo, a posição dos delegados de crítica à "tese da existência de um caráter feudal na agricultura latino-americana", que tinha implicações na definição do caráter da revolução brasileira, que seria imediatamente socialista para os delegados. Era um sinal claro da luta interna que se travava na AP.

Depois de 1964, a AP enviara alguns militantes a Cuba e outros para a China, que vivia, no período, o processo da chamada *revolução cultural proletária*. Foram-se formando duas alas no interior da AP: a *Corrente 1*, que propunha para o Brasil uma revolução inspirada no modelo chinês, cuja influência pode ser constatada no documento de 1967 intitulado *Esquema dos seis pontos*, redigido pelo dirigente Jair Ferreira de Sá, após estada na China;[24] e a *Corrente 2*, liderada por Vinícius Caldeira Brant e Altino Dantas, resistente à maoização da AP e considerada *foquista* por seus adversários.[25]

A luta interna culminou com a expulsão dos adeptos da Corrente 2, durante a I Reunião Ampliada da Direção Nacional da AP, em setembro de 1968, a primeira em que a organização se assumiu como marxista-leninista: estava definida a adesão da AP ao maoísmo. Os expulsos da AP juntaram-se a outros segmentos esparsos de esquerda para constituir o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), que aderiu à guerrilha urbana e logo viria a dissolver-se, em 1971-1972, após sucessivas ondas de prisão e morte de vários de seus militantes. Anos depois, com a democratização política da sociedade brasileira, vários ex-integrantes da Corrente 2 da AP envolveram-se diretamente na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980.

Entre 1966 e 1969, a AP logrou inserção expressiva sobretudo no meio estudantil, radicalizado naquele período. Dividia com outros agrupamentos de esquerda, especialmente com as dissidências armadas do PCB, a direção dos movimentos dos estudantes.[26] A AP conseguiu eleger sucessivos presidentes da UNE, em congressos concorridos, realizados na clandestinidade, muitas vezes no interior de estabelecimentos cedidos por setores da Igreja católica, o que se pode compreender dados o quadro político do período e a ligação histórica da AP com a Igreja.[27] Em 1966, José Luís Moreira Guedes

foi escolhido presidente da UNE; em 1967, Luís Travassos; em 1969, Jean Marc van Der Weid, substituído, após ser preso, pelo vice Honestino Guimarães, que viria a ser assassinado pela polícia política em 1973, quando a UNE já havia sido dissolvida pelo que restara de sua direção, dada a ofensiva repressiva da ditadura.

A geração de Travassos, Jean Marc e Honestino, que aderiu à AP depois de 1964, já estava em boa medida desvinculada da trajetória católica anterior da organização, típica da geração de Betinho. Vários militantes desta fase jamais haviam chegado a ser da JUC, embora muitos tivessem formação católica. Apesar da importância de um ou outro membro dessa nova geração no interior da AP — alguns dos quais sem tradição cristã —, os rumos da organização como um todo são indissociáveis das origens, na Igreja católica, dos principais dirigentes e da maioria dos militantes. Um exemplo de militante da AP que nunca foi católico é Tibério Canuto de Queiroz Portela; ele declarou que teve "formação atéia" e, quando entrou na AP, em 1966, ficou surpreso ao "descobrir que a maioria ainda era cristã" (depoimento a Franklin Oliveira Jr., 13/11/1998). Sobre o tema, lê-se no documento *Autocrítica do Comando Nacional*, de 1968, que seria "necessário reconhecer que existe contradição entre materialismo dialético e religião e fazer um trabalho de persuasão a este respeito, mas acima de tudo concentrar esforços na transformação prática dos militantes crentes", os quais ainda eram muitos nas fileiras da AP, que continuava admitindo a entrada de pessoas religiosas.

A AP — a exemplo de dezenas de grupos de esquerda em combate à ditadura depois de 1964 — encontrava suas bases sociais especialmente nas camadas médias intelectualizadas e jovens. Tinham até 25 anos 53% dos processados pela Justiça militar por vinculação com a AP, e 41,3% estavam na faixa entre 26 e 35 anos. Dentre os 409 processados, 123 eram estudantes (31,1%); 44, professores (10,8%); e 83 poderiam ser classificados como "outros profissionais com formação superior" (20,3%). Enquanto 17 processados eram lavradores (4,2%), 56 eram trabalhadores manuais urbanos (13,7%).[28]

Estes números reiteram as evidências de que predominavam na AP os militantes das camadas médias intelectualizadas.[29] Também se sabe que a maior significação política da AP sempre esteve no movi-

mento estudantil. Mas isso não quer dizer que a organização deixasse de atuar em outras frentes. Ao contrário, dava ênfase à necessidade de inserção nos movimentos operário e camponês, especialmente neste último. Assim, militantes da AP participaram das greves operárias de 1968 em Osasco e Contagem e integraram-se ao movimento operário em São Paulo e no ABC paulista, com atuação especialmente entre os metalúrgicos, em comissões de fábrica e oposições sindicais.[30] No campo, a AP tinha frentes de trabalho político em vários estados. Eis alguns exemplos: a organização de trabalhadores rurais no vale do Pindaré Mirim, no Maranhão; na Zona da Mata, em Pernambuco; e em Água Branca, no sertão de Alagoas (ver Arantes e Lima, 1984, pp. 88-97).

O Projeto Brasil Nunca Mais (BNM) catalogou alguns processos na Justiça militar contra a AP, nos quais estavam envolvidos lavradores: o de número BNM 15, de 1967, que apurava atividades do regional goiano da AP e seu trabalho com os camponeses; o BNM 507, referente à atuação clandestina da AP na região do Recife, em 1969; e o número 215, que junta dois processos, de 1969 e 1972, concernentes à ação "subversiva" da AP em meio a camponeses em Pindaré Mirim, comandada por Manoel Conceição dos Santos. Estes dados revelam que havia trabalho de organização da AP junto dos homens do campo, ainda que tímido em proporções absolutas, especialmente para essa organização, cuja linha dava relevância ímpar às lutas rurais.[31] Jean Marc van Der Weid conta que, na fase pré-maoísta da AP, em 1967, quando os setores castristas ainda tinham força no grupo, teria havido preparação para a tomada de cidades no interior do Maranhão: cerca de 200 lavradores, liderados por Manoel Conceição, estariam prontos para entrar em ação. Entretanto, como não vinha a esperada ordem da direção da AP para o ataque, o projeto viria a frustrar-se.[32]

Estes movimentos da AP junto de trabalhadores urbanos e rurais não conseguiram lograr uma significação política mais abrangente. Entretanto, a concentração de esforços para inserir-se entre as bases da sociedade revelava a linha que começara a predominar na direção da AP a partir de 1967, tornada oficial em 1968: sob inspiração da *revolução cultural proletária* chinesa, tinha início a *integração na produção* ou *movimento de proletarização* dos militantes de origem pequeno-burguesa, que constituíam vasta maioria na AP.

4. O movimento de proletarização *dos militantes*

Para os dirigentes da AP, "a visão científica da organização só poderia nascer da prática (como ensinava Mao) e esta significava concretamente a incorporação dos militantes à produção". Neste processo, a maioria dos militantes e dirigentes foi enviada às fábricas e ao campo para realizar trabalho produtivo, o que era visto "como o fator gerador de uma nova consciência revolucionária, muito mais do que qualquer discussão teórica" (Garcia, 1979, p. 13).

Um primeiro esboço do processo de proletarização dos quadros de classe média da AP encontra-se num documento de junho de 1966, *Profissionalização de quadros: necessidade urgente*, cujo redator final foi o dirigente "Roberto" (Carlos Aumond), em "texto debatido e aprovado pelo Comando Nacional", de que Aumond fazia parte, segundo Duarte Pereira. Era um momento em que a AP detectava como seus maiores problemas "a falta de recursos e a necessidade de profissionalização de quadros". Dizia o documento que a AP defendia, "como primeiro passo do trabalho, a sua [dos quadros estudantis e intelectuais] integração, pelo menos durante um período inicial, no trabalho produtivo na fábrica ou no campo". Para a AP,

> Mais importante do que tudo, entretanto, nos parece a identificação profunda e pessoal do militante profissionalizado com o povo operário e camponês. A experiência dos revolucionários do Vietnã foi resumida por Ho Chi Minh na conhecida *política dos três preceitos*, que assim se enuncia: *viver junto*, *comer junto* e *trabalhar junto*. Esta identificação é tão importante que a Igreja Católica a adotou para sua pastoral operária, com a experiência dos padres operários.

Estas palavras atestam que, em junho de 1966, antes mesmo da definição pelo maoísmo, esboçava-se a política de integração na produção, influenciada:

a) pela proposta de profissionalização dos militantes, que remonta aos revolucionários profissionais na tradição bolchevique;

b) pelo exemplo dos revolucionários do Vietnã;[33]

c) pela experiência dos padres operários[34] — reivindicada explicitamente na frase conclusiva do parágrafo já citado, o penúltimo de um documento de 14 páginas, que assim termina:

> Esse testemunho vivo, esta comunhão afetiva e pessoal com o povo oprimido, este esforço de identificação com o povo trabalhador, para nele introduzir a semente da revolução, estamos convencidos, é um ponto capital para o êxito da revolução brasileira. Se não formos capazes deste nível de identificação, se não tivermos a audácia e a renúncia desta forma superior de dedicação e solidariedade, que é *viver em comum* e *sofrer em comum*, tanto quanto *lutar em comum* —, é inútil elaborarmos nossas teses políticas, nossas estratégias e nossos planos de profissionalização. Não passaremos de um clube de debates sobre temas revolucionários.

Neste trecho, ficam evidentes as fontes cristãs, presentes em expressões como "testemunho vivo", "comunhão afetiva e pessoal com o povo oprimido", "audácia e renúncia", "dedicação e solidariedade", "sofrer em comum", mescladas a influências marxistas de termos como "povo operário e camponês", sujeitos da "revolução brasileira". Note-se que os preceitos de Ho Chi Minh de *viver junto, comer junto e trabalhar junto* tornam-se, neste texto da AP, "viver em comum, sofrer em comum e lutar em comum". O *junto* original transforma-se em "comum", palavra que remete à idéia católica de comunhão popular. Também aparece com destaque na formulação da AP o verbo "sofrer", ausente do lema vietnamita, que falava em *comer junto*, algo que lembra celebração, jamais sofrimento.

Com a adoção do maoísmo pela AP, o recrudescimento da repressão e o fechamento total do regime, após a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, a AP acelerou o processo de proletarização: o deslocamento dos militantes também colaborava para melhor escondê-los da polícia.

Haroldo Lima e Aldo Arantes relatam que a experiência de *proletarização* foi aplicada intensivamente no segundo semestre de 1968

e em 1969, declinando em meados de 1970. Eles fizeram um balanço do processo, tomando uma amostragem de 120 militantes (90 assalariados rurais ou camponeses e 30 trabalhadores fabris), distribuídos em 23 frentes de trabalho (16 no campo e 7 em áreas operárias urbanas), em 8 regiões ou estados do país. Das 23 frentes, 8 pereceram (7 na zona rural e uma na urbana) e 15 teriam prosperado, segundo os autores, que apontaram problemas na experiência, como a falta de "aprofundamento do debate teórico e ideológico", a "ruptura com as raízes da organização", a generalização do método para a maioria dos militantes, além da atenção excessiva à proletarização, reduzindo-se "a importância da integração na luta das massas e a assimilação da ideologia e da política proletárias". Em contrapartida, a integração na produção teria deixado saldo positivo, ao "consolidar e ampliar importantes trabalhos populares da AP e inaugurar novas frentes em áreas trabalhadoras. Contribuiu para que muitos quadros e militantes tivessem um contato mais direto com as massas" (Arantes e Lima, 1984, pp. 110-19).

Outra opinião positiva sobre o processo foi a que Nilce Azevedo Cardoso expressou em mensagem a Duarte Pereira (28/4/2001). Segundo ela, a

> resolução de nos mandar para as fábricas, ou campo, *foi uma boa resolução*, continuo afirmando. Gostaria de poder escrever sobre isso, pois, para minha vida, minha militância e meu ser revolucionário, significou muito. E me parece que não foi no aspecto de purificação, como já me afirmaram. Foi um caminho necessário naquele momento. A contextualização do momento me parece sempre necessária para a compreensão desta decisão. Houve erros, sim, mas os acertos nos ensinaram sobre como consertar os erros e como continuar o processo.

Já para Betinho, o processo de proletarização significava

> purgar todas as vestes de pequeno-burguês e tornar-me um operário [...]. O sentimento de culpa da pequena burguesia, o sentido de missão, o envolvimento cultural, ideológico, e um secreto desejo que eu tinha de viver até as últimas conseqüências uma experiência de me identificar com o operário e o camponês me levaram a aceitar o desafio (Souza, 1978, p. 82).

Relata, então, entre outras experiências frustrantes, como conseguiu emprego numa fábrica de cerâmica, numa cidade pequena, próxima de São Paulo, onde acabou inventando um método de produção de xícaras que potencializava o rendimento da força de trabalho — o que tornou sua *proletarização* mais proveitosa aos donos da fábrica que aos demais operários. Segundo Betinho, a política de integração à produção foi "resultado de uma perda de pé na realidade", um retrocesso mesmo em relação ao início da AP, que alocava os militantes no seu próprio meio de origem, onde tinham condições de fazer um trabalho político, ao invés de deslocá-los de sua cidade e círculo social (Souza, 1978, pp. 82-88; 1996a, pp. 84-93; e 1996b, pp. 41-48).

Um exemplo de mudança de cidade e círculo social ocorreu no Paraná, em 1969. Antes disso, neste estado, houve casos de deslocamento de militantes, como o de Edésio e Zélia Passos, mandados de Curitiba para Maringá, onde ajudaram a organizar uma greve, sobretudo no setor alimentício, em outubro de 1968. Contudo, "não se pode dizer que tenha ocorrido literalmente a 'proletarização'. Embora a meta fosse a organização dos trabalhadores, ambos continuaram a exercer suas profissões originais, advogado e professora". Os deslocamentos e a proletarização, "de forma intensa e geral, ocorreram mesmo em 1969" (Dias, 1997, pp. 142-43). Então, quase todos os militantes da AP no Paraná foram transferidos para outras regiões, assumindo novas atividades políticas e profissionais: "[...] o resultado, enfim, foi a renovação quase total dos quadros da AP no Paraná" (Dias, 1997, p. 143). A AP paranaense não tardaria a ser atingida pelos avanços da repressão:

> [...] quando foi promovida a incorporação de parcela significativa da AP ao PCdoB, a organização regional praticamente inexistia. Alguns militantes estavam presos, outros eram "foragidos". Havia também aqueles que, por razões pessoais, avaliação política ou em conseqüência das represálias sofridas por parte dos órgãos repressivos, haviam deixado a organização (Dias, 1997, p. 149).

Em depoimento a Jacob Gorender, Duarte Pereira e Jair Ferreira de Sá criticaram o processo de proletarização dos militantes, muitos dos quais se desestruturaram social e psicologicamente, "jogados em situações aflitivas. Na maioria dos casos, [a proletarização] provocou efeito destruidor na base estudantil da AP", no dizer de Gorender, que conclui que "os resultados negativos da integração à produção, desenvolvida de 1967 a 1971, devem ter pesado para que não fosse repetida" (1987, p. 115).[35]

Duarte Pereira, no entanto, matiza sua crítica à experiência da proletarização, em que também vê muitos aspectos positivos, conforme ele me declarou, num trecho que vale citar por inteiro, apesar de extenso:

> Nunca critiquei as experiências de integração na produção em bloco como tendo sido inteiramente negativas. Não compartilho reavaliações depreciativas e ridicularizadoras, *à la* Betinho. Combati, e na época, não agora, a política de integração como uma política obrigatória e geral, como critério de militância em AP. Sou a favor da integração na produção de quadros voluntários, especialmente selecionados e preparados, como método de abordagem e construção partidária entre operários e camponeses, sobretudo em condições como as da época. Outras formas, aliás adotadas por AP, como a de Aldo Arantes como contador de uma cooperativa de lavradores em Alagoas, podem ser utilizadas também, quando as circunstâncias permitem. Mas não se deve excluir que quadros de origem não operária ou não camponesa decidam, por vontade própria e com preparação adequada, assumir o desafio de integrar-se com as massas trabalhadoras, até em seu trabalho, como forma de levar o projeto revolucionário até elas. Em suma, um partido de esquerda deve trabalhar em distintos setores sociais e não apenas com operários e camponeses, e, só por isso, a integração com as massas fundamentais e, sobretudo, a integração na produção não pode ser imposta como critério de militância e generalizada. O objetivo dessa integração, além disso, não é a transformação ideológica pessoal dos militantes, como se acreditou na época, neste caso, sim, sob a influência do maoísmo e da revolução cultural chinesa; o objetivo definidor é conquistar as massas fundamentais para posições avançadas e para a adesão aos partidos de esquerda. Enfim, a integração não deve resumir-se à integração no trabalho produtivo; deve ser entendida de forma mais ampla e correta como integração na luta, na vida e no trabalho das massas, o que, em AP, por influência da experiência vietnamita, passamos a chamar de "política dos três juntos": lutar junto (o essencial), viver junto (se possível), trabalhar junto (se necessário). Essas correções na política de integração da AP foram feitas na época. De qualquer modo, a crítica dos exageros cometidos na formulação e na implementação dessa política, em determinada fase da AP, não deve

levar ao desvio oposto do "dualismo", criticado em artigo célebre publicado na França por frei Cardonnel, ou seja, à idéia de que se possa separar completamente militância de vida e ter uma "militância proletária", enquanto se leva uma "vida burguesa", enquanto se aguarda a "grande transformação", como no desvio cristão de aguardar tudo na "outra vida".

Duarte Pereira conclui:

Em suma, a política de integração na produção, como foi inicialmente formulada e aplicada por AP, fracassou, porque não atendeu ao objetivo básico que a justificaria, a transformação político-ideológica e da composição social da AP; secundariamente, desestruturou grande parte de nossos trabalhos em outras áreas e militantes que foram submetidos à experiência sem preparação e apoio adequados; por isso, foi criticada e reformulada já na época; mas conteve também aspectos positivos e, reformulada e seletiva, tem um papel a jogar ainda hoje. Por que o MST vingou e cresceu? Não tem a ver também com seus métodos de trabalho e com as normas que regem a adesão, a militância e as condições de vida de seus quadros?

Estas palavras de Duarte Pereira atestam possíveis ecos da experiência da AP, não detectáveis à primeira vista. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se constituiria no movimento de oposição mais radical ao governo federal de Fernando Henrique Cardoso nos anos 90, também teve origem católica, a partir da Pastoral da Terra, no contexto de influência, no interior da Igreja católica brasileira, da chamada Teologia da Libertação, que, por sua vez, era herdeira do catolicismo de esquerda dos anos 60, típico da JUC e da AP.

Voltando aos anos 60, maoístas de vários países na época adotaram a *integração na produção.* Vale destacar, no caso da França, para uma comparação com a AP, dois livros que enfocam os militantes maoístas integrados na produção a partir de 1967: *L'Établi*, em que Robert Linhart conta sua experiência de dez meses de trabalho na fábrica de automóveis da Citroën, no pós-maio de 1968 (traduzido no Brasil como *Greve na fábrica*, 1978); e *L'Enthousiasme*, de Daniel Rondeau. Na França — como no Brasil — não foram raros os casos

em que pessoas de formação católica acabaram aderindo à militância maoísta. Tome-se o exemplo de Claire Brière — filha de industrial petainista, católico e intelectualizado —, que foi criada num pensionato religioso: na juventude, tornou-se maoísta, foi integrada à produção numa fábrica, juntamente com o marido (na época perdeu seu único filho, que ficou doente enquanto ela trabalhava), entregou-se à bebida, depois largou o vício, adotou uma criança e escreveu alguns livros, como relatou a Elisabeth Salvaresi, que redigiu sobre Brière o tópico *Une mao-tragédie* ("Uma tragédia maoísta"), em seu livro *Mai en héritage* (1988).[36]

Um exemplo brasileiro de tragédia pessoal de militante maoísta, oriundo de família tradicional, politizada e ardorosamente católica, foi o do estudante mineiro José Carlos Novais da Mata Machado, cuja vida — de extrema pobreza e sofrimentos na clandestinidade em diversos pontos do Brasil, especialmente no Nordeste, para onde o enviara a AP, numa trajetória que culminou com seu bárbaro assassinato sob tortura, no final de 1973, época em que insistia na continuidade da organização, contra a integração ao PC do B — foi contada com sensibilidade no belo livro *Zé*, de Samarone Lima (1998).

Naquele período, a ditadura foi responsável por dezenas de mortes e desaparecimentos, estivessem ou não as vítimas integradas à produção, como se pode verificar, por exemplo, no *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* (Araújo, 1995) e no livro *Dos filhos deste solo*, que nomeia os mortos e desaparecidos de várias organizações, dez da AP incluídos (Miranda e Tibúrcio, 1999). Sobre repressão e tortura, a AP publicou o *Livro negro da ditadura militar*, em julho de 1972. Segundo nota manuscrita de Duarte Pereira, foi um "trabalho executado, entre outros militantes da AP, por Carlos Azevedo e Bernardo Joffily (redação), Divo e Raquel Guisoni (impressão e distribuição), Renato Rabelo e Duarte Pereira (supervisão)".

Outro exemplo trágico de militante que se incorporou à produção foi o de Rui Soares Frazão, ex-estudante de engenharia no Recife, que se ligou aos camponeses de Pindaré, no Maranhão. Ele já estava fora da região e pertencia ao PC do B quando foi preso em 27 de maio de 1974, em Petrolina, e posteriormente morto pela repressão (Arantes e Lima, 1984, p. 92).

5. *A dissolução da AP*

A adesão da AP ao maoísmo[37] e suas relações estreitas com a China tenderam a aproximá-la do partido reconhecido oficialmente pelo Partido Comunista da China como seu correspondente brasileiro: o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Mas a fusão entre as duas organizações, incentivada pelos chineses,[38] tinha entraves históricos a superar. De fato, AP e PC do B chegaram ao maoísmo por vias bem diversas: a AP, por uma evolução particular do cristianismo em direção ao marxismo; o PC do B, em função de sua ruptura com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), originada do ostracismo a que haviam sido relegados os ex-dirigentes stalinistas após a *Declaração de março de 1958*, como desdobramento das lutas no interior do PCB e do impacto sobre o partido do XX Congresso do PC soviético.[39] Expulsos do PCB, vários antigos dirigentes resolveram reorganizar o partido, em 1962, retomando o nome que havia sido recentemente abandonado pelo PCB, de Partido Comunista do Brasil. Em busca do resgate do stalinismo e de reconhecimento internacional, o PC do B logo viria a encontrar um aliado na China, após o conflito sino-soviético.[40]

Deste modo, a aproximação do PC do B com o maoísmo veio de uma identidade histórica comum, ancorada no marxismo-leninismo-stalinismo,[41] ao passo que a prevalência do maoísmo na AP ligou-se essencialmente: primeiro, ao embate entre os adeptos do exemplo cubano de revolução e os defensores da *guerra popular prolongada*; depois, à afinidade dessa organização com a *revolução cultural proletária*. De resto, AP e PC do B, durante os anos 60, antagonizaram-se na disputa pela vanguarda da revolução brasileira; não seria fácil apagar as diferenças de lado a lado, o que gerou um longo processo de debate entre os dois grupos e em seu interior, antes de ocorrer a integração da maioria da AP ao PC do B. Duarte Pereira declarou-me o seguinte sobre as divergências entre AP e PC do B:

> Ao defendermos o maoísmo como nova etapa na teoria marxista e revolucionária, teríamos que defender, conseqüentemente, a necessidade de um novo tipo de partido revolucionário, marxista-leninista-maoísta. Em certo momento, essa posição tornou-se consensual na direção da AP. Daí, em seguida, os caminhos se separaram: 1) como o PC do B não aceitava o maoísmo nesse sentido, não era possível unir-se a ele, nem contar com ele na estruturação do partido que os tempos reclamavam; 2) o PC do B já era esse partido, e devíamos unir-nos a ele, apesar das divergências que persistiam, inclusive sobre o maoísmo, e que seriam resolvidas depois; 3) devíamos buscar a unidade com o PC do B, não podíamos afastar preliminarmente essa possibilidade, mas devíamos resolver antes as divergências que persistiam e que, além do maoísmo, envolviam questões relativas ao caráter da sociedade brasileira, da revolução brasileira, da linha militar etc. Esta terceira posição era, numa certa altura, a minha. Não pode ser resumida à idéia de que eu defendia um "novo partido".

No documento Estêvão e o Partido Comunista do Brasil (mimeo.), Duarte Pereira relata pormenorizadamente as divergências entre as organizações, que divide em: *divergências ideológicas* (principalmente aquela citada acima: a caracterização do pensamento de Mao como uma nova etapa na teoria revolucionária, tese adotada pela AP a partir de 1968, que não era aceita nestes termos pelo PC do B; além de diferenças em relação à avaliação do legado de Stálin e da III Internacional, defendido incondicionalmente pelo PC do B, não pela AP); *divergências políticas* (sobre o caráter da sociedade e da revolução brasileira: para o PC do B, a sociedade seria "semicolonial e semifeudal", exigindo uma revolução nacional e democrática, enquanto a AP via o "caráter capitalista da sociedade brasileira como seu traço mais relevante", o que levaria o *Programa básico* de 1971 a formular um tópico sobre "revolução ininterrupta por etapas", procurando fugir da dicotomia entre as teses da revolução socialista imediata e aquelas da revolução nacional e democrática, ao propor a etapa da revolução "nacional, democrática e popular", em transição para o socialismo); *divergências orgânicas* (sobre o processo de fusão entre as duas organizações — o PC do B insistiria na proposta de os militantes da AP se desligarem da organização e ingressarem individualmente no PC do B), entre outras divergências secundárias, como as *dissonâncias na tática* e na *concepção de implementação da guerra popular prolongada* (Pereira, 1999).[42]

Em junho de 1969 fora realizada a II Reunião Ampliada da Direção da AP, que elegeu a Comissão Executiva Provisória, dirigida

por Jair Ferreira de Sá e composta também por Duarte Pereira, Haroldo Lima, Aldo Arantes, José Renato Rabelo e Paulo Wright. A AP passou a orientar seus militantes para a preparação imediata da guerra popular e propunha construir um campo político marxista-leninista, que, na prática, restringiu-se a uma aproximação com o PC do B, que continuava em curso, mas encontrava resistências de um setor da AP.

O processo de luta interna na AP generalizou-se na preparação da III Reunião Ampliada da Direção Nacional, realizada em março de 1971, na qual se estabeleceu uma maioria identificada programática e ideologicamente com o PC do B, enquanto uma minoria mantinha restrições à fusão. Apesar das divergências, a reunião aprovou um *Programa básico*, que manteve precariamente a unidade da AP, marcada por concessões de ambas as partes, resultando num documento eclético, de muitas afinidades com o PC do B — por exemplo, a defesa da etapa nacional-democrática da revolução brasileira —, mas que insistia na luta pela construção de um "partido inteiramente novo". Após a reunião, a AP passou a denominar-se Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML) e a organizar-se pelo "sistema de comitês" próprio do centralismo democrático leninista, em substituição ao sistema de comandos vigente desde 1965, resquício da fase da organização mais influenciada pela Revolução Cubana (Arantes e Lima, 1984, p. 134).

As duas correntes compuseram-se para eleger por unanimidade o primeiro Comitê Central, cujo *bureau* político era composto pelos mesmos membros da até então chamada Comissão Executiva Provisória. Apesar das constantes prisões de militantes da AP entre 1969 e 1971, em vários estados brasileiros, a Comissão Executiva logrou manter-se intacta naquele período, vivendo em rígida clandestinidade.

Ainda no primeiro semestre de 1971, o *bureau* político reuniu-se e a luta interna não pôde mais ser contornada. A minoria era representada na direção por Jair Ferreira de Sá e Paulo Wright, e a maioria por Arantes, Lima e Rabelo — que redigiram o chamado "documento dos três", apresentado em novembro ao Comitê Central, reconhecendo no PC do B o verdadeiro partido revolucionário —, além de

Duarte Pereira, que estava com a maioria, mas com a qual tinha divergências.[43] A maioria decidiu pela incorporação ao PC do B, posição a ser ratificada no II Congresso da AP, que deveria ter sido convocado, mas não foi, devido às dificuldades impostas pela rígida clandestinidade e aos desdobramentos da luta interna, que polarizava a maioria defensora da revolução nacional e democrática contra a minoria propositiva da revolução socialista no Brasil, inspirada em idéias de autores como Gunder Frank (1964, 1970) e Caio Prado Jr. (1966), embora continuasse a se considerar maoísta.

No decorrer de 1972, a luta interna acirrou-se até o ponto da ruptura, que se daria no início do ano seguinte, passando a haver duas organizações que reivindicavam a sigla APML. A primeira era a antiga minoria, liderada por Jair Ferreira de Sá e Paulo Wright, que haviam sido destituídos de seus cargos e depois expulsos pela maioria da antiga organização. Com o apoio de militantes e do membro do Comitê Central Manoel Conceição dos Santos, eles trataram de reorganizar a sua APML.

Em 1973, após o expurgo da minoria, a maioria da direção da APML ultimava as negociações para incorporar-se ao PC do B. O início da guerrilha do Araguaia — promovida pelo PC do B no sul do estado do Pará[44] — e as prisões e mortes de dirigentes daquele partido, que o enfraqueciam organicamente, estimularam ainda mais a fusão: em 17 de maio de 1973, o *bureau* político do Comitê Central da APML divulgou a circular "Incorporemo-nos ao PC do B". A adesão da APML deu forças ao PC do B, cujo novo Comitê Central passava a contar com cerca de metade dos membros originários da extinta APML (Gorender, 1987, pp. 112-18; Arantes e Lima, 1984, pp. 143 e segs.).

Quanto à minoria, ela conseguiu manter a APML, apesar da morte ou da prisão de vários de seus dirigentes, caso de Paulo Wright, assassinado em 1973. Aspectos da história de vida de Paulo Stuart Wright aparecem no livro de sua sobrinha, Delora Wright (1993). Como a maioria dos integrantes da AP, Paulo teve formação religiosa, mas — diferentemente dos outros — ele era protestante. Seu pai, um missionário norte-americano radicado no Brasil, era pastor presbiteriano. Nascido e criado no sul do país, Paulo Wright estu-

dou sociologia nos Estados Unidos. Ao retornar, em 1956, juntou-se a outros presbiterianos que "decidem vivenciar a experiência pregada por Richard Shaull e pelos padres operários franceses", a de "viver a vida, o sacrifício, as alegrias e as dores de um trabalhador" (p. 25): empregou-se como servente em São Paulo. Logo voltou a Joaçaba, em Santa Catarina, e filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tendo sido candidato a vereador. Em 1959, retomou a vivência de operário em São Paulo, vindo a tornar-se secretário regional da União Cristã de Estudantes do Brasil. Voltou a Joaçaba em 1960, para candidatar-se a prefeito pelo PTB: perdeu a eleição por apenas oito votos de diferença. Mudou-se em seguida para Florianópolis, onde dirigiu a Imprensa Oficial do Estado. Em 1962, elegeu-se deputado estadual pela legenda do conservador Partido Social Progressista (PSP), mas com apoio de pescadores, cujas cooperativas ajudara a organizar, e outros setores de esquerda. Acusado de comunista, foi cassado depois do golpe de 1964, época em que já se ligara à Ação Popular.

Concluindo que "não resta aos cristãos outra atitude senão a de insurrectos" (p. 52), Wright seguiu para treinamento guerrilheiro em Cuba, para onde retornaria novamente em 1967, como um dos representantes da AP no Congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). Nos debates de 1968, no interior da AP, ficou ao lado da maioria, aderindo ao maoísmo, o que o levou a passar uma temporada na China. No racha de 1972, foi um dos líderes da minoria que deu continuidade à APML, na qual militava quando foi assassinado pelos órgãos repressivos, em setembro de 1973. Toda esta trajetória foi acompanhada de uma linha de conduta estóica no plano pessoal, dividindo seus ganhos com os necessitados, por vezes em detrimento da própria família, "com aquela mania de exagerar seu despojamento", como observa Delora Wright (1993).

Apesar da perda de Wright e de outros militantes e dirigentes, como Honestino Guimarães, Gildo Macedo Lacerda e José Carlos da Mata Machado, a reconstrução da APML estaria concluída em 1976-1977, com a realização de publicações, a retomada da atuação no movimento estudantil — a organização tinha hegemonia na tendência Refazendo, representativa especialmente em São Paulo, Bahia e Minas

Gerais, estados em que chegou a ser a tendência estudantil majoritária — e, em menor escala, nos movimentos populares, feministas etc. Por exemplo, em São Paulo, militantes da APML nesse período foram importantes na luta pela anistia, em movimentos de saúde e feministas, como o jornal *Brasil Mulher* e nos congressos da Mulher Paulista.

A APML colaborou decisivamente para a eleição de parlamentares, pela sigla da oposição consentida pela ditadura, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1974, no começo de sua reorganização, a APML apoiou a candidatura de Lisâneas Maciel a deputado federal pelo Rio de Janeiro; ele era um cristão protestante de esquerda que, entretanto, não pertencia à organização. Em 1978, ela apoiou particularmente os deputados estaduais eleitos Geraldo Siqueira, em São Paulo, José Eudes, no Rio de Janeiro — ambos militantes da clandestina APML —, e Adelmo Oliveira, na Bahia, que já não pertencia ao grupo quando se elegeu deputado. Naqueles anos 70, também houve uma aproximação, logo frustrada, com o MR-8.[45]

No fim de 1980, realizou-se o II Congresso da APML: a maioria decidiu continuar a organização e integrar-se ao PT, a minoria dividiu-se entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), PCB e MR-8. Divergências anteriores e imediatamente posteriores ao congresso fizeram com que os vários núcleos se dispersassem, mesmo com a existência de uma Comissão Nacional Provisória. Apesar do fim da organização como entidade nacional ter-se consumado em 1981, setores organizados regionais continuaram a reivindicar-se como APML até pelo menos 1982, caso do Comitê Regional da Bahia.[46]

Com a dissolução, muitos dos membros da organização integraram-se às forças que construíram o Partido dos Trabalhadores (PT), no qual se reencontraram com outros militantes dos setores progressistas da Igreja católica, cujas origens também remontavam à JUC e com os quais o pessoal da APML jamais havia perdido contato, conseguindo por meio deles, por exemplo, o empréstimo de propriedades da Igreja para a realização de encontros e congressos clandestinos.

Egressos da APML foram importantes na formação do PT, em 1980. Ricardo de Azevedo disse-me que, "em São Paulo, por exemplo, a primeira Executiva Estadual tinha três membros egressos da

AP: Geraldinho, Pereirinha (da Oposição Metalúrgica) e Zé Pedro (de Osasco)". Azevedo também chama a atenção para uma série de militantes petistas oriundos da APML, que jogam hoje — final de 2001 — papel importante no partido: Pedro Wilson (prefeito de Goiânia), Aloísio Mercadante (deputado federal paulista), Nelson Pelegrino (deputado federal baiano), Emiliano José (vereador em Salvador), Clair Martins (vereadora em Curitiba), José Zico de Andrade (deputado estadual paulista), Candido Vaccarezza (deputado estadual paulista), Jorge Almeida (Executiva Nacional do PT), além do próprio Ricardo de Azevedo, diretor da Fundação Perseu Abramo.[47] Também há ex-membros da fase final da APML com papel de destaque em outros partidos, como o deputado Arnaldo Jardim, presidente do Partido Popular Socialista (PPS) em São Paulo, e o deputado federal do PMDB paulista Marcelo Barbieri.

6. *Cristianismo-guevarismo-maoísmo: romantismo revolucionário*

"Ao chegarmos a adotar o maoísmo como uma religião em 1968-1969, tínhamos uma base para isso. Por que fomos nós e não os outros grupos?" (Souza, 1978, p. 72).[48] Esta questão de Betinho, fundador e ex-dirigente da AP, será tratada agora, para concluir este capítulo da *História do marxismo no Brasil.*

A aproximação da AP do *guevarismo*[49] e depois sua adesão ao maoísmo podem ser explicadas primeiramente pela afinidade entre o romantismo revolucionário presente nestes ideários e aquele que dera origem à AP, ainda no interior da JUC, todos a valorizar a idéia de um povo em combate à modernização capitalista da sociedade nacional.

As várias fases da história da AP ficaram marcadas pelo romantismo revolucionário — romantismo entendido como "uma crítica da modernidade, isto é, da civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideais do passado (pré-capitalista, pré-moderno)", nos termos de Michael Löwy e Robert Sayre (1995, p. 34). O romantismo revolucionário procuraria "instaurar um futuro novo, no qual a humanidade encontraria uma parte das qualidades e valores que tinha perdido com a modernidade: comunidade, gratuidade, doação, harmonia com a natureza, trabalho como arte, encantamento da vida" (1995, p. 325). Além de apostar numa utopia anticapitalista moldada no passado, o romantismo revolucionário caracteriza-se também pela ênfase na prática, na ação, na coragem, na disposição, na vontade de transformação, muitas vezes em detrimento da teoria e dos limites impostos pelas circunstâncias históricas objetivas.

Cabe frisar, entretanto, que o romantismo das esquerdas nos anos 60 e 70 — particularmente o da AP — não era uma simples volta ao passado. Ele buscava no passado elementos para a construção da utopia do futuro. Não era, pois, um romantismo qualquer, no sentido da perspectiva anticapitalista necessariamente prisioneira do passado, geradora de uma utopia irrealizável na prática. Tratava-se de romantismo, sim, mas *revolucionário*. De fato, visava-se resgatar um encantamento da vida, uma comunidade inspirada na idealização do homem do povo, cuja essência estaria no espírito do camponês e do migrante favelado que trabalhava nas cidades. Mas essa volta ao passado seria a inspiração para construir o *homem novo*. Buscavam-se no passado elementos que permitiriam uma alternativa de modernização da sociedade que não implicasse a desumanização, o consumismo, o império do fetichismo da mercadoria e do dinheiro. Não se tratava de propor a mera condenação moral das cidades e a volta ao campo, mas de pensar — com base na ação revolucionária a partir do campo — a superação da modernidade capitalista cristalizada nas cidades, tidas na época como "túmulos dos revolucionários", na expressão do teórico guevarista francês Régis Debray.

Já foi mencionado um documento da JUC, de 1960, sobre o *ideal histórico* cristão. Nele, estão presentes vários componentes românticos, que seriam retomados na fase socialista da AP, por exemplo, a aposta na *vivência*, na luta, no *risco* do militante em busca da *santidade* — "abrimos as trincheiras [...]. O risco é um dado do cristão. [...] a busca incessante da santidade" (Maritain, 1962, p. 164). Este voluntarismo era acompanhado da crítica romântica à modernidade, inspirada em teólogos franceses, como Maritain, que valorizava o "primado da qualidade sobre a quantidade, do trabalho sobre o di-

nheiro, do humano sobre a técnica, da sabedoria sobre a ciência", do serviço comunitário sobre a ambição de enriquecimento individual (apud Sigrist, 1982, p. 53). Essa valorização da qualidade, do trabalho, do humano, do coletivo, com a recusa implícita do fetichismo da mercadoria, encontra evidente correspondência em visões de mundo marxistas.

Vários traços românticos permitiram uma afinidade entre o cristianismo, por um lado, e o guevarismo e o maoísmo, por outro: a identificação com o camponês, tomado como autêntico representante do povo; a negação do processo imperialista de industrialização e urbanização, que oprimiria o povo e a nação; o retorno às raízes populares, em combate ao dinheiro e à fetichização impostos pelo mercado capitalista; o sacrifício pessoal do militante em nome da causa popular etc.[50]

Evidentemente, apesar destes elementos comuns, cristianismo, guevarismo e maoísmo não são a mesma coisa e admitem diversas interpretações. A proximidade da AP com cada um destes ideários, sucessivamente, expressou o desenvolvimento particular de um movimento social mais amplo em curso no Brasil, que lhes dava base de existência material (Ridenti, 1993). No caso da AP, sem menosprezar sua atuação em outros movimentos, a principal inserção esteve no meio estudantil ou recém-egresso da universidade. Dadas as condições de radicalização das lutas políticas nos anos 60, particularmente no meio universitário, o cristianismo já não servia para expressar a vontade de transformação de parte dos jovens da JUC, que constituiriam a AP. Impunha-se a superação dos estreitos limites institucionais da Igreja católica. Guevarismo e maoísmo — caminhos militares de libertação a partir do campo e de identidade com os pobres da terra — pareciam adequados para negar a vida de tédio e acomodação das camadas médias urbanas, ameaçadas pelo empobrecimento. Contra a decadência que a modernização da sociedade anunciava para as camadas médias, uma geração de estudantes atribuía-se uma missão salvadora: liderar a revolução brasileira, em identidade com o povo, superando sua origem pequeno-burguesa.

Também é preciso lembrar que o prestígio mundial do guevarismo e do maoísmo nos anos 60 não era gratuito: a Revolução Cubana vinha de vitória recente, e a chinesa parecia ganhar novo alento com a *revolução cultural proletária*, a partir de 1966. Outros exemplos vivos enfatizavam as lutas a partir do campo, casos da Guerra do Vietnã e da revolução vitoriosa pela independência da Argélia. Com a decadência do PCB no pós-64, a difusão de idéias que constatavam certa acomodação da classe operária com a ordem capitalista e o esvaziamento crescente do modelo soviético de socialismo — cada vez mais considerado burocrático e satisfeito com o cenário internacional estabelecido pela Guerra Fria, inapto a criar o *homem novo* —, era natural que a esquerda brasileira procurasse fontes de inspiração em revoluções vitoriosas na época, o que colocava em alta o guevarismo e o maoísmo, cujos limites históricos logo viriam a revelar-se.

O romantismo revolucionário tendia a florescer numa sociedade como a brasileira, que se industrializou e urbanizou muito rapidamente a partir dos anos 50, em especial após o golpe de 1964. As idéias de industrialização, urbanização e modernização passaram a associar-se à truculência do regime militar, a seu projeto de progredir "com segurança", que implicava restrições às liberdades democráticas e o desenvolvimento desigual e combinado da sociedade brasileira, gerador de extrema concentração de riquezas. Então, setores sociais passaram a identificar no urbano, conscientemente ou não, a modernidade da revolução autocrática e burguesa, que usurpava direitos recém-conquistados. O guevarismo e o maoísmo dos grupos de esquerda, na época, especialmente da AP, eram parte de um movimento social mais amplo de negação da cidade, em busca de retorno às raízes rurais, ao "paraíso perdido" da sociedade brasileira, à verdadeira identidade de um povo, que estaria na alma do homem do campo. Esse movimento mais amplo evidenciou-se, por exemplo, na defesa das raízes camponesas da cultura brasileira, que artistas e intelectuais realizaram no período, como tentei demonstrar em outros trabalhos (Ridenti, 1993, pp. 73-115, e 2000).

Até aqui, foram apontadas algumas afinidades entre o romantismo revolucionário de cristãos, guevaristas e maoístas, nos anos 60, que permitiram à AP transitar por versões desses três ideários, numa trajetória que não foi acompanhada por todos os militantes. Mas ainda não se respondeu à questão de Betinho: por que só a AP, entre

as várias organizações influenciadas pelo guevarismo, caminhou para o maoísmo?

É possível partir da resposta dada pelo próprio Betinho: só a AP teria se tornado maoísta pois apenas ela surgira "da Ação Católica, e os outros não" (Souza, 1978, p. 72). Assim, haveria uma identidade especial entre cristianismo e maoísmo, na forma como ele fora incorporado pela AP — além daquelas características já apontadas, que seriam válidas também para outras formas de romantismo revolucionário, como o guevarismo.

Cabe lembrar que o maoísmo só veio a conquistar de vez os dirigentes da AP com o processo da *revolução cultural* na China, embora houvesse relações da AP com os chineses desde antes — em 1965, por exemplo, Vinícius Caldeira Brant foi mandado à China pela direção da AP.[51] Mas a organização ainda era muito influenciada pelo romantismo revolucionário vitorioso da Revolução Cubana. A partir de 1967, certa interpretação do maoísmo passou a conquistar rapidamente corações e mentes de muitos militantes, pois veio a calhar para resolver uma série de impasses políticos e ideológicos no interior da AP, advindos de sua origem cristã.

Muito marcada por seu passado católico, a AP buscava superar o idealismo característico da sua primeira fase. Dentre as correntes teóricas marxistas, naquele momento, destacava-se a de Althusser, que pretendia construir uma teoria científica da sociedade, livre de quaisquer ideologias mistificadoras, as da tradição marxista historicista e humanista incluídas.

Althusser orientou, entre 1966 e 1967, em Paris, um grupo de estudos de latino-americanos, entre os quais alguns brasileiros e a chilena Marta Harnecker, também ex-cristã e originária da Ação Católica, autora de conhecido manual sobre *Os conceitos elementares do materialismo histórico*, que difundiu em todo o continente uma versão do "marxismo que, aos olhos de muitos, aparecia excessivamente sistematizado e no qual a dimensão da luta de classes era escamoteada" (Garcia, 1979).

Em meados dos anos 60, vários estudantes da AP estiveram na França, onde publicaram, por exemplo, o livro *Brésil: pouvoir et luttes de classes*, organizado por G. M. Mattei (1966). Trata-se de uma coletânea de artigos escritos em 1964 e 1965 por jovens estudantes brasileiros exilados ou bolsistas na França, todos militantes da AP. Os artigos não foram assinados, mas entre seus autores estariam "Vinícius Caldeira Brant, Carlos Walter Aumond, o casal Sérgio e Maria do Carmo Menezes", segundo Duarte Pereira, em texto disponível no AEL. O livro contém apreciação do golpe de 1964, análise histórica da sociedade brasileira e das principais organizações de esquerda do período, além das primeiras denúncias de prisões e torturas. Foram principalmente esses estudantes que introduziram as idéias de Althusser na AP.[52] Duarte Pereira declarou-me, completando a informação sobre a influência de Althusser na AP, que

> foram Sérgio e Maria do Carmo Menezes que nos puseram em contacto com seus trabalhos e, em seguida, com o próprio Althusser. Numa de suas viagens ao exterior, Aldo Arantes (ou "Dias"), então coordenador do Comando Nacional, manteve um contacto oficial com Althusser, para troca de opiniões e exame de formas de ajuda mútua. Sérgio ("Costa") e Maria do Carmo ("Sônia") cursaram alguns dos seminários de Althusser, tinham contacto com os jovens dissidentes do PCF, que militavam na União da Juventude Comunista, e formaram, durante algum tempo, um grupo de estudo de textos marxistas e de Althusser e Charles Bettelheim, juntamente com outros estudantes latino-americanos, entre os quais Marta Harnecker. Ainda antes de voltar ao Brasil, enviaram textos e livros de Althusser para a direção nacional; um deles eu traduzi, e parece-me que foi o primeiro trabalho de Althusser publicado no Brasil (era o texto de uma palestra feita para a UJC francesa).[53] Quando voltaram ao Brasil, Sérgio se integrou no Comando Nacional e Maria do Carmo passou a trabalhar num dos órgãos auxiliares do Comando Nacional, a Comissão de Formação Teórica, dirigida por mim. Nessa condição, coordenou alguns cursos de formação e ajudou a difundir o debate sobre alguns textos de Althusser e discípulos, principalmente os textos de divulgação de Marta Harnecker, que viriam a ser reunidos em seu famoso "manual", traduzido e publicado legalmente no Brasil algum tempo depois.

A adesão ao maoísmo, por intermédio de Althusser — comum a alguns grupos de origem católica na América Latina —, parecia resolver o problema ao optar pela suposta cientificidade do materialismo marxista, como negação da ideologia do *idealismo cristão*, que até recentemente ainda sobrevivera na AP, mesclado a um histori-

cismo marxista supostamente pequeno-burguês, cuja superação também era almejada.

Althusser foi um autor que muitos não hesitariam em classificar como marxista positivista, cientificista, adversário do romantismo revolucionário. Haveria aqui uma contradição com o que se expôs anteriormente, ao se afirmar que a AP identificou-se com o maoísmo pelos seus traços de romantismo revolucionário? A resposta é não, pois, como expõe Gorender:

> Por um processo contraditório não raro encontradiço nas conversões ideológicas, o positivismo althusseriano não dissolveu o fundo religioso da AP. Esse fundo ficou recalcado e mascarado ao nível do consciente. Mas fortalecido ao se revestir de nova forma, na aparência contrária ao velho conteúdo. O maoísmo se enraizou na AP apoiado, com um dos pés, no ideário cristão e, com o outro pé, no dogmatismo de procedência althusseriana (1987, p. 114).

Note-se, contudo, que o pensamento de Althusser foi disseminado na AP por iniciativa de militantes que, posteriormente, viriam a constituir a Corrente 2, que seria expulsa em 1968, acusada especialmente de recusar-se à *integração na produção*. Assim, o documento *Esboço de um histórico da Corrente 1*, de março de 1969, assinado por Dorival (Jair Ferreira de Sá), acusava a Corrente 2 de usar as idéias de Althusser

> como justificativa teórica para a nossa situação de "transição", ou seja, um "marxismo" que não assustasse muito aos elementos de origem cristã e, principalmente, que não os forçasse a mudar radicalmente a base teórica e *o estilo de vida e de trabalho*, que permitisse enfim, entrar no campo da problemática teórica marxista mas rejeitar suas radicais decorrências [...]. Pois foi justamente o marxismo de Althusser que cumpriu esta função, e por sinal bem o elemento que mais pesou no trazer o conhecimento e a divulgação de Althusser foi o então companheiro Co,

a saber, "Costa", Sérgio Menezes, que faria parte da corrente expulsa.[54]

A Corrente 2, por sua vez, recusava o pensamento de Mao Tsé-Tung como "nova etapa do marxismo-leninismo", pois ele diria

respeito às condições concretas da realidade chinesa. Ademais, acusava veladamente a Corrente 1 de não se liberar da influência do cristianismo, ao defender "uma concepção de integração com as massas numa perspectiva individual, de auto-aperfeiçoamento", visando basicamente *transformar os indivíduos*, em busca de "acesso à nova santidade, a fim de se ingressar no grupo dos justos: o chamado *pólo proletário*", nas palavras do longo documento *Duas posições*, de setembro de 1968.

Essas posições foram refutadas pela direção da AP no documento *Desmascarar e liquidar política e ideologicamente o grupo oportunista e provocador de* R., de novembro de 1968. Esse grupo era criticado pela "recusa pequeno-burguesa de se integrar com as massas operárias e camponesas". De sorte que a Corrente 1 acusava a 2 de pequeno-burguesa, no fundo ainda cristã, e vice-versa.

A vitoriosa Corrente 1 — que também bebera na fonte althusseriana para aderir ao maoísmo — resumia em uma frase sua crítica à Corrente 2: "Althusser fazia a mágica de transformar elementos de origem não proletária e de posição de classe não proletária, em marxistas-leninistas, proletários, pelo simples *estudo* de suas obras e de Marx e Lenin, pois escamoteava a questão chave da transformação ideológica, ligadas aos aspectos prático-concretos".

Ora, já se observou que, para escapar da origem pequeno-burguesa, a AP promoveu um processo de *integração na produção*, a partir de 1967-1968. Inspirava-se de imediato na *revolução cultural* chinesa, mas remontava, inconscientemente, às experiências dos padres operários franceses no pós-guerra. Assim, é muito questionável que apenas a Corrente 2 "fosse adepta de um marxismo que não assustasse muito aos elementos de origem cristã". O sacrifício pessoal do militante intelectualizado para reeducar-se no meio do povo — conforme a proposta da *revolução cultural* — lembrava o sacrifício cristão. O igualitarismo maoísta, em busca de eliminar a distância e a diferença entre trabalho intelectual e trabalho manual, remetia involuntariamente ao cristianismo, ao despojamento franciscano, à comunhão com o povo de Deus.

A *integração na produção*, informada explicitamente pelo maoísmo, pode ser vista também como a obediência implícita e incons-

ciente às recomendações românticas do padre Almery Bezerra, no documento de 1959, *Da necessidade de um ideal histórico*. Já na primeira frase deste texto, expressivo da virada socializante da JUC, registrava-se que "a missão da JUC, como de toda a ação católica, não é aquela de formar líderes, mas a de formar santos". No último parágrafo do documento, a idéia era reiterada: "[...] a verdadeira caridade nos leva desde agora e em todo tempo a querer a santificação dos irmãos que só Deus opera pelo ministério da nossa palavra, do nosso sofrimento, das nossas obras de misericórdia e não sem atenção aos méritos da nossa oração e nossas virtudes" (apud L. G. de S. Lima, 1979, pp. 79 e 83). O documento destacava ainda a necessidade do conhecimento da realidade histórica, não só por meio do estudo das ciências sociais, mas sobretudo "pela vivência ou engajamento pessoal. Valor deste conhecimento por 'co-naturalidade' e experiência". A tarefa de realização do *ideal histórico concreto* não pertenceria à hierarquia, "mas às elites católicas, e supõe e aproveita o trabalho e contribuição de todos" (apud L. G. de S. Lima, 1979, p. 82). Seria uma elite de santos, com uma missão revolucionária, redentora da humanidade, possível por meio da *experiência*, da *vivência*, do *engajamento pessoal* na realidade cotidiana do povo.

Em outro contexto histórico, e com outra forma política e ideológica, por meio da proposta maoísta de *integração na produção*, colocava-se novamente uma visão redentora da luta revolucionária, conduzida por uma elite comunista abnegada e sacrificada, a compartilhar a vida com camponeses e operários. Santos comunistas unidos ao povo numa vivência revolucionária, agora com a certeza científica de sua missão histórica salvadora, eis o maoísmo de origem cristã, de um romantismo revolucionário marcado pela "idéia de missão, de testemunho, de compromisso radical com uma causa e com a idéia de revolução [...] a mesma perspectiva de compromisso, a mesma pureza, responsabilidade, auto-renúncia" (Souza, 1978, pp. 70-71). Mantinha-se a "visão religiosa do revolucionário como um apóstolo", com a missão de convencer as pessoas a entrarem no apostolado, segundo Betinho (Souza, 1978, p. 102).[55]

Um breve documento da AP, de apenas uma página, "Chamamento da Comissão Executiva Provisória da Direção Nacional de

Ação Popular", de setembro de 1969, evidencia o fervor da crença nos ensinamentos de Mao, qualificado não só como dirigente da Revolução Chinesa de 1949 e da "grande revolução cultural proletária da China" a partir de 1966, mas também como "chefe genial do proletariado do mundo inteiro". Mais, Mao ganha um caráter quase sobrenatural nos dizeres do texto, para o qual ele "integrou a *verdade universal* do marxismo-leninismo com a prática concreta da revolução em nosso tempo e herdou, defendeu e desenvolveu o marxismo-leninismo em todos os domínios e de maneira criadora, *elevando-o* a uma etapa completamente nova" (grifos meus).

Desse modo, o marxismo-leninismo — que já seria *verdade universal* — viria a ser ainda mais *elevado* por Mao. Curioso notar que estas palavras sobre verdades incontestes, que vistas de fora e de hoje parecem revelar um dogmatismo quase religioso, foram seguidas da seguinte frase: "O pensamento de Mao Tse-tung é uma poderosa arma ideológica contra o revisionismo e o dogmatismo". O principal poder de fogo dessa arma estaria na "transformação da concepção de vida" proposta por Mao, por exemplo nos "escritos ideológicos conhecidos como: *Os três artigos mais lidos* ou *Os três artigos permanentes de Mao Tse-tung*". A direção da AP chegava a pregar que estes textos seriam *poderosa arma espiritual*, de que os militantes deveriam se valer, por meio da leitura e aplicação, como *tarefa central e diária*, a fim de que cada um fizesse uma *grande revolução ideológica até o mais íntimo de si mesmo*. O texto fala por si: para a AP, os "três artigos" de Mao referidos

> Representam uma poderosa arma espiritual que os comunistas do mundo inteiro devem empunhar na luta pela sua revolucionarização ideológica.
>
> Cada um de nós é não só uma força motriz, mas também um alvo da revolução. Para fazer a revolução na sociedade, é absolutamente necessário fazer uma grande revolução em nós mesmos. Ninguém pode participar da revolução com êxito sem realizar ao mesmo tempo uma grande revolução ideológica até o mais íntimo de si mesmo. O estudo consciencioso e a aplicação resoluta dos três artigos é um método fundamental para levar até o fim esta revolução ideológica.

Ler todos os dias os ensinamentos desses artigos de Mao seria um dever, arma espiritual dos militantes proletarizados, em busca de sua purificação revolucionária. Mais uma vez fica evidente que a origem pequeno-burguesa parece ter sido uma espécie de pecado original, do qual a AP gostaria de se livrar. Assim, eram freqüentes, nos documentos da organização, *autocríticas* de seus *desvios* pequeno-burgueses. Por exemplo, no longo "Comunicado" preparatório da II Reunião Ampliada da Direção Nacional, de março de 1969, no contexto do combate ao *particularismo* e ao *regionalismo* no interior da AP, a direção entendia que "ainda estamos marcados pela ideologia burguesa, nos partidos pequeno burgueses há o predomínio do individualismo, individualismo esse que expressa também os interesses de um grupo, de uma região, de uma fração, ou de uma personalidade" (p. 53). Daí a necessidade de uma "compreensão correta do pensamento de Mao", para o "fortalecimento de uma corrente proletária dentro do Partido" (pp. 55-56), que estabelecia uma série de critérios ideológicos aos militantes, entre os quais: "estilo de vida proletário", "estilo de trabalho duro" e "integração na vida das massas e em particular nas suas lutas" (p. 61).

Como se vê, devem ser considerados como fatores de aproximação de ex-cristãos do maoísmo o aspecto do culto à personalidade de Mao, o endeusamento de sua liderança e o caráter sagrado atribuído a seus escritos. Assim, a figura do Cristo Salvador, cuja palavra e ação sagradas redimiriam a humanidade, seria substituída, no imaginário de muitos integrantes da AP, pelo vulto revolucionário de Mao, cujos ensinamentos científicos trariam a libertação, como apontam as palavras de Betinho: "Depois de Cristo, deu-se o vazio, mas o maoísmo chegou e o camarada Mao pegou de novo a bandeira [...]" (Souza, 1978, p. 72). Segundo ele, "o maoísmo caiu melhor na minha estrutura de inspiração cristã. Um católico praticante fervoroso pode virar um maoísta numa questão de segundos, porque você tem Deus, que é o Mao, tem o camarada que é chefe, você tem a revolução que é inexorável [...]. Tem a bíblia vermelha, que é pequenininha e fácil de ler", dizia Betinho, referindo-se ao famoso *Livro vermelho*, súmula do pensamento de Mao (Souza, 1996a, p. 83). Vão no mesmo sentido dois depoimentos coletados por Heloísa Martins de operários de origem católica, no ABC paulista:

> Lia-se o livro [de Mao] da mesma forma que se lia a *Bíblia* e o que se lia era aceito como dogma. O pessoal da Igreja, talvez pelo conteúdo humanista, tinha uma grande atração por Mao. Para o entrevistado, o ponto principal de aproximação era a idéia de *doação*, presente no texto de Mao e presente na formação ideológica dos grupos cristãos, assim como a idéia de *sacrifício*. A ida do militante de AP, para a produção, é explicada na entrevista como "nós temos que ir para a fábrica fazer uma limpeza interior, de nossos pecados do capitalismo". O trabalho na fábrica, obrigatório para os militantes da AP, afigurava-se como uma cerimônia de purificação — o batismo —, como o rito de passagem necessário para que se assumisse a nova religião.
>
> Um outro entrevistado destaca, justamente, esse caráter de nova religião que a AP apresentava: "o negócio era o seguinte, bom, quem é o novo Cristo? É Marx. O proletariado é o povo que vai conquistar o reino. O negócio era mesmo muito místico. Era um partido político, mas místico demais". Para esse entrevistado, que estava saindo da JOC quando entrou em contato com a AP, tudo lhe parecia como uma outra religião e "eu não estava procurando uma outra religião" (Martins, 1994, pp. 189-90).

Por sua vez, Jean Marc van Der Weid, em entrevista que concedeu a Daniel Aarão Reis e a mim (23/1/1986), apontou a ligação entre cristianismo e maoísmo pela "ideologia de servir ao povo", "o espírito de sacrifício pelas massas", ligado ao "anti-sovietismo" e ao "voluntarismo".

Mas estes aspectos apontados não devem elidir que, na AP, o maoísmo também aparecia como *direito à rebelião*, conforme avaliação posterior de Jair Ferreira de Sá: parecia ser "uma resposta concreta à crise do marxismo, ao mesmo tempo em que enraizado numa realidade nacional e profundamente didático" (*Em Tempo*, 1979, p. 13). Este depoimento do principal introdutor do maoísmo na AP vai no sentido apontado por Perry Anderson, que destacou algumas razões para a atração do maoísmo sobre a juventude ocidental, no final dos anos 60. Eis algumas delas, baseadas nas *imagens ideais* projetadas pela *revolução cultural* chinesa no exterior: combate ao processo de burocratização dos países socialistas; política externa chinesa de solidariedade ativa com os povos do Terceiro Mundo; ênfase interna na ação espontânea das massas no processo de ruptura da divisão entre campo e cidade, trabalho intelectual e trabalho manual; igua-

litarismo social, em detrimento das forças cegas do mercado; administração popular direta; uso da energia e do entusiasmo da juventude (Anderson, 1985, pp. 84-85). O caráter juvenil e rebelde da *revolução cultural*, com destaque para a ação espontânea das massas, tinha afinidades com uma organização de jovens que se insurgira contra a hierarquia burocrática da Igreja e valorizava a ação revolucionária das massas como a AP.

Os vários depoimentos e documentos aqui utilizados apontam afinidades eletivas entre os momentos cristãos e marxistas da AP, sem que isso queira dizer que a organização tenha sido, em essência, sempre a mesma coisa. Ela mudou ao longo do tempo, mas a análise de sua atuação diferenciada permite identificar uma certa matriz romântica, que assumiu formas distintas na ação política e no pensamento de seus integrantes em diferentes conjunturas.

Assim, conclusivamente, viu-se que a AP, cristã nos seus primórdios, abraçaria em 1968 uma interpretação maoísta do marxismo, tida como o melhor caminho para construir o futuro, a partir do resgate da comunidade perdida pela realidade social do presente. O maoísmo, tal como foi interpretado por certos setores políticos no Brasil na segunda metade dos anos 60, tinha uma série de características que o tornavam particularmente atraente para uma organização de origem católica como a AP: uma formulação teórica que negava o idealismo, combatendo explicitamente as formulações humanistas, propondo a passagem da ideologia à ciência, do ilusório ao verdadeiro; uma proposta de igualitarismo por meio da integração na produção, buscando romper com a origem pequeno-burguesa da maioria dos militantes e com as barreiras entre trabalho intelectual e manual; direito à rebelião, valorizando as ações populares num contexto de crise do marxismo tradicional, especialmente o soviético; vivência de missão e sacrifício em nome de uma causa social; endeusamento da figura e dos escritos de Mao etc.

Enfim, uma interpretação romântica do marxismo — ainda que inconsciente — e nem por isso menos importante que a de outros grupos. Insisto que não vejo demérito em afirmar que romantismos revolucionários marcaram não só a AP, mas a maioria das organizações de esquerda no período, de diferentes maneiras. Evidentemente, é

uma interpretação polêmica e de minha exclusiva responsabilidade, a partir da análise de depoimentos, relatos e documentos sobre a história da AP e de vários grupos.

Para registrar uma outra visão, segundo Duarte Pereira: "A AP mudou realmente, passou efetivamente de cristã a marxista. Não continuou cristã sob a capa de marxista. É dogmatismo pensar assim. Em sua evolução, afastou-se cada vez mais do subjetivismo, do empirismo, do voluntarismo". Talvez ele tenha razão, mas, quando a maioria da AP tornou-se de fato marxista-leninista e afastou-se do romantismo revolucionário, perdeu a identidade própria e integrou-se ao PC do B, sem que isso tenha necessariamente significado um salto qualitativo. Pois não se trata, aqui, de julgar se a AP foi mais ou menos revolucionária que as outras organizações do período, ou se esteve menos ou mais próxima de uma suposta *verdade científica*. Foram todos movimentos e partidos que procuraram entender a realidade brasileira e agir para transformá-la, e não caberia supor que um seria intrinsecamente melhor que outro, por suas origens sociais ou adesão a determinados ideários, marxistas ou cristãos.

O fato é que a AP marcou época nas lutas pelas *reformas de base* no pré-1964 e, depois, na resistência contra a ditadura, fertilizando o cristianismo de idéias e práticas socializantes, questionando o marxismo soviético e deixando seu legado aos militantes e intelectuais que viveram em diferentes momentos a experiência da AP, bem como a partidos e movimentos de esquerda posteriores.

Notas

1 Para uma exposição detalhada do conceito de romantismo, ver *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*, de Löwy e Sayre (1995). Teço mais comentários sobre o uso da idéia de romantismo revolucionário para pensar as esquerdas brasileiras nos anos 60 e 70 em meu livro *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV* (Ridenti, 2000). Num breve trecho desse livro (pp. 210-17), antecipo a exposição que desenvolvo aqui sobre a AP. O tema do romantismo revolucionário será retomado adiante; por ora acrescento que nada há de pejorativo em tratar a AP e outras esquerdas dos anos 60 como românticas.

2 Para um estudo comparativo da importância da esquerda católica, no Brasil e no Peru, para a organização dos trabalhadores rurais, ver *Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo — Brasil e Peru, 1964-1986*, de Zilda Iokoi (1996).

3 Segundo Löwy e Sayre, "A Teologia da Libertação comporta aspectos românticos e 'antimodernistas' — crítica da modernidade capitalista, nostalgia da comunidade orgânica — e, ao mesmo tempo, aspectos utópicos voltados para o futuro: aspiração a uma sociedade igualitária, sem classes nem opressão. Desse ponto de vista, está próximo do tipo romântico-revolucionário. Sua crítica ao capitalismo na América Latina articula a tradição 'anticapitalista romântica' do catolicismo — condenação moral e religiosa da economia mercantilista — com a análise marxista da exploração imperialista" (1995, p. 257). Ver também a respeito *O marxismo e a Teologia da Libertação*, de Luigi Bordin (1987).

4 Ver, por exemplo, a recente tese de doutorado de Franklin Oliveira Júnior sobre a história da AP (2000).

5 Assim, paradoxalmente, o que viria a ser o romantismo revolucionário de setores da juventude católica, nos anos 50 e 60, encontra raízes num romantismo católico de direita, forjado nas décadas de 1920 e 1930. Esta constatação poderia dar ensejo a abordagens que enfatizam os aspectos supostamente *totalitários* de qualquer romantismo, como a de Roberto Romano em *Conservadorismo romântico — Origem do totalitarismo*, recentemente reeditado (1997). Todavia, destacar eventuais similitudes entre os diversos tipos de romantismo — especialmente certo messianismo, que envolve riscos de práticas antidemocráticas — não deve implicar a desconsideração das diferenças profundas entre, por exemplo, o romantismo cristão próximo do fascismo nos anos 20 e o romantismo cristão marxista que ganharia força nos anos 60, depois retomado pela Teologia da Libertação. Embora tenham aspectos e raízes em comum — o que

permite caracterizar ambos como romantismo e também ajuda a entender a trajetória de religiosos e pensadores cristãos que transitaram da direita à esquerda —, desenvolvem-se em circunstâncias históricas e ideológicas específicas, que devem ser analisadas em sua particularidade, como se pretende fazer a seguir na análise da JUC e da AP.

6 Ver, neste volume, os capítulos sobre a Polop e o PSB e, no volume VI [a ser editado], os capítulos sobre o PC do B e sobre a esquerda armada urbana.

7 Por exemplo, aquele que ficou conhecido como o "Congresso dos 10 Anos da JUC", em 1960, contou "com aproximadamente 500 representantes de quase todos os estados do país. Seus resultados expressaram uma vitória da corrente progressista da JUC", segundo Aldo Arantes e Haroldo Lima, que militaram na JUC, depois na AP e no Partido Comunista do Brasil (PC do B), do qual hoje são dirigentes nacionais (1984, p. 28). Escritos, entrevistas, discursos e outros textos de Haroldo Lima nos anos 60 e 70 encontram-se na coletânea *Itinerário* (Lima, 1979). Sobre a JUC, ver também Sigrist (1982), Beozzo (1984), e Gómez de Souza (1984).

8 Segundo o filósofo Raul Landim Filho, "a AP sem a liderança de Betinho, de Aldo Arantes e de Luiz Alberto [Gómez de Souza] não teria sido fundada" (in Nobre e Rego, 2000, p. 255).

9 Até hoje, por exemplo, a Pastoral da Juventude faz uso deste método (ver Boran, 1994 e Martins, 2000).

10 "Os escritos de Mounier são conhecidos no Brasil graças a uma antologia de textos publicada em Portugal em 1960 (*Textos escolhidos*. Ed. por João B. da Cota, Lisboa: Morais). No Brasil, *Sombras de medo sobre o século XX* (Rio de Janeiro: Agir, 1958) é um dos raros livros traduzidos antes do início dos anos 60. Entretanto, muitos intelectuais e estudantes cristãos, compreendendo o francês, lêem suas obras desde os anos 50" (Löwy e Garcia-Ruiz, 1997, p. 21). A mesma observação vale para outros pensadores católicos franceses influentes no Brasil.

11 Segundo Betinho, "A JEC, de modo geral, dependia do assistente eclesiástico; se o assistente fosse progressista, a JEC era progressista; se não era, a JEC era conservadora [...]. Quando a gente chegou na JUC a gente já tinha autonomia também, já não dependíamos tanto do assistente..." (1996a, p. 34). Já sobre a Juventude Operária Católica, ver Muraro (1985).

12 O importante Fundo Duarte Pereira, repleto de documentos da AP e, secundariamente, de outras organizações, encontra-se à disposição do público no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Dele constam edições originais de documentos como as declarações dos encontros da AP de 1962 e 1963, em São Paulo e Belo Horizonte, o *Documento base* de 1963, a *Resolução política* de 1965, a *Resolução sobre o debate teórico e ideológico* de 1967, e o *Programa básico* de 1971. Segundo a apresentação que o próprio Duarte Pereira preparou para o AEL: "Inclui ainda resoluções e diretivas do Comitê Nacional e depois do Comitê Central; do Comando Nacional, da Comissão Executiva Provisória, do Birô Político ou do Secretariado, órgãos dirigentes nacionais de sucessivas fases e diferentes instâncias; também de Departamentos e Comissões auxiliares da direção central; e de Encontros Nacionais dos setores operário, camponês e estudantil. Com esses documentos, pode ser integralmente reconstituída a evolução da orientação oficial da AP". Ademais, há cópias de *Textos para Debate* e *Textos para Militantes*, publicados pela direção da AP entre 1965 e 1967, além de vários jornais editados pela organização ao longo do tempo: *Ação Popular*, *Boletim de Ação Popular*, *Revolução* e *Libertação*; sem

contar livros e outros materiais relevantes, entre os quais textos sobre a AP produzidos fora da organização, pela imprensa ou intelectuais. Esse fundo documental, assim como o depoimento que Duarte Pereira me deu em correspondência pelo correio eletrônico, no início de 2001, foram fundamentais para a versão final deste capítulo, ainda que haja divergências em alguns aspectos de nossas interpretações sobre a história da AP. Farta documentação sobre a AP também pode ser encontrada no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, especialmente nos fundos Jair Ferreira de Sá e Ângela Borba, e também nas coleções Daniel Aarão Reis Filho e Jean Marc van Der Weid.

13 Por exemplo, na série de *Textos para Debate*, publicados pela AP em 1965 e 1966, foram divulgados trechos "retirados de obra escrita por eminente teólogo protestante", que não era identificado, mas se tratava de Richard Schaull. Ver "Humanização, política e ideologia revolucionária", *Textos para Debate*, 2, 1965, 20 p.

14 A própria AP reconhecia a predominância de sua militância estudantil, no documento de dezembro de 1966, de 18 páginas, denominado *Histórico* (da AP), em que propunha uma revisão histórica para "avançar", no sentido de "construir um movimento revolucionário".

15 Duarte Pereira disse-me que "a avaliação de frei Betto de que 'Betinho fez Vinícius, Aldo e José Serra presidentes da UNE' é exagerada. Primeiro, porque Betinho nunca atuou isoladamente, apesar de toda a importância de sua influência e liderança na época. Segundo, porque, se ele teve uma participação direta nas articulações que levaram à escolha de Aldo e Vinícius, não teve essa participação no caso de Serra. Fiz parte da coordenação da AP no Congresso de Santo André e posso afirmar com conhecimento próprio. Em meados de 1963, a AP já estava muito mais organizada; Betinho, como coordenador-geral, tinha outras responsabilidades; o representante da Direção Nacional junto aos militantes da AP no congresso foi Severo Sales; e Betinho não teve nenhuma interferência, direta ou pessoal, na escolha de Serra entre os dois pré-candidatos da AP, o próprio Serra e Sérgio Gaudenzi, da Bahia".

16 Segundo o depoimento que me deu Duarte Pereira, "padre Vaz não *escreveu* o *Documento base*; reescreveu, copidescou, editou. O congresso de 1963 se dividiu em grupos, que debateram e aprovaram as grandes partes do documento; dos grupos, saíram relatores, que deram forma às posições aprovadas nos grupos; esses relatórios foram debatidos, modificados e aprovados em plenário; a própria estrutura e ordem do documento foi votada e aprovada em plenário. Padre Vaz, por delegação da direção nacional eleita, deu forma final aos relatórios aprovados e consolidou-os na versão final do documento. No que diz respeito à parte da 'Perspectiva Filosófica', as idéias básicas e estruturadoras são de sua autoria e responsabilidade, sem dúvida; e ele reescreveu essa parte, como as outras; mas não é correto afirmar que ele *escreveu* essa parte, ou qualquer outra, como se o *Documento* não tivesse sido debatido, elaborado, emendado e aprovado pelo Congresso". Segundo Pereira, a influência do pensamento de Vaz foi decisiva na fase inicial da AP, sem que ele, contudo, tivesse sido dirigente ou militante.

17 O pessoal do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE — na maioria ligado ao PCB — também participou da UNE-Volante, que não se restringiu à AP, embora tenha sido usada por seus líderes para articulá-la nacionalmente. Ver Berlinck (1984), Barcellos (1994), Ridenti (2000) etc.

18 Comentando essa informação da obra de Arantes e Lima (1984, p. 40), Duarte Pereira afirmou-me que, em 1963, "não era *dirigente* da AP, nem nacional, nem estadual.

Atuava no movimento estudantil universitário, tornei-me vice-presidente da UNE em meados de 1963, e os dirigentes nacionais eram todos não-estudantes. Fui delegado ao congresso, como um dos representantes da Bahia e membro da comissão que redigiu o *Documento base*. Mas não fui dirigente da AP até 1965, quando participei da reorganização e me tornei um dos membros do Comando Nacional, então eleito. Se todos os delegados do congresso de 1963 devem ser considerados fundadores, sou um deles. Mas, se por fundadores devem ser considerados apenas os membros do núcleo inicial que articulou a criação da AP e foi incluído na Direção Nacional eleita em 1963, eu não fazia parte desse núcleo. Aliás, nunca fui da JUC. Tenho outra trajetória".

19 A íntegra do *Documento base*, bem como de outros documentos importantes da esquerda católica, de 1959 a 1977, encontra-se no livro *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*, de Luiz Gonzaga de Souza Lima (1979).

20 A proximidade de dirigentes da AP com os nacionalistas no exílio uruguaio, durante quase um ano, foi abordada no livro de memórias do brizolista Índio Vargas (1980, 13, pp. 14 e 18) e nos depoimentos de Betinho (Souza, 1978, pp. 80-81; e 1996a, pp. 58-67). Duarte Pereira declarou-me que "a ligação da AP com Brizola tem início na resistência à tentativa de golpe que se seguiu à renúncia de Jânio. Aprofundou-se com nossa participação conjunta na Frente de Mobilização Popular (FMP)". No início de 1964, Brizola convidou Betinho para coordenar os "grupos de onze", cargo que, segundo ele, não teria tempo para ocupar, pois "chegou o golpe" (Souza, 1996a, p. 51).

21 Na época, segundo Duarte Pereira, a direção da AP abriu essa *Resolução* para o debate com vários políticos e intelectuais de várias correntes no Brasil e no exílio, como Brizola, Arraes, Leôncio Basbaum, Heitor Ferreira Lima, Rubens Paiva, Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort. Este último — em carta de cinco páginas cuja cópia se encontra no AEL — critica na *Resolução*, por exemplo, a necessidade da revolução como *imperativo moral*, de *caráter teórico-ético*, e não como *exigência histórica* (p. 2). Esse tipo de crítica seria logo encampado pela própria AP, não só pela maioria que viria a aderir ao maoísmo, mas também pela minoria que desembocaria no PRT. Para estes, no balanço autocrítico do texto *Duas posições*, a *Resolução política* de 1965 teria sido fruto de "interpretação moralista da história, onde a revolução não é colocada como uma necessidade decorrente do caráter insustentável de uma estrutura, mas como decorrência de injustiça" (p. 7).

22 Todos esses números estão disponíveis no Fundo Duarte Pereira do AEL.

23 Ver, por exemplo, o depoimento de Altino Dantas para a *História da UNE*, livro composto de depoimentos de inúmeros ex-dirigentes da entidade, quase todos ligados à AP (Santos, 1980).

24 O *Esquema dos seis pontos*: 1) definia o pensamento de Mao Tsé-Tung como a etapa atual de desenvolvimento do marxismo; 2) caracterizava a sociedade brasileira como semifeudal e semicolonial; 3) estabelecia o caráter nacional e democrático da revolução brasileira; 4) optava pela guerra popular como caminho revolucionário (em oposição ao foquismo); 5) colocava a tarefa de reconstruir o partido revolucionário marxista-leninista no Brasil; 6) apontava a integração na produção como meio de transformação ideológica dos militantes da AP.

25 Entre esses adversários, estavam Aldo Arantes e Haroldo Lima, autores de um livro sobre a história da AP, que assim caracteriza a posição da Corrente 2: "Sustentavam posição anti-revisionista, mas não defendiam a existência de uma terceira etapa do marxismo-leninismo. Consideravam capitalista a sociedade brasileira, não viam nela

nenhum traço feudal significativo, razão por que defendiam uma revolução imediatamente socialista para o país. Não tinham resposta clara a respeito do caminho da revolução, embora alguns de seus mais destacados representantes tivessem nítida posição 'foquista'. Sustentavam que no país nunca existira um partido proletário, sendo necessário não a 'reconstrução do partido', como formulava a 'corrente 1', mas a sua 'construção'" (Arantes e Lima, 1984, p. 71). Por sua vez, no documento *Duas posições*, a Corrente 2 acusava a 1 de "transplante mecânico da análise da sociedade chinesa para a formação social brasileira", de adiar a guerra popular "para as calendas gregas", de "defesa mística de princípios" etc.

26 No decorrer do processo de luta contra a ditadura, alguns trocaram a AP por grupos que realizavam ações armadas urbanas, como o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) (Gorender, 1987, p. 118) ou a Vanguarda Armada Revolucionária–Palmares (Reis Filho e Sá, 1985, p. 248). Para uma discussão mais detalhada da conjuntura do período e das divergências entre as esquerdas, ver Gorender (1987), Martins Filho (1987), Reis Filho (1989), Ridenti (1993 e 2000), além de vários capítulos deste volume e do próximo da *História do marxismo no Brasil.*

27 Várias reuniões e congressos dos estudantes — locais, regionais e até nacionais, como dois congressos clandestinos da UNE, o de 1966, em Belo Horizonte, e o de 1967, em Vinhedo — tiveram lugar em estabelecimentos católicos, o que valeu perseguições e pesadas críticas do regime e de seus aliados aos que acolheram os universitários. A repressão feroz às manifestações estudantis e a setores católicos de oposição, especialmente em 1968, levou a que não só religiosos progressistas, mas a própria Igreja como instituição participassem, em junho daquele ano, da "Passeata dos Cem Mil", no Rio de Janeiro. Contudo, a Igreja sempre manteve uma postura conciliadora e pacifista, que nem sempre era a mesma dos padres e fiéis de suas bases, radicalizados como outros segmentos sociais na conjuntura de 1968.

28 Por sexo, 73% dos processados da AP eram homens e 27% mulheres, com participação feminina acima da média das demais organizações, que não chegava a 20%. Uma experiência de mulheres da AP está no livro de Manfredini (1989), em que o autor trata do caso que ficou conhecido como o "das cinco moças de Minas", ocorrido em Belo Horizonte, em 1969. Ele relata a trajetória de cinco mulheres ligadas à AP, no esforço de conscientização popular, que seriam presas e torturadas.

29 Os dados citados encontram-se em quadros estatísticos que construí, com base em informações levantadas em processos judiciais pelo Projeto Brasil Nunca Mais (BNM). Para um detalhamento desses dados e de outros, sobre a AP e mais 29 grupos de esquerda em combate contra a ditadura, ver Ridenti, 1993, pp. 68-73, 122-23, 204-6, 240-41.

30 Sobre a presença ativa da AP nas fábricas do ABC — onde participou de várias pequenas greves, paralisações e *operações tartaruga* na segunda metade dos anos 60 —, bem como na formação do Movimento Intersindical Antiarrocho e na manifestação de 1º de maio de 1968, na Praça da Sé, em São Paulo, ver os depoimentos de José Barbosa Monteiro (in Cavalcanti e Ramos, 1978, pp. 113-43 e *Cadernos do Presente*, 2, 1978, pp. 23-28), além de documentos da AP e trechos da autocrítica de P. Torres, organizados por Celso Frederico (1987, pp. 117-38 e 266-313). Sobre a influência da Igreja nos movimentos de trabalhadores do ABC, ver o livro de Heloísa Martins (1994), que aborda de passagem a forte influência da AP entre os católicos de esquerda militantes na região, entre 1967 e 1969, um deles o operário Raimundo Eduardo da Silva, que seria morto pela repressão em 5 de janeiro de 1971 (Martins, 1994, p. 188).

31 Cópias dos processos do BNM encontram-se no Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP. Especialmente a partir de 1969, a AP priorizaria o campo como área decisiva da guerra popular.

32 Entrevista de Jean Marc a Daniel Aarão Reis e a mim (23/1/1986).

33 Calou fundo na época, nas esquerdas em geral, inclusive na brasileira, particularmente na AP, o exemplo da resistência heróica do povo vietnamita, pobre, camponês e subdesenvolvido, que ousava lutar e vencer as forças armadas dos Estados Unidos, maior potência mundial.

34 Referindo-se a um período anterior, Löwy e Garcia-Ruiz já chamavam a atenção para a inspiração da JUC e da esquerda católica brasileira na experiência francesa dos padres operários, "conhecida graças às obras de M. D. Chenu — notadamente *Pour une théologie du travail* (Paris, Seuil, 1954) — e sobretudo graças à presença, no Brasil, de numerosos missionários dominicanos que participam dessa iniciativa" (1997, pp. 22-24).

35 Para um estudo sobre psicanálise e clandestinidade política, ver Arantes (1994). A autora, psicanalista, foi militante da JUC e da AP. O livro baseia-se em cinco depoimentos de três homens e duas mulheres da AP que passaram pelas experiências de militância clandestina, integração na produção, prisão e torturas. Um capítulo inicial procura resgatar uma visão sintética da história da AP, inclusive de suas origens em Minas Gerais, das quais a autora participou.

36 Sobre as relações entre os cristãos e as esquerdas na França, ver o dossiê "À gauche, ces chrétiens", da revista *Autrement* (1977).

37 O termo "maoísmo" é usado aqui num sentido amplo, para caracterizar movimentos fortemente influenciados pelo pensamento de Mao Tsé-Tung e pela experiência da Revolução Chinesa. Num sentido mais restrito, defendido, por exemplo, por ex-integrantes da AP, como Duarte Pereira, só mereceria ser considerado maoísta um movimento que se alinhasse à interpretação de que a história tivesse entrado numa fase distinta da época do imperialismo, uma *terceira etapa* na teoria da revolução proletária, que exigiria um partido de tipo novo, *marxista-leninista-maoísta*. Assim, dessa perspectiva, somente a AP teria passado por uma fase maoísta, mas não o PC do B, que nunca admitiu o pensamento de Mao Tsé-Tung como uma *terceira etapa* no desenvolvimento do marxismo. Entretanto, o PC do B "defendia, naquele momento, a natureza socialista e avançada da revolução chinesa; relacionava-se com o PC da China como um partido irmão, líder nos embates com o imperialismo e com o revisionismo contemporâneo; e reconhecia Mao Tse-tung como um revolucionário proletário destacado e eminente marxista-leninista", como afirma Duarte Pereira no documento Estêvão e o Partido Comunista do Brasil (1999). Isso é suficiente para dizer que o partido foi maoísta, no sentido amplo em que o termo é usado neste capítulo.

38 "Foi a direção da AP que buscou, insistentemente, estimulada pelo PC da China, a ação comum com o PC do B, os contatos entre as direções e as trocas de informações e opiniões", segundo Duarte Pereira (1999, p. 18).

39 Sobre o impacto do XX Congresso do PCUS, ver o capítulo de Raimundo Santos no vol. I desta obra (Santos, 1991).

40 Ver, a respeito, o capítulo "O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros", de Daniel Aarão Reis Filho, no vol. I desta obra (1991, especialmente pp. 125-26), e o artigo "O impacto da crise do socialismo no PC do B, 1988-1992", de minha autoria (Ridenti, 1995, em especial pp. 75-79).

41 O mesmo vale para as dissidências do PC do B, que continuaram fiéis ao maoísmo: a Ala Vermelha (Ala) e o Partido Comunista Revolucionário (PCR). No entanto, estas organizações — notadamente a Ala — deixaram-se levar pela *revolução cultural* e pelo romantismo revolucionário mais acentuadamente que o PC do B.

42 No Fundo Duarte Pereira do AEL, há uma pasta com farta documentação sobre as divergências no interior da AP a respeito da incorporação ao PC do B. Desse fundo também faz parte o romance autobiográfico *Rosa negra: os agrestes também verdejam*, do ex-militante Osvaldo Rocha (1980). O livro relata sua vivência na AP, com versão simpática a Paulo Wright e crítica aos personagens Saidi, Batista e Bispo, inspirados provavelmente em Aldo Arantes, Haroldo Lima e Duarte Pereira, como este último escreveu à mão nas páginas de seu exemplar da obra. Outro livro autobiográfico de ex-militante da AP é *O jardim do nada*, do escritor francês de origem belga Conrad Detrez (1979), que viveu e trabalhou no Brasil, como professor, de 1961 a 1967. Ele chegou a integrar o Comando Regional da Guanabara, mas saiu da AP quando ela rejeitou o "foquismo", tendo em seguida se aproximado de Marighella.

43 Essas divergências ele explicita no documento já citado (Pereira, 1999).

44 Especificamente sobre a guerrilha promovida pelo PC do B na região do Araguaia, entre 1972 e 1974, ver Pomar (1980), Portela (1979), Campos Filho (1997), entre outros, além dos livros já mencionados sobre os movimentos guerrilheiros do período.

45 Ricardo de Azevedo relatou-me, a respeito dessa relação da APML com o MR-8, que ela "se intensificou bastante a partir de 1973, seja no Brasil, seja principalmente no exterior, dadas, obviamente, as maiores facilidades de contatos e discussões. Havia um projeto inicial de fusão entre as duas organizações, dentro de um processo mais amplo do que julgávamos ser a formação de uma tendência proletária dentro da esquerda brasileira, envolvendo também setores egressos da PO (Eder Sader, por exemplo). Nesse processo, chegamos a editar em conjunto, no exterior, a revista *Brasil Socialista*, que durou de 1974 a 1977, com nove ou dez números publicados e uma certa circulação clandestina no Brasil. Ela foi fundamental, por exemplo, para recrutarmos grupos estudantis, seja para a AP, seja para o MR-8. Chegamos também a editar o jornal *Unidade Proletária*; este, aqui no Brasil e de vida mais curta. Além do processo de aproximação no campo teórico, um fator fundamental foi a coincidência de posições quanto à tática de luta democrática e, particularmente, quanto à posição de apoiar Lisâneas no Rio, em 1974. Você imagina que apoiar um candidato do MDB naquela época era um tabu para a chamada esquerda revolucionária. Por que não se avançou nessa aproximação? Creio que se deve basicamente à guinada interna que houve no MR-8, a partir de meados de 1976, quando eles realizaram seu congresso, quando a direção histórica, que estava no exterior (Franklin Martins, Carlos Alberto Muniz, basicamente), foi substituída pelo pessoal que estava no Brasil (início da ascensão de Cláudio Campos e Sérgio Rubens, até hoje dirigentes principais, ao que se sabe). Portanto, em 1978, a aproximação já estava interrompida. O MR-8 já tinha saído da Refazendo, em São Paulo não apoiou o Geraldinho, e sim o Marco Aurélio Ribeiro, as publicações conjuntas já não existiam e começava a fase de enfrentamento entre as duas".

46 Devo essas informações a Franklin Oliveira Jr., que me cedeu cópia da entrevista que realizou com Jorge Almeida, membro da última Direção Nacional da APML. Outro depoimento de Jorge Almeida — especialmente sobre a última fase da organização, entre 1979 e 1981 — encontra-se em *O sonho era possível* (Harnecker, 1994, pp. 138-41). Também há dados sobre a AP no *Perfil dos atingidos*, parte do Projeto Brasil Nunca

Mais (Arns, 1988, pp. 33-38). Mais informações acerca desta fase final da APML encontram-se na tese de Oliveira Jr. (2000, pp. 429-536). Ricardo de Azevedo também me deu algumas importantes informações sobre a fase final da organização.

47 Sem contar, evidentemente, muitos outros integrantes de destaque no PT que pertenceram à AP em momentos anteriores, como Cristovam Buarque (ex-governador de Brasília).

48 Betinho parece exagerar, talvez não na aproximação inconsciente entre maoísmo e religião para aqueles militantes da AP, mas por omitir que o maoísmo — no sentido amplo a que me referi em nota anterior — era seguido por outras organizações, como o PC do B e suas dissidências, o PCR e a Ala Vermelha.

49 Uso o termo guevarismo de modo amplo, para caracterizar os movimentos influenciados pelo pensamento de Che Guevara e outros, marcados pela experiência revolucionária cubana, como o de Régis Debray, que alguns chamam de "foquista". Cabe observar, contudo, que, embora a AP tenha se aproximado de Cuba, nunca chegou a se assumir propriamente como *guevarista* ou *foquista*. Nesse sentido, observou-me Duarte Pereira: "A AP nunca aderiu ao *guevarismo*. Foi influenciada pelas concepções da Revolução Cubana, mas que não podem ser atribuídas exclusivamente, nem principalmente, a Che Guevara. Esse termo é inadequado, a meu ver. Em nenhum documento da AP se encontrará a expressão 'guevarismo'. Quanto ao *foquismo*, como se pode verificar em documentos que cedi ao Arquivo Edgard Leuenroth, implicava três teses articuladas: opção pela luta armada; opção pela guerra de guerrilhas como método para desenvolvê-la; e opção pela montagem imediata de um foco guerrilheiro no campo como forma de iniciar a guerra de guerrilhas. Nesse sentido, a AP como organização nunca aderiu ao *foquismo*; setores, sim. A AP não pode ser incluída, portanto, entre as organizações *militaristas*. Basta ler com atenção a *Resolução política de 1965*, e é fácil verificar que a AP nunca renunciou à construção de uma organização política à parte da guerrilha e encarregada de dirigi-la; e nunca pensou apenas na frente armada, desprezando as outras frentes de luta; aliás, nas condições da época, nunca julgou que a frente armada já era principal. Com o episódio de Guararapes, essa crítica ao *foquismo* se aprofundou, e é no debate sobre a estratégia a ser seguida na resistência armada à ditadura que nos afastamos de Cuba e nos aproximamos da China, ou seja, no confronto do *foquismo* com a *guerra popular prolongada*. A influência da Revolução Cultural é posterior".

50 Muitas dessas características românticas estariam presentes, alguns anos depois, a partir de 1970, nas obras e na prática de vários católicos latino-americanos, que formulariam a *Teologia da Libertação*. Esta não foi um raio com céu azul, mas resultado de uma experiência social acumulada por setores progressistas da Igreja, ao longo do tempo, na América Latina (ver, entre outros, Löwy, 1991 e 2000).

51 Duarte Pereira contou-me que Vinícius Brant esteve "na China, integrando, em nome da AP, uma delegação brasileira, que contava também com um representante de Leonel Brizola. Nos contactos específicos que manteve, em nome da AP, abriu o canal de relação entre a AP e a direção central chinesa, aprofundado posteriormente na viagem de Aldo Arantes (ou 'Dias')".

52 Há, no vol. III desta obra, um capítulo sobre o impacto de Althusser no Brasil (Saes, 1998), embora não seja ali enfocada sua influência na AP.

53 Trata-se do livro *Marxismo segundo Althusser*, publicado em 1967 por Sinal Editora e Distribuidora. O livro contém um texto de Althusser, "Marxismo, ciência e ideologia", e outro de Raymond Domergue, "O marxismo é um humanismo?".

54 Conforme declaração de Duarte Pereira, Sérgio e Maria do Carmo Menezes "faziam um curso de pós-graduação em Paris quando houve o golpe. Eles e outros companheiros, que também estudavam na França, como Aumond ('Roberto'), formaram uma base nossa no exterior, que muito ajudou na reorganização da AP em 1965 (enviaram documentos e opiniões para o debate preparatório do encontro que aprovou a *Resolução política*), divulgaram no exterior materiais sobre o golpe e a situação política e econômica do país, estabeleceram relações em nome da AP com outros partidos e organizações e ajudavam nas viagens internacionais de dirigentes e outros companheiros. A esses companheiros, que já se encontravam em Paris quando ocorreu o golpe, juntou-se Vinícius Caldeira Brant, ou 'Ro.', ou 'Rolando', que havia viajado no começo de 1964 para participar, como representante da UNE, de um Congresso ou Conselho da UIE (União Internacional dos Estudantes), em Praga, e foi surpreendido pelo golpe. Permaneceu em Paris, passou a estudar, integrou-se à base lá formada e passou a executar várias tarefas de representação internacional da AP, designadas pela Direção Nacional, sediada no Brasil. Esses companheiros de Paris, à frente dos quais se encontravam Vinícius, Aumond, Sérgio e Maria do Carmo, formaram um dos pólos da reorganização de 1965, ao lado da antiga direção nacional, vinda do Uruguai, da direção provisória de São Paulo e da direção regional da Bahia. Por isso, a Direção Nacional que se formou em 1965 integrou companheiros desses vários pólos, inclusive Aumond, que voltou de Paris (no segundo semestre de 1965, se não me falha a memória) para assumir um dos seis cargos do chamado 'Comando Nacional'. Posteriormente, voltaram Sérgio e Maria do Carmo. Quando Sérgio Motta se afastou, Sérgio Menezes o substituiu. Mais à frente, voltou Vinícius, que deixou as tarefas internacionais e assumiu, juntamente com o jornalista Carlos Azevedo, a tarefa de edição do jornal *Libertação*. Vinícius, Sérgio, Maria do Carmo, ao lado do padre Alípio e de Altino (hoje no PT), vieram a ser os principais integrantes do chamado *Grupo de Rolando*".

55 Eis o que disse Betinho: "[...] na JEC, os assistentes apresentavam o Cristo como [...] o homem que veio para fazer uma revolução, não uma revolução em termos políticos, mas de qualquer maneira uma revolução, pessoal, humana, de salvação. Isso continha uma mística tremendamente forte para nós. [...] Foi com esse embalo místico que chegamos à AP: temos uma missão, somos uma geração com uma missão salvadora. [...] Mais tarde, quando o maoísmo, na versão idealista e voluntarista da pequena burguesia do Brasil, absorve a AP, é essa mesma mística que lhe vai servir de base, como um reencontro histórico [...]. Essa idéia de missão, de testemunho, de compromisso radical com uma causa e com a idéia de revolução [...] a mesma perspectiva de compromisso, a mesma pureza, responsabilidade, auto-renúncia" (Souza, 1978, pp. 70-71).

Bibliografia

Alarcón, R. *Brasil: represión y tortura.* Santiago do Chile: Orbe, 1971.

Anderson, P. *A crise da crise do marxismo*, 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Arantes, A. e Lima, H. *História da Ação Popular, da JUC ao PC do B.* São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

Arantes, M. A. de A. C. *Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política.* São Paulo: Escuta, 1994.

Araújo, M. do A. A. et al. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964.* Recife: Cia. Editora de Pernambuco, 1995.

Arns, dom P. E. "Prefácio", in *Perfil dos atingidos.* Petrópolis: Vozes, 1988.

Autrement nº 8. "À gauche, ces chrétiens... groupuscules isolés ou mouvement d'avant-guarde?", dossiê, 1977.

Azevedo, C. "Serjão e os ex-revolucionários de São Paulo", reportagem, *Caros Amigos/Oficina de informações*, nº 2, ano 2. São Paulo, dez., 1998.

Barcellos, J. (org.). *CPC, uma história de paixão e consciência.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Beozzo, J. O. *Cristãos na universidade e na política.* Petrópolis: Vozes, 1984.

Berlinck, M. T. *CPC da UNE.* Campinas: Papirus, 1984.

Betto, frei. *Batismo de sangue.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

______. "Betinho, o militante da utopia", *Folha de S. Paulo*, 11/8/1997, Caderno 1.

Boran, J. *O futuro tem nome: juventude*. São Paulo: Paulinas, 1994.

Bordin, L. *O marxismo e a Teologia da Libertação*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

Cadernos do Presente, nº 2. "Greves operárias (1968-1978)". Belo Horizonte: Aparte, jul., 1978.

Calvez, J.-Y. *O pensamento de Karl Marx*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1959.

Campos Filho, R. P. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

Cardonnel, frei T.; Vaz, padre H. e Souza, H. J. de. *Cristianismo hoje*. Rio de Janeiro: Editora Universitária (da UNE), 1962.

Cavalcanti, P. C. U. e Ramos, J. (orgs.). *Memórias do exílio*. São Paulo: Livramento, 1978.

Chenu, M. D. *Pour une théologie du travail*. Paris: Seuil, 1954.

Conceição dos Santos, M. Depoimento (mimeo.). Disponível no Centre d'Études et de Recherches sur les Mouvements Trotskistes et Révolutionnaires Internationaux (Cermtri). Data provável, 1976. S.l.

______. *Essa terra é nossa* (entrev. e ed. Ana Maria Galano). Petrópolis: Vozes, 1980.

Debray, R. *Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, s.d.

Detrez, C. *O jardim do nada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Dias, R. B. Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná, 1962/1973. Mestrado em história, Universidade Estadual Paulista. Assis, 1997.

Em Tempo, nº 82. "AP, do cristianismo ao marxismo-leninismo", in "Contribuição à história da esquerda brasileira, 1960-1979". São Paulo, 20 a 26 set., 1979.

Frank, A. G. "A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo", *Revista Brasiliense*. São Paulo: Brasiliense, jan.-fev., 1964.

Frank, A. G. *Capitalismo y subdesarrollo en America Latina*. Buenos Aires: Signos, 1970.

Frederico, C. *A esquerda e o movimento operário, 1964-1984*, vol. I. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

Gallejones, E. *AP, socialismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Informação Universitária, 1965.

Garcia, M. A. (coord.). "AP, do cristianismo ao marxismo-leninismo", in "Contribuição à história da esquerda brasileira, 1960-1979", *Em Tempo*, nº 82. São Paulo, 20 a 26 set., 1979.

Gómez de Souza, L. A. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

Gorender, J. *Combate nas trevas — A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

Harnecker, M. (org.). *O sonho era possível — A história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas*. São Paulo: Casa América Livre, 1994.

Iokoi, Z. *Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo — Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Jornal do Commercio. Recife, 23/7/1995, pp. 6-15.

José, E. *Marighella — O inimigo número 1 da ditadura militar*. São Paulo: Sol & Chuva, 1997.

Lima, H. *Itinerário*. Salvador: Comitê Brasileiro pela Anistia – Núcleo da Bahia, 1979.

Lima, L. G. de S. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.

Lima, S. *Zé*. Belo Horizonte: Mazza, 1998.

Linhart, R. *Greve na fábrica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Löwy, M. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991.

Löwy, M. *A guerra dos deuses — Religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÖWY, M. e GARCIA-RUIZ, J. "Les sources françaises du christianisme de la libération au Brésil", *Archives de Sciences Sociales des Religions*, nº 97, jan.-mar., 1997.

LÖWY, M. e SAYRE, R. *Revolta e melancolia — O romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MANFREDINI, L. *As moças de Minas — Uma história dos anos 60*. São Paulo: Alfa-Omega, 1989.

MARITAIN, J. *Humanismo integral: uma visão nova da ordem cristã*, 4ª ed. São Paulo: Dominus, 1962.

MARTINS, H. H. T. de S. *Igreja e movimento operário no ABC*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MARTINS, S. A. Caminhos e descaminhos da socialização na Pastoral da Juventude: o caso de Londrina. Dissertação de mestrado em sociologia. UNICAMP. Campinas, 2000.

MARTINS FILHO, J. R. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987.

MARXISMO SEGUNDO ALTHUSSER. S.l., Sinal Editora e Distribuidora, 1967.

MATTEI, G. M. (org.). *Brésil: pouvoir et luttes de classes*. Paris: Cujas, 1966.

MIRANDA, N. e TIBÚRCIO, C. *Dos filhos deste solo — Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Boitempo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

MOUNIER, E. *Sombras de medo sobre o século XX*. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

______. *Textos escolhidos*. Lisboa: Morais, 1960.

MURARO, V. F. *Juventude Operária Católica (JOC)*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NOBRE, M. e REGO, M. J. (orgs.). *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2000.

OLIVEIRA JR., F. História da Ação Popular. Tese de doutorado em história, Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

PELLENTIER, D. *Économie et humanisme — De l'utopie communautaire au combat pour le Tiers Monde (1941-1966)*. Paris: Les Éditions du CERF, 1996.

PEREIRA, D. Estêvão e o Partido Comunista do Brasil, 1999, mimeo.

POMAR, W. *Araguaia: o partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

PORTELA, F. *Guerra de guerrilhas no Brasil*, 2ª ed. São Paulo: Global, 1979.

PRADO JR., C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

______. "O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros", in Daniel A. Reis Filho e João Quartim de Moraes (orgs.), *História do marxismo no Brasil I — O impacto das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REIS FILHO, D. A. e SÁ, J. F. de (orgs.). *Imagens da revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

______. "O impacto da crise do socialismo no PC do B, 1988-1992", *Perspectivas*, nºs 17-18. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

______. *Em busca do povo brasileiro — Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROCHA, O. *Rosa negra: os agrestes também verdejam*. São Paulo: Livramento, 1980.

ROMANO, R. *Conservadorismo romântico — Origem do totalitarismo*, 2ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

SAES, D. "O impacto da teoria althusseriana da História na vida intelectual brasileira", in João Quartim de Moraes (org.), *História do marxismo no Brasil III — Teorias. Interpretações*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

SALVARESI, E. *Mai en héritage*. Paris: Syros, Alternative, 1988.

SANFELICE, J. L. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964*. São Paulo: Cortez, 1986.

SANTOS, N. (org.). *História da UNE — Depoimentos de ex-dirigentes*, vol. 1. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

SANTOS, R. "Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50", in Daniel A. Reis Filho e João Quartim de Moraes (orgs.), *História do marxismo no Brasil 1 — O impacto das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SIGRIST, J. L. *A JUC no Brasil, evolução e impasse de uma ideologia*. São Paulo: Cortez, UNIMEP, 1982.

SOUZA, H. J. de. Depoimento, in Cavalcanti e Ramos (orgs.), *Memórias do exílio*. São Paulo: Livramento, 1978.

______ . *No fio da navalha*. Rio de Janeiro: Revan, 1996a.

______ . *Revoluções da minha geração* (depoimento a François Bougon). São Paulo: Moderna, 1996b.

VARGAS, Í. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1981.

WANDERLEY, L. E. *Educar para transformar: educação popular, Igreja católica e política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984.

WRIGHT, D. J. *O coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1993.

Secretária executiva
Elisabeth Regina Marchetti

Assessor de produção editorial
Vlademir José de Camargo

Supervisora de revisão
Katia de Almeida Rossini

Preparação dos originais
Katia de Almeida Rossini

Revisão
Ana Paula Gomes

Supervisora de editoração eletrônica
Silvia Helena P. C. Gonçalves

Editoração eletrônica
Eva Maria Maschio Morais
Silvia Helena P. C. Gonçalves

Designer de capa
Adailton Clayton Santos

Acompanhamento gráfico
Ednilson Tristão

Assessor de informática
Carlos Leonardo Lamari

Este livro apresenta uma narrativa concisa da história das esquerdas marxistas brasileiras até os anos 60. São abordados: o PCB, os trotskistas, o PSB, a POLOP e a AP. Trata-se de uma contribuição coletiva pioneira, que busca dar uma visão abrangente da história de partidos e organizações marxistas no Brasil ao longo do século XX, tarefa que será completada no próximo volume desta obra.

EDITORA DA UNICAMP